

Fundação Oswaldo Cruz
Centro de Relações Internacionais em Saúde (CRIS)

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ 06/2024
24 de abril a 07 de maio de 2024



Publicação Digital
Produção coletiva dos trabalhadores do CRIS-FIOCRUZ
Rio de Janeiro, 09 de maio de 2024



SUMÁRIO

04 - Apresentação - *Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger*

Sistema Nações Unidas

12 - Teremos um amanhã? - *Santiago Alcázar*

16 - Hacia un nuevo paradigma para la Humanidad: BeES - Bienestar en Equidad Sostenible - *Juan Garay*

20 - War Parties, the Peace Candidate, and the November Election - *Jeffrey D. Sachs*

23 - O mês de maio chegou para a saúde global - *Paula Reges, Luana Bermudez e Guto Galvão*

27 - Sobre “A Industria dos Direitos Humanos” e a busca de uma nova ordem internacional - *Armando De Negri Filho*

55 - Desafios e contradições na luta contra a poluição plástica e as mudanças climáticas - *Danielly de P. Magalhães e Luiz Augusto Galvão*

63 - Saúde global e sustentabilidade: interfaces necessárias em um contexto de múltiplas crises - *Gabriela Di Giulio e Deisy Ventura*

65 - A mudança climática cria um ‘coquetel’ de riscos graves para a saúde de 70% dos trabalhadores do mundo”, alerta novo relatório da OIT - *René Mendes*

77 - Além da fronteira: Impactos da migração mexicana nos contextos sociais, econômicos e políticos - *Rafael Gomes França, Caio Murta, Giulia Mariano Machado, Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy de Freitas Lima Ventura*

81 - Saúde reprodutiva e a nocividade dos agrotóxicos - *Maria Teresa Rossetti Massari e Maria Auxiliadora Mendes Gomes*

88 - Crises alimentares e a fome no mundo: recomendações para o G20 - *Eduardo Nilson, Denise Oliveira e Silva, Erica Ell, Juliana Ubarana*

102 - A Ética da Neurotecnologia: UNESCO nomeia grupo de especialistas internacionais - *Fabiane Gaspar, Gisele Sanglard, Vitor Rodrigues e Heliton Barros*

105 - BID e OPAS lançam parceria para fortalecer a saúde na América Latina e Caribe - *Isis Pillar Cazumbá*

108 - Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados - *Claudia Chamas e Bernardo Bahia Cesário*

Movimentos sociais globais e saúde

112 - “Enquanto os homens exercem seus podres poderes”, o mundo segue em crises e conflitos - *Tatiana Cerqueira Machado Medrado, Matheus dos Santos da Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina, Renan Amaral Oliveira, Diana Zeballos, Elwira Gliwska, Laurenice Pires, Mateus dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio e Luis Eugênio de Souza*

Territórios, multilateralismos regionais e grupos de países

138 - ECOSOC e HLPF no foco do Sul Global - *Regina Ungerer, Erica Kastrup e Tiago Nery*

155 - Maior participação social e combate à desinformação são pautas no G20; Mudança climática em discussão pelo G7. A tentativa da OCDE em conduzir um fluxo para a mudança - *Pedro Burger, Vitória Kavanami, João Miguel Estephano, Thaiany Medeiros Cury, Nina Bouqvar e Paulo Esteves*

168 - XV reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS - *Claudia Hoirisch*

172 - Os desafios de consolidação da democracia na América Latina - *Sebastian Tobar, Samia de Brito e Miryam Minayo*

179 - 10º Fórum Regional sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD-10) - *Augusto Paulo Silva, Tomé Cá, Manuel Mahoche e Felix Rosenberg*

197 - Da Europa, Macron cogita enviar tropas para a Ucrânia e Rússia responde com exercícios com armas nucleares táticas - *Ana Helena Gigliotti de Luna Freire*

201 - Região Árabe e Ásia se preparam para o HLPF e para a Cúpula do Futuro - *Lúcia Marques*

211 - A Lua representa meu coração - *André Costa Lobato*

214 - China e Estados Unidos - *Cesário Melantonio*

216 - EUA regula proteção de crianças contra riscos ambientais - *Guto Galvão*

Autores deste Caderno - 220

**Eventos do CRIS e acessos a materiais do CRIS - 223

***Para citações, ver 'Ficha catalográfica' - 224

CADERNOS CRIS/FIOCRUZ

Informe sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde Nº 07/2024 – 24 de abril a 7 de maio de 2024

Apresentação

Em primeiro lugar, oferecemos a mais irrestrita **solidariedade ao povo gaúcho** que está sofrendo uma das maiores tragédias ambientais que já acometeram o país, ao lado da tragédia de Brumadinho. Consequência das agressões planetárias globais pela ação antropogênica, esta tragédia anuncia outras e chama a atenção da governança global para ações imediatas de contenção das mudanças climáticas.

1º. de maio, Dia Internacional do Trabalhador. Nossos pensamentos voltam-se para homenagear todos os trabalhadores do mundo, aqueles que de fato constroem – mas não se apropriam – da riqueza global. O Dia Internacional do Trabalhador é um emblema das lutas históricas por melhores condições de trabalho, dignidade e justiça social: a jornada de trabalho de oito horas, o direito à organização sindical e a valorização do trabalho humano. Homenageia uma data histórica, o 1º. de maio de 1886, quando a greve por melhores condições de trabalho em Chicago provocou um massacre policial, com prisões e mortes de trabalhadores. Este acontecimento serviria de inspiração para muitas outras manifestações que se seguiriam. Estas lutas operárias culminaram numa série de direitos, previstos em leis e sancionados por constituições.

Já não é dia de grandes e importantes manifestações mundo a fora. Nos últimos 30 anos, o poder de barganha dos trabalhadores foi reduzido pela globalização, pela precarização e pela automação. Como analisa Enzo Traverso¹, o modelo do capitalismo industrial, que havia dominado o século XX mudou. A introdução de um trabalho flexível, móvel e instável, assim como a difusão de modelos individuais de competição entre assalariados, minou formas tradicionais de sociabilidade e solidariedade. O advento de novas formas de produção e a mudança do antigo sistema de grandes fábricas com enorme concentração da força de trabalho teve importantes consequências, entre as quais o ocaso das extraordinárias manifestações mundiais dos trabalhadores no seu dia.

Necropolítica global. Assim Lúcia Souto definiu a situação política mundial corrente em recente Seminário do CRIS sobre a Agenda 2030. De fato, os obscenos 2,4 trilhões de dólares aplicados em gastos militares para a morte e a destruição, apenas em 2022 e, comparativamente, irrisórios investimentos em desenvolvimento de forma geral, em prol da qualidade da vida humana e planetária, permite perfeitamente que se aplique este conceito. Na economia, a altíssima e crescente concentração de renda; investimentos insuficientes em políticas sociais, resultado de políticas de austeridade fiscal cobradas a governos de países em desenvolvimento; dívidas externas impagáveis, acumuladas por juros escorchantes determinados pelo capital financeiro internacional; descumprimento de aportes a fundos globais para financiamento da Agenda 2030, para enfrentamento das mudanças climáticas, para redução da pobreza, para combate à fome, para a ajuda humanitária, entre outros, demonstram a negligência de atores políticos globais poderosos no enfrentamento dos determinantes sociais,

¹ Traverso E. *Melancolia de esquerda: marxismo, história e memória*. Belo Horizonte: Âyiné, 2021 [2016], pp. 34.

econômicos e ambientais da saúde, o que alavanca em definitivo a necropolítica instalada no nosso já muito frágil planeta. O resultado é que milhões de vidas estão sendo perdidas, bilhões de casos de doenças deixando de ser evitados, e um planeta agredido revida com desastres ambientais, como o que se está vendo nesta semana no Rio Grande do Sul.

Um exemplo claro desta *necropolítica* está no artigo de **Jeffrey Sachs** quem, com a sagacidade que sempre caracteriza suas análises, traz a perspectiva desalentadora para a paz e o desenvolvimento que se desenha no cenário eleitoral norte-americano de 2024. Afirma, categoricamente, que “numa base bipartidária, a Casa Branca e o Congresso estão conduzindo o mundo para uma guerra global”. Candidatos nanicos, com posições em prol da paz, não têm qualquer chance de sequer aparecer nas urnas. Defende que não há “eixo do mal”, mas políticas internacionais mal conduzidas pelo Ocidente, sob a liderança dos Estados Unidos. “Os dois principais partidos da América (...) são partidos de guerra (...) servem aos mesmos financiadores: Wall Street, o complexo militar-industrial e os mega-ricos, que financiam os dois partidos para que proporcionem reduções de impostos e subsídios aos ricos, a ampliação da OTAN e contratos de armas para as indústrias militares”. Conclui: O mundo está mais perto do que nunca do Armagedom nuclear, a apenas 90 segundos da meia-noite, de acordo com o Relógio do Juízo Final do Boletim de Cientistas Atômicos.

Entre outras notícias assustadoras sobre a **necropolítica global** em curso está a de que, diante do avanço da presença da China e da Rússia no SAHEL, a OTAN pretende investir em capacitações e treinamentos militares nos países daquela sub-região africana. Que tal, países que constituem a OTAN, experimentar outra estratégia e ganhar espaço político na região ampliando a ajuda para o desenvolvimento, brutalmente deficitário nos países do SAHEL? Capacitações em profissionais de saúde, educação e cultura, em vez de treinamento de soldados. Investimentos em infraestrutura e equipamentos para melhorar a qualidade de vida, em vez de entregas de artefatos militares. Pois como dizia Gandhi, olho por olho, e o mundo acabará cego.

Enquanto isso, o processo relativo ao desenvolvimento derrete, o que é ironicamente captado pela pena sempre ousada de **Santiago Alcázar**. Além de tratar das imensas dificuldades que enfrenta a concretização dos ODS em todas as regiões e países, inclusive no HLPF, que se realizará no âmbito do ECOSOC, (Nova York, julho 2024), nosso analista aborda com propriedade uma série de questões selecionadas, que vem sendo debatidas nas reuniões regulares diárias empreendidas na Assembleia Geral da ONU, a qual remetemos o leitor, pelo impacto que têm na saúde global.

Juan Garay retoma o tema que abordou no seu artigo de estreia nos Cadernos (fascículo 6), sobre geopolítica global, agora avançando alguns passos, com a proposta do que entende possa ser um novo paradigma para a humanidade: o Bem-estar em Equidade Sustentável, que traz a sigla **BeES**. À pergunta “Qual é a alternativa?”, o autor pontua que ‘a ética, o conceito e as métricas da economia da nova ordem mundial baseada no *Bem-estar na Equidade Sustentável* (*BeES*) demonstram que uma nova ordem política e socioeconômica é urgentemente necessária e viável. Segundo ele, esta nova ordem pode preservar e promover o conhecimento humano, evitar o trágico e contínuo número de mortes causadas pela desigualdade na saúde global e prevenir o desastre climático e a destruição ecológica que ameaçam o próprio futuro das gerações vindouras. Propõe dez etapas de análise e ação para esta mudança ética e urgente, às quais remetemos o leitor.

Em **Gaza**, a fome como arma. Cerca de 1,1 milhão de palestinos estão em risco iminente de “*famine*”, uma palavra em inglês, que, no jargão técnico, caracteriza as situações mais extremas de fome, segundo o *Programa Mundial de Alimentos da ONU*; já segundo a *Human Rights Watch*, Israel está usando a fome como arma, o que é crime de guerra. Universitários combativos agredidos e presos nos Estados Unidos por clamarem contra esta guerra suja, as mortes e a destruição. Estudantes de grandes universidades dos EUA levantaram-se, sacudindo o país-senhor-da-guerra como não se via desde a década de 1960, durante a guerra do Vietnam. Enquanto isso, Casa Branca e Congresso movem-se impassíveis para transferir para a indústria bélica os mais de 90 bilhões de dólares aprovados para as guerras da Ucrânia e Gaza e para a ‘prevenção’ da guerra em Taiwan. Para culminar, neste último domingo, 5 de maio, Israel e o Hamas manifestaram no Cairo as suas profundas divergências sobre os termos para chegar a uma trégua na Faixa de Gaza, o que põe em maior risco de genocídio a população palestina e a vida dos prisioneiros.

No **Haiti**, segundo nota divulgada no dia 6 de maio por peritos em direitos humanos da ONU que visitaram o país, o surto de violência resultou em perda de meios de subsistência e insegurança alimentar, deslocamento múltiplo e generalizado, colapso da educação, colapso da saúde e outros serviços essenciais. De acordo com os especialistas, o acesso à justiça foi severamente limitado devido ao medo de represálias e à falta de oportunidades econômicas. Apesar da instalação do Conselho Presidencial de Transição há cerca de 2 semanas, nada mudou no cenário de caos e violência.

De Negri Filho articula seu informe em duas dimensões. Na primeira, busca documentar uma visão crítica sobre a atuação do **Conselho de Direitos Humanos da ONU**, mediante suas comissões de inquérito e, inclusive seus especialistas independentes, assim como funcionários do Alto Comissariado de Direitos Humanos, que têm suas atuações enviesados por interesses de países e doadores poderosos do mundo ocidental. Para ilustrar estas tensões, vale-se do livro “A Indústria dos Direitos Humanos”, de Alfred de Zayas, professor de Direito Internacional na Escola de Diplomacia de Genebra e ex-especialista independente do CDH da ONU. O outro tema que trata no informe são duas resoluções adotadas em 05/04/2024, no CDH/ONU, as quais ratificam o apoio, por maioria, aos informes das Especialistas Independentes Attiya Waris e Alena Douhan, sobre os “*Efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais*”; e sobre “*Efeitos das medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos*”.

Na **OMS**, o mês de maio já é tradicionalmente central para a Saúde Global por causa da **Assembleia Mundial da Saúde (AMS)**. Em 2024, as atenções ao redor do que acontecerá na última semana do mês vem porque aliado à agenda da AMS, são esperadas as apresentações e adoções do *Acordo Pandêmico* e da *Revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)*. As negociações para o Acordo Pandêmico estão em sua fase final, mas ainda há preocupações sobre a equidade e eficácia do sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS). Enquanto isso, o Grupo de Trabalho para a revisão do RSI avançou na elaboração de emendas para fortalecer a capacidade global de detecção e resposta a pandemias. O diretor-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, enfatizou a importância da cooperação global e da equidade na resposta a ameaças à saúde. No entanto, ainda persistem controvérsias e preocupações sobre a linguagem e implementação dos acordos propostos. Grupos de defesa do acesso a medicamentos expressaram preocupações sobre a falta de equidade no PABS e fizeram sugestões para melhorar o sistema. Para **Reges, Bermudez e Galvão**, a expectativa é que as

resoluções sejam apresentadas e aprovadas durante a AMS, com o objetivo de fortalecer a segurança global da saúde e promover a equidade na resposta a pandemias.

Magalhães e Galvão destacam na área de **ambiente e saúde** que a quarta sessão do *Comitê de Negociação Intergovernamental para desenvolver um instrumento internacional sobre poluição por plásticos* terminou sem progressos significativos, dominada por países com baixas ambições que favoreceram a produção de plástico, apesar das propostas de nações como Ruanda e Peru para reduzir a produção. A indústria petroquímica e alguns países continuam bloqueando avanços significativos, enquanto ambientalistas expressam frustração e compromisso em continuar lutando por um tratado eficaz. O relatório *"The New Climate Denial"* investigou cerca de 200 horas de conteúdo no YouTube em 2023 para identificar desinformação sobre mudanças climáticas promovida nas redes sociais. O estudo mostra como as mídias sociais facilitam a propagação dessa desinformação, que é frequentemente influenciada por empresas de combustíveis fósseis adaptando suas estratégias de negacionismo para métodos mais sutis. A *Reunião de Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7* resultou em um comunicado que pede ações urgentes para combater as crises globais de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. No entanto, as ações do G7 vão em sentido contrário, financiando tecnologias para aumentar a sobrevivência das empresas de carvão e se utilizando das promessas de falsas soluções para prometer emissões zero líquidas.

“A mudança climática cria um ‘coquetel’ de riscos graves para a saúde de 70% dos trabalhadores do mundo”, alerta novo relatório da **Organização Internacional do Trabalho (OIT)**, e alerta-nos nosso especialista **René Mendes** no seu sempre esperado informe quinzenal. A propósito do *Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho*, que a OIT habitualmente promove em torno do dia 28 de abril de cada ano, o tema dos impactos das mudanças climáticas sobre a segurança e a saúde dos trabalhadores foi alçado para a posição de tema central das reflexões e debates de 2024. Com efeito, para prover dados e informações atualizadas e como documento-base para o debate em nível global, assim como no âmbito de cada país-membro, a OIT divulgou o importante relatório intitulado *“Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança”*. Para este fim, foram selecionados seis temas prioritários: calor excessivo, radiação ultravioleta (UV), eventos climáticos extremos, poluição do ar nos locais de trabalho, doenças transmitidas por vetores, e os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores. **Mendes** oferece-nos uma síntese do documento elaborado pela OIT, como subsídio às discussões que devem ocorrer ao longo do ano de 2024.

Neste informe, **o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global** apresenta um **panorama da migração mexicana** em 2023. Mostram os resultados da Reunião Anual do Marco Integral Regional para Proteção e Soluções que tenta encontrar soluções conjuntas para o deslocamento forçado. Também destacam um plano de integração profissional no coração do México, organizado pelo ACNUR.

Na área da **Saúde da Mulher Criança e Adolescente**, nossas analistas **Massari e Gomes** destacam que a redução da fertilidade e sua relação com o uso de agrotóxicos tem sido tema de diversas pesquisas em todo o mundo. Um *relatório produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em parceria com o Centro de Direitos Reprodutivos de Bogotá/Colômbia*, destacou os efeitos nocivos dessas substâncias na população. O relatório também discute a ampla regulamentação dos agrotóxicos no Brasil e suas consequências para a saúde pública.

Nilson, Oliveira, Ell e Ubarana discutem o último **relatório de agências das Nações Unidas sobre as crises alimentares no mundo e sobre a situação da fome no mundo**, bem como

a situação atual do Brasil em relação à insegurança alimentar e nutricional. A partir desse diagnóstico, compartilharemos um grupo de *recomendações aos países do G20* em relação ao enfrentamento da fome no mundo que fazem parte de nosso policy brief apresentado e aprovado pelo T20.

Compreendendo a necessidade de reforçar os sistemas de saúde, acelerar a transformação digital do setor e cuidar da prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias na América Latina e no Caribe, o **Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)** e a **Organização Pan Americana de Saúde (OPAS)** unem forças para implementar as melhorias sobre o tema na região, o que é analisado no informe de nossa analista **Isis Cazumbá**.

A Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados ("*Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge*") ocorrerá em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, organizado pela **Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI)**. Este evento constitui a fase final das negociações antes da adoção de um instrumento jurídico internacional, que é analisado por nossos analistas **Chamas e Cesário**.

A **UNESCO** nomeia 24 especialistas de todo o mundo para desenvolver o primeiro *quadro global sobre ética da neurotecnologia*, conforme nos informam **Gaspar, Sanglard, Rodrigues e Barros**. O grupo em foco se reuniu em Paris de 22 a 26 de abril, e a UNESCO liderará discussões com seus 194 Estados Membros sobre a adoção do quadro até o final de 2025. A neurotecnologia possui potencial para resolver problemas de saúde, mas também apresenta ameaças aos direitos humanos e à privacidade. A falta de regulamentação nessa área levanta preocupações éticas, especialmente com o uso comercial de tecnologias neurotecnológicas. A iniciativa da UNESCO visa garantir que o uso dessas tecnologias esteja em conformidade com os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Nesta quinzena, 36 das 50 **Organizações da Sociedade Civil (OSC)** monitoradas fizeram manifestações que mereceram registro neste informe, sendo 26 de interesse público e dez de interesse privado. Das situações que mais foram mencionadas, em primeiro lugar está a questão das mudanças climáticas, com ênfase nas repercussões da matriz energética centrada em combustíveis fósseis e da poluição plástica global na escassez de alimentos, na ocorrência de desastres naturais que afetam a saúde, tanto física quanto mental. As organizações se esforçam em cobrar responsabilidade de governos e empresas, acrescentando que o impacto das alterações climáticas recai, principalmente, sobre os grupos sociais mais vulnerabilizados. Em segundo lugar, várias organizações manifestaram indignação com a crise humanitária resultante dos conflitos armados em curso no Sudão, entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e o Hamas, sempre conclamando por cessar-fogo urgente. Também chamaram a atenção as manifestações sobre o relatório global sobre crises alimentares, preparado pela *Food Security Information Network*. As organizações da sociedade civil instam os governos a incluir a fome como pauta de políticas públicas e dos investimentos. A crise na governança global e o enfraquecimento das democracias surgiram também como temas importantes. Outras questões que foram objetos de manifestações incluíram: acordo pandêmico, enfrentamento das doenças não transmissíveis e doenças vetoriais, ações de promoção da saúde, desenvolvimento tecnológico e científico de medicamentos, diagnósticos e vacinas. Enfim, as OSC continuaram bastante ativas em suas manifestações, abordando vários problemas graves e urgentes que afetam a humanidade e o planeta, seja com denúncias, seja com apelos à ação de governos e instituições multilaterais.

O Direto ao Desenvolvimento e o 50º aniversário do Banco Islâmico de Desenvolvimento foram os destaques do **UNOSSC**, reconhecendo o potencial de cada ser humano, e a interligação das nações para reduzir as desigualdades através de mudanças transformadoras para o desenvolvimento dos países do Sul e acelerar a realização dos ODS. Quanto à **Cooperação Sul-Sul do Brasil**, o país está cooperando com o Peru nas áreas do trabalho infantil, trabalho forçado e desafios para o desenvolvimento sustentável, e com o Nepal na área de produção de leite. Está desenvolvendo um projeto de agricultura de precisão e digital para a sustentabilidade do agro brasileiro. O **G-77 e a China** participaram de 5 reuniões da AGNU e reafirmaram seu compromisso de reforçar a função deliberativa do ECOSOC e do HLPF. Acataram o documento final do Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC 2024, que será levado para aprovação na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, a ser realizada em 2025, na Espanha. O **Movimento Jovem dos Não-alinhados** recordou a importância do Acordo de Paris, e o **Centro Sul** destacou uma publicação conjunta apresentada durante a 19ª Cúpula do MNA, destacando as condições que impactam negativamente no desenvolvimento sustentável. Analisaram os 30 anos do acordo TRIPS e consideraram que o Acordo BBNJ não contemplou questões do Direito de Propriedade Intelectual. Informe-se mais lendo o informe de nossos analistas **Ungerer, Kastrup e Nery**.

Nesta quinzena, os principais temas que centralizam as discussões no **G20** foram uma maior participação social, por meio das ações do *G20 Social* e do projeto que inclui representações de favelas e comunidades urbanas, e o combate à desinformação e discurso de ódio nas plataformas digitais. No **G7**, os Ministros do clima, energia e meio ambiente se reuniram para discutir a implementação de ações que possam mitigar as consequências das mudanças climáticas, especialmente nos países mais vulneráveis. A reunião resultou em uma declaração conjunta sobre o tema, com novos compromissos e programas. Os destaques da **OCDE** se dividem entre a *Reunião do Conselho Ministerial da OCDE* e a *Reunião Ministerial da Política de Ciência e Tecnologia da OCDE*, além da publicação da versão mais recente do relatório de “*Perspectivas Econômicas*” para 2024 e 2025, e de um estudo sobre política de educação digital brasileira. É o que informam **Burger e colegas** do grupo de analistas do CRIS neste informe da quinzena.

No **BRICS**, **Hoirisch** destaca a *XV reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS*, realizada em Moscou, de 23-25 de abril de 2024. As discussões giraram em torno da pesquisa atual sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo a TB multirresistente. A Rede tem como objetivo de alcançar os ODS e eliminar a TB e essa reunião ajudou a atualizar os especialistas dos países que aderiram ao grupo em 1º de janeiro de 2024. Outro destaque foi a declaração da *Bolívia* que alimenta o interesse em compor o BRICS, tendo inclusive formalizado o pedido para integrar o bloco no ano passado, durante a 15ª Cúpula do grupamento, na África do Sul. O presidente boliviano Luís Arce disse que o país tem muito a compartilhar, apontando o fato de o país ser dono de importantes reservas de lítio, além de minerais raros. Arce deseja fazer parte do BRICS para intercambiar recursos naturais bolivianos por tecnologia de extração e produção de lítio. Por fim, os *sherpas/sous-sherpas do BRICS* reuniram-se em Moscou, nos dias 22-23 de abril. O encontro concentrou-se na implementação das decisões da Cúpula de Joanesburgo de 22-24 de agosto de 2023 e nos preparativos para a próxima reunião dos MRE do BRICS, programada para ocorrer em 10-11 de junho de 2024, em Nizhny Novgorod, Rússia.

Na **América Latina**, os analistas **Tobar, Brito e Minayo** apresentam o panorama político recente da região, com principal foco para análise das eleições e deterioramento das condições da liberdade de imprensa. Observam também as agendas das organizações regionais

relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o **ORAS-CONHU** que promoveu XXXVII Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA); ações nos temas de saúde única, doenças entéricas e prevenção do HIV pelo **COMISCA**; e aprofundamento da discussão na **OTCA** do tema de gestão de recursos hídricos na Amazônia.

Na **África**, como em outras regiões do mundo, realizou-se o *Fórum Regional sobre Desenvolvimento Sustentável*, preparatório à reunião do *HLPF no ECOSOC*, em julho, em Nova York. O objetivo foi realizar o acompanhamento e a revisão regional dos progressos realizados, facilitar a aprendizagem entre pares e promover soluções e ações transformadoras e inovadoras para acelerar a realização dos ODS e as aspirações e metas da *Agenda 2063 da União Africana*. Os analistas do CRIS, **Silva, Cá, Mahoche e Rosenberg** dissecam o processo e os documentos resultantes. Os pesquisadores africanos criam *grupo de pesquisa plurinacional Mpox* para atenuar as epidemias recorrentes e prevenir futuras pandemias. Lançados dois novos projetos com a União Europeia para a *Vigilância Genômica e Partilha de Dados e Detecção de Surtos*. *Consulta ministerial de alto nível* para negociação intergovernamental sobre projeto do *Acordo Pandêmico* elevou a voz do continente para ser ouvida na próxima assembleia Mundial da Saúde. A *Conferência Internacional sobre a PEN-Plus em África* sublinhou o acesso grosseiramente desigual à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados continuados e comprometeu-se a defender uma maior atenção às doenças crônicas no âmbito dos sistemas de saúde. A *SADC* fortalece parcerias estratégicas com o FMI, Banco Mundial e os EUA.

O capítulo sobre a **Europa**, elaborado por **Freire**, aborda assuntos como o debate sobre a reparação por Portugal pela escravidão, a candidatura de Giorgia Meloni ao Parlamento Europeu (PE) e a situação na Espanha, onde o primeiro-ministro quase renunciou e onde os agricultores também se movimentam para as eleições do PE. A questão migratória passa pelo Novo Pacto da UE e pelo acordo do Reino Unido com Ruanda. A guerra entra em momento tenso, de provocações e ameaças, que levam a Rússia a anunciar exercícios com armas nucleares táticas. No âmbito da saúde global, o destaque é o lançamento da Rede Pan-Europeia para Controle de Doenças.

Ambas as regiões, **Ásia e Região Árabe**, têm enfrentado muitos desafios e obstáculos, como a pandemia, as alterações climáticas, as disputas geopolíticas, o aumento das desigualdades e os conflitos violentos, que atrasaram o progresso dos ODS em todos os países, embora em diferentes níveis de gravidade. Interessante observar que os ODS escolhidos para o aprofundamento no próximo *High Level Political Forum 2024 (HLPF)*, que acontecerá em julho, são justamente os ODS que foram muito impactados por esses desafios e obstáculos. Segundo **Marques**, os relatórios apresentados nos *Fóruns Regionais sobre Desenvolvimento Sustentável* das duas regiões, preparatórios para o HLPF 2024, mostraram a estagnação e o retrocesso em muitos casos na implementação da Agenda 2030. Mas também mostraram que muitos países focaram suas políticas para garantir avanços no desenvolvimento sustentável e que inter-regionalmente, especialmente entre os países do Sul Global, vêm aumentando o foco no multilateralismo e na cooperação para superar as incapacidades e deficiências tecnológicas, de conhecimento e até financeiras. Ambas as comissões regionais salientaram que entre as ações para alcançar o desenvolvimento sustentável está a de aproveitar os avanços tecnológicos e a inovação digital. No **Tabuleiro da Geopolítica**, mudanças na ordem regional no Oriente Médio decorrentes da guerra em Gaza e a inversão de papéis dos atores protagonistas.

No informe sobre **China**, **Lobato** aponta que Xi Jinping faz visitas de Estado à Europa, incluindo França, Hungria e Sérvia, onde destacou a importância das relações diplomáticas e

econômicas entre China e os países europeus. Na França, Xi elogiou a cultura francesa e discutiu questões estratégicas com o presidente Macron e a presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen. Enquanto isso, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, visitou Pequim para reuniões, levantando acusações contra a China. A chanceler da Argentina viajou para Pequim, destacando a importância da Iniciativa Cinturão e Rota, mas também fez comentários controversos em Paris. A Academia Chinesa de Ciências divulgou um mapa de alta resolução da Lua, enquanto empresas de carros multinacionais firmaram acordos com fabricantes chineses durante a Feira de Carros de Pequim, buscando manter-se competitivas no mercado de veículos elétricos e tecnologias automotivas.

Nos **Estados Unidos**, a Ordem Executiva de 1997 regula a 'Proteção de Crianças contra Riscos Ambientais à Saúde', criando um mecanismo para atuar nesse tema. **Galvão** traz seus comentários sobre o Relatório de Progresso de programas para reduzir as exposições ao chumbo na infância e eliminar os impactos associados à saúde, implementados no âmbito do Plano de Ação Federal sobre o Chumbo.

Entremado nos informes dos dois países introduzimos um artigo do embaixador **Cesário Melantônio**, que reflete sobre a disputa pela hegemonia política e econômica global estabelecida entre as duas grandes potências. Para desfrutar ainda mais das reflexões do experiente diplomata, sugerimos que seja lido em conjunto com o artigo de Jeffrey Sachs, reproduzido neste Caderno, que trata dos impactos das eleições americanas nas relações globais do país.

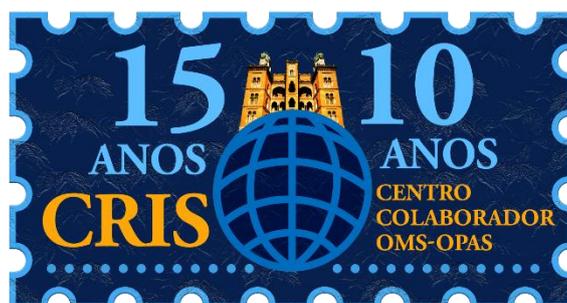
As guerras continuam consumindo os recursos que deveriam estar sendo dirigidas para o desenvolvimento e o bem-estar, para a saúde humana e planetária. Os custos de reconstrução de infraestruturas consequências das guerras e, como vemos agora, das tragédias climáticas como as que se abatem sobre o Rio Grande do Sul, serão imensos, e custarão muitos anos., senão décadas de progresso sadio e sustentável.

Contudo, não há que esmorecer. Curvar-se aos senhores-da-guerra e da destruição ambiental é facilitar a eles suas ações deletérias. Nosso compromisso continua: estudar, denunciar, construir alternativas.

Boa leitura! Nos vemos no Caderno 8.

Rio de Janeiro, Manguinhos, 09 de maio de 2024

Paulo M. Buss, Erica Kastrup e Pedro Burger
Coordenação do CRIS/Fiocruz



Teremos um amanhã?

Santiago Alcázar

Reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempo de múltiplas crises: soluções efetivas, sustentáveis, resilientes e inovativas.

Os temas escolhidos para os Foros Políticos de Alto Nível são sempre assim. Longos, acotovelados, como se quisessem dizer de forma atropelada, sem fôlego, que desta vez a coisa vai. Não percam a esperança. Não vão embora! Por favor! Olhem o programa. Na primeira parte temos os *ODS 1 e 2*. Erradicação da pobreza e fome zero! Quem, nesta sala, não quer ouvir o progresso realizado nesses dois objetivos? Está certo, é verdade, pode-se fazer mais. Ninguém nega. Sim, há ainda muitos pobres e mortos de fome, mas de quem é a culpa? Tenham paciência. Por favor não levantem a voz. Senhora, calma. Apaguem os microfones. Não gritem. Senhor não empurre. Eles estão chegando. Tudo se arranjará. Falarão. Debaterão e depois aprovarão a Declaração. Que declaração? A que aprovam sempre, todo ano, com emendas e pequenas modificações. Para que servem? Ora, para que servem. Ninguém sabe, mas devem servir para algo. Eles... Como? Quem são eles? São os escolhidos, os eleitos. São 54. Erradicar a pobreza e alcançar fome zero no mundo devem ser dois objetivos inalcançáveis, mas é preciso mostrar que se tenta, que se faz. Sim, é um enorme fracasso. Há anos tentam isso e aquilo, mas os pobres e os mortos de fome aumentam. É um problema. Mais difícil que ir à Lua, que é longe para diabo. Parecia inalcançável, mas o homem, teimoso que nem mosca em cima de doce, quis, teve vontade e pronto, foi lá e botou os pés. Mas isto é mais difícil. Como? Não consigo ouvir. Não, meu senhor, eles não podem fazer isso. Há regras, normas, etiqueta. Não podem, não. Ademais, não são comunistas.

O que é preciso fazer para alcançar os *ODS 1 e 2*? Mudar a política, redirecionar o sistema financeiro. Ingenuidade? Sem dúvida, mas sem ela nada acontecerá e os relatórios se seguirão, como vagões de um trem. Pobres 54, cheios de ilusão e esperança! Mal sabem que são passageiros desse trem em sua corrida louca para o Oeste, fugindo para sempre do amanhecer.

O que dizer do *ODS 13*, mudança climática, frente à tragédia no Rio Grande do Sul? Dirão alguns, que foi a fúria da Natureza, como homens primitivos, encolhidos e assustados. As convenções e acordos sobre mudança de clima definem duas ações necessárias: mitigação e adaptação. A primeira se refere a todo o conjunto de coisas que têm que se feitas para frear o aquecimento global, responsável pela doídice do clima. A segunda é tudo aquilo que pode melhorar a resposta à doídice. Causa e efeito. São ações que não podem ser separadas. Combater a causa. Responder ao efeito. Mitigar significa redirecionar o conjunto das atividades da economia para um modelo sustentável. Adaptar significa preparar os sistemas de saúde para a eventualidade de alguma tragédia. Preparar o sistema de socorristas, bombeiros e todos que podem ajudar em tempo. Fazer as obras de contenção, saneamento, drenagem. São decisões políticas que têm que ser levadas a cabo. Mas como no caso da pobreza e da fome, são decisões que reclamam mudança na política e redirecionamento do sistema financeiro.

No dia mundial da liberdade de imprensa, 3 de maio, o Secretário-Geral, Antônio Guterres disse que os profissionais da imprensa têm o importante papel de informar e educar sobre a emergência de clima. Infelizmente, segundo a UNESCO, os jornalistas enfrentam ataques

violentos, que podem terminar em morte. Dezenas de jornalistas, disse Guterres, que cobrem mineração ilegal, exploração madeireira e caça furtiva e outros assuntos de meio ambiente são assassinados. Santa ingenuidade! Coisa de comunistas!

Ainda bem que existe o *ODS 16*, sobre o qual os 54 poderão se debruçar com calma e sobriedade. De que trata o 16? O leitor não lembra? Não? Não quer um café? Uns biscoitos? Que horas são? Não é já tarde? Não? Quer mesmo saber? Bom, lá vai: paz, justiça e instituições fortes. Sim, eu sei, é pesado como um cofre e vazio como barriga de...deixa para lá. Você sabe o que eu quero dizer. Eu sei que paz é complicado, sobretudo com a guerra da OTAN contra a Rússia na Ucrânia e de Israel contra o Hamas em Gaza.

Segundo o Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, nas siglas em inglês), mas de 10 mil pessoas podem estar soterradas sob escombros em Gaza. O Escritório disse que, usando as ferramentas primitivas em mãos dos palestinos, o trabalho de recuperação dos corpos poderia levar 3 anos. A decomposição dos cadáveres ao ar livre é fonte segura de doenças de impacto desconhecido. Catherine Russel, a Diretora Executiva da UNICEF, afirmou em 2 de maio, que quase a totalidade das 600 mil crianças refugiadas em Rafah estão feridas, doentes ou malnutridas. *Em 200 dias de guerra, dezenas de milhares de crianças foram mortas ou mutiladas*, completou a Senhora Russel. Em outro quadrante, time de avaliação das Nações Unidas reportou que na cidade de Khan Younis, ao sul de Gaza, abandonada à sorte, foram encontradas bombas grandes sem explodir, algumas dentro de colégios. Especialistas estimam que poderia haver 7.500 toneladas de peças de artilharia sem explodir espalhadas na área. Ademais, haveria 37 milhões de toneladas de escombros e possivelmente 800.000 toneladas de amianto exposto. O Escritório para Assuntos Humanitários registra que desde 7 de outubro haveria pelo menos 34.560 palestinos mortos e 77.765 feridos.

No dia 1º de maio, dia internacional do trabalho, a AGNU reuniu-se à luz da resolução A/Res/76/262, de 28 de abril de 2022, intitulada *Mandato permanente da AGNU para debater o uso do veto no Conselho Permanente*. A questão específica referia-se ao veto dos EUA à resolução de iniciativa da Argélia relativa ao reconhecimento da Palestina como Estado membro das Nações Unidas. Como se recordará, o Representante Alternativo dos EUA justificou, na reunião convocada por aquela resolução, o uso do direito a veto em verdadeira acrobacia argumentativa, afirmando que aquela reunião era inconsistente com a iniciativa (da Argélia) e constituía uso inapropriado dos recursos de tempo e de dinheiros da Assembleia. Em seguida afirmou que a candidatura da Palestina não havia alcançado consenso, conforme informe do Comitê de Admissões. É curioso que a resolução A/Res/76/262, fora uma peça de artilharia dos EUA contra a Rússia na guerra na Ucrânia. À época, a Representante Permanente dos EUA informou aos seus colegas que, qualquer membro permanente que use o direito a veto para defender os seus próprios atos de agressão, perde autoridade moral. O Representante Permanente de Israel, por sua vez, disse que as Nações Unidas eram o principal obstáculo para a solução do conflito em Gaza. O Observador Permanente para o Estado de Palestina recordou, aos que apoiaram a admissão de Israel como Estado membro das Nações Unidas, que o fizeram não obstante violação da Carta e insubmissão a resoluções fundamentais. Surdos todos, não ouvem o que emitem, quase babando de raiva.

E assim seguiram, durante horas, como se as 800.000 toneladas de amianto expostas em Gaza não fossem motivo de preocupação, e as 37 milhões de toneladas de escombros pudessem desaparecer com um estalo de dedos. E que fazer das 7.500 peças de artilharia sem explodir em Gaza? E dos mais de 34 mil mortos e mais de 77 mil feridos? Quem é responsável? Provavelmente ninguém, porque aparentemente somente alguns podem ser condenados como

criminosos de guerra. Aos amigos tudo. Aos inimigos a lei. Dois pesos, duas medidas, como sempre. Prendam os que protestam contra nós e incentive quem protesta contra eles. É preciso que se entenda de uma vez por todas que os nossos valores e princípios são universais e se opõem aos valores e princípios deles, que não valem nada.

No dia seguinte ao feriado de 1º de maio, a AGNU reuniu-se mais uma vez sob o tema “Faça que a paz seja mais rentável que a guerra” (GA/12596). O hippie que ideou essa iniciativa, claro está, abandonou os sonhos da década de 1970 e agora trabalha em algum banco de investimentos. Durante todo o dia, representantes enfatizaram a importância de esforços coletivos para promover uma cultura de paz.

No mesmo dia, a AGNU considerou e adotou mais uma vez o projeto de resolução A/78/L.62², intitulado “Saúde global e política exterior: considerando desafios de saúde global no espaço da política exterior”.

Bélgica e Suíça, dois países que buscam a paz e o bem-estar geral solicitaram a palavra para fazer duas emendas que, aos seus respectivos olhos, melhorariam o texto. Suíça solicitou que no parágrafo preambular 29 se agregasse, depois de *transferência de tecnologia e know-how*, as palavras *sob termos voluntários e acordados*. Para que o leitor entenda o contexto, reproduz-se a seguir o parágrafo preambular 29 no original, em inglês, como sugerido pela delegação da Suíça:

Noting the discussions on innovative options to enhance the global effort towards the production and equitable distribution of medicines and other health technologies through local and regional production, welcoming the establishment of technology transfer hubs for mRNA vaccines to develop and strengthen local and regional production chains in developing countries, and emphasizing the need to enhance the manufacturing and research capacity of countries through innovation and transfer of technology and know-how on voluntary and mutually agreed terms with the support of developed countries and advanced industries.

A Delegação da Bélgica, com espírito de colaboração desinteressada, também pediu a palavra para fazer melhoras no parágrafo operativo 22. Preocupada com a palavra “desimpedido” depois de acesso urgente e equitativo, solicitou a sua retirada, com medo de possíveis repercussões negativas. O leitor interessado poderá julgar por si próprio a moção da Delegação pela leitura do parágrafo operativo 22, em sua versão em inglês:

22. Urges timely, equitable and ~~unhindered~~ access to safe, affordable, effective and quality medicines, vaccines, diagnostics and therapeutics and other health products and technologies as one of the fundamental elements for the full realization of the right of everyone to the enjoyment of the highest attainable standard of physical and mental health and the correspondent objectives of universal health coverage and health for all, without discrimination, with special attention to reaching those furthest behind first;

As emendas, no entanto, foram rejeitadas, cada uma por 103 votos contra. Não deixa de ser curioso, no entanto, que a emenda sugerida pela Bélgica fora apresentada durante a

²<https://documents.un.org/doc/undoc/ltd/n24/107/84/pdf/n2410784.pdf?token=eVk98DnQ4JUo84qfLG&fe=true>

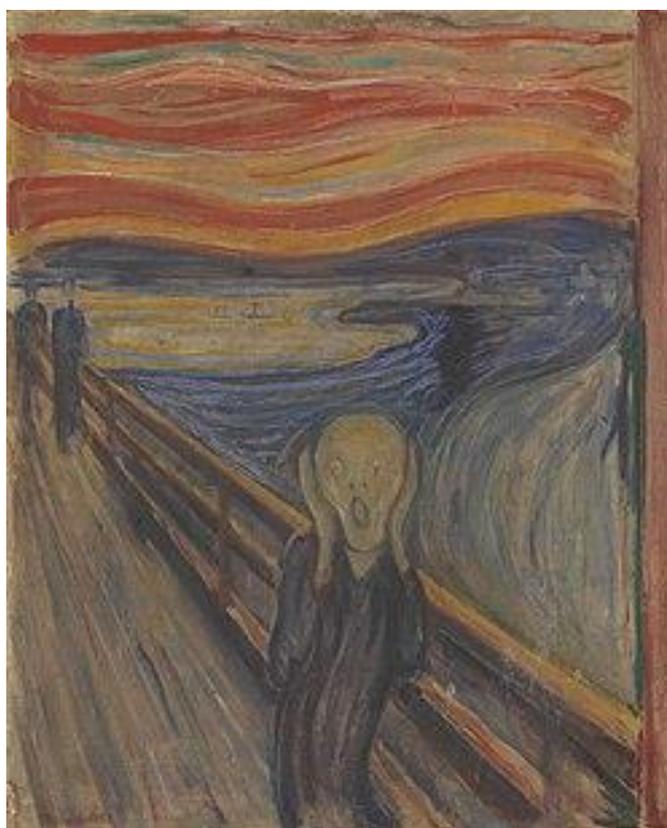
reunião do Foro Político de Alto Nível, em 2023, e aprovada na Declaração ministerial³. Durma-se com um barulho desses!

Ao encerrar este informe, cabe ressaltar o aumento das tensões na guerra na Ucrânia. Em entrevista a CBS, ontem à noite, o representante da Câmara, Hakeem Jeffries, fez declaração surpreendente:

We can't let Ukraine fall because if it does, then there's a significant likelihood that America will have to get into the conflict – not simply with our money, but with our servicewomen and servicemen.

Para piorar a situação, a Rússia emitiu hoje um ultimatum ao Reino Unido com respeito ao uso de mísseis de longo alcance para atacar o território russo. O Reino Unido diz que a Ucrânia tem o direito de atacar a Rússia. A Rússia argumenta que isso configuraria um ato hostil do Reino Unido, que estaria sujeito a retaliação.

É preciso parar esta loucura. Agora. Antes que seja tarde.



³ Ver parágrafo 38, g em https://hlpf.un.org/sites/default/files/2023-09/A%20HLPF%202023%20L1.pdf?_gl=1%2Akrm5r%2A_ga%2AMjc5NDQ5NDA4LjE2MDMxNDUzNDU.%2A_ga_TK9BQL5X7Z%2AMTY5NjMONTIzNi4xMjEuMS4xNjk2MzQ3Nzk1LjAuMC4w

Hacia un nuevo paradigma para la Humanidad: BeES - Bienestar en Equidad Sostenible

Juan Garay

"Como el presente ahora será pasado, el orden se desvanece rápidamente".

La era postguerras mundiales, referida como las guerras europeas por los chinos, está llegando a su fin. Comenzó con la Declaración Universal de Derechos Humanos y el establecimiento de las Naciones Unidas (sesgado por el lado vencedor de la guerra) hace 75 años. Está concluyendo lentamente con una importante confrontación ideológica entre el norte global (con el epicentro "occidental" entre EE. UU. y Europa Occidental) y el sur global (con su epicentro "oriental" entre Rusia, China e India). Estos grupos no son geográficamente claros (el Oeste está vinculado a Japón y Corea, mientras que el Este incluye a Brasil, por ejemplo) ni ideológicamente compactos (el Oeste defiende "economías de libre mercado", pero hay un amplio alcance en la regulación del mercado dentro de él, mientras que el Este tiene una economía más estrictamente planificada centralmente, aunque los sistemas comunistas están abrazando gradualmente los mercados libres, especialmente China, de manera eficiente). Lo que podría diferenciar más a los dos epicentros es el enfoque en el valor principal de la vida antropocéntrica e individual y la libertad en Occidente (vinculado al capitalismo), probablemente arraigado en monoteísmos jerárquicos, frente al principio de interconexión humano-naturaleza y bien común en el Este (vinculado al comunismo).

La primera mitad de la era postguerra polarizó al mundo entre los sistemas económicos extremos de EE. UU. y la URSS, defendidos con poder militar y nuclear masivo durante la Guerra Fría, cada uno contando con aliados históricos (EE. UU. con Europa Occidental y países relacionados, mientras que la URSS con China). Se extendieron a otras regiones (EE. UU. a América Latina, la URSS a Asia del Sur) y compitieron por influencia y vínculos con los recursos naturales en África y Oriente Medio, donde esa tensión llevó a una mayor inestabilidad y conflicto.

La segunda mitad de esta era, desvaneciéndose como se argumenta a continuación, fue precedida por el consenso de Washington y desencadenada por la caída del Muro de Berlín. Esto cambió gradualmente, al menos durante tres décadas, la dinámica bipolar a un sistema multipolar con un centro aún alrededor de Washington y el G7, y otro con Moscú y Pekín, con un papel creciente de otras economías de países grandes agrupados alrededor de BRICS y luego el G20. EE. UU. y Rusia mantuvieron su poder militar y tensión entre ellos, principalmente alrededor del cambiante borde oriental de Europa. Ambos, aunque dotados de reservas de petróleo, se enfocaron en influir en las principales fuentes de petróleo en Medio Oriente, con EE. UU. influenciando a Arabia Saudita y los emiratos vecinos, mientras que Rusia se acercaba a Irán. Mientras tanto, China gradualmente dominaba los metales de tierras raras, críticos para las fuentes y el almacenamiento de energía renovable. La Unión Europea se volvió gradualmente dependiente de la seguridad de EE. UU. a través de la OTAN, del petróleo y gas ruso, y de la dinámica comercial con y contra China.

Justo después de la caída del Muro de Berlín, el Ecuador de esta era de posguerra, la pandemia de SIDA asoló el mundo, principalmente África, y expuso la profunda brecha en el derecho básico a la vida entre los países de ingresos altos, agrupados en torno al eje occidental, y los países de bajos ingresos, principalmente en África subsahariana. El SIDA reveló vergonzosamente, a principios de siglo, cómo las ganancias masivas de las economías ricas anularon la vida de unos 30 millones de personas, en su mayoría en África, que murieron por falta de acceso a medicamentos salvavidas con precios elevados. Paralelamente, el colapso de la Unión Soviética significó unos 7 millones de muertes en exceso, en su mayoría jóvenes, mientras que el auge económico de China redujo una cifra similar de la tendencia de mortalidad mucho antes de su crecimiento económico en la década de 1990.

Durante esta segunda mitad de la era postguerra, la Humanidad vio el auge de Internet, impulsando la velocidad de la comunicación humana, posibilitando un crecimiento exponencial y el poder de operaciones financieras y especulaciones profundamente vinculadas a la influencia mediática y la producción, comercio y consumo globales. Paralelamente, combinando la bendición del consenso de Washington (o la abstención del Estado) de la economía especulativa y el vínculo con la concentración progresiva de los poderes financieros y mediáticos, la equidad económica y de salud/bienestar se estancó, y la carga de la inequidad global en salud ha permanecido desde entonces en un nivel de 16-18 millones de muertes por injusticia global principalmente en países de bajos ingresos, un tercio de todas las muertes, cada año (cuando se desglosa por análisis subnacional, la cifra puede duplicarse). Mientras tanto, la creciente evidencia del inminente desastre climático causado por el hombre, que, en la tendencia actual, significaría más de 200 millones de muertes en exceso en países no contaminantes, llamó a la colaboración global para revertir el calentamiento global, aunque con compromisos retrasados en el tiempo y muy por debajo de la velocidad necesaria para la transición a la era post-petróleo.

En los últimos cinco años, el mundo ha visto el impacto de la pandemia de Covid, donde aún los países ricos acapararon vacunas, y la explosión de guerras en los campos de batalla de la Guerra Fría en Europa del Este (Ucrania) y Medio Oriente (Gaza). Mientras que en el primero, la mayoría del mundo no se puso del lado de Rusia, en el segundo, EE. UU. y sus aliados europeos fueron la minoría al ser complacientes con el genocidio de Israel y votar o incluso vetar en contra de un alto al fuego.

En medio de la creciente brecha política y económica entre ricos y pobres, oeste y este, norte y sur, tres decisiones vitales para el futuro de la humanidad acorralan al norte rico, cuestionando su verdadero compromiso con la Declaración Universal de Derechos Humanos hace 75 años: las negociaciones del Tratado pandémico para responder mejor a nivel mundial a futuras pandemias, donde el norte rico restringe el uso del conocimiento y patentes para salvar vidas por encima de las ganancias, nuevamente, las discusiones en la COP 28 de Dubai donde las emisiones seguirán siendo muy superiores al umbral ético en los países ricos que limita a la Humanidad a un aumento de 1,5 grados sin retorno, y la reciente votación para iniciar negociaciones hacia un tratado fiscal de la ONU destinado a prevenir flujos financieros hacia paraísos fiscales que benefician a los más ricos. Así es hoy el "desorden mundial" de creciente injusticia económica traducida en muertes en exceso en países y comunidades de bajos ingresos, democracia global falsa secuestrada aún por los poderes de veto del Consejo de Seguridad, y desastre ecológico inminente dada la complacencia y los compromisos bajos y retrasados en la reducción de las emisiones de carbono.

¿Cuáles son las causas fundamentales de este desorden mundial? La codicia individual y colectiva parece haberse apoderado de la humanidad, tanto en el norte como en el sur, el este

y el oeste. La expansión del capitalismo y la alianza de realidades virtuales y medios de comunicación dominados por poderes financieros han inundado las conciencias humanas a nivel mundial con datos sesgados y dinámicas competitivas, paradójicamente aclamadas como faros de libertad. Con información y conocimiento sesgados y una empatía en disminución, la naturaleza interior humana de tomar decisiones libres y conscientes hacia el bien común parece, aunque difícil de medir, estar en rápida decadencia a favor del egoísmo individual (competencia y consumo) y colectivo (nacionalismo e intereses corporativos).

¿Cuál es la alternativa? La ética, el concepto y las métricas de la nueva economía del orden mundial basada en el Bienestar en Equidad Sostenible – BeES - demuestran que se necesita con urgencia un nuevo orden político y socioeconómico, y es factible. Este nuevo orden puede preservar y avanzar en el conocimiento humano, evitar la trágica y constante cifra de muertes por inequidad global en salud y prevenir el desastre climático y la destrucción ecológica que amenazan el futuro mismo de las generaciones venideras. Se proponen las siguientes diez etapas de análisis y acción hacia ese cambio urgente y ético:

1. La aspiración humana más apreciada a lo largo de las culturas y el tiempo es tener, y que sus descendientes tengan, vidas largas y saludables.
2. Dicha aspiración está reflejada en el Artículo 25 de la Declaración Universal de Derechos Humanos, que establece un nivel de vida adecuado para la salud y el bienestar, y se define aún más en el objetivo constitucional de la Organización Mundial de la Salud: el mejor nivel de salud posible para todas las personas, el único objetivo de salud global común compartido por todos los estados miembros de la ONU.
3. El nivel de salud-bienestar más factible (también para las generaciones futuras: sostenible) no ha sido definido. Dicho nivel puede definirse como los mejores niveles de bienestar, medidos por la esperanza de vida al nacer, que son factibles según los dos recursos principales y relacionados: económico (inferior al PIB per cápita mundial promedio) y ecológico (por debajo de los límites planetarios).
4. La identificación de referencias grupales humanas de bienestar en equidad sostenible (BeES) permite la identificación de dinámicas socioeconómicas y culturales-filosóficas que pueden orientar la colaboración global hacia un orden justo y sostenible.
5. La comparación de las tasas de mortalidad por país, grupo de edad, sexo y período de tiempo de los modelos BeES con el resto del mundo permite estimar la brecha desde el objetivo de salud global común, a través de la carga de la inequidad en salud, que actualmente se sitúa en alrededor de 16 millones de muertes en exceso por año, alrededor del 30% del total.
6. Tales modelos también pueden identificar el nivel de ingresos (correlacionado con la riqueza y los activos) por debajo del cual ningún país ha podido disfrutar, en los últimos 60 años de registros comparables, de esos niveles óptimos de salud. Llamamos a dicho nivel mínimo de ingresos umbral de dignidad, que permite el derecho universal a la salud, es decir, al mejor nivel de salud factible para todos, y que hoy en día se sitúa en alrededor de \$10 por persona y día (valor constante, variable en paridad de poder adquisitivo), lo cual debería considerarse en las discusiones en torno al ingreso básico universal.

7. La brecha actual de dignidad para permitir que los países con un PIB per cápita por debajo del umbral de dignidad (países deficitarios) tengan recursos económicos suficientes para aspirar al mejor nivel de salud factible es de alrededor de \$7 billones, lo que requiere una redistribución justa de alrededor del 7% del PIB mundial, similar al nivel de las subvenciones anuales al petróleo.
8. La cifra anterior es 4 veces menor que la redistribución interna promedio del PIB en los países de ingresos altos a través de políticas fiscales y de financiamiento público, pero 20 veces menor que los muy bajos niveles de cooperación al desarrollo, que están progresivamente vinculados a inversiones del sector privado del norte a menudo desconectadas de las necesidades del país.
9. Existe un umbral de ingresos excesivos-PIB per cápita por encima del cual no hay país que haya respetado nunca los límites planetarios (incluido el umbral ético de emisiones de CO₂ de 1.6 millones de toneladas métricas anuales por persona), y el bienestar medido por la esperanza de vida al nacer no aumenta más. El umbral de exceso se sitúa hoy en alrededor de \$50 por persona y día. El PIB por encima de dicho nivel, llamado en otros análisis comparativos "PIB desperdiciado", representa alrededor del 60% del PIB mundial total, que también es responsable del 90% de las emisiones de carbono. Incluso después de una redistribución justa que podría prevenir 16 millones de muertes anuales, vidas más simples en términos de producción, comercio y consumo podrían reducir las emisiones de carbono por debajo del umbral ético y liberar recursos para la investigación colaborativa sobre bienes públicos globales.
10. Los efectos negativos de la acumulación de ingresos-riqueza en exceso (impidiendo una redistribución justa y gran parte de la carga de la inequidad en salud) y las emisiones de carbono en exceso (que conducen a los niveles mencionados de mortalidad excesiva debido al calentamiento global) pueden estimarse y deducirse de los niveles de bienestar-esperanza de vida al nacer, combinando así el bienestar individual con los efectos colectivos negativos en el índice de bienestar en equidad sostenible que desafía el índice de desarrollo humano de la ONU (donde ninguno de los 10 países mejor clasificados en los últimos 20 años ha sido económicamente replicable ni ecológicamente sostenible).

War Parties, the Peace Candidate, and the November Election⁴

Jeffrey D. Sachs

The Democrats and the Republicans are outdoing each other to prove who can get us to World War III fastest. Joe Biden and the Congressional Democrats are making a convincing bid to be the leading warmongers. The Congressional Democrats just voted unanimously in a vote of 210 – 0 to extend the Ukraine War with another \$61 Billion to kill more Russians and Ukrainians, and by a lopsided majority of 173-37 for another \$14 Billion to extend Israel’s mass slaughter of Palestinians in Gaza. Donald Trump weighed in before the vote that Ukraine’s survival and strength is “important to us”, and that Europe should pay more. Republican Speaker Mike Johnson did his part for warmongering by calling Russia, China, and Iran the updated axis of evil. The slur was just in time for Secretary of State Blinken to fly to China to threaten more US sanctions if China trades with Russia in ways the US disapproves.

The strongest Presidential candidate for peace is Jill Stein of the Green Party, who is on track to appear on ballots across the country. The Green Party is well advanced in gaining full national access and is working very hard to complete that task. Cornel West, another passionate candidate for peace, is on the ballot in a few states but as an independent candidate faces prohibitive expenses for ballot access because of an unfair system rigged by the two main parties. Robert F. Kennedy Jr., alas, is only half a peace candidate, strong on ending the Ukraine War through diplomacy, but stridently backing Israel’s war in Gaza rather than the diplomacy that is urgently needed and capable of ending the war.

On a bipartisan basis, the White House and Congress are driving the world towards a global war. Washington has absolutely no strategy for Ukraine to win the war but is intent on arming Ukraine to kill as many Russians as possible, even as the war kills vastly more Ukrainians. From the start of Russia’s special military operation in Ukraine, I called for a negotiated peace, emphasizing Ukrainian neutrality and an end to NATO enlargement – which is vociferously, and understandably, opposed by Russia as an existential threat. Yet Biden and Congress continue to insist on NATO enlargement to Ukraine and hence on more war. The result? Ukraine has suffered hundreds of thousands of casualties and ongoing territorial losses.

At the same time, Biden is now arming Israel to commit unconscionable war crimes, with more support now on the way. The US complicity in Israel’s slaughter of Gazans is strongly rejected by the American people, especially young people, yet Biden and Congress aren’t listening to the people. The Government of South Africa, in an application to the International Court of Justice (ICJ), has powerfully asserted that Israel is committing genocide. Yet when US students say the same, they are now being arrested. In fact, the ICJ quickly ruled that Israel’s actions might well violate the 1948 Genocide Convention, pending a final ruling that will take more time.

⁴ Publicado originalmente em: *Other News*, em 23 de abril de 2024. Ver: <https://www.other-news.info/war-parties-the-peace-candidate-and-the-november-election/> Reproduzido nos *Cadernos* com autorização do autor.

If all this were not enough, the US continues to escalate its many provocations towards China. The US is imposing new unilateral trade, financial, and technology measures to hinder China's economy. These measures are in violation of American commitments under international trade rules, yet the US brazenly imposes them in any event. In another paranoid and vindictive action, Congress also voted today that TikTok must be sold by its Chinese owners to a US owner.

The US also has the gall to attack China for its "over-capacity" in manufacturing production. The term "over-capacity" really just means that China produces large volumes of high-quality manufactured goods at very low prices. China's production processes for electric vehicles, for example, are astoundingly efficient.

Most recently, Biden has put US troops into Kinmen Island, an island of Taiwan, in violation of the one-China policy that underpins US relations with China, and therefore peace. The US has also gratuitously upped the anti-China rhetoric together with the leaders of Japan and Korea.

The Biden Administration's antagonism to Iran is similarly relentless and hypocritical. On April 1, Israel bombed Iran's diplomatic compound, in a stark violation of international law. Yet instead of condemning Israel's actions, the US blocked criticism of Israel by the UN Security Council the next day. When Iran counter-attacked on April 14, the US harshly criticized Iran and even put on new sanctions. Washington goes out of its way to assert such double standards.

So, let's add it all up regarding the alleged "axis of evil." The US rejects negotiations with Russia because the US wants to use the Ukraine War to weaken Russia, even as the war destroys Ukraine in the process. The US refuses to take any action to rein in Israel's mass slaughter in Gaza. The US flagrantly provokes China in multiple ways. The US punishes Iran for escalation started by Israel. There is no axis of evil. Rather, the US has pushed Russia, China, and Iran ever more tightly together in the face of unrelenting and misguided US militarism.

Americans are profoundly unhappy about all of this warmongering. Only 33 percent of Americans approve of Biden's foreign policy. Biden is a life-long neocon, supporting NATO expansion, military adventures, and regime change operations for decades. He is also unfit to lead the country for another four years and should not be running for re-election in any event. Meanwhile, Trump as president armed Ukraine, dissed the Minsk II agreement that would have defused the crisis, and went out of his way to antagonize and abandon diplomacy with both China and Iran. The world is closer to nuclear Armageddon than ever, just 90 seconds to midnight according to the Doomsday Clock of the Bulletin of Atomic Scientists.



America's two main parties offer Americans no real say on the life-and-death issues of war and peace. Both are war parties. Both continue to shovel in more money and munitions to

try to hide their past reckless miscalculations. Both parties also serve the same paymasters: Wall Street, the military-industrial complex, and the mega-rich, who fund the two parties to deliver tax cuts and subsidies for the wealthy, and NATO enlargement and arms contracts for the military industries. Peace and economic justice therefore go hand in hand.

The true hope for foreign policy sanity and a fair economy is the lead peace candidate, Jill Stein. The main work for peace activists in the next few weeks is to ensure that Stein is indeed on the ballot in every state in November, despite the brazen attempts by the two major parties to keep the Green Party and peace candidates off the ballot. As Americans in record numbers call for a political choice outside the failed parties of war and Wall Street, and for diplomatic solutions to the wars raging around the world, a voter surge for peace could well occur in November. If Stein is on the ballot across the nation, voters will have that choice.

O mês de maio chegou para a saúde global

Paula Reges
Luana Bermudez
Luiz Augusto Galvão

Resumo. O mês de maio já é tradicionalmente central para a Saúde Global por causa da Assembleia Mundial da Saúde. Em 2024, as atenções ao redor do que acontecerá na última semana do mês vem porque aliado à agenda da AMS, são esperadas as apresentações e adoções do Acordo Pandêmico e da revisão do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). As negociações para o Acordo Pandêmico estão em sua fase final, mas ainda há preocupações sobre a equidade e eficácia do sistema de acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (PABS). Enquanto isso, o Grupo de Trabalho para a revisão do RSI avançou na elaboração de emendas para fortalecer a capacidade global de detecção e resposta a pandemias. O diretor-geral da OMS, Dr. Tedros Adhanom, enfatizou a importância da cooperação global e da equidade na resposta a ameaças à saúde. No entanto, ainda persistem controvérsias e preocupações sobre a linguagem e implementação dos acordos propostos. Grupos de defesa do acesso a medicamentos expressaram preocupações sobre a falta de equidade no PABS e fizeram sugestões para melhorar o sistema. A expectativa é que as resoluções sejam apresentadas e aprovadas durante a AMS, com o objetivo de fortalecer a segurança global da saúde e promover a equidade na resposta a pandemias.

Palavras-chave: AMS, INB, Acordo Pandêmico, RSI

Abstract. *May is traditionally central to Global Health because of the World Health Assembly. In 2024, the focus on the last week of the month is heightened because, alongside the WHA agenda, the presentations and adoption of the Pandemic Agreement and the revision of the International Health Regulations (IHR) are expected. Negotiations for the Pandemic Agreement are in their final stages, but concerns about equity and effectiveness of the Pathogen Access and Benefit Sharing (PABS) system persist. Meanwhile, the Working Group for the revision of the IHR has advanced in drafting amendments to strengthen global capacity for pandemic detection and response. WHO Director-General, Dr. Tedros Adhanom, emphasized the importance of global cooperation and equity in responding to health threats. However, controversies and concerns about the language and implementation of the proposed agreements still exist. Advocacy groups for medicine access expressed concerns about the lack of equity in PABS and made suggestions to improve the system. The expectation is for resolutions to be presented and approved during the WHA, aiming to strengthen global health security and promote equity in pandemic response.*

.Keywords: *WHA, INB, Pandemic Agreement, IHR*

A cronologia dos últimos adventos da saúde global tem estado cercada pelos acontecimentos do mês de maio de 2024. É nesta 77ª Assembleia Mundial da Saúde (AMS) que se espera a apresentação do produto final do Acordo Pandêmico e da revisão do Regulamento Sanitário Internacional. A menos de três semanas do início da AMS, os corredores do prédio da Organização Mundial da Saúde (OMS) ainda seguem cheios de negociadores tratando do Órgão Intergovernamental de Negociações (INB, em inglês). Como apresentado em diversos fascículos

anteriores dos nossos informes, a decepção com um pacto de solidariedade global prevalece. Esta é a segunda semana do último round de negociações do Acordo, alguns passos para trás, sobretudo no que tange o sistema PABS (acesso à patógenos e compartilhamento de benefícios).

INB: sessão final (?)

As tensões pelo documento final e o acordo por termos ainda ocupam espaço central nas negociações do INB. Dr Tedros Adhanom, diretor-geral da OMS, pontuou alguns pontos para que se avance na conclusão do documento. Em seu discurso para os presentes fez alusão ao texto da primeira Conferência Sanitária Internacional, realizada em Paris em 1851. A conferência adotou as primeiras Regulamentações Sanitárias Internacionais, visando padronizar as regulamentações de quarentena internacional contra a propagação de cólera, peste e febre amarela. Essas medidas que vieram a seguir, e diversos outros momentos, levaram à criação da OMS como resposta à necessidade de uma abordagem comum, articulada e organizada para ameaças à saúde globais, ressaltando a necessidade contínua de cooperação global. Tedros, com veemência conclui no seu discurso: "*get it done*".

Nos últimos dois anos, as discussões têm se concentrado em articular componentes essenciais de uma arquitetura robusta e equitativa para preparação e resposta a pandemias. Apesar disso, as conversas não produziram consenso suficiente em um rascunho detalhado, levando o INB a propor uma versão "simplificada". O novo texto consolida disposições para pesquisa e desenvolvimento, transferência de tecnologia, acesso a patógenos e compartilhamento de benefícios (incluindo produtos pandêmicos como medicamentos e vacinas), com muitos detalhes adiados para procedimentos futuros. No entanto, o sucesso do acordo dependerá desses detalhes e da implementação. Apesar disso, os Estados membros não devem ignorar o consenso alcançado até o momento, mas continuar progredindo para adotar este acordo.

Estabelece-se obrigações centrais e arranjos institucionais necessários para prevenção, preparação, resposta e, em certa medida, recuperação de pandemias. Refina substancialmente disposições sobre vigilância e preparação (incluindo um sistema de monitoramento e avaliação), mantendo aquelas para uma força de trabalho em saúde. Os artigos simplificados pedem que as partes (Estados ou organizações econômicas regionais que concordam em serem vinculados pelo acordo) promovam acesso oportuno e equitativo a produtos pandêmicos resultantes de pesquisa e desenvolvimento financiados pelo governo, no entanto, não explicita os mecanismos para que isso seja feito. O documento propõe ainda que as partes devem publicar disposições relevantes de acordos que celebrem para comprar produtos pandêmicos. Outros artigos abordam a diversificação geográfica para a produção de produtos pandêmicos, transferência de tecnologia e uma rede global de cadeia de suprimentos e logística.

Para o seguimento das atuações, foi proposto que sejam organizadas Conferências das Partes, com calendário e agendas pré-estabelecidos.

No entanto, as controvérsias ainda se dispõem. Uma é a prevenção upstream e uma abordagem de Saúde Única' para prevenção, preparação e resposta, que reconhece as conexões entre a saúde das pessoas, dos animais e dos ecossistemas. A outra compromete as partes a estabelecer um novo sistema de PABS da OMS. Uma resolução complementar, preparada pela OMS para adoção na próxima AMS, propõe a criação de grupos de trabalho intergovernamentais. Dois desses grupos são encarregados de desenvolver novos instrumentos internacionais para Saúde Única e para PABS, ambos operacionais até maio de 2026. Eles

forneceriam detalhes específicos sobre as modalidades, termos e dimensões operacionais de uma abordagem de Saúde Única e do sistema PABS. Ambos os acordos são propostos para serem adotados como tratados legalmente vinculantes, mas os Estados membros podem "optar por não participar" ativamente. Por outro lado, o acordo pandêmico exigiria que os Estados membros "optassem por participar" para se tornarem partes e, assim, serem legalmente vinculados.

A dificuldade pela linguagem no termo de PABS vêm dos componentes propostos. Obrigações de compartilhar amostras biológicas, dados de sequenciamentos de patógenos específicos; implementação de um mecanismo para compartilhamento dos benefícios decorrentes das inovações científicas que possam vir desses processos. Inicialmente, propõe-se a cota equitativa de 20% da produção em tempo real das contramedidas médicas. Mas seria isso relevante? Seria isso cumprido? Seria isso suficiente? Qual a sustentabilidade e garantia desse sistema? O uso dos termos "promover", "incentivar" é forte a altura dessa demanda e expectativa? A longa e profícua discussão ao redor de propriedade intelectual sempre recai. Os termos de flexibilidade do acordo TRIPS serão operantes?

Essa última rodada de negociações, que tem previsão de terminar na sexta-feira 10 de maio, tem sido marcada por alguns impedimentos e rediscussões de considerações anteriormente superadas. Ainda ecoa a ideia de postergar por mais um ano as tratativas de discussão. É sabido que postergar sem uma data clara é um horizonte infinito, e todos os esforços feitos até o momento, podem se esvaziar mais ainda. Documento lançado por diversas instituições globais de acesso a medicamentos, incluindo a brasileira ABIA (Associação Brasileira Interdisciplinar de aids), descreveu o acordo até então como um fracasso na garantia por direitos à saúde. Trouxe listado uma série de sugestões para tornar o sistema PABS mais equitativo, incluindo que todos os usuários que se beneficiam financeiramente ao usar o sistema PABS devem ser obrigados a fazer contribuições monetárias para a OMS, especialmente para construir sistemas de saúde resilientes em países em desenvolvimento. Ademais, outras organizações da sociedade civil organizaram carta ao DG na qual expressaram preocupação com a atitude do secretariado/bureau. Estaria se pressionando fortemente os países para adotarem um acordo que "perpetua o status quo, enraizando medidas discricionárias e voluntárias e mantendo o acesso desigual como a norma para abordar a preparação, prevenção e resposta a pandemias". Ambos documentos podem ser lidos na íntegra nos links a seguir: [A Pandemic Instrument that Does Not Deliver on Equity is a Failure](#) e [Open Letter to the Director General of the World Health Organization](#)

Manter a equidade como central ao desenvolvimento e não como uma barreira ao avanço tecnológico e científico é imperativo. E esse princípio deve, ou ao menos deveria, estar contido e expresso no Acordo Pandêmico em compromissos claros.

Grupo de Trabalho para revisão do Regulamento Sanitário Internacional

Na oitava reunião do Grupo de Trabalho sobre alterações ao Regulamento Sanitário Internacional (WGIHR, sigla em inglês), os Estados Membros dos RSI deram passo rumo ao acordo sobre o pacote de emendas que será apresentado à AMS, que ocorre de 27 de maio a 1 de junho.

As emendas, propostas após a pandemia de COVID-19, visam fortalecer a capacidade da comunidade internacional de detectar e responder a ameaças pandêmicas. Elas serão discutidas novamente na reunião final deste oitavo encontro, que acontecerá dias 16 e 17 de maio, com o

objetivo de finalizar um pacote acordado para apresentação à AMS para sua consideração e, se acordado, adoção formal.

O RSI é considerado a pedra angular da segurança global da saúde por décadas, mas a pandemia de COVID-19 mostrou a necessidade de fortalecê-lo em algumas áreas para torná-lo adequado ao propósito. Assim como o INB, essa revisão do RSI é uma oportunidade histórica para proteger as futuras gerações do impacto de epidemias e pandemias, com um compromisso com a equidade e solidariedade.

O RSI tem 196 Estados Partes, compreendendo todos os 194 Estados Membros da OMS, além de Liechtenstein e da Santa Sé. Essas Partes lideraram o processo de emenda aos RSI. Os Regulamentos foram negociados nos termos do Artigo 21 da Constituição da OMS. Qualquer emenda entrará em vigor para todos os Estados Partes, após um período determinado, exceto para aqueles que notificarem o Diretor-Geral da OMS de uma rejeição ou reserva. A expectativa para aprovação da resolução durante a AMS é grande.

Sobre “A Industria dos Direitos Humanos” e a busca de uma nova ordem internacional

Armando De Negri Filho

Este informe se articula em duas dimensões. A primeira busca documentar uma visão crítica sobre a atuação do Conselho de Direitos Humanos, mediante suas comissões de inquérito e, inclusive, seus especialistas independentes, assim como funcionários do Alto Comissariado de Direitos Humanos, que tem suas atuações enviesados por interesses de países e doadores poderosos do mundo ocidental.

Em informes anteriores destaquei a forma como se constituem e atuam essas comissões, com vieses de seleção e perfil de informes muito ocidentalizados. Para ilustrar estas tensões busquei o livro de Alfred de Zayas, “A Industria dos Direitos Humanos”. *Alfred de Zayas* é professor de Direito Internacional na Escola de Diplomacia de Genebra e ex-especialista independente do CDH da ONU para a promoção de uma ordem internacional democrática e equitativa (2012-18). Nas palavras de *Jeffrey Sachs*, “Alfred de Zayas nos oferece um relato inestimável de como o sistema global, criado após a Segunda Guerra Mundial para proteger os direitos humanos, é descaradamente manipulado pelo governo dos Estados Unidos e outros para fins geopolíticos. De Zayas é um líder de direitos humanos de notável perspicácia, experiência, sabedoria e integridade, cujo relato é, ao mesmo tempo, contundente e extremamente construtivo. Ele deixa bem claro por que devemos, e como podemos defender verdadeiramente a paz e os direitos humanos.”

Artigos escritos por Alfred de Zayas e John Perry, jornalista especialista em direitos humanos residente na Nicarágua, detalham a análise exemplar do “grupo de especialistas em direitos humanos na Nicarágua” (GHREN), do CDH da ONU, nomeado para investigar alegadas violações no país, no período desde abril de 2018. A Nicarágua é um país demonizado pelos meios de comunicação ocidentais e serve como objeto de ilustração dessa dinâmica focalizada de “direitos humanos” que serve a interesses geopolíticos.

A leitura dos artigos e resumos do livro de Zayas nos permite ter uma ideia não ingênua da tensa luta sobre os direitos humanos no espaço da geopolítica global, afetando todos os domínios de sua expressão, tais como a saúde pública, e interferindo em temas álgidos da diplomacia da saúde.

Nas palavras de Zayas, “quando as Nações Unidas criam uma “comissão de inquérito”, isso pode resultar numa análise poderosa das violações da legislação em matéria de direitos humanos, como a nomeada em 2021 para examinar a ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel e as suas práticas de *apartheid*. Mas outras comissões podem tornar-se plataformas políticas destinadas a demonizar um determinado governo, elaborando narrativas que dão uma aparência de objetividade, ao mesmo tempo que suprimem todas as provas que contradizem o consenso geopolítico prevalecente.

O objetivo final de tais comissões *não* é investigar ou fornecer aconselhamento ou assistência técnica, mas apoiar uma campanha de desestabilização. Tornam plausível para o mundo em geral que os direitos humanos da população do país visado estão sendo grosseiramente violados e que a doutrina da “responsabilidade de proteger” (conhecida

como R2P) deve ser ativada. Em outras palavras, a mudança de regime, mesmo pela força, seria preferível à inação. Esta vulgarização dos direitos humanos como arma é um dispositivo favorito no conjunto de ferramentas de alguns Estados hegemônicos. É auxiliado e encorajado por organizações não-governamentais financiadas pelas hegemonias e divulgadas pelas câmaras de eco da grande mídia.”

A segunda dimensão explorada neste informe encontra expressão na leitura de *duas resoluções*, adotadas por votação no dia 05 de abril de 2024, no encerramento da *55ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU* e que, em contraposição à dimensão anterior, nos dá esperanças para o futuro, pois se trata de resoluções essenciais para apontar a dignidade dos direitos dos povos e nações, em particular do Sul Global. Elas ratificam o apoio por maioria aos informes das Especialistas Independentes Attiya Waris e Alena Douhan, respectivamente especialista independente e relatora especial sobre os *“Efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais”* e dos *“Efeitos das medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos”*.

As resoluções tocam elementos fundamentais para qualquer pretensão que tenhamos de construir sistemas universais de saúde e de seguridade social nos países do Sul, pois reivindicam o direito ao desenvolvimento a partir da transformação do sistema financeiro internacional e da arquitetura das dívidas externas e internas, e apontam o efeito devastador que têm as medidas coercitivas unilaterais sobre as possibilidades de materialização dos direitos ao desenvolvimento e humanos em geral.

Ambas dimensões finalmente alertam sobre a *“weaponização”*, ou seja, a transformação em arma política e expressão de força coercitiva que podem ganhar os direitos humanos quando manipulados hegemonicamente pela visão ocidental, e os paradoxos das violações massivas consentidas sobre a possibilidade material dos direitos, na utilização dos instrumentos de coerção econômica via endividamento ou sanções econômicas - ambas medidas com um elevado grau de sofisticação em sua apresentação como elementos naturais de uma ordem internacional essencialmente injusta.

Ao abordar, mediante artigos e resoluções traduzidas a seguir, este universo complexo do uso dos direitos humanos no âmbito dos conflitos de poder global, espero contribuir a uma visão não ingênua da luta política pelos direitos humanos e, assim, estimular uma visão não colonial do direito internacional e uma ação francamente favorável a uma nova ordem internacional multipolar, onde a multilateralidade seja sinônimo de justiça global.

As aprovações por maioria, alinhando em favor os votos do Sul Global contra o *“Ocidente”* – EUA, Japão, União Europeia – também permitiram elevar o tom das resoluções sobre dois temas estruturais para uma transformação da ordem hegemônica global. Tal panorama revela uma divisão profunda entre projetos de poder divergentes e abrem possibilidade de estruturar conflitos para além da mera retórica diplomática, assim como a instrumentalização dos direitos humanos em favor dos interesses hoje hegemônicos.

1. Conselho de Direitos Humanos da ONU apoia novamente os planos de mudança de regime dos EUA para a Nicarágua. Por Alfredo de Zayas⁵ e John Perry⁵. *Global Research*, 04 de abril de 2024. Ver: <https://www.globalresearch.ca/un-human-rights-council-again-supports-us-regime-change-plans-nicaragua/5853848>

‘Quando as Nações Unidas criam uma “comissão de inquérito”, isso pode resultar numa análise poderosa das violações da legislação em matéria de direitos humanos, como a nomeada em 2021 para examinar a ocupação ilegal dos territórios palestinos por Israel e as suas práticas de Apartheid.

Mas outras comissões podem tornar-se plataformas políticas destinadas a demonizar um determinado governo, elaborando narrativas que dão uma aparência de objetividade, ao mesmo tempo que suprimem todas as provas que contradizem o consenso geopolítico prevalecente.

O objetivo final de tais comissões *não* é investigar ou fornecer aconselhamento ou assistência técnica, mas apoiar uma campanha de desestabilização. Tornam plausível para o mundo em geral que os direitos humanos da população do país visado estão a ser grosseiramente violados e que a doutrina da “responsabilidade de proteger” (conhecida como R2P) deve ser ativada. Por outras palavras, a mudança de regime, mesmo pela força, seria preferível à inação. Esta vulgarização dos direitos humanos como arma é um dispositivo favorito no conjunto de ferramentas de alguns Estados hegemónicos. É auxiliado e encorajado por organizações não-governamentais financiadas pelas hegemónias e divulgadas pelas câmaras de eco da grande mídia.

Um exemplo disso é o trabalho do “grupo de especialistas em direitos humanos na Nicarágua” (GHREN) da ONU, nomeado para investigar alegadas violações no país no período desde abril de 2018.

A data foi escolhida porque marcou o início de protestos violentos, que rapidamente se transformaram em uma tentativa de golpe de Estado. A violência durou três meses e deixou mais de 250 mortos, incluindo opositores ao governo, funcionários e simpatizantes do governo e 22 agentes da polícia.

O primeiro relatório do grupo, em fevereiro de 2024, tinha 300 páginas. Parecia ser muito detalhado: por exemplo, incluía um estudo de caso de 9 páginas sobre acontecimentos numa cidade da Nicarágua, Masaya, durante o período de abril a julho de 2018. No entanto, apesar deste detalhe, o GHREN ignorou a tarefa que tinha sido definida para o seu trabalho, que exigia explicitamente que investigasse “*todos*” os acontecimentos relevantes. O relatório omitiu completamente, ou mencionou apenas muito brevemente, os muitos atos extremos de violência cometidos pelos envolvidos na tentativa de golpe de Estado. Em vez disso, concentrou-se apenas nas alegadas violações dos direitos humanos cometidas por funcionários do governo

⁵ **Alfred de Zayas** é professor de Direito Internacional na Escola de Diplomacia de Genebra e ex-especialista independente da ONU em ordem internacional (2012-18); **John Perry** vive na Nicarágua e escreve para a *London Review of Books*, *Covert Action*, *Council on Hemispheric Affairs*, *Fairness & Accuracy in Reporting*, *Counterpunch*, *The Grayzone* e outras publicações.

e, na recolha de provas, o grupo concedeu acesso preferencial a uma série de ONG que são altamente críticas ao governo da Nicarágua.

A [Coalizão de Solidariedade da Nicarágua](#), um grupo formado por organizações e indivíduos dos Estados Unidos e Canadá, Europa e América Latina, incluindo a própria Nicarágua, respondeu detalhadamente ao trabalho do GHREN. A sua carta apelando à retirada do relatório foi assinada por proeminentes especialistas em direitos humanos, 85 organizações diferentes e mais de 450 indivíduos. Apesar do número de pessoas que apoiaram, a carta e as provas detalhadas apresentadas não obtiveram qualquer resposta.

Na verdade, o GHREN continuou o seu trabalho e, em fevereiro de 2024, publicou um novo relatório, desta vez sem sequer uma menção passageira à violência da oposição. Não fez qualquer referência às alegações da Coligação: era como se as críticas ao primeiro relatório e as provas que as fundamentavam nunca tivessem existido.

Como um dos especialistas em direitos humanos que criticou o primeiro relatório do GHREN, e como um dos organizadores da resposta da Coligação, trabalhamos em conjunto para produzir uma segunda carta, que foi enviada ao GHREN e ao Presidente e altos funcionários do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Esta nova [carta](#) diz que o último relatório é “metodologicamente falho, tendencioso e nunca deveria ter sido publicado”. Afirma que “a exclusão de informações pertinentes submetidas ao grupo de estudo é uma violação da metodologia responsável, uma violação do espírito de toda investigação judicial ou quase judicial”. A carta é assinada por dez proeminentes especialistas e ativistas em direitos humanos, 47 organizações e mais de 250 indivíduos na Nicarágua, nos EUA e na Europa, muitos deles com longa experiência na Nicarágua. (A Coligação continua a recolher assinaturas, que serão enviadas posteriormente.)

O que há de errado com o último relatório do GHREN?

Muitos exemplos de preconceitos e omissões podem ser encontrados em suas páginas. Uma delas é a referência à anistia anunciada pelo governo da Nicarágua em 2019 para os detidos e considerados culpados de crimes, incluindo até homicídio, durante a tentativa de golpe.

A anistia foi o resultado de negociações com a Igreja Católica e outros, destinadas a alcançar a reconciliação após a tentativa de golpe. No entanto, o GHREN retrata a anistia como beneficiando apenas o próprio Estado, quando na verdade os seus principais beneficiários foram mais de 400 figuras da oposição, incluindo organizadores do golpe, que foram condenados por crimes violentos.

Um dos beneficiários mais proeminentes, Medardo Mairena, havia organizado vários ataques assassinos a delegacias: o pior, na [pequena cidade de Morrito](#), resultou em cinco mortes e nove policiais sendo sequestrados e espancados. Apesar dos seus crimes, Mairena foi retratado como vítima pelo GHREN: foi mesmo uma das figuras da oposição [convidada para discursar no Conselho de Direitos Humanos da ONU](#) em julho de 2023.

Um segundo exemplo é o tratamento que o relatório dá à migração. Inicialmente, o relatório afirmava que 935.065 pessoas tinham deixado a Nicarágua, ou seja, que uma em cada oito pessoas “fugira do país desde 2018”. Esse foi o número que recebeu publicidade, mesmo sendo absurdamente alto.

Em poucos dias, o GHREN percebeu o seu erro e revisou o seu relatório, de modo que a versão atualmente no site diz que 271.740 nicaraguenses se tornaram requerentes de asilo e 18.545 nicaraguenses são reconhecidos como refugiados em todo o mundo.

Mas o relatório ainda não dá atenção à evidência de que a maior parte da migração proveniente da Nicarágua nos últimos cinco anos teve motivação económica, dados os efeitos das medidas coercivas dos EUA sobre o país, e as crises económicas que resultaram da própria tentativa de golpe de Estado e a subsequente pandemia de Covid-19. Também não tem em conta o facto de muitos migrantes regressarem à Nicarágua após períodos de trabalho no estrangeiro. Por outras palavras, mesmo o número mais baixo provavelmente exagera o número de nicaraguenses que (nas palavras originais do relatório) “fugiram do país”.

O preconceito mais flagrante do relatório é o tratamento que dá às figuras da oposição como vítimas. Sim, é verdade que houve detenções, prisões e expulsão do país (com o acordo e facilitação dos EUA) de muitos dos detidos. Mas o relatório do GHREN assume que as pessoas afetadas são inocentes de qualquer crime e estão apenas a serem perseguidas como opositores ao governo.

Alimenta a narrativa de Washington, dos seus aliados e da mídia corporativa de que o que aconteceu em 2018 foi um protesto pacífico, quando na prática a violenta tentativa de golpe de estado afetou milhões de nicaraguenses, com vidas perdidas, edifícios públicos destruídos, casas incendiadas e dezenas de funcionários do governo. e simpatizantes sequestrados, torturados, feridos ou mortos. O GHREN ignorou as provas abundantes e detalhadas da Coligação que apresentavam uma narrativa mais precisa do que aconteceu.

É vital que o Conselho dos Direitos Humanos da ONU preste atenção a estas críticas e reveja minuciosamente as suas relações com a Nicarágua. É evidente que o atual grupo de peritos falhou totalmente na sua missão de considerar “todos” os eventos relevantes desde Abril de 2018 e está a comportar-se de uma forma completamente pouco profissional. O seu trabalho deve ser interrompido e deve ser feita uma tentativa genuína de trabalhar com o governo da Nicarágua com base numa compreensão adequada das necessidades do seu povo e da sua experiência na tentativa de golpe de 2018. Acima de tudo, deveria apelar à remoção das medidas coercivas unilaterais (erroneamente referidas como “sanções”, o que implica que são legítimas), que estão a piorar as condições dos nicaraguenses, e não a melhorá-las.

2. A “Indústria dos Direitos Humanos” e a Nicarágua. John Perry. Publicado em *Global Research*, 23/02/24 e em *Covert Action* 06/02/24. https://www.globalresearch.ca/human-rights-industry-nicaragua/5850400?utm_campaign=magnet&utm_source=article_page&utm_medium=related_articles

Porque é que os organismos de direitos humanos das Nações Unidas se concentram em alguns países, mas não noutros? Porque é que organizações como a Human Rights Watch e a Amnistia Internacional parecem ignorar provas importantes que lhes são apresentadas? E por que é que os meios de comunicação social repetem histórias de violações dos direitos humanos sem questionar a sua veracidade?

Estas questões e muito mais são examinadas num [dos livros mais notáveis de 2023](#) : *A Indústria dos Direitos Humanos*, de Alfred de Zayas. É notável por duas razões. Uma delas é que reúne as ideias de Zayas e de outros especialistas sobre as formas como os “direitos humanos” foram distorcidos para servir os interesses dos governos ocidentais, principalmente os dos Estados Unidos.

Mas também é notável porque não é a visão de alguém de fora, mas de alguém que está talvez mais imerso do que qualquer pessoa da sua geração em todo o campo dos direitos humanos, trazendo para a sua análise 50 anos de experiência. As suas conclusões são contundentes, mas de Zayas está longe de ser pessimista, oferecendo um plano multifacetado sobre como as questões dos direitos humanos poderiam ser melhor abordadas a nível global, com os interesses reais dos cidadãos comuns em primeiro lugar, e não subservientes aos de Washington, da União Europeia ou outros centros de poder.

Como leitor, cujo trabalho é referenciado muito brevemente, o que me impressionou fortemente foi o quanto o livro soa verdadeiro para o país onde moro, a Nicarágua. Não recebe a mesma atenção que países como a Venezuela ou a Síria, mas quase toda a análise do livro de Zayas se aplica ao abuso e à manipulação de questões de direitos humanos no contexto da Nicarágua.

Este artigo identifica alguns dos principais insights da *Indústria dos Direitos Humanos* e mostra como eles se enquadram, em muitos casos de forma notavelmente estreita, na experiência na Nicarágua, concentrando-se no período antes, durante e depois da tentativa de golpe contra o governo sandinista em 2018. O assunto abrange desde o nível macro do tratamento da Nicarágua pelas Nações Unidas e pelo seu mecanismo de direitos humanos, passando pelo seu tratamento por organismos regionais, por governos individuais e por organizações internacionais de direitos humanos, até ao comportamento de um punhado de assim chamados órgãos de direitos humanos na própria Nicarágua.

Órgãos de “Direitos Humanos” da Nicarágua

A base da “indústria dos direitos humanos” consiste em pequenas organizações locais que, como salienta de Zayas, podem, em alguns casos, realizar um excelente trabalho. No entanto, ele qualifica isto dizendo: “Há poucos campos que são tão penetrados e corrompidos pelos serviços de inteligência como as ONGs de direitos humanos”.

De Zayas estima que talvez 30% sejam assim penetrados – uma afirmação notável que deve ser levada a sério dado o seu conhecimento do sector. Ele continua alertando especificamente contra aqueles financiados pela National Endowment for Democracy (NED) ou pela Open Society Foundation de George Soros.

O website da NED mostra que, entre 2016 e 2020, gastou quase 1,2 milhões de dólares no financiamento de organismos de “direitos humanos” na Nicarágua, além de financiar muitas outras atividades. Em 2018, a Nicarágua tinha três principais ONG de “direitos humanos”, conhecidas pelas suas iniciais em espanhol como CPDH, ANPDH e CENIDH, bem como várias organizações menores, a maioria recebendo financiamento estrangeiro. Tanto a CPDH como a ANPDH foram financiadas pela NED. O CPDH também [recebeu mais de US\\$ 7 milhões](#) de uma ramificação da Organização dos Estados Americanos (OEA).

A ANPDH foi originalmente criada pela administração Reagan na época da guerra *dos Contra* na Nicarágua, para encobrir as atrocidades *dos Contra* (o financiamento destes órgãos pela NED na década de 1980, através de um intermediário chamado Prodemca, foi [relatado na época pelo The Washington Post](#)). Não se sabe que o CENIDH tenha recebido financiamento do NED, mas no período que antecedeu a tentativa de golpe de Estado foi premiado [com espantosos 23 milhões de dólares](#) por várias instituições europeias, algumas com ligações ao governo. Mais de 10 milhões de dólares deste montante foram atribuídos apenas para salários do pessoal, uma quantia surpreendente num país de baixos rendimentos.

De Zayas adverte que as avaliações dos direitos humanos por parte de tais organismos podem ser comprometidas e devem ser tratadas com cepticismo. No caso da Nicarágua, a sua cobertura tendenciosa e avaliações unilaterais, especialmente em termos de assassinatos e outros abusos durante a tentativa de golpe de 2018, foram [documentadas em detalhe](#) . O exemplo mais extremo é o da ANPDH, que acompanhou ativamente ativistas violentos da oposição e até tentou encobrir as suas piores atrocidades.

Como noticiou *The Grayzone* em 2019 , quando a ANPDH se desfez em 2018 e os seus funcionários partiram para a Costa Rica, acusaram o ex-diretor, Álvaro Leiva, de se apropriar de fundos de organismos norte-americanos como o NED. Pior ainda, revelaram que Leiva lhes ordenou que aumentassem o número de vítimas da ANPDH durante a tentativa de golpe, porque acreditava que aumentar o número de mortos ajudaria a garantir financiamento extra dos EUA.

Um dos mitos duradouros da tentativa de golpe era que centenas de pessoas foram mortas pela polícia. Dez dias após o início da violência, *o The New York Times* já noticiava “...as mortes de dezenas de pessoas este mês, muitas delas às mãos da polícia, dizem grupos de direitos humanos”. *O Guardian* disse mais tarde que “Pelo menos 322 pessoas foram mortas e outras 2.000 ficaram feridas – principalmente pela polícia e por grupos paramilitares pró-governo”.

Segundo a ANPDH , o número chegou a 561, embora a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) tenha dito que a “repressão” levou a 325 mortes. Uma análise detalhada da Comissão da Verdade da Assembleia Nacional da Nicarágua estimou o número real de mortos em 270. Mais importante ainda, uma minoria era manifestante; a maioria eram transeuntes ou pessoas que tentavam passar pelas barreiras da oposição, apoiantes sandinistas ou agentes da polícia (22 destes últimos foram mortos e mais de 400 feridos).

Um advogado e analista, Enrique Hendrix, [mostrou detalhadamente](#) como as ONG de “direitos humanos” inflacionaram os seus números. De Zayas conclui que “as ONG com financiamento estrangeiro construíram um quadro completamente distorcido...em que toda a violência foi atribuída ao governo”.



[As Nações Unidas estão sendo usadas pelos EUA em sua guerra de propaganda contra a Nicarágua](#)

A violência dos manifestantes anti-Ortega durante a tentativa de golpe de Estado apoiada pelos EUA em 2018 foi obscurecida pelos meios de comunicação social dos EUA e pela indústria dos direitos humanos. [Fonte: [ticotimes.net](#)]

Não é de surpreender que todos os três organismos de “direitos humanos” tenham sido encerrados pelo governo depois de 2018, tendo esgotado a sua paciência com as suas atividades de propaganda flagrante. Organismos semelhantes operam agora na Costa Rica: por exemplo, o CENIDH renasceu como *El Colectivo de Derechos Humanos Nicaragua Nunca Más*; não dá qualquer indicação da sua fonte de financiamento no seu website, mas recebeu um “prémio de democracia” da NED em 2021. Continua a oferecer relatórios pouco evidenciados, por exemplo, que, até ao final de 2023, um em cada nove nicaragüenses foi forçado a deixar o país .



El Colectivo de Derechos Humanos Nicaragua Nunca Más, conforme apresentado no site da NED. [Fonte: ned.org]

A ANPDH reabriu na Costa Rica e recebeu mais de US\$ 700.000 da USAID em 2020-2021. Agências dos EUA como a NED e a USAID ainda trabalham ativamente com muitas organizações ligadas à Nicarágua, e a Open Society Foundation acaba de contratar um proeminente opositor do governo sandinista para administrar um fundo de 25 milhões de dólares para **promover a liderança política das mulheres** .

O papel corrupto da OEA e da CIDH

“A nível internacional”, escreve Alfred de Zayas, referindo-se especificamente à Nicarágua, “numerosas instituições confiaram em relatórios não verificados para apresentar uma caricatura de um regime despótico que mata os seus cidadãos, branqueando a violência da oposição”. Ele continua citando a OEA, a CIDH e até mesmo as Nações Unidas como ecoando “as mesmas narrativas tendenciosas”. Todos estes organismos se alimentaram da informação fornecida pelas ONG locais e ainda o fazem agora que muitos estão sediados no estrangeiro. No entanto, logo após o início da violência, estes organismos foram todos convidados pelo governo da Nicarágua para visitar e realizar a sua própria avaliação dos acontecimentos.

Foi aqui que deu errado. Vários especialistas em direitos humanos, como a advogada chilena Antonia Urrejola (mais tarde ministra dos Negócios Estrangeiros no governo de Boric), participaram nessas missões oficiais, receberam provas detalhadas do governo e foram autorizadas a fazer uma série de visitas (por exemplo, a prisões). No entanto, apresentaram então relatórios extremamente tendenciosos que ignoraram em grande parte as provas do governo e omitiram relatos de vítimas da violência da oposição, tendo-se recusado, em muitos casos, até mesmo encontrá-los. Compreensivelmente, depois de meses de muita paciência, em

dezembro de 2018 o governo **rescindiu o seu acordo** para permitir delegações destes organismos internacionais.

Aqui estão dois dos piores exemplos de parcialidade da CIDH. Um deles foi o resultado de um grupo de “especialistas” que visitou o país com a aprovação do governo durante uma missão de seis meses.

O GIEI-Nicarágua (*Grupo Interdisciplinario de Expertos Independientes*) forneceu um relatório de 468 páginas à CIDH, focado particularmente nas mortes ocorridas em 30 de maio de 2018, quando duas grandes marchas foram realizadas em Manágua, uma da oposição e outra de sandinistas apoiadores. O relatório examinou as mortes entre opositores ao governo e referiu-se apenas brevemente às mortes sandinistas e aos ferimentos em agentes da polícia.

Crucialmente, **foi demonstrado que ignorou e manipulou provas** dos seus próprios especialistas. Ignorou provas da utilização de armas de fogo pela oposição, manipulou a análise do seu próprio perito em armas e omitiu quaisquer provas que contradissem as suas conclusões. Como resultado da distorção grosseira dos acontecimentos de 30 de maio, um grande número de organizações e indivíduos **escreveram à CIDH** e separadamente à OEA, mas receberam apenas uma resposta peremptória.

Num outro exemplo de março de 2021, a CIDH realizou **uma sessão aberta sobre os direitos dos povos indígenas na Nicarágua**, para a qual não foram convidados representantes democraticamente eleitos das comunidades indígenas, apenas porta-vozes de duas ONG orientadas para a oposição. Um deles foi o CEJUDHCAN, beneficiário de financiamento da USAID. O outro, CALPI, acusou o governo da Nicarágua de **genocídio**. Quatro ONG de fora da Nicarágua também falaram, incluindo o Oakland Institute, na Califórnia, **que é financiado (entre outros)** pela Fundação Howard G. Buffett.

A Aliança para a Justiça Global, com sede nos EUA e apoiante da revolução nicaraguense, apresentou uma apresentação à CIDH antes da audiência, mas esta foi ignorada e ninguém da AFGJ foi chamado para prestar depoimento. Na verdade, de várias testemunhas, o único apoio ao excelente historial do governo no atendimento às comunidades indígenas veio do procurador-geral da Nicarágua. Ela rejeitou com sucesso os argumentos da oposição e a CIDH não os prosseguiu, mas é claro que foram as falsas acusações feitas na audiência que receberam publicidade.

Alfred de Zayas observa especificamente a tendência da CIDH de fazer desaparecer “petições politicamente sensíveis”. Na CIDH, observa ele, as vítimas “politicamente incorretas” têm “pouca ou nenhuma chance de serem ouvidas”. Estes são apenas dois dos exemplos mais flagrantes de que a CIDH fez exatamente isso.

O preconceito demonstrado pelas instituições de direitos humanos das Nações Unidas

De Zayas salienta que os organismos da ONU muitas vezes “decidem caprichosamente visar um país, mas não outro”, especialmente escolhendo países que “se opõem à visão unipolar ocidental”. Isto pode levar à “demonização de um determinado país na promoção das políticas externas de outros países”. Isto tem acontecido repetidamente com a OEA e a CIDH em relação à Nicarágua, mas agora é também uma prática regular dos órgãos da ONU. Normalmente, o Conselho dos Direitos Humanos ou o Comissário dos Direitos Humanos publica um relatório baseado em grande parte em “evidências” de porta-vozes da oposição ou de ONG, muitos deles

agora baseados fora da Nicarágua. O governo da Nicarágua opor-se-á ao relatório, mas as suas representações ou as de órgãos pró-governamentais serão ignoradas.

Há apenas um ano, o Conselho de Direitos Humanos da ONU criou um “Grupo de Peritos em Direitos Humanos na Nicarágua” (GHREN) que, em Fevereiro de 2023, publicou um [relatório](#) altamente tendencioso. Chegou ao ponto de afirmar que o governo da Nicarágua tinha cometido “crimes contra a humanidade”. Os “especialistas” foram mesmo além do seu mandato e recomendaram novas sanções económicas. Um “coletivo” de pequenas ONGs da oposição [teve acesso aberto](#) ao GHREN e teve claramente uma forte influência no seu trabalho. A pró-revolucionária Coalizão de Solidariedade da Nicarágua preparou rapidamente [uma crítica detalhada do relatório](#). Por exemplo, mostrou como a cronologia dos acontecimentos do GHREN na cidade de Masaya durante a tentativa de golpe omitiu quase toda a violência da oposição, incluindo assassinatos, tortura e destruição de edifícios municipais e casas sandinistas.

Alfred de Zayas juntou-se a outros especialistas em direitos humanos na condenação do relatório como sendo pouco profissional, tendencioso, incompleto e inventado para justificar novas sanções coercivas para prejudicar a economia da Nicarágua (tais medidas coercivas unilaterais foram condenadas pela Assembleia Geral da ONU, mais recentemente na Resolução 77/ 214 de dezembro de 2022 e pelo Conselho de Direitos Humanos na Resolução 49/6). No entanto, quando a Coligação de Solidariedade da Nicarágua enviou a longa petição e as provas de apoio ao Conselho de Direitos Humanos da ONU e ao “grupo de peritos”, não houve resposta. Após vários e-mails contendo mais evidências, apenas uma única resposta de uma linha foi recebida, direcionando a Coalizão para o material no site do GHREN.

Em *A Indústria dos Direitos Humanos*, de Zayas conclui que o verdadeiro objectivo por detrás de tais grupos ou comissões de peritos é “denegrir e desestabilizar o governo visado para facilitar a 'mudança de regime' antidemocrático, conforme desejado por um ou mais países poderosos”. Fazem parte do “arsenal de guerra híbrido” que esses países empregam. Ele prossegue referindo-se especificamente ao relatório do GHREN sobre a Nicarágua, rotulando-o de “panfleto político” e dizendo que as suas acusações de crimes contra a humanidade não merecem comentários detalhados.

Escusado será dizer que a decisão do GHREN foi [amplamente divulgada](#) nos meios de comunicação internacionais; nenhum investigou o trabalho do GHREN ou como foram alcançadas as suas conclusões.

Desde que o relatório foi publicado, figuras da oposição têm sido frequentemente convidadas para discursar na ONU. Félix Maradiaga, beneficiário de financiamento dos EUA através da NED e de outros organismos, [discursou numa cimeira de direitos humanos da ONU](#) em maio de 2023. Medardo Mairena, considerado culpado na Nicarágua de organizar um ataque a uma esquadra da polícia em 2018, que deixou cinco pessoas mortas, mas foi libertado sob anistia de 2019, [discursou em um evento do Conselho de Direitos Humanos da ONU](#) em dezembro de 2023, condenando as “graves violações dos direitos humanos” na Nicarágua.

O papel da Human Rights Watch e da Anistia Internacional

Nem a Human Rights Watch (HRW) nem a Anistia Internacional (AI) escapam à atenção da *Indústria dos Direitos Humanos*. De Zayas salienta que a HRW pode ser “instrumentalizada como um braço de pressão dos EUA contra estados independentes” e que muitas vezes “desacredita governos que procuram alternativas socialistas”. Na Nicarágua (tal como na China e na Venezuela), a HRW “parece seguir a linha do Departamento de Estado”, especialmente no

seu endosso às sanções (conhecidas mais precisamente como “medidas coercivas unilaterais”) e até assumiu o crédito pelas novas sanções impostas por Trump em meio à pandemia de Covid-19.

De Zayas critica a dependência da IA de fontes de financiamento alinhadas com a política externa dos EUA, a sua provável penetração pelos serviços de segurança dos EUA e a sua dependência de informações mal obtidas de ONG locais. Na verdade, a AI prestou especial atenção à Nicarágua durante e imediatamente após a tentativa de golpe de Estado de 2018, emitindo dois relatórios importantes que se basearam esmagadoramente em fontes da oposição – sejam ONG locais ou os chamados meios de comunicação “independentes” que foram fortemente financiados por agências dos EUA.

Um grupo de ativistas que trabalham com a Aliança para a Justiça Global ficou tão alarmado com o preconceito óbvio no trabalho da AI que preparou uma resposta detalhada ao [segundo relatório](#), que a AI intitulou pejorativamente de *Instilar Terror. Dismissing the Truth* da AFGJ [mostrou em detalhes](#) os preconceitos, omissões e erros no relatório da AI. Por exemplo, desvendou a história de um policial que, segundo a AI, foi morto por seus colegas policiais. Esta explicação improvável foi dada pela sua mãe, uma apoiante da oposição, através de uma ONG local. Na realidade, havia provas convincentes, inclusive do seu parceiro (também policial), de que ele foi morto por um atirador da oposição.

Foram feitas várias tentativas de envolvimento com a AI sobre o seu relatório, incluindo uma reclamação formal através dos seus procedimentos publicados e a oferta para discuti-lo na sua sede em Londres. Nunca houve nada além de uma resposta peremptória.

Relatórios da “Indústria dos Direitos Humanos” são endossados pela mídia corporativa

Alfred de Zayas diz sobre os principais meios de comunicação que, quando são tomadas medidas agressivas contra países como a Nicarágua, que têm governos não favorecidos por Washington, a sua resposta é demonizar os líderes de tais países. A Nicarágua dificilmente poderia ser um exemplo mais claro, com o seu líder eleito, Daniel Ortega, regularmente referido como um “ditador” que dirige um “regime autoritário” e, claro, como vimos anteriormente, cometendo “crimes contra a humanidade” ou mesmo “genocídio”.

A Nicarágua tem sofrido com uma sucessão de histórias inventadas, relacionadas com o seu alegado “fracasso” no combate à Covid-19 e com a acusação de que os migrantes nicaraguenses estão a fugir da “repressão”. Um grupo originário de um grupo local de “direitos humanos” tentou rotular as importações de carne dos EUA da Nicarágua como “carne de conflito” porque as fazendas de gado estavam supostamente deslocando os povos indígenas que protegiam as florestas da Nicarágua. A história, exibida pelo [Reveal](#) e pelo [PBS NewsHour](#) e depois divulgada por outros meios de comunicação como a BBC, mostrou ter lacunas e falsidades gritantes pela [FAIR](#) (Fairness and Accuracy in Reporting). As ONG que promovem a história da “carne de conflito”, incluindo os jornalistas envolvidos, foram mostradas por [Rick Sterling](#), escrevendo na *revista CovertAction*, para serem ligadas a organismos como a USAID e a Open Society Foundation de Soros.

O governo aperta as ONGs com financiamento estrangeiro

Tendo tolerado dezenas de ONG que receberam dinheiro dos EUA para promover os “direitos humanos” e a “democracia” no período anterior a 2018, apenas para as ver desempenharem papéis fundamentais na tentativa de golpe de Estado, era inevitável que o

governo reprimisse as suas atividades. Fê-lo através da aprovação de legislação comparável à Lei de Registo de Agentes Estrangeiros (FARA), que os EUA têm em vigor desde a década de 1930 e que desde então foi reforçada em diversas ocasiões. De Zayas salienta a ironia: “Quando a Nicarágua aprovou legislação comparável à FARA, quando começaram a aplicar a lei e alguns aliados dos EUA e beneficiários de financiamento...foram punidos, os meios de comunicação dos EUA emitiram gritos de indignação”.

A Nicarágua encontrava-se na posição invulgar, para um país pequeno com apenas sete milhões de habitantes, de ter milhares de ONG, muitas delas criadas na década de 1980, das quais uma parte ainda estava ativa, mas muitas eram redundantes. Além de afetar as poucas dezenas de ONG ativamente envolvidas em atividades de mudança de regime nos EUA, o resultado da aplicação da nova lei a todas as ONG foi que muitas fecharam, em alguns casos porque já estavam extintas, e noutros porque não conseguiam cumprir os requisitos novos e rigorosos, ou recusou-se a fazê-lo. A mídia rotulou isso como uma “repressão” que estava “destruindo a sociedade cívica”; *O Washington Post* disse que o país é “uma ditadura exposta”.

Como salientei para a FAIR, nenhuma das reportagens dos meios de comunicação social fez perguntas básicas, tais como o que estas organizações sem fins lucrativos fizeram que levou o governo a tomar esta ação, se outros países seguem práticas semelhantes, ou quais são os requisitos internacionais sobre a regulamentação de organizações não governamentais.

A realidade da Nicarágua é que é alvo de contínuas agressões dos EUA. As ONG locais de “direitos humanos”, justamente encerradas após o seu papel na tentativa de golpe, são como o monstro com cabeça de hidra, surgindo de novo na Costa Rica e ainda fomentado não só diretamente por Washington, mas também pelos seus aliados na cena internacional”. Se há menos espaço para a dissidência na Nicarágua do que havia antes de 2018, é evidentemente isso que Washington pretende. Denunciar os abusos dos “direitos humanos”, impor medidas coercivas unilaterais a um país com um dos rendimentos per capita mais baixos do continente, recusar reconhecer uma eleição apoiada popularmente e expressar alarme sobre os laços da Nicarágua com a Rússia e a China, tudo isto ajuda a sustentar o mito que (conforme alegado pelos presidentes Trump e Biden) o país é uma “ameaça extraordinária” à segurança dos EUA.

Os planos de mudança de regime de Washington falharam em 2018, mas o país não desistiu.”

3. CODA, por Alfred de Zayas

“A situação disfuncional descrita acima não é sem precedentes. Durante os meus seis anos como Perito Independente em Ordem Internacional (2012-2018), eu próprio observei manipulações e duplicidade de critérios, e [informei devidamente o Alto Comissariado para os Direitos Humanos](#) (ACNUDH) de que, na minha opinião ponderada, alguns dos meus colegas relatores estavam não observar rigorosamente o seu estatuto de independência e [o nosso código de conduta](#), particularmente o Artigo 6, que exige que todos os relatores dêem a devida importância a todas as informações disponíveis e procurem proativamente explicações de todas as partes interessadas, incluindo o governo do estado em questão, respeitando o regra abrangente de *audiatur et altera pars* (“deixe o outro lado ser ouvido também”).

Quando, no verão de 2017, procurei um convite para visitar a Venezuela em missão oficial, encontrei oposição dentro do ACDH, que tentou dissuadir-me. Quando recebi um convite, quebrando assim uma ausência de 21 anos de relatores da ONU na Venezuela, fiquei surpreendido ao receber cartas de três grandes ONG que na verdade me pediram para *não* ir, porque eu não era o relator “pertinente”.

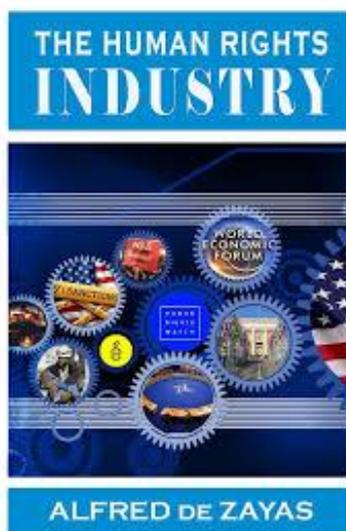
Evidentemente, estas ONG e alguns funcionários do ACNUDH estavam “preocupados” com a minha independência, como já demonstrado em 12 relatórios à Assembleia Geral e ao Conselho dos Direitos Humanos, e temiam, conseqüentemente, que eu escrevesse o meu próprio relatório sobre a Venezuela, que não apoiaria necessariamente a narrativa onipresente dos EUA.

Tornou-se claro para mim que alguns funcionários do ACNUDH estavam nervosos com a possibilidade de eu realmente conduzir uma investigação justa, falar com todas as partes interessadas no terreno e depois fazer o meu próprio julgamento. Na verdade, li e digeri todos os relatórios relevantes da Amnistia Internacional, da Human Rights Watch e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Quando estive no terreno na Venezuela, verifiquei estes e outros relatórios, que considerei seriamente deficientes. Também consultei os relatórios de organizações não governamentais locais na Venezuela, incluindo os da Fundalatin, Grupo Sures e Red Nacional de Derechos Humanos, e li a análise económica da professora venezuelana Pasqualina Curcio.

Quando, em novembro/dezembro de 2017, me tornei o primeiro relator da ONU a visitar a Venezuela em 21 anos, fui sujeito a assédio moral antes, durante e depois da missão. Suportei uma enxurrada de insultos e até ameaças de morte.

Apesar do clima de intimidação, a minha missão teve resultados positivos, incluindo a libertação imediata do político da oposição **Roberto Picon** (a sua mulher e o seu filho recorreram a mim, apresentei então o caso ao **então Ministro dos Negócios Estrangeiros Jorge Arreaza**), a libertação de outros 80 detidos, cooperação reforçada entre as agências da ONU e o governo e novos memorandos de entendimento.

A missão abriu as portas às visitas de vários outros relatores, incluindo os Professores Alena Douhan e Michael Fakhri, bem como da **Alta Comissária Michelle Bachelet**. O meu relatório ao Conselho dos Direitos Humanos, em setembro de 2018, abordou as causas profundas dos problemas, formulou propostas de soluções, incorporando as informações recebidas de todas as partes interessadas, incluindo os parlamentares da oposição, a Câmara de Comércio, a imprensa, o corpo diplomático, os líderes religiosos, os professores universitários, estudantes e mais de 40 ONGs de todas as cores. O relatório foi criticado pelas principais ONG nos EUA e na Europa, para quem apenas são louváveis os relatores que se envolvem em “denúncia e vergonha” e promovem a mudança de regime.



Os capítulos 2 e 3 do meu livro [A Indústria dos Direitos Humanos](#) documentam os problemas endêmicos no funcionamento do ACNUDH e do Conselho dos Direitos Humanos que continuam a atender às prioridades dos principais doadores. No entanto, a percepção geral do ACNUDH e do Conselho dos Direitos Humanos promovida pelos grandes meios de comunicação confere gratuitamente a ambas as instituições autoridade e credibilidade, sem abordar os problemas já expostos por vários relatores, incluindo eu próprio.

Esta dependência do ACNUDH e do Conselho dos Direitos Humanos em relação a Washington e Bruxelas explica algumas das decisões e resoluções obscuras adoptadas pelo Conselho. Parte do problema reside na forma como os funcionários são recrutados e nos procedimentos através dos quais os peritos, incluindo relatores, peritos independentes e membros da comissão, são nomeados.

Por exemplo, não promove a “representação geográfica” simplesmente contratando alguém das Maurícias ou da Indonésia, se essa pessoa tiver sido formada e doutrinada em universidades dos EUA e do Reino Unido. A “diversidade geográfica” não garante necessariamente a representação de um espectro de opiniões e abordagens aos problemas. Não significa muito quando há tantas pessoas que são criticadas por uma determinada nacionalidade, por exemplo, norte-americana, francesa, russa, chinesa, sul-africana. O que é crucial é garantir que todas as escolas de pensamento jurídico e de filosofia estejam representadas. O que é importante é que, quando um candidato do Estado X é recrutado ou nomeado, ele/ela tenha em primeiro lugar os interesses das Nações Unidas e que não esteja *a priori* empenhado em apoiar os interesses dos EUA, ou uma das potências europeias. Não desafio a competência ou experiência dos membros do pessoal e dos relatores – desafio o seu espírito e independência – o seu compromisso com os valores da Carta das Nações Unidas e o seu compromisso com a imparcialidade.

Existem outros obstáculos à imparcialidade. Na verdade, alguns membros do pessoal do ACNUDH são penalizados se fizerem o seu trabalho corretamente e NÃO seguirem as ordens vindas de cima, que são na sua maioria amigáveis entre os EUA e Bruxelas. É uma realidade lamentável que os doadores tenham um grande peso na definição da agenda.

Não existe nenhum mecanismo que garanta o respeito do código de conduta dos relatores, em particular o artigo 6.º. A impunidade por se aliar abertamente aos EUA e a Bruxelas e ignorar o resto do mundo é notória. Por outras palavras, o ACNUDH e o Conselho dos Direitos Humanos foram em grande parte “sequestrados” – como de fato o foram a Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, o Tribunal Interamericano dos Direitos Humanos e o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. Isto levanta a questão que Juvenalis formulou na sua sexta *Sátira* (versos 346-7): *Quis custodiet ipsos custodes?* – “quem guardará os guardiões?”

A experiência mostra que ser um profissional sólido NÃO facilita a promoção. É provável que alguém seja penalizado. Cumprir a “lei não escrita” do “pensamento de grupo” e apoiar as narrativas ocidentais contribui para o desenvolvimento da carreira. E, infelizmente, a maioria dos funcionários está, acima de tudo, interessada nas suas carreiras e não necessariamente na promoção dos direitos humanos. Como em outros lugares, é um trabalho.

Alguns observadores externos compreenderam que jogo está a ser jogado e quais são as regras. A realidade no ACDH e no Conselho dos Direitos Humanos está mais próxima do maquiavelismo e do orwellianismo do que da espiritualidade da Declaração Universal dos Direitos Humanos e dos ideais de Eleanor Roosevelt, René Cassin, Charles Malik, PC Chang e outros. Apesar destes problemas, estamos optimistas quanto à possibilidade de reformar o

sistema e encorajamos todas as pessoas não-governamentais de boa vontade e boa fé a insistirem na reforma destas instituições para que sirvam toda a humanidade e não apenas os interesses de um punhado de pessoas, estados poderosos. Entre as ONG que estão a fazer propostas concretas de reforma estão a [Associação Internacional de Direitos Humanos das Minorias Americanas](#) e o [Instituto Internacional de Investigação para a Paz de Genebra](#), ambos com estatuto consultivo junto das Nações Unidas.”

Endossos ao livro de Zayas

“A promoção e proteção dos direitos humanos é um pilar das Nações Unidas, consagrado na Carta, na carta internacional de direitos, nas resoluções e declarações da Assembleia Geral, e sustentado por mecanismos de monitoramento, comitês de especialistas e tribunais regionais de direitos humanos. Baseando-se em mais de quatro décadas de trabalho no campo dos direitos humanos como membro da equipe da ONU, relator, consultor, membro de painéis de especialistas da ONU, professor e presidente de ONGs, Alfred de Zayas examina como as ferramentas de implementação dos direitos humanos servem para consolidar narrativas políticas promovidas pela "indústria dos direitos humanos".

"Alfred de Zayas nos oferece um relato inestimável de como o sistema global criado após a Segunda Guerra Mundial para proteger os direitos humanos é descaradamente manipulado pelo governo dos Estados Unidos e outros para fins geopolíticos. De Zayas é um líder de direitos humanos de notável perspicácia, experiência, sabedoria e integridade, cujo relato é ao mesmo tempo contundente e extremamente construtivo. Ele deixa bem claro por que devemos, e como podemos defender verdadeiramente a paz e os direitos humanos." Jeffrey D. Sachs, Professor Universitário da Universidade de Columbia

"Alfred de Zayas é um estudioso experiente em direitos humanos, experiente e direto. Vale a pena ler em profundidade."

Professor Marc Bossuyt, ex-presidente do Tribunal Constitucional belga e membro da Subcomissão das Nações Unidas para a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos

"Alfred de Zayas fornece uma visão sincera da 'indústria dos direitos humanos' a partir da perspectiva de alguém que está dentro do sistema há quase cinco décadas. Como os denunciantes que ele cita na dedicatória do livro, Alfred está disposto a fornecer um vislumbre do bem e do mal da crescente indústria de direitos humanos da ONU. Curtis Doebbler, Professor Pesquisador de Direito da Universidade de Makeni (Serra Leoa), representante da ONG International-Lawyers.org na sede da ONU

"Este livro é uma crítica há muito esperada ao sistema de direitos humanos por alguém que realmente valoriza os direitos humanos e que tem uma perspectiva única e valiosa como praticante de direitos humanos há 50 anos... Eu recomendo este livro para especialistas, profissionais e leitores leigos." Daniel Kovalik, professor de Direitos Humanos Internacionais na Faculdade de Direito da Universidade de Pittsburgh, e autor de *No More War: How the West Violates International Law by Using "Humanitarian" Intervention to Advance Economic and Strategic Interests*

"O professor de Zayas levanta questões importantes sobre a politização do Escritório de Direitos Humanos da ONU e do Conselho de Direitos Humanos. Ele formula propostas pragmáticas para a reforma das instituições de direitos humanos da ONU no espírito da Carta das Nações Unidas. O livro é apoiado por centenas de fontes credíveis e apela a um debate

sério." Professor Tian Li, Diretor do Centro de Direitos Humanos e Desenvolvimento Pacífico, Professor Associado da Faculdade de Direito, Universidade de Shandong, China.

4. Conselho de Direitos Humanos 55ª Sessão. 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024. Item 3 da ordem do dia: Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.

Resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos em 3 de abril de 2024 55/6.

<https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/058/98/pdf/g2405898.pdf?token=zAgQ4CVtgvBW80HqaM&fe=true>

Efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados sobre o pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos económicos, sociais e culturais.

O Conselho de Direitos Humanos, orientado pela Carta das Nações Unidas, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, pela Declaração e Programa de Ação de Viena e por outros instrumentos internacionais relevantes em matéria de direitos humanos,

Reafirmando todas as resoluções e decisões adotadas pela Comissão de Direitos Humanos e pelo Conselho de Direitos Humanos sobre os efeitos das políticas de ajuste estrutural e de reforma econômica e da dívida externa no pleno gozo de todos os direitos humanos, particularmente os direitos económicos, sociais e culturais, sendo a mais recente a Resolução 46/8 do Conselho, de 23 de março de 2021,

Salientando que um dos objetivos das Nações Unidas é alcançar a cooperação internacional na resolução de problemas internacionais de carácter económico, social, cultural ou humanitário, Salientando que a Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem acordou em apelar à comunidade internacional para que envide todos os esforços para ajudar a aliviar o peso da dívida externa dos países em desenvolvimento, a fim de complementar os esforços dos Governos desses países para alcançar a plena realização de os direitos económicos, sociais e culturais das suas populações,

Salientando a primazia dos meios de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e, a este respeito, sublinhando os princípios fundamentais da cooperação internacional, que são fundamentais para a realização prática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Salientando também a determinação expressa na Agenda 2030 de ajudar os países em desenvolvimento a alcançar a sustentabilidade da dívida a longo prazo através de políticas coordenadas destinadas a promover o financiamento da dívida, redução da dívida e reestruturação da dívida, conforme adequado, e para fazer face à dívida externa dos países pobres altamente endividados, a fim de reduzir o endividamento,

Reconhecendo os compromissos assumidos na Agenda de Ação de Adis Abeba da Terceira Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, e observando que, apesar dos esforços internacionais de alívio da dívida, muitos países permanecem vulneráveis à crise da dívida e alguns são Nações Unidas em meio a uma crise aprofundada devido à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), incluindo vários países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento e alguns países desenvolvidos, Conscientes do papel, do mandato e das atividades de outras agências, fundos e programas das Nações Unidas no tratamento das questões da dívida externa e das obrigações financeiras internacionais,

Reafirmando que o crescente peso da dívida enfrentado pelos países em desenvolvimento mais endividados, em particular os países menos desenvolvidos, é insustentável e constitui um dos principais obstáculos à realização de progressos no desenvolvimento sustentável centrado nas pessoas e na erradicação da pobreza, e que, para muitos países em desenvolvimento e alguns países desenvolvidos, o serviço excessivo da dívida limitou gravemente a sua capacidade de promover o desenvolvimento social e de fornecer serviços básicos para criar as condições para a realização dos direitos económicos, sociais e culturais,

Manifestando a sua preocupação com o impacto dos atrasos na reestruturação da dívida, dos custos excessivos mais elevados dos empréstimos, das políticas de sobretaxas e da falta de um quadro jurídico internacional sobre a resolução da dívida soberana na realização dos direitos económicos, sociais, culturais e outros direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, e que, apesar dos repetidos reescalamentos da dívida, os países em desenvolvimento continuam a pagar mais em serviço da dívida todos os anos do que o montante real que recebem no desenvolvimento oficial assistência

Reconhecendo que os Estados têm a obrigação de respeitar e proteger os direitos humanos, mesmo em tempos de crise económica e financeira ou de pandemia global, e de assegurar que suas políticas e medidas não resultem em retrocesso inadmissível na realização dos direitos humanos, conforme reconhecido nos instrumentos internacionais relevantes de direitos humanos, e reconhecendo que os princípios orientadores das avaliações de impacto das reformas económicas em direitos humanos¹ constituem uma referência importante para os Estados na medida em que respeito

Reconhecendo também o direito soberano de qualquer Estado de reestruturar sua dívida soberana, que não deve ser frustrada ou impedida por qualquer medida emanada de outro Estado, instituição financeira internacional ou credor privado, Reconhecendo ainda que os fluxos financeiros ilícitos, incluindo a evasão fiscal por indivíduos de elevado património líquido e a evasão e elisão fiscais comerciais através de faturação indevida comercial e preços indevidos de transferência por parte de empresas transnacionais, contribuir para a acumulação de dívida insustentável, uma vez que os governos sem receitas internas podem recorrer a empréstimos externos,

Enfatizando que a desigualdade continua a aumentar em todo o mundo e que muitas vezes contribui para a exclusão social e a marginalização de certos grupos e indivíduos,

Expressando profunda preocupação com as estimativas de que a pandemia COVID-19 encerrou o progresso global na redução da pobreza, e observando que, sem uma aceleração do progresso em direção ao alcance dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, o mundo está destinado a enfrentar a pobreza contínua e outros desafios, em particular nos países em desenvolvimento, com estatísticas indicando que cerca de 575 milhões de pessoas viverão em extrema pobreza até 2030,

Reconhecendo que, juntamente com a crise sanitária associada à pandemia de COVID-19 e outras crises sistêmicas, a economia global está sendo confrontada com uma recessão económica em rápida evolução, sincronizada e severa que afeta as economias desenvolvidas e em desenvolvimento e todos os continentes ao mesmo tempo, e enfatizando a necessidade de criar as condições económicas e sociais que permitirão aos Estados realizar o direito ao desenvolvimento e enfrentar futuras crises e pandemias,

Reconhecendo também a necessidade de reforma da arquitetura financeira global, incluindo a reforma das agências de classificação de crédito, e que as agências de classificação de risco devem desempenhar um papel na prevenção de crises de dívida, e enfatizando que uma arquitetura financeira internacional mais eficaz é necessária agora mais do que nunca para responder às consequências socioeconômicas resultantes da pandemia de COVID-19 e promover o progresso na realização de todos os direitos humanos,

Afirmando que o peso da dívida agrava ainda mais os complexos desafios enfrentados pelos países em desenvolvimento, contribui para a pobreza extrema e é um obstáculo ao desenvolvimento humano sustentável, constituindo, portanto, um sério obstáculo à realização de todos os direitos humanos, particularmente os direitos econômicos, sociais e culturais,

1. Regista com apreço o relatório do perito independente sobre os efeitos da dívida externa e de outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo de todos os direitos humanos, em particular os direitos econômicos, sociais e culturais, intitulado "Legitimidade fiscal através dos direitos humanos: uma abordagem baseada em princípios para a recolha e afetação de recursos financeiros para a realização dos direitos humanos";

2. Convida a perita independente a ter devidamente em conta, em conformidade com o seu mandato, o impacto de todas as obrigações financeiras internacionais nos grupos que vivem abaixo do limiar da pobreza, incluindo as mulheres, os jovens, as crianças, as pessoas com deficiência, os povos indígenas, os migrantes e as pessoas pertencentes a minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas que sofrem de desigualdades socioeconômicas e discriminação;

3. Reconhece que os países em desenvolvimento necessitam de uma enorme liquidez e apoio financeiro para fazer face às consequências imediatas resultantes da pandemia de COVID-19 e das suas repercussões na economia e em todos os direitos humanos, devido aos desafios enfrentados nos domínios dos cuidados de saúde, da educação, do emprego e dos sistemas de proteção social, bem como ao pesado peso da dívida e à deterioração da reserva econômica;

4. Recorda que cada Estado tem a responsabilidade primordial de promover o desenvolvimento econômico, social e cultural da sua população e, para esse efeito, tem o direito e a responsabilidade de escolher os seus meios e objetivos de desenvolvimento, não devendo estar sujeito a prescrições externas específicas em matéria de política econômica;

5. Reconhece que a redução da dívida pode desempenhar um papel fundamental na libertação de recursos que devem ser direcionados para atividades coerentes com a consecução do crescimento e desenvolvimento sustentáveis e a realização dos direitos humanos, incluindo a redução da pobreza e a consecução dos objetivos de desenvolvimento, incluindo os estabelecidos na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, e, por conseguinte, que as medidas de redução da dívida, se for caso disso, devem ser prosseguidas de forma vigorosa e expedita, assegurando que não substituam fontes alternativas de financiamento e que sejam acompanhadas de um aumento da ajuda pública ao desenvolvimento;

6. Reitera o seu apelo aos Estados, às instituições financeiras internacionais e aos credores privados para que participem e apliquem sem demora o programa reforçado de redução da dívida e para que os países industrializados concordem em anular toda a dívida bilateral oficial dos países abrangidos pelo programa em troca de assumirem compromissos demonstráveis em matéria de redução da pobreza;

7. Salaria que os programas económicos decorrentes da redução e anulação da dívida externa não devem reproduzir políticas de ajustamento estrutural anteriores que tenham produzido um impacto negativo na realização dos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, tais como exigências dogmáticas de privatização e redução dos serviços públicos;

8. Insta os Estados, as instituições financeiras internacionais e o setor privado a tomarem medidas urgentes para atenuar o problema da dívida e abordar a sustentabilidade da dívida dos países em desenvolvimento, a fim de que mais recursos financeiros possam ser libertados e utilizados para a saúde, a educação, o saneamento, os serviços públicos, a proteção social e a realização de outros direitos económicos e sociais nos países afetados;

9. Reitera a sua opinião de que, para encontrar uma solução duradoura para o problema da dívida e para a consideração de qualquer novo mecanismo de resolução da dívida, é necessário um amplo diálogo político entre os países credores e devedores e as instituições financeiras multilaterais, no âmbito do sistema das Nações Unidas, com base no princípio da partilha de interesses e responsabilidades;

10. Solicita ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos que preste mais atenção ao problema do peso da dívida dos países em desenvolvimento, em particular dos países menos desenvolvidos, e em especial ao impacto social e relacionado com os direitos humanos das medidas decorrentes da dívida externa e fornecer estratégias analíticas e políticas globais no contexto das reformas da arquitetura financeira internacional;

11. Incentiva a perita independente a cooperar, em conformidade com o seu mandato, com a Comissão dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais, os procedimentos especiais do Conselho dos Direitos do Homem e do Comité Consultivo do Conselho em questões relacionadas com os direitos económicos, sociais e culturais e o direito ao desenvolvimento no seu trabalho;

12. Solicita ao Perito Independente que continue a apresentar relatórios regulares ao Conselho dos Direitos do Homem e à Assembleia Geral, de acordo com os seus programas de trabalho;

13. Solicita ao Secretário-Geral que preste à perita independente toda a assistência necessária, em especial todo o pessoal e os recursos necessários ao desempenho das suas funções;

14. Insta os governos, as organizações internacionais, as instituições financeiras internacionais, as organizações não governamentais e o setor privado a cooperarem plenamente com o perito independente no cumprimento do mandato;

15. Decide prosseguir a sua análise desta questão no âmbito do mesmo ponto da ordem do dia, de acordo com o seu programa de trabalho. 53.ª reunião 3 de abril de 2024.

Aprovada por 31 votos a 12, com 4 abstenções. A votação foi a seguinte:

A favor: Argélia, Bangladesh, Benin, Brasil, Burundi, Camarões, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Eritreia, Gâmbia, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Malawi, Malásia, Maldivas, Paraguai, Catar, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos. Contra: Albânia, Bulgária, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Japão, Lituânia, Montenegro, Países Baixos (Reino do), Roménia, Estados Unidos da América. Abstenção: Argentina, Bélgica, Luxemburgo, Marrocos.

5. Conselho de Direitos Humanos 55ª sessão 26 de fevereiro a 5 de abril de 2024. Item 3 da Ordem do Dia. Promoção e proteção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento. Resolução adotada pelo Conselho de Direitos Humanos em 3 de abril de 2024 55/7. <https://documents.un.org/doc/undoc/gen/g24/058/92/pdf/g2405892.pdf?token=YUbtMf4KILKEd6v73&fe=true>

O impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos.

O Conselho de Direitos Humanos, Recordando os objetivos e princípios da Carta das Nações Unidas, Recordando igualmente todas as resoluções anteriores sobre direitos humanos e medidas coercivas unilaterais adoptadas pela Comissão dos Direitos Humanos, pelo Conselho dos Direitos Humanos e pela Assembleia Geral, Recordando ainda as resoluções 46/5 do Conselho de Direitos Humanos, de 23 de março de 2021, 49/6, de 31 de março de 2022 e 52/13, de 3 de abril de 2023, e as resoluções 76/171 da Assembleia Geral, de 16 de dezembro de 2021, 77/214, de 15 de dezembro de 2022 e 78/202, de 19 de dezembro de 2023, acolhendo a resolução 70/1 da Assembleia Geral, de 25 de setembro de 2015, intitulada "Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável", em que todos os Estados são fortemente instados a absterem-se de promulgar e aplicar quaisquer medidas unilaterais económicas, financeiras ou comerciais que não estejam em conformidade com o direito internacional e a Carta que impeçam a plena realização do desenvolvimento económico e social, em particular nos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento,

Recordando as resoluções 46/14 do Conselho de Direitos Humanos, de 23 de março de 2021 e 49/25, de 1º de abril de 2022, sobre a garantia de acesso equitativo, acessível, oportuno e universal para todos os países às vacinas em resposta à pandemia da doença do coronavírus (COVID-19), nas quais o Conselho expressou profunda preocupação com o impacto negativo da pandemia de COVID-19 no gozo dos direitos humanos em todo o mundo, e enfatizou a importância dos direitos humanos para moldar a resposta e a recuperação inclusiva da pandemia,

Recordando também a Resolução 27/21 do Conselho de Direitos Humanos, de 26 de setembro de 2014, e sua retificação, na qual o Conselho decidiu organizar um painel bienal de discussão sobre a questão das medidas coercitivas unilaterais e dos direitos humanos,

Tomando nota do relatório de síntese do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos sobre o painel bienal de discussão sobre medidas coercitivas unilaterais das Nações Unidas e direitos humanos,¹ realizado durante a quinquagésima quarta sessão do Conselho de Direitos Humanos,

Salientando que as medidas coercivas unilaterais e a legislação e as sanções secundárias são contrárias ao direito internacional, ao direito internacional humanitário, ao direito internacional dos direitos humanos, à Carta e às normas e princípios que regem as relações pacíficas entre os Estados,

Profundamente preocupados com o impacto negativo nos direitos humanos do cumprimento generalizado e do cumprimento excessivo de medidas coercivas unilaterais entre instituições financeiras, empresas de transporte e outras entidades cujos bens e serviços são necessários para a prestação de ajuda humanitária a populações em situação vulnerável,

Reconhecendo o carácter universal, indivisível, interdependente e inter-relacionado de todos os direitos humanos e, nesse sentido, reafirmando o direito ao desenvolvimento como um direito universal e inalienável e parte integrante de todos os direitos humanos,

Manifestando a sua profunda preocupação com o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais nos direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, a solidariedade internacional, as relações internacionais, o comércio, o investimento e a cooperação,

Reafirmando que nenhum Estado pode usar, encorajar ou ameaçar usar qualquer tipo de medida, incluindo, mas não se limitando a, medidas económicas ou políticas, para coagir outro Estado a fim de obter dele a subordinação do exercício de seus direitos soberanos e obter dele vantagens de qualquer tipo,

Reafirmando também, entre outros princípios, a igualdade soberana dos Estados, a não intervenção e a não ingerência nos seus assuntos internos e a liberdade de comércio e navegação internacionais, que também estão consagradas em muitos instrumentos jurídicos internacionais,

Reconhecendo que as medidas coercivas unilaterais, nomeadamente sob a forma de sanções económicas, e as sanções secundárias têm implicações de grande alcance para os direitos humanos da população em geral dos Estados visados, afetando desproporcionadamente os pobres e as pessoas em situação mais vulnerável,

Alarmados com o facto de terem sido impostas, a grande custo em termos de direitos humanos dos mais pobres e das pessoas em situação vulnerável, aos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento pelos países desenvolvidos, todas as formas e manifestações de medidas coercivas unilaterais, e condenando veementemente esta abordagem desumana nos termos mais veementes possíveis,

Sublinhando que, em circunstância alguma, as pessoas devem ser privadas dos seus meios básicos de sobrevivência ou de acesso a infraestruturas, serviços e bens críticos,

Reconhecendo que as medidas coercivas unilaterais podem dar origem a problemas sociais e suscitar preocupações humanitárias nos Estados visados,

Salientando os problemas e queixas profundamente enraizados no sistema internacional e a importância de as Nações Unidas darem voz a todos os membros da comunidade internacional, a fim de assegurar o multilateralismo, o respeito mútuo e a resolução pacífica dos diferendos,

Manifestando a sua profunda preocupação pelo facto de as leis, regulamentos e decisões que impõem medidas coercivas unilaterais terem, em alguns casos, um efeito extraterritorial não só sobre os países visados, mas também sobre os países terceiros, em violação dos princípios básicos do direito internacional, de modo a coagir estes últimos a aplicar também as medidas coercivas unilaterais,

Congratulando-se com o documento final e a declaração adotados na décima nona cimeira de Chefes de Estado e de Governo do Movimento dos Países Não Alinhados, realizada em Kampala em 19 e 20 de janeiro de 2024, na qual o Movimento reafirmou, entre outras coisas, a sua posição de princípio de condenação da promulgação e aplicação de medidas coercivas unilaterais contra os países do Movimento, que violem a Carta e o direito internacional e

comprometam, entre outras coisas, os princípios da soberania, da integridade territorial, da independência política, da autodeterminação e da não ingerência,

Congratulando-se igualmente com a criação da Plataforma de Investigação sobre Sanções pelo Relator Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos como uma ferramenta de referência em linha abrangente dedicada à recolha de artigos, relatórios, vídeos e material de investigação e informações sobre medidas coercivas unilaterais e os seus efeitos nos direitos humanos,

Reafirmando que cada Estado tem plena soberania sobre a totalidade de suas riquezas, recursos naturais e atividade econômica, exercendo livremente a mesma, em conformidade com a Resolução 1803 (XVII) da Assembleia Geral, de 14 de dezembro de 1962, Recordando que a Conferência Mundial sobre os Direitos do Homem, realizada em Viena de 14 a 25 de Junho de 1993, exortou os Estados a absterem-se de qualquer medida unilateral que não estivesse em conformidade com o direito internacional e a Carta e que criasse obstáculos às relações comerciais entre os Estados e impediu a plena realização de todos os direitos humanos, e isso também ameaçou gravemente a liberdade de comércio,

Profundamente preocupados com o facto de, apesar das resoluções adoptadas sobre esta questão pela Assembleia Geral, pelo Conselho dos Direitos do Homem, pela Comissão dos Direitos do Homem e nas conferências das Nações Unidas realizadas na década de 1990 e nas suas revisões quinquenais, e contrariamente às normas do direito internacional e à Carta, as medidas coercivas unilaterais continuarem a ser promulgadas, implementadas e aplicadas por, recorrendo, nomeadamente, à guerra e ao militarismo, com todas as suas implicações negativas para as actividades sociohumanitárias e o desenvolvimento económico e social dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, incluindo os seus efeitos extraterritoriais, criando assim obstáculos adicionais ao pleno gozo de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, pelos povos e indivíduos sob a jurisdição de outros Estados,

Profundamente perturbados com o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais sobre o direito à vida, o direito de todos ao gozo do mais elevado nível possível de saúde física e mental e de cuidados médicos, o direito à libertação da fome e o direito a um nível de vida adequado, alimentação, educação, trabalho e habitação, bem como o direito ao desenvolvimento e o direito a uma vida limpa, saúde e ambiente sustentável,

Alarmados com os custos humanos desproporcionados e indiscriminados das sanções unilaterais e seus efeitos negativos sobre a população civil, em particular mulheres e crianças, dos Estados visados, Alarmados também com a prática crescente de aplicação de medidas coercitivas unilaterais, tanto nacional quanto extraterritorial, resultando na expansão do excesso de cumprimento por Estados, organizações internacionais, empresas e sociedade civil, agravando o efeito humanitário já devastador das medidas coercivas unilaterais,

Reafirmando a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento, adoptada pela Assembleia Geral na sua Resolução 41/128 de 4 de dezembro de 1986, que estabelece que os Estados têm o dever de cooperar entre si para assegurar o desenvolvimento e eliminar os obstáculos ao desenvolvimento,

Reafirmando também que as medidas coercitivas unilaterais são um dos principais obstáculos à implementação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e à realização dos Objetivos e metas da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável,

Expressando preocupação com o fato de que medidas coercitivas unilaterais tenham impedido as organizações humanitárias de fazer transferências financeiras para os Estados onde trabalham,

Preocupados com o facto de as medidas coercivas unilaterais impedirem a prestação de assistência humanitária às populações dos países afetados por catástrofes naturais e outras,

Sublinhando que, em cada situação a nível mundial, as medidas coercivas unilaterais têm um impacto negativo direto ou indireto nos direitos humanos,

Sublinhando igualmente a necessidade de examinar o amplo impacto das medidas coercivas unilaterais no direito internacional humanitário e dos direitos humanos e na economia, na paz, na segurança e no tecido social dos Estados, bem como nas relações comerciais mundiais,

Salientando a necessidade de o Conselho de Direitos Humanos levar plenamente em conta o impacto negativo das medidas coercitivas unilaterais, incluindo a causada pela promulgação e aplicação extraterritorial de leis e decisões nacionais que não estejam em conformidade com a Carta e o direito internacional, em sua tarefa relativa à implementação de todos os direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento,

Recordando as recomendações estabelecidas no relatório de progresso baseado em pesquisa do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos, contendo recomendações sobre mecanismos para avaliar o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos e promover a responsabilização,²

Destacando a necessidade de monitorar e relatar violações de direitos humanos associadas a medidas coercitivas unilaterais, prevenir e minimizar o impacto adverso de medidas coercitivas unilaterais sobre os direitos humanos, promover a responsabilização para dissuadir futuras violações e fornecer reparação às vítimas,

Congratulando-se com os esforços contínuos do Grupo de Trabalho aberto sobre o Direito ao Desenvolvimento e reafirmando que as medidas coercivas unilaterais constituem um dos obstáculos à implementação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento,

Reconhecendo que o acesso à justiça é uma condição prévia para o exercício de todos os direitos humanos e um importante salvaguarda que garante a equidade, a igualdade e a integridade fundamentais, também em face de medidas coercitivas unilaterais e de excesso de cumprimento,

Recordando as resoluções 5/1 do Conselho de Direitos Humanos sobre o reforço institucional do Conselho e 5/2 sobre o Código de Conduta para os Titulares de Mandatos de Procedimento Especial do Conselho de Direitos Humanos, ambas de 18 de junho de 2007, e salientando que o titular do mandato cumprirá suas funções de acordo com essas resoluções e seus anexos,

Recordando também o Pacto Internacional sobre os Direitos Cívicos e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais, segundo os quais, nomeadamente, em caso algum um povo pode ser privado dos seus próprios meios de subsistência e dos seus direitos fundamentais:

1. Exorta todos os Estados a deixarem de adoptar, manter, aplicar ou cumprir medidas coercivas unilaterais que não estejam em conformidade com o direito internacional, o direito internacional humanitário, a Carta das Nações Unidas e as normas e princípios que regem as

relações pacíficas entre os Estados, em particular as de natureza coerciva com efeitos extraterritoriais, que criam obstáculos às relações comerciais entre os Estados, impedindo, assim, a plena realização dos direitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e em outros instrumentos internacionais de direitos humanos, em particular o direito dos indivíduos e dos povos ao desenvolvimento;

2. Exorta os Estados e as agências competentes das Nações Unidas a tomarem medidas concretas para atenuar o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais na ajuda humanitária, que deverão ser tomadas em conformidade com a Resolução 46/182 da Assembleia Geral, de 19 de dezembro de 1991;

3. Insta vivamente todos os Estados a absterem-se de impor medidas coercivas unilaterais, insta igualmente à eliminação dessas medidas, por serem contrárias à Carta e às normas e princípios que regem as relações pacíficas entre os Estados a todos os níveis, e recorda que tais medidas impedem a plena realização do desenvolvimento económico e social das nações, ao mesmo tempo que afetam a plena realização dos direitos humanos;

4. Insta os Estados a resolverem as suas divergências através do diálogo e de meios pacíficos e a evitarem a utilização de medidas económicas, políticas ou outras para coagir outro Estado no que diz respeito ao exercício dos seus direitos soberanos;

5. Opõe-se veementemente à natureza extraterritorial das medidas que, além disso, ameaçam a soberania dos Estados e, neste contexto, exorta todos os Estados a não reconhecerem essas medidas nem a aplicá-las, e a tomarem medidas administrativas ou legislativas eficazes, conforme adequado, para contrariar a aplicação ou os efeitos extraterritoriais das medidas coercivas unilaterais;

6. Condena veementemente a contínua aplicação e execução unilaterais por parte de certas potências de medidas que constituem instrumentos de pressão, incluindo a pressão política e económica, contra qualquer país, em particular contra os países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, com vista a impedir que esses países exerçam o seu direito de decidir, por sua própria vontade, os seus próprios sistemas políticos, económicos e sociais;

7. Manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de qualquer medida coerciva unilateral imposta ser necessariamente contrária a algumas disposições da Declaração Internacional dos Direitos do Homem e às normas peremptórias do direito internacional consuetudinário e implicar consequências negativas para o gozo dos direitos humanos por pessoas inocentes;

8. Manifesta a sua profunda preocupação com os crescentes efeitos negativos das medidas coercivas unilaterais sobre o ambiente e os recursos naturais, que conduzem a graves violações dos direitos humanos das populações visadas, e condena veementemente a aplicação unilateral continuada de tais medidas, que resultam em várias implicações ambientais transfronteiriças e transgeracionais para as gerações presentes e futuras;

9. Manifesta a sua profunda preocupação pelo facto de, em alguns países, as condições socioeconómicas dos membros da família, em particular das mulheres e das crianças, serem afetadas negativamente por medidas coercivas unilaterais, impostas e mantidas contrárias ao direito internacional e à Carta, que criam obstáculos às relações comerciais entre Estados, restringem a circulação através de vários meios de transporte, impedem a plena realização do desenvolvimento social e económico e prejudicam o bem-estar da população afetada países,

com consequências especiais para as mulheres, as crianças, incluindo os adolescentes, os idosos e as pessoas com deficiência;

10. Reitera o seu apelo aos Estados que iniciaram tais medidas para que se comprometam com as suas obrigações e responsabilidades decorrentes das disposições pertinentes do direito internacional e dos instrumentos em matéria de direitos humanos de que são parte, pondo imediatamente termo a tais medidas;

11. Reafirma, neste contexto, o direito de todos os povos à autodeterminação, em virtude da qual determinam livremente o seu estatuto político e prosseguem livremente o seu próprio desenvolvimento económico, social e cultural;

12. Reafirma igualmente, tal como consagrado na Carta, a sua oposição a qualquer tentativa que vise a perturbação parcial ou total da unidade nacional e da integridade territorial de um Estado;

13. Recorda que, de acordo com a Declaração sobre os Princípios de Direito Internacional relativos às Relações Amistas e à Cooperação entre os Estados, em conformidade com a Carta das Nações Unidas, e com os princípios e disposições pertinentes contidos na Carta dos Direitos e Deveres Económicos dos Estados, proclamada pela Assembleia Geral na sua Resolução 3281 (XXIX), de 12 de Dezembro de 1974, em especial o seu artigo 32.o, nenhum Estado pode utilizar ou incentivar o recurso a medidas económicas, políticas ou de qualquer outro tipo para coagir outro Estado a fim de obter dele a subordinação do exercício dos seus direitos soberanos e dele obter vantagens de qualquer natureza;

14. Reafirma que os bens essenciais, como os alimentos e os medicamentos, não devem ser utilizados como instrumentos de coerção política e que, em circunstância alguma, as pessoas devem ser privadas dos seus meios de subsistência e desenvolvimento;

15. Sublinha que as medidas coercivas unilaterais constituem um dos principais obstáculos à aplicação da Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento e, a este respeito, insta todos os Estados a evitarem a imposição unilateral de medidas coercivas económicas e a aplicação extraterritorial de leis internas contrárias aos princípios do comércio livre e que entravam o desenvolvimento dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento;

16. Rejeita todas as tentativas de introduzir medidas coercivas unilaterais e a tendência crescente nesse sentido, nomeadamente através da promulgação de leis com aplicação extraterritorial que não estejam em conformidade com o direito internacional, e insta os Estados-Membros das Nações Unidas a terem plenamente em conta o impacto negativo dessas medidas, nomeadamente através da promulgação e aplicação extraterritorial de leis nacionais que não estejam em conformidade com o direito internacional na sua missão sobre a implementação do direito ao desenvolvimento;

17. Solicita aos Estados que se abstenham de elaborar listas ilegais e unilaterais, como a lista de Estados que alegadamente patrocinam o terrorismo, que constitui uma medida coerciva unilateral adicional e viola princípios fundamentais do direito internacional, incluindo o princípio da igualdade soberana dos Estados, a proibição de intervenção nos assuntos internos dos Estados e o princípio da resolução pacífica dos litígios internacionais;

18. Reconhece que a Declaração de Princípios adoptada na primeira fase da Cimeira Mundial sobre a Sociedade da Informação, realizada em Genebra em dezembro de 2003, insta

veementemente os Estados a evitarem e a absterem-se de qualquer medida unilateral na construção da sociedade da informação;

19. Salienta a necessidade de um mecanismo imparcial e independente do mecanismo das Nações Unidas em matéria de direitos humanos para as vítimas de medidas coercivas unilaterais para abordar as questões das vias de recurso e das vias de recurso, com vista a promover a responsabilização e as vias de recurso e reparações legais, equitativas, atempadas e eficazes;

20. Insta todos os relatores especiais e os mecanismos temáticos existentes do Conselho dos Direitos do Homem no domínio dos direitos económicos, sociais e culturais a prestarem a devida atenção, no âmbito dos respetivos mandatos, ao impacto negativo e às consequências das medidas coercivas unilaterais e a cooperarem com a Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos no cumprimento do seu mandato;

21. Reconhece a importância da documentação quantitativa e qualitativa do impacto negativo associado à aplicação, promoção, cumprimento, promulgação e implementação de medidas coercivas unilaterais no contexto de assegurar a responsabilização dos responsáveis por violações dos direitos humanos resultantes da aplicação de medidas coercivas unilaterais contra qualquer Estado;

22. Reconhece a necessidade de assegurar que todos os órgãos pertinentes das Nações Unidas para os tratados em matéria de direitos humanos e órgãos subsidiários do Conselho dos Direitos do Homem abordem a questão do impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos e realizem atividades específicas, como durante a revisão dos relatórios periódicos apresentados pelos Estados a esses organismos e no contexto da revisão periódica universal;

23. Decide ter devidamente em conta a questão do impacto negativo das medidas coercivas unilaterais nos direitos humanos nas suas tarefas relativas à implementação do direito ao desenvolvimento;

24. Recorda o relatório da Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos e a sua adenda sobre elementos para um projeto de declaração da Assembleia Geral sobre medidas coercivas unilaterais e o Estado de direito, apresentado ao Conselho dos Direitos Humanos na sua quadragésima segunda sessão,³ e recorda também os relatórios da Relatora Especial apresentados ao Conselho na sua quinquagésima primeira sessão⁴ e à Assembleia em sua setenta e sétima sessão; ⁵

25. Solicita à Relatora Especial sobre o impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no gozo dos direitos humanos que prossiga o seu trabalho de identificação e proposta de medidas concretas para assegurar a eliminação das medidas coercivas unilaterais que afetam o gozo dos direitos humanos das vítimas e sobre o impacto das sanções secundárias e do cumprimento excessivo nos direitos humanos, nomeadamente através da organização de consultas multilaterais com vista ao desenvolvimento de princípios orientadores relevantes e concentrar-se nos recursos e compensações necessários para promover a responsabilização e as reparações às vítimas em seu próximo relatório ao Conselho de Direitos Humanos, em sua quinquagésima sétima sessão, e à Assembleia Geral, em sua setenta e nona sessão;

26. Toma nota da iniciativa da Relatora Especial para o desenvolvimento de uma metodologia de avaliação de impacto, através de consultas de peritos com o sistema das Nações Unidas e com outras organizações internacionais, a sociedade civil e o mundo académico, e insta a Relatora Especial, com o apoio do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, a estudar a possibilidade de estabelecer um imparcial e responsivo mecanismo para avaliar, documentar, relatar e acompanhar o impacto negativo de medidas coercitivas unilaterais no gozo dos direitos humanos dos indivíduos e suas queixas, apresentadas por indivíduos e seus Estados, e promover a responsabilização;

27. Congratula-se com os esforços da Relatora Especial destinados a minimizar e a eliminar o excesso de cumprimento e a promoção de uma abordagem empresarial responsável, não discriminatória e centrada no ser humano, nomeadamente através do desenvolvimento dos princípios orientadores em matéria de sanções, cumprimento e direitos humanos;

28. Convida a Relatora Especial a colaborar com académicos, investigadores e outros membros da comunidade académica para incentivar a investigação relevante para o mandato, incluindo, entre outros, as áreas do direito, da economia, da ciência política, das ciências sociais, da medicina e da agricultura, e também através da criação de uma plataforma de investigação sobre sanções;

29. Solicita ao Escritório do Alto Comissariado que organize, em conformidade com a Resolução 27/21 do Conselho de Direitos Humanos, um painel bienal de discussão, a ser realizado na sexta sessão do Conselho, sobre o impacto das medidas coercitivas unilaterais e do excesso de cumprimento no direito à alimentação e à segurança alimentar, com a participação dos Estados e dos órgãos relevantes das Nações Unidas, agências e outras partes interessadas relevantes, e solicita a Relatora Especial que atue como relator do painel de discussão e prepare um relatório sobre o mesmo, e que apresente e apresente o relatório ao Conselho em sua sexagésima primeira sessão;

30. Exorta todos os Estados e as agências, fundos e programas das Nações Unidas a cooperarem e a assistirem a Relatora Especial no desempenho das suas funções e a fornecerem todas as informações necessárias por ela solicitadas;

31. Solicita ao Secretário-Geral que preste a assistência necessária à Relatora Especial para cumprir eficazmente o seu mandato, nomeadamente colocando à sua disposição recursos humanos e materiais adequados;

32. Reconhece a importância do papel do Alto Comissário na resposta aos desafios decorrentes das medidas coercivas unilaterais e do seu impacto negativo nos direitos humanos dos povos e indivíduos que desejam realizar os seus direitos económicos e sociais, incluindo o direito ao desenvolvimento;

33. Solicita ao Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos do Homem, no exercício das suas funções relacionadas com a promoção, realização e proteção do direito ao desenvolvimento e tendo em conta o impacto contínuo das medidas coercivas unilaterais na população dos países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, que dê prioridade à presente resolução no seu relatório anual;

34. Solicita igualmente ao Alto Comissário e insta os procedimentos especiais pertinentes do Conselho dos Direitos do Homem e dos órgãos do Tratado a prestarem atenção,

no âmbito dos seus mandatos, à situação das pessoas cujos direitos foram violados em resultado de medidas coercivas unilaterais;

35. Solicita ao Secretário-Geral que preste a assistência necessária ao Alto Comissário para cumprir eficazmente o seu mandato, nomeadamente colocando à sua disposição recursos humanos e materiais adequados;

36. Insta os Estados e outras partes interessadas a promoverem e preservarem o multilateralismo e a tomarem as medidas necessárias para reforçar a cooperação bilateral, regional e internacional destinada a fazer face ao impacto negativo das medidas coercivas unilaterais no pleno gozo de todos os direitos humanos;

37. Decide prosseguir a análise desta questão de acordo com o seu programa de trabalho.

53.ª reunião 3 de abril de 2024: Aprovada por 32 votos a 14, com 1 abstenção

A votação foi a seguinte: A favor: Argélia, Bangladesh, Benin, Brasil, Burundi, Camarões, Chile, China, Costa Rica, Costa do Marfim, Cuba, República Dominicana, Eritreia, Gâmbia, Gana, Honduras, Índia, Indonésia, Cazaquistão, Kuwait, Quirguistão, Malawi, Malásia, Maldivas, Marrocos, Paraguai, Catar, Somália, África do Sul, Sudão, Emirados Árabes Unidos, Vietnã. Contra: Albânia, Bélgica, Bulgária, Finlândia, França, Geórgia, Alemanha, Japão, Lituânia, Luxemburgo, Montenegro, Países Baixos (Reino do), Roménia, Estados Unidos da América. Abstenção: Argentina.

Desafios e contradições na luta contra a poluição plástica e as mudanças climáticas

Challenges and contradictions in the fight against plastic pollution and climate change

*Danielly Magalhães
Guto Galvão*

Summary: The fourth session of the Intergovernmental Negotiating Committee to develop an international instrument on plastic pollution ended without significant progress, dominated by countries with low ambitions that favored plastic production, despite proposals from nations like Rwanda and Peru to reduce production. The petrochemical industry and some countries continue to block significant advancements, while environmentalists express frustration and commitment to continue fighting for an effective treaty.

The report "The New Climate Denial" investigated about 200 hours of YouTube content in 2023 to identify misinformation about climate change promoted on social networks. The study shows how social media facilitates the spread of this misinformation, which is often influenced by fossil fuel companies adapting their denial strategies to more subtle methods.

The G7 Meeting of Ministers of Climate, Energy, and Environment resulted in a communique calling for urgent action to combat the global crises of climate change, biodiversity loss, and pollution. However, the actions of the G7 are contradictory, funding technologies to increase the survival of coal companies and using the promises of false solutions to pledge net zero emissions.

Keywords: *plastic pollution, climate misinformation, social media, fossil fuels, climate denialism, the petrochemical industry.*

Resumo: A quarta sessão do Comitê de Negociação Intergovernamental para desenvolver um instrumento internacional sobre poluição por plásticos terminou sem progressos significativos, dominada por países com baixas ambições que favoreceram a produção de plástico, apesar das propostas de nações como Ruanda e Peru para reduzir a produção. A indústria petroquímica e alguns países continuam bloqueando avanços significativos, enquanto ambientalistas expressam frustração e compromisso em continuar lutando por um tratado eficaz.

O relatório "The New Climate Denial" investigou cerca de 200 horas de conteúdo no YouTube em 2023 para identificar desinformação sobre mudanças climáticas promovida nas redes sociais. O estudo mostra como as mídias sociais facilitam a propagação dessa desinformação, que é frequentemente influenciada por empresas de combustíveis fósseis adaptando suas estratégias de negacionismo para métodos mais sutis.

A Reunião de Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7 resultou em um comunicado que pede ações urgentes para combater as crises globais de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição. No entanto, as ações do G7 vão em sentido contrário, financiando tecnologias para aumentar a sobrevivência das empresas de carvão e se utilizando das promessas de falsas soluções para prometer emissões zero líquidas.

Palavras-chave: poluição por plásticos, desinformação climática, mídias sociais, combustíveis fósseis, negacionismo climático, indústria petroquímica.

Negociações em torno do novo tratado sobre plásticos

A quarta sessão do Comitê de Negociação Intergovernamental para desenvolver um instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos, inclusive no ambiente marinho (INC-4), ocorreu de 23 a 29 de abril de 2024 no Shaw Center em Ottawa, Canadá.

A sessão foi precedida de consultas regionais em 21 de abril de 2024. O projeto de texto revisto do instrumento internacional juridicamente vinculativo sobre a poluição por plásticos, incluindo no ambiente marinho (UNEP/PP/INC.4/3) está disponível nas seis línguas oficiais das Nações Unidas. Os principais pontos enfatizados durante a reunião incluíram a redução de plásticos problemáticos e de uso único, a urgência de finalizar o tratado devido aos danos ambientais contínuos e a importância da cooperação multilateral. A sessão também contou com consultas regionais e eventos especiais para promover parcerias e manter o ímpeto para alcançar um acordo global sobre o fim da poluição plástica.

No entanto, o INC-4 foi concluído sem progressos significativos. Apesar de um apelo global para reduzir a produção de plástico para proteger a saúde, o clima e a biodiversidade, nenhum compromisso firme foi feito. Em vez disso, a sessão foi dominada por países com baixas ambições que favoreceram a produção de plástico e concentrando o texto em reduzir a demanda, fazendo inúmeras alterações ao projeto de tratado que minaram sua eficácia. Enquanto algumas nações, como Ruanda e Peru, defenderam medidas fortes para reduzir a produção de plástico, outras, incluindo Rússia, China e Arábia Saudita, se opuseram fortemente a tais medidas. E os EUA, que foi um grande apoiador da resolução que deu origem ao tratado, falhou em conter os discursos pró-produção de plástico ou proteger as comunidades da linha de frente e o meio ambiente de danos.

Por exemplo, existem diversas 16 opções sobre a definição do escopo do documento assim como várias diferentes opções de texto para todos os tópicos do tratado.

Apesar das provas crescentes dos enormes danos dos plásticos às pessoas e ao planeta, a indústria petroquímica e os países que os colocaram em primeiro lugar estão aumentando os esforços para diluir este tratado. O mundo precisa desesperadamente de um tratado que nos proteja da produção de plástico e da poluição.

Junto com mais de 2.500 participantes de 170 países, estavam, representantes da indústria de combustíveis fósseis, produtos químicos e bebidas, em maior número do que nas sessões anteriores, e vários grupos voltaram a pedir políticas para proteger o processo de negociação de conflitos de interesse.

Graham Forbes, Chefe da Delegação do Greenpeace nas negociações do Tratado Global dos Plásticos e Líder da Campanha Global dos Plásticos no Greenpeace EUA, disse:

"O mundo está queimando e os Estados-membros estão perdendo tempo e oportunidade. Vimos alguns progressos, ajudados pelos esforços contínuos de Estados como Ruanda, Peru e os signatários da declaração Bridge to Busan em pressionar para reduzir a produção de plástico [1]. No entanto, foram feitos compromissos sobre o resultado que

desconsideraram os cortes na produção de plástico, distanciando-nos ainda mais de chegar a um tratado que a ciência exige e a justiça exige. As pessoas estão sendo prejudicadas pela produção de plástico todos os dias, mas os estados estão ouvindo mais de perto os lobistas petroquímicos do que os cientistas da saúde. Qualquer criança pode ver que não podemos resolver a crise do plástico se não pararmos de fazer tanto plástico. O mundo inteiro está assistindo, e se os países, particularmente na chamada "Coalizão de Alta Ambição", não agirem entre agora e o INC5 em Busan, o tratado que provavelmente receberão é um que poderia ter sido escrito pela ExxonMobil e seus acólitos.

A sessão terminou com planos para mais trabalho de especialistas antes da negociação final em novembro de 2024, mas as divisões permanecem profundas, particularmente sobre a questão da redução da produção primária de plástico. Grupos ambientalistas e defensores expressaram frustração e prometeram continuar pressionando por um tratado robusto.

Desinformação sobre as mudanças climáticas e efeitos na saúde

O relatório [The New Climate Denial](#) avaliou cerca de 200 horas de You Tube em 2023 para identificar a produção de conteúdo digital em mídia social que promove desinformação sobre as mudanças climáticas. O relatório discute como as plataformas de mídia social facilitam a disseminação de desinformação climática, minando os esforços para combater as mudanças climáticas.

As companhias de combustíveis fósseis estão se vendo ameaçadas pelos movimentos de mudança para energias renováveis e por isso estão adaptando suas estratégias do negacionismo absoluto (antes as mudanças climáticas eram negadas) à desinformação sutil. Isso envolve semear dúvidas e promover narrativas enganosas sobre ciência climática e soluções de energia limpa. O problema é exacerbado pela natureza das mídias sociais, que promovem câmaras de eco de informações falsas por meio de vieses cognitivos, sociais e algorítmicos.

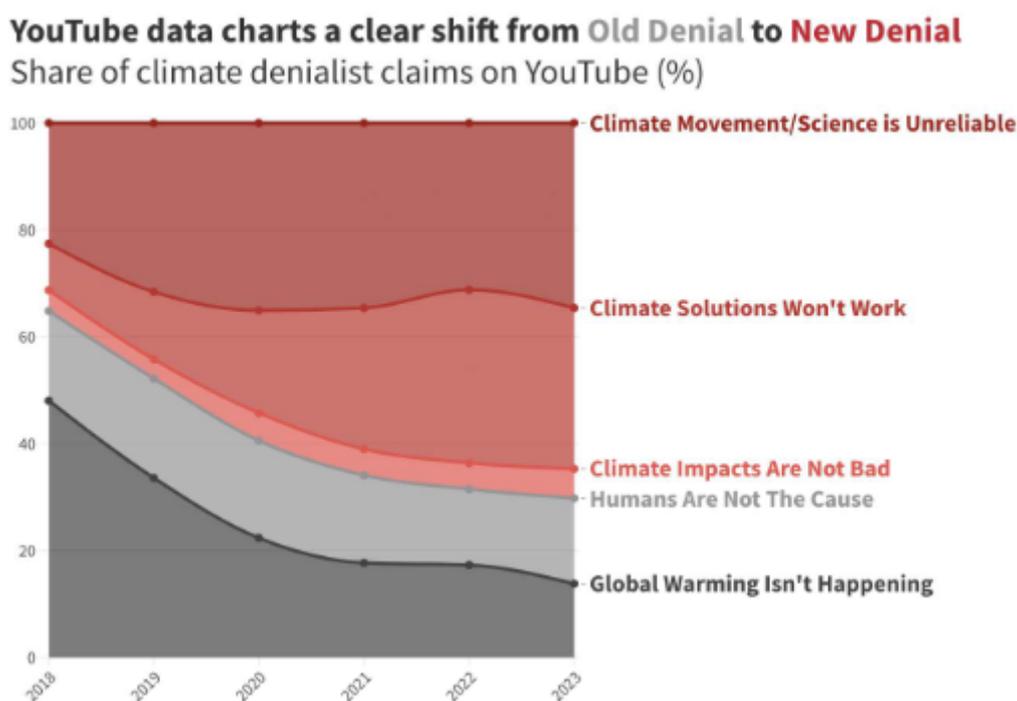
A desinformação muitas vezes parece legítima quando compartilhada dentro de círculos ideológicos ou vem de influenciadores e think tanks financiados por indústrias de combustíveis fósseis. Estas táticas não só dificultam a ação legislativa contra as alterações climáticas, como também manipulam a opinião pública contra políticas respeitadoras do ambiente.

Apesar de algumas plataformas, como o Pinterest, tomarem medidas para conter a desinformação, as respostas das principais empresas de mídia social têm sido inconsistentes. Soluções eficazes têm sido limitadas por preocupações com a liberdade de expressão e os desafios da verificação de fatos em tempo real. O relatório pede aos usuários individuais de mídia social que avaliem e verifiquem criticamente as informações que encontram, destacando a questão mais ampla de um cenário de mídia dividido onde conjuntos conflitantes de fatos minam as funções democráticas.

Uma análise do conteúdo do YouTube revelou uma mudança significativa na natureza do negacionismo climático. Em 2023, uma nova forma de negação, que se concentra em minimizar a gravidade dos impactos climáticos, duvidar da eficácia das soluções e questionar a confiabilidade do movimento climático e da ciência, representa 70% de todas as alegações de negação climática, contra 35% em 2018. Essa nova negação é categorizada em três alegações principais: os impactos climáticos não são graves, as soluções climáticas são ineficazes e a ciência climática ou o movimento não são confiáveis. Durante o período do estudo, cada uma dessas reivindicações teve um aumento em destaque.

Por outro lado, as formas tradicionais de negação climática, que argumentam que o aquecimento global não está ocorrendo ou não é causado pelos seres humanos, agora constituem apenas 30% das reivindicações, ante 65% em 2018. A redução mais significativa está na alegação de que o aquecimento global não está acontecendo, que caiu mais de 34 pontos percentuais. A mudança sugere um realinhamento estratégico dentro dos círculos de negação climática, concentrando-se cada vez mais em minar a ação e a confiança, em vez de contestar a existência ou as causas do aquecimento global.

A crescente popularidade do Novo Negacionismo pode ser atribuída em grande parte ao aumento de quatro subalegações-chave: que "o movimento climático não é confiável", que "a energia limpa não funcionará", que "as políticas climáticas são prejudiciais" e que "a ciência não é confiável". O aumento dessas falsas informações mostra que, mais do que nunca, aqueles que usam o YouTube para minar a ação climática estão concentrando sua atenção em minar políticas verdes e energia limpa e direcionar ataques a membros do movimento climático.



Entre 2018 e 2023, as mudanças nas ocorrências de fake-news foi o seguinte:

- Energia limpa não funcionará - aumentou 10,8%
- Políticas climáticas são prejudiciais - aumentaram 8,1%
- O movimento climático não é confiável aumentou 7,8%
- Ciência climática não é confiável aumentou 4,3%

Estima-se que o YouTube ganhe até US\$ 13,4 milhões anuais com a receita de anúncios em canais que postam conteúdo negacionista do clima, de acordo com uma análise usando dados do Social Blade e estimativas de preços de anúncios. Esses canais acumularam 3,4 bilhões de visualizações de dezembro de 2022 a dezembro de 2023. A política existente do YouTube proíbe a monetização de conteúdo que negue o consenso científico estabelecido sobre as causas e a existência das mudanças climáticas, chamada de Old Denial. No entanto, essa política não se estende ao Novo Negacionismo, que inclui alegações minimizando os impactos climáticos,

duvidando de soluções ou desacreditando a ciência e os movimentos climáticos. Além disso, evidências sugerem que o YouTube não aplicou efetivamente sua política contra a monetização de conteúdo negacionista antigo.

Impactos das fake News na saúde

A [disseminação de notícias falsas sobre saúde](#) nas redes sociais tem consequências negativas significativas para a saúde pública. Essa desinformação pode minar programas de saúde eficazes e criar desconfiança pública nas autoridades científicas e médicas. Por exemplo, a desinformação sobre as vacinas levou à diminuição das taxas de imunização e a surtos de doenças evitáveis, como o sarampo. Em ambientes de mídia social, informações falsas sobre saúde muitas vezes se manifestam em mensagens agressivas e divisórias, o que dificulta o diálogo construtivo e a disseminação de dados precisos de saúde.

As notícias falsas podem levar a um mal-entendido generalizado sobre a gravidade e a realidade das mudanças climáticas, levando a um apoio público insuficiente para medidas políticas necessárias e mudanças de comportamento pessoal que poderiam mitigar os riscos à saúde associados às mudanças climáticas. Por exemplo, levando as pessoas a subestimar os riscos à saúde de ondas de calor, poluição do ar e eventos climáticos extremos. Isso pode resultar em medidas inadequadas de preparação e prevenção, aumentando os casos de insolação, distúrbios respiratórios e lesões durante esses eventos.

As mudanças climáticas podem levar à impactos na saúde mental. As fake news podem contribuir para a negação das mudanças climáticas, o que, a longo prazo, pode causar mudanças repentinas na percepção pública à medida que as realidades das mudanças climáticas se tornam inegáveis e mais severas. Isso pode levar ao aumento da ansiedade, estresse e sentimentos de desesperança entre a população.

A desinformação persistente pode corroer a confiança nas instituições científicas e de saúde, enfraquecendo a resposta pública aos conselhos de saúde que abordam ou estão relacionados aos impactos das mudanças climáticas. Isso poderia limitar a eficácia de campanhas de saúde pública e respostas de emergência durante desastres induzidos pelo clima.

Acreditar em desinformação pode levar à má alocação de recursos críticos que, de outra forma, poderiam ser usados para preparar ou mitigar os impactos das mudanças climáticas na saúde. Os recursos podem ser canalizados para intervenções ineficazes ou irrelevantes baseadas em suposições incorretas ou negações da ciência climática.

Em um nível social mais amplo, a desinformação pode levar à paralisia de políticas, quando ações necessárias e urgentes para lidar com as mudanças climáticas e seus impactos na saúde são adiadas ou bloqueadas ao eleger governantes negacionistas. Essa inação pode agravar as crises sanitárias, principalmente em populações vulneráveis.

As consequências das notícias falsas sobre as mudanças climáticas que afetam a saúde são substanciais e variadas, abrangendo desde impactos individuais na saúde até crises de saúde pública mais amplas. O combate à desinformação relacionada à saúde nas mídias sociais é crucial para salvaguardar a saúde pública e garantir que as políticas e práticas de saúde sejam fundamentadas em informações confiáveis e validadas cientificamente. Estratégias eficazes incluem melhorar a alfabetização em mídias sociais, promover conteúdo baseado em evidências científicas e incentivar o diálogo respeitoso e construtivo entre os usuários.

Reunião de Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7

O recente [Comunicado da Reunião de Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7](#) pede ações urgentes para enfrentar as crises globais de mudanças climáticas, perda de biodiversidade e poluição.

O documento destaca o compromisso dos países do G7 em implementar medidas ambiciosas para alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa, deter a perda de biodiversidade e fazer a transição para economias sustentáveis e circulares. Os ministros do G7 enfatizam a natureza interconectada desses desafios e a necessidade de soluções abrangentes e integradas. Eles enfatizam a urgência de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e interromper a perda de biodiversidade até 2030. O documento também enfatiza a importância da transição para economias circulares, resilientes ao clima, livres de poluição e positivas para a natureza. Os ministros do G7 reconhecem que enfrentar a tripla crise requer cooperação global e mobilização de recursos financeiros.

Eles pedem que os países desenvolvidos cumpram seu compromisso de mobilizar US\$ 100 bilhões por ano em financiamento climático até 2025 e que as instituições financeiras internacionais e os setores financeiros privados alinhem seus investimentos com as metas climáticas e ambientais. Os ministros destacam a importância de abordagens orientadas pela ciência na formulação de políticas e as contribuições de organizações como o IPCC e o IPBES.

Eles também enfatizam a necessidade de engajamento público e inclusão de grupos vulneráveis e marginalizados, jovens, povos indígenas e governos subnacionais. Os ministros do G7 ressaltam a importância da equidade de gênero e LGBTQIA+ nas iniciativas climáticas e energéticas e se comprometem a empoderar mulheres e meninas e promover a igualdade de gênero.

O Comunicado da Reunião de Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7 serve como um roteiro abrangente para medidas urgentes e abrangentes para enfrentar a tripla crise e criar um futuro sustentável e resiliente. Principais conclusões:

1. A crise global das mudanças climáticas, da perda de biodiversidade e da poluição representa uma ameaça significativa ao desenvolvimento sustentável e requer ações imediatas.
2. Os ministros reafirmam seu compromisso de alcançar emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050 e deter e reverter a perda de biodiversidade até 2030.
3. A transição para economias circulares, resilientes ao clima, livres de poluição e positivas para a natureza é crucial para enfrentar a tripla crise.
4. A cooperação internacional e a mobilização de recursos financeiros são essenciais para enfrentar os desafios.
5. Abordagens orientadas pela ciência, incluindo as contribuições de organizações como o IPCC e o IPBES, são importantes para a formulação de políticas.
6. O engajamento público e a inclusão de grupos vulneráveis e marginalizados, jovens, povos indígenas e governos, empresas e indústrias subnacionais são fundamentais para alcançar a sustentabilidade ambiental, social e econômica.

7. A equidade de gênero e LGBTQIA+ deve ser priorizada nos esforços para enfrentar a tripla crise, com foco no empoderamento de mulheres e meninas e no apoio à igualdade de gênero em iniciativas climáticas e energéticas.

Críticas ao G-7

Vale lembrar que no [Comuniqué de 2023](#), o G-7 se utilizou do argumento da crise energética causada pela guerra entre Rússia e Ucrânia para perpetuar a energia do carvão sobre a alegação de utilizar novas tecnologias para aumentar a eficiência energética, além de coibir a abertura de novas plantas. E ainda prometeu mobilizar recursos para o desenvolvimento de novas tecnologias para diminuir as emissões dessa produção – como se não bastassem os [5.9 trilhões de dólares](#) em subsídios anuais para o setor.

As tecnologias que existem hoje para captura de carbono em companhias de combustíveis fósseis, para alcançar emissões líquidas zero são o sequestro e o armazenamento de carbono e o hidrogênio azul. No entanto, esses tipos de [tecnologias são consideradas como soluções falsas](#).

O hidrogênio azul é produzido a partir de recursos fósseis, principalmente gás natural. Embora este processo envolva o sequestro e armazenamento de parte do dióxido de carbono produzido, ele não captura todas as emissões geradas. Além disso, o vazamento de metano durante a extração e o transporte de gás natural é uma fonte significativa de emissões de um potente gás de efeito estufa.

Além disso, a produção de hidrogênio azul requer uma grande quantidade de energia (1/3 da produção), tornando essa prática economicamente inviável para qualquer empresa. As perdas de eficiência no processo de captura e armazenamento de carbono (CAC) também contribuem para uma eficiência energética global mais baixa. Esse tipo de tecnologia vem sendo reforçada pelas companhias de combustíveis fósseis para alcançar as emissões líquidas zero, mas não são eficientes e servem de contratempo para tentar perpetuar a dependência de infraestruturas baseadas em combustíveis fósseis, desviando atenção e recursos de soluções renováveis mais sustentáveis, como o hidrogênio verde, que é produzido utilizando energia renovável e água.

[O sequestro e armazenamento de carbono \(CAC\) ainda não foi demonstrado em uma escala que seria necessária para significativamente mitigar as emissões globais de gases de efeito estufa](#). A tecnologia enfrenta desafios enormes em termos de escalabilidade, custo e eficácia a longo prazo. Há 50 anos essa tecnologia não evolui.

Há preocupações significativas sobre a integridade a longo prazo dos locais de armazenamento de carbono. Vazamentos podem ocorrer, potencialmente liberando o CO₂ armazenado de volta para a atmosfera e anulando os benefícios de sua captura, sem falar na quantidade de filtros necessários para capturar tanto carbono.

Semelhante ao hidrogênio azul, o sequestro de carbono pode desviar o foco de reduções diretas nas emissões e de mudanças em direção a sistemas energéticos renováveis e mais sustentáveis. Investir em CAC pode ser visto como uma "licença para poluir", permitindo que empresas e governos adiem ações mais eficazes e imediatas.

O custo de implementação da tecnologia CAC em larga escala é muito alto, e os benefícios, se considerarmos os potenciais riscos de vazamento e as questões de eficiência, podem não justificar o investimento.

Portanto essas tecnologias são consideradas soluções falsas, e são oferecidas como esperanças para desviar recursos de soluções mais sustentáveis e eficazes a longo prazo, como a energia eólica, solar e o hidrogênio verde. É fundamental que as políticas de mudança climática se concentrem em soluções que não apenas minimizem as emissões de carbono, mas também promovam a sustentabilidade ambiental, econômica e social.

Saúde global e sustentabilidade: interfaces necessárias em um contexto de múltiplas crises⁶

Gabriela Di Giulio
Deisy Ventura

O que a emergência climática, a segurança alimentar e seus desfechos de desnutrição e obesidade têm em comum? Como a crise da democracia, associada a um forte e organizado ecossistema de desinformação, pode convergir para respostas inadequadas em emergências sanitárias? Em que medida essas respostas produzem sofrimento generalizado e intensificam processos de vulnerabilização? Por que as principais crises socioecológicas em curso – as mudanças climáticas, a perda de biodiversidade e a poluição – devem ser enfrentadas em conjunto?

O enfrentamento simultâneo dessas ameaças globais e de seus riscos sistêmicos – cujos efeitos ampliam os abismos existentes não apenas entre nações e dentro dos países, mas também entre grupos sociais e indivíduos – exige soluções provenientes de diferentes contextos, que são janelas de oportunidade para um futuro habitável, justo e sustentável. Porém, em que medida as soluções postuladas abordam, enfrentam ou agravam questões de desigualdade social e as múltiplas dimensões de injustiça?

Esse conjunto de questões expressa uma parte importante do campo de conhecimento e atuação da saúde global. Ao compreender e tensionar as causas e efeitos das crises atuais, reconhecendo as dimensões políticas dos problemas que estão nas suas bases, a saúde global busca jogar luz sobre aspectos fundamentais que dizem respeito, por exemplo, ao modelo predatório de desenvolvimento, à produção de relações de dominação e de desigualdade, às formas de compreender e se relacionar com a natureza e suas reverberações.

É a partir desse cenário, com seus desafios e possibilidades, que o *Programa de Pós-Graduação (PPG) Saúde Global e Sustentabilidade* segue celebrando, com entusiasmo, seu primeiro decênio. Criado em 2013, exclusivamente na modalidade de doutorado acadêmico, e sediado na *Faculdade de Saúde Pública (FSP) da USP*, o programa foi idealizado à luz das discussões sobre os múltiplos efeitos do processo de globalização acelerada e suas reverberações na saúde e no ambiente em escala planetária.

Na primeira década de atuação, foram 46 teses defendidas em temáticas consideradas de fronteira, que demandam por sua complexidade e originalidade um conjunto expressivo de aportes teórico-analíticos e metodológicos. Entre os principais temas estudados, estão por exemplo as emergências em saúde (como a pandemia de covid-19); as crises socioecológicas em curso (como a emergência climática); atuações de organizações internacionais e seus impactos (como a proposição do Acordo Internacional sobre Pandemias); os sistemas agroalimentares e seus desfechos na saúde e no ambiente; e os desafios implicados nos processos de transição para sustentabilidade.

⁶ Publicado originalmente no *Jornal da USP*, em 30/04/2024. Republicado no Caderno com autorização das autoras. Acesso ao original: [Saúde global e sustentabilidade: interfaces necessárias em um contexto de múltiplas crises – Jornal da USP](#)

Desde a sua criação, o programa tem por objetivo formar profissionais qualificados; contribuir para o avanço do conhecimento técnico-científico em temas estratégicos para as interfaces entre saúde global e sustentabilidade, com ênfase nos estudos críticos; aperfeiçoar metodologias de pesquisa; e ampliar e consolidar a produção brasileira e latino-americana neste campo. O programa tem como público-alvo pesquisadores e profissionais de diferentes formações originais (incluindo, por exemplo, Direito, Relações Internacionais, Ciências Sociais, Arquitetura e Urbanismo, Nutrição, Saúde Pública, Ciências Biológicas, Comunicação, Psicologia), mas cujas atuações profissionais e acadêmicas, nacionais e internacionais, se alinham aos esforços de avançar em análises críticas e propor soluções, respostas e trajetórias transformativas para importantes problemas atuais.

Atualmente, estão em curso 45 projetos de pesquisa (teses de doutorado) conduzidos pelos discentes do programa, sob orientação de 16 orientadores permanentes, co-orientadores e de orientadores pontuais. Para além da pandemia de covid-19 e suas múltiplas dimensões (temática fortemente estudada nas pesquisas realizadas desde 2020, apresentadas inclusive em um livro e um dossiê comemorativo aos dez anos do programa), outros temas relevantes continuam a ganhar destaque, como migrações e direitos humanos, sistemas agroalimentares e segurança alimentar, cidades e suas complexidades, modos de produção e consumo, mudanças climáticas e negociações e disputas em torno de acordos e tratados internacionais.

Com o processo seletivo aberto, cujas inscrições podem ser realizadas até o dia 20 de maio, o programa segue com esforços para integrar o movimento de constituição de uma identidade própria da saúde global, em constante diálogo e interação com outras redes de pesquisa e ação, em particular no contexto do Sul Global, mas mantendo laços e parcerias também com grupos do Norte Global.

Um dos parceiros internacionais deste programa, o professor João Nunes, em sua contribuição ao livro e ao dossiê já citados, pondera justamente que os estudos do campo da saúde global têm o potencial de ampliar o reconhecimento acerca da interconexão fundamental entre a saúde dos humanos e dos mais que humanos, e fortalecer perspectivas de atuação e de transformação social pela coletividade. Podem contribuir com esforços na garantia da saúde como um direito universal que se concretiza com responsabilidade e participação pública, e fomentar o reconhecimento tão necessário e urgente dos diversos saberes e modos de pensar que foram historicamente marginalizados.

Com uma atuação “glocal”, a saúde global possibilita, como argumenta Nunes, reconhecer o cotidiano como a arena de realização das potencialidades humanas e de transformação da realidade. Para tanto, um dos desafios centrais da saúde global é justamente mobilizar e reenquadrar uma perspectiva crítica de sustentabilidade não apenas enquanto discurso ou utopia. Como abordamos em artigo publicado neste mesmo espaço, em 2022, é preciso articular a sustentabilidade como um “caminho concreto para contrariar a insustentabilidade da organização socioeconômica e política eminentemente destrutiva”.

A expectativa de nosso PPG é ampliar os esforços de pesquisa, fomentando a diversidade e inclusão por meio de ações afirmativas, e garantir maior pluralidade de ideias e de experiências da comunidade do programa. É no fortalecimento dessa trajetória que buscamos alcançar um aprofundamento analítico e crítico sobre conflitos de interesses, relações de poder, vulnerabilidades, negligências e iniquidades que estão em jogo nas questões de saúde e ambiente, e pensar coletivamente um futuro habitável, justo e sustentável.

“A mudança climática cria um ‘coquetel’ de riscos graves para a saúde de 70% dos trabalhadores do mundo”, alerta novo relatório da OIT⁷

“Climate change creates a ‘cocktail’ of serious health hazards for 70 per cent of the world’s workers”, warns new ILO report⁸

René Mendes

Resumo: A propósito do **“Dia Mundial de Segurança e Saúde e Saúde no Trabalho”**, que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) habitualmente promove em torno do dia 28 de abril de cada ano, o tema dos impactos das mudanças climáticas sobre a segurança e a saúde dos trabalhadores foi alçado para a posição de tema central das reflexões e debates de 2024. Com efeito, para prover dados e informações atualizadas e como documento-base para o debate em nível global, assim como no âmbito de cada país-membro, a OIT divulgou o importante relatório intitulado **“Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança”**. Para este fim, foram selecionados seis temas prioritários: calor excessivo, radiação ultravioleta (UV), eventos climáticos extremos, poluição do ar nos locais de trabalho, doenças transmitidas por vetores, e os impactos dos agrotóxicos sobre a saúde dos trabalhadores. Será feita uma síntese do documento elaborado pela OIT, como subsídio às discussões que devem ocorrer ao longo do ano de 2024. Saliente-se que o documento-base, no idioma inglês, é extremamente rico em referências bibliográficas, as quais não foram transcritas aqui.

Palavras-chave: OIT, mudanças climáticas, segurança e saúde no trabalho, saúde dos trabalhadores

Abstract: *In connection with the “World Day for Safety and Health at Work”, which the International Labor Organization (ILO) usually promotes around April 28th of each year, the theme of the impacts of climate change on safety and health at work’ was elevated to the position of central theme of reflections and debates in 2024. In effect, to provide updated data and information and as a base document for debate at a global level, as well as within each member country, the ILO released the important report entitled “Ensuring safety and health at work in a changing climate”⁹. To this end, six priority themes were selected: excessive heat, ultraviolet radiation (UV), extreme weather events, air pollution in workplaces, vector-borne diseases, and the impacts of pesticides on workers' health. A summary of the document prepared by the ILO will be made, as a support for the discussions that should take place throughout the year 2024. It should be noted that the base document, in English, is extremely rich in bibliographical references, which were not transcribed here .*

⁷ <https://www.ilo.org/es/resource/news/el-cambio-climatico-crea-graves-peligros-para-la-salud-del-70-por-ciento-de>

⁸ <https://www.ilo.org/resource/news/climate-change-creates-cocktail-serious-health-hazards-70-cent-worlds>

⁹ <https://www.ilo.org/publications/ensuring-safety-and-health-work-changing-climate>

Keywords: ILO. Climate change, safety and health at work, workers' health

Introdução

Um número “impressionante” de trabalhadores, representando mais de 70% da força de trabalho mundial, estará provavelmente exposto a ameaças e perigos à saúde relacionados com as mudanças climáticas e às proteções existentes em matéria de segurança e saúde no trabalho (SST), posicionando-se de modo vigilante e atento frente riscos resultantes, de acordo com um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

O Relatório (Informe), “**Garantir a segurança e a saúde no trabalho num clima em mudança**”^{10,11}, afirma que as mudanças climáticas já estão tendo um impacto grave na segurança e na saúde dos trabalhadores em todas as regiões do mundo. A OIT estima que mais de 2,4 bilhões de trabalhadores (de uma força de trabalho global de 3,4 bilhões) estarão provavelmente expostos ao **calor excessivo** em algum momento do seu trabalho, de acordo com os números mais recentes disponíveis (2020). Quando calculada como percentagem da força de trabalho global, a proporção aumentou de 65,5 por cento para 70,9 por cento desde 2000.

Além disso, o Relatório estima que 18.970 vidas e 2,09 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade são perdidos (DALY) anualmente devido a 22,87 milhões de acidentes do trabalho atribuíveis ao **calor excessivo**. Isto para não falar dos 26,2 milhões de pessoas em todo o mundo que vivem com doença renal crônica associada ao stress térmico no local de trabalho (dados de 2020).

No entanto, o impacto das mudanças climáticas nos trabalhadores vai muito além da exposição ao calor excessivo, afirma o Relatório, criando um “cocktail de perigos”, que resulta numa série de condições de saúde perigosas.

O Relatório observa que numerosos problemas de saúde dos trabalhadores têm sido associados às mudanças climáticas, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, disfunções renais e problemas de saúde mental. O impacto inclui:

- 1,6 bilhões de trabalhadores expostos à **radiação UV**, com mais de 18.960 mortes relacionadas com o trabalho anualmente devido a câncer de pele não melanoma.
- 1,6 bilhões de pessoas provavelmente expostas à **poluição atmosférica no local de trabalho**, resultando anualmente em até 860.000 mortes relacionadas com o trabalho entre trabalhadores ao ar livre.
- Mais de 870 milhões de trabalhadores na agricultura, provavelmente expostos a **pesticidas**, com mais de 300.000 mortes atribuídas anualmente ao **envenenamento por agrotóxico**.
- 15.000 mortes relacionadas com o trabalho todos os anos devido à exposição a **doenças parasitárias e transmitidas por vetores**.

¹⁰ <https://www.ilo.org/publications/ensuring-safety-and-health-work-changing-climate>

¹¹ <https://www.ilo.org/es/publications/resumen-del-informe-garantizar-la-seguridad-y-la-salud-en-el-trabajo-en-un>

“É evidente que as mudanças climáticas já estão criando riscos adicionais significativos para a saúde dos trabalhadores”, afirmou Manal Azzi, Chefe da Equipa de Segurança e Saúde no Trabalho, na OIT. “É essencial que prestemos atenção a esses avisos. As preocupações por segurança e saúde no trabalho devem tornar-se parte das nossas respostas às mudanças climáticas – tanto nas políticas como nas ações. Trabalhar em ambientes seguros e saudáveis é reconhecido como um dos princípios e direitos fundamentais da OIT no trabalho. Devemos cumprir esse compromisso em relação às mudanças climáticas, tal como em todos os outros aspectos do trabalho.”

Os trabalhadores estão entre os mais expostos aos perigos das mudanças climáticas, mas muitas vezes não têm outra escolha senão continuar trabalhando, mesmo que as condições sejam perigosas. As proteções globais de segurança e saúde ocupacional (SST) têm enfrentado dificuldades para acompanhar a evolução dos riscos das mudanças climáticas, resultando na mortalidade e morbidade dos trabalhadores.

São necessários esforços colaborativos para desenvolver e implementar medidas eficazes de mitigação e adaptação para proteger trabalhadores em todo o mundo. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotou mais de 40 normas especificamente relacionadas com a SST, que fornecem soluções políticas para lidar com os efeitos das mudanças climáticas nas comunidades, nos trabalhadores e empresas. Além disso, as **Diretrizes para uma Transição Justa para Economias Ambientalmente Sustentáveis e Sociedades para Todos**¹² (OIT 2015) podem ajudar a promover um ambiente de trabalho seguro e saudável, apoiando os trabalhadores e empregadores durante a transição para uma economia de baixo carbono.

Em junho de 2023, a Conferência Internacional do Trabalho instou os constituintes a implementar medidas de SST para todos os trabalhadores afetados por riscos relacionados com o clima e eventos meteorológicos extremos e solicitou à OIT que considerasse a convocação de uma reunião tripartite sobre SST em situações meteorológicas extremas e mudanças nos padrões climáticos

O relatório também explora as respostas atuais dos países, incluindo a revisão ou criação de nova legislação, regulamentos e orientações, e a melhoria das estratégias de mitigação das mudanças climáticas – tais como medidas de eficiência energética – nos ambientes de trabalho.

Este Relatório apresenta evidências críticas relacionados com seis impactos principais das mudanças climáticas na SST, que foram escolhidos pela sua gravidade e pela magnitude do seu impacto:

- Calor excessivo
- Radiação ultravioleta (UV)
- Eventos climáticos extremos
- Poluição do ar no local de trabalho
- Doenças transmitidas por vetores
- Agrotóxicos

¹²https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---emp_ent/documents/publication/wcms_432859.pdf

Principais conclusões do Relatório

- Bilhões de trabalhadores estão expostos a riscos exacerbados pelas mudanças climáticas.
- Os trabalhadores de diferentes setores estão expostos a estes perigos, mas alguns trabalhadores, como os trabalhadores agrícolas e outros trabalhadores ao ar livre que realizam trabalhos pesados em climas quentes, podem estar particularmente em risco.
- Fortes evidências demonstram que numerosos problemas de saúde nos trabalhadores têm sido associados às mudanças climáticas, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, disfunções renais e problemas de saúde mental, entre muitos outros.
- Todos os anos, estima-se que 22,85 milhões de acidentes de trabalho, 18.970 mortes e 2,09 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade (DALYs) são atribuíveis apenas ao calor excessivo. Outros milhares morrem por intoxicação por agrotóxicos (>300.000), poluição do ar no local de trabalho (>860.000), radiação solar UV (>18.960 devido apenas ao câncer de pele não-melanoma) e doenças parasitárias e transmitidas por vetores (>15.170) (Jørs et al. 2018; OIT 2021a;
- Muitos países implementaram novas leis para abordar especificamente o calor excessivo no ambiente de trabalho. Estes incluem principalmente limites máximos de temperatura e diretrizes para medidas adaptativas no local de trabalho. Para outros impactos das mudanças climáticas, as proteções para os trabalhadores são principalmente integradas nas regulamentações ambientais ou de SST existentes.
- O conteúdo da legislação varia consideravelmente entre países, mas pode incluir vigilância médica, listas de doenças relacionadas ao trabalho, limites de exposição profissional (LEO), formação e informação, avaliação de riscos e medidas preventivas no local de trabalho.
- À medida que os riscos das mudanças climáticas evoluem e se intensificam, será necessário reavaliar a legislação existente ou criar novos regulamentos e orientações. Algumas populações de trabalhadores podem ser especialmente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e, portanto, necessitar de proteções adicionais.
- O diálogo social entre governos e parceiros sociais é essencial para garantir que as políticas sejam práticas e eficazes a nível do local de trabalho.
- As políticas e programas de SST devem ser coordenados entre os departamentos (áreas) governamentais para garantir a coerência das políticas. Por exemplo, pode ser benéfico integrar iniciativas de SST em campanhas de saúde pública.
- Além de se adaptarem aos impactos das mudanças climáticas descritos neste Relatório, os locais de trabalho podem contribuir para estratégias de mitigação climática através de medidas como a melhoria da eficiência energética.
- A base de evidências científicas relativas às mudanças climáticas e à SST é limitada em muitas áreas críticas. Mais pesquisas são necessárias para orientar a formulação de políticas e outras respostas. A transferência de conhecimento também é necessária para educar as partes interessadas.
- As rápidas mudanças para tecnologias verdes e sustentáveis podem criar novos desafios em matéria de SST, especialmente se não tiverem sido implementadas proteções adequadas em

matéria de SST. Por exemplo, painéis solares, lâmpadas fluorescentes compactas e baterias de lítio contêm produtos químicos tóxicos que são perigosos para a saúde dos trabalhadores.

Mudanças climáticas e segurança e saúde dos trabalhadores: uma introdução

Fortes evidências demonstram que as mudanças climáticas e a degradação ambiental podem levar à deterioração das condições de trabalho e a um risco aumentado de acidentes de trabalho, doenças e morte. Além da degradação ambiental induzida pelo homem, também devem ser tidas em conta as ligações entre os diferentes impactos das mudanças climáticas. Por exemplo, os impactos primários, como o aumento das temperaturas, podem levar a efeitos secundários, como incêndios florestais e secas, que também são interdependentes.

Numerosas condições de saúde dos trabalhadores têm sido associadas às mudanças climáticas, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias e problemas de saúde mental, entre muitas outras. Em geral, as mulheres grávidas, as crianças, os idosos e as pessoas com deficiência são mais vulneráveis a fatores de stress para a saúde, como o calor extremo, a poluição atmosférica e outros eventos relacionados com o clima.

Diferentes setores são afetados de diferentes maneiras e em graus variados. Os que correm maior risco incluem os trabalhadores ao ar livre, que muitas vezes trabalham em setores fisicamente exigentes, como a agricultura, a construção e os transportes.

Também correm risco aqueles que trabalham em ambientes interiores quentes ou em espaços fechados mal ventilados e sem condições de ar adequadas. Alguns ambientes de trabalho podem se tornar perigosos de forma especialmente rápida, por exemplo aqueles que já geram calor, como padarias, fundições e lavandarias. Além disso, haverá uma pressão crescente sobre os serviços de emergência, o setor da saúde e outros serviços públicos, com os trabalhadores da resposta a emergências, como os bombeiros, a enfrentarem condições de trabalho cada vez mais perigosas.

Os efeitos estão distribuídos de forma desigual entre as regiões, com certos trabalhadores e empregadores suportando um fardo desproporcional de resultados adversos. Os maiores impactos serão sentidos pelos trabalhadores pobres, pelos que trabalham na economia informal, pelos trabalhadores sazonais e pelos trabalhadores das micro e pequenas empresas.

As mudanças climáticas ameaçam os ecossistemas e, portanto, os 1,2 bilhões de empregos que deles dependem, como a agricultura, a silvicultura e a pesca. Regiões inteiras podem tornar-se improdutivas e muitos ambientes de trabalho serão demasiado quentes para trabalhar. Noutras áreas, as catástrofes naturais destruirão infraestruturas críticas no local de trabalho e ceifarão vidas. Isto levará a um aumento da migração induzida pelo clima, a um aumento do trabalho informal e ao aumento do desemprego.

Para além dos impactos das mudanças climáticas explorados neste relatório, outros fatores também influenciarão negativamente o bem-estar físico e mental dos trabalhadores, bem como a sua capacidade de trabalhar em segurança. À medida que as secas extremas e a escassez de água continuam a ocorrer com mais frequência, o acesso à água potável e ao saneamento pode tornar-se limitado, deixando os trabalhadores suscetíveis a doenças. Os impactos negativos das mudanças climáticas no emprego podem incluir perdas de postos de trabalho, danos nos ativos empresariais e interrupções de negócios, diminuição da produtividade laboral e migração forçada.

Os enormes custos econômicos associados aos acidentes e doenças no local de trabalho esgotam os recursos no local de trabalho, a nível nacional e global. Os empregadores serão impactados por uma redução potencial na produtividade ou na oferta de trabalho. Devem também ser consideradas as perdas financeiras devido ao aumento dos custos de produção, acidentes e lesões, e absentismo. Mesmo que o aquecimento global esteja limitado a 1,5°C acima dos níveis pré-industriais até ao final do século, espera-se que as perdas financeiras acumuladas devido apenas a doenças relacionadas com o calor atinjam 2,4 bilhões de dólares até 2030. Nos Estados Unidos da América, os custos para a saúde decorrentes da poluição atmosférica e das mudanças climáticas já ultrapassam largamente os 800 bilhões de dólares por ano e espera-se que este número aumente.

É necessária uma resposta multissetorial global para enfrentar os impactos das mudanças climáticas através de estratégias de mitigação e adaptação. Os acordos climáticos multilaterais são estratégias de mitigação fundamentais no domínio das mudanças climáticas. Estas andam de mãos dadas com políticas de mitigação a nível nacional e local de trabalho. Os esforços de adaptação climática são medidas preventivas para proteger os trabalhadores, as economias e as comunidades dos impactos das mudanças climáticas. Dado que é pouco provável que as medidas de mitigação das mudanças climáticas entrem em vigor nos próximos anos, políticas de adaptação eficazes e direcionadas são fundamentais para garantir ambientes de trabalho seguros e saudáveis.

“Variáveis” transversais que afetam os riscos de SST relacionados com as mudanças climáticas

Embora os trabalhadores de todo o mundo possam ser afetados negativamente pelas mudanças climáticas, alguns enfrentam situações de exposição únicas que os colocam em maior risco:

- As **mulheres trabalhadoras** podem estar em maior risco devido às suas funções profissionais, como na agricultura de subsistência, e durante as diferentes fases da vida; as complicações relacionadas com a gravidez incluem hipertensão, abortos espontâneos e natimortos.
- Os **trabalhadores homens** são mais propensos a realizar trabalho manual pesado, por exemplo na construção e na agricultura, muitas vezes em condições quentes, e estão, portanto, em alto risco de muitos impactos das mudanças climáticas.
- Os **trabalhadores jovens** estão frequentemente expostos ao calor excessivo em setores como a agricultura, a construção e a gestão de resíduos e tendem a ter maior probabilidade de sofrer um acidente de trabalho grave do que os adultos mais velhos, uma vez que podem carecer de maturidade, competências, formação e experiência.
- Os **trabalhadores idosos** são particularmente suscetíveis aos riscos relacionados com o clima, uma vez que são menos capazes de tolerar o stress devido a metabolismos mais lentos, sistemas imunitários mais fracos e um aumento da carga de doenças.
- Os **trabalhadores com deficiência** enfrentam taxas desproporcionalmente mais elevadas de fatores de risco social, como a pobreza e o menor nível de escolaridade, que contribuem para piores resultados de saúde durante eventos meteorológicos extremos ou emergências relacionadas com o clima.
- Os **trabalhadores com problemas de saúde pré-existent** podem ser particularmente afetados pelos riscos das mudanças climáticas, uma vez que estes podem exacerbar

problemas de saúde pré-existentes, incluindo doenças crônicas como diabetes e doenças cardíacas, renais e respiratórias.

- Os **trabalhadores migrantes** são frequentemente empregados em profissões de alto risco e fisicamente exigentes, por exemplo, como trabalhadores das colheitas, e podem não ser capazes de compreender os procedimentos de SST e os materiais de formação devido a barreiras linguísticas.
- Os **trabalhadores da economia informal** estão entre os trabalhadores mais expostos aos riscos das mudanças climáticas, uma vez que frequentemente carecem de proteções em matéria de SST, de serviços essenciais e de infraestruturas. Devido a preocupações financeiras, os trabalhadores informais, bem como muitos trabalhadores por conta própria, também podem não conseguir parar de trabalhar, mesmo quando a sua saúde está em risco devido a eventos climáticos extremos.

BREVE SÍNTESE SOBRE OS 6 TEMAS SELECIONADOS

1. Calor excessivo

O aumento das temperaturas globais devido às alterações climáticas conduzirá a ondas de calor mais frequentes e severas, causando aumento da mortalidade, redução da produtividade e danos às infraestruturas. O impacto do calor excessivo varia entre os setores, mas os que correm maior risco são os trabalhadores ao ar livre, em empregos fisicamente exigentes, e os trabalhadores em espaços internos, em locais de trabalho mal ventilados, onde as temperaturas não são reguladas. Os riscos relacionados ao calor são influenciados pelas condições ambientais, esforço físico e roupas ou equipamentos. As normas gerais de SST incluem frequentemente medidas básicas para proteger os trabalhadores de temperaturas extremas. No entanto, novas leis e regulamentos já foram implementados em muitos países como resposta específica ao calor excessivo e são muito mais abrangentes. Geralmente incluem limites máximos de temperatura e diretrizes para medidas adaptativas no local de trabalho. Em linha com a Lista de Doenças Profissionais da OIT, vários países reconhecem as doenças relacionadas com o calor excessivo como doenças profissionais. Medidas de proteção no local de trabalho simples e baseadas em evidências incluem aclimação, ritmo próprio, hidratação, mecanização e vestuário.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: trabalhadores da agricultura, bens e serviços ambientais (gestão de recursos naturais), construção, coleta de lixo, trabalhos de reparação de emergência, transportes, turismo e desporto.

Carga global das exposições ocupacionais: pelo menos 2,41 bilhões de trabalhadores expostos anualmente ao calor excessivo.

Principais efeitos sobre a saúde: estresse por calor, insolação, exaustão por calor, rabdomiólise, síncope por calor, câibras por calor, erupção cutânea, doença cardiovascular, lesão renal aguda, doença renal crônica, lesão física.

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: todos os anos, ocorrem 22,85 milhões de acidentes de trabalho, 18.970 mortes relacionadas com o trabalho e 2,09 milhões de DALYs atribuíveis ao calor excessivo.

2. Radiação ultravioleta

A radiação ultravioleta solar é uma forma de radiação não ionizante. As moléculas de ozônio na alta atmosfera reduzem a quantidade de radiação ultravioleta solar que atinge a Terra. A destruição gradual da camada de ozônio, causada pela libertação de substâncias que destroem a camada de ozônio provenientes da indústria e de outras atividades humanas, é, portanto, motivo de grande preocupação. A radiação solar ultravioleta é um problema particular para os trabalhadores ao ar livre, que estão expostos a doses de radiação ultravioleta pelo menos duas a três vezes superiores às dos trabalhadores interiores e muitas vezes a doses diárias cinco vezes superiores aos limites recomendados internacionalmente. A radiação ultravioleta pode ser especialmente perigosa para os trabalhadores, pois estes podem não estar conscientes de que estão expostos a níveis perigosamente elevados. Algumas leis gerais de SST referem-se à proteção dos trabalhadores contra radiações não ionizantes, incluindo radiação UV solar. No entanto, uma legislação mais específica centra-se normalmente na radiação ionizante ou na radiação artificial, excluindo assim a radiação UV solar. Em linha com a Lista de Doenças Profissionais da OIT, alguns países incluíram doenças causadas pela radiação solar UV nas suas listas nacionais. Medidas simples de proteção no local de trabalho incluem EPI, protetor solar e áreas de descanso sombreadas.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: trabalhadores ao ar livre, inclusive na construção e na agricultura, salva-vidas, trabalhadores de concessionárias de energia, jardineiros, carteiros e portuários.

Carga global das exposições ocupacionais: 1,6 bilhões de trabalhadores expostos anualmente à radiação solar UV.

Principais efeitos para a saúde: queimaduras solares, bolhas na pele, lesões oculares agudas, sistema imunológico fragilizado, pterígio, catarata, câncer de pele.

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: mais de 18.960 mortes relacionadas ao trabalho anualmente devido apenas ao câncer de pele não-melanoma.

3. Eventos climáticos extremos

Milhares de pessoas morrem e ficam lesionadas todos os anos devido a eventos meteorológicos extremos e desastres naturais, como inundações, secas, incêndios florestais e furacões. Os trabalhadores podem ficar expostos durante o evento, imediatamente após ou durante as operações de limpeza. Muitos eventos climáticos extremos também causam danos significativos a instalações perigosas, como fábricas ou locais de atividades de extração mineral, levando à libertação de substâncias perigosas, incêndios e explosões. O aumento previsto tanto na frequência como na gravidade dos eventos meteorológicos em cenários futuros de alterações climáticas representa uma ameaça ao bem-estar a longo prazo de muitos trabalhadores. Foi encontrada legislação limitada que protege os trabalhadores dos efeitos de eventos meteorológicos extremos. Alguma legislação geral em matéria de SST exige planos de resposta de emergência para situações de crise, que incluem catástrofes naturais, mas estes são bastante amplos e não abordam eficazmente os novos desafios. Em alguns casos, foram adotados novos regulamentos em resposta a uma questão específica, como os incêndios florestais. A prevenção, preparação e resposta a emergências são componentes essenciais de um sistema nacional de gestão de SST.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: pessoal de saúde, bombeiros, outros trabalhadores de emergência, trabalhadores da construção civil envolvidos na limpeza, trabalhadores agrícolas e pesqueiros.

Carga global das exposições ocupacionais: dados limitados.

Principais efeitos para a saúde: vários

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: 2,06 milhões de mortes devido a riscos meteorológicos, climáticos e hídricos (não apenas exposições ocupacionais) entre 1970 e 2019.

4. Poluição do ar no local de trabalho

As medidas para reduzir a poluição atmosférica são, na sua maioria, integradas nas políticas gerais de mitigação das mudanças climáticas ou de saúde pública. Tradicionalmente, a legislação em matéria de SST aborda a qualidade do ar, mas predominantemente no contexto da prevenção de poeiras e fumos em instalações interiores, e não em ambientes de trabalho exteriores. Existem Limites de Exposição Ocupacional (LEO) para alguns poluentes atmosféricos, mas, mais uma vez, estão principalmente ligados ao trabalho interior. Os controles de engenharia (por exemplo, sistemas de ventilação adequados) geralmente não são aplicáveis ao ar livre, mas os controles administrativos, como a rotação de cargos, podem ser eficazes.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: todos os trabalhadores, com foco em trabalhadores ao ar livre, trabalhadores em transportes e bombeiros.

Carga global das exposições ocupacionais: aumento do risco de exposição à poluição atmosférica para os 1,6 bilhões de trabalhadores ao ar livre.

Principais efeitos sobre a saúde: câncer (pulmão), doenças respiratórias e doenças cardiovasculares, entre outros.

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: 860.000 mortes relacionadas com o trabalho anualmente atribuíveis à poluição do ar (apenas trabalhadores ao ar livre).

5. Doenças transmitidas por vetores

As doenças transmitidas por vetores são doenças causadas por parasitas, vírus e bactérias que são transmitidas por vetores, como mosquitos, carrapatos e pulgas. As alterações climáticas têm sido associadas a um risco aumentado para os trabalhadores de contraírem doenças transmitidas por vetores devido aos seus efeitos sobre o tamanho das populações de vetores, as suas taxas de sobrevivência e reprodução, juntamente com os seus efeitos mais amplos nos ecossistemas naturais e nos sistemas humanos. A maior carga destas doenças regista-se nas áreas tropicais e subtropicais e afetam desproporcionalmente as populações mais pobres. Contudo, à medida que as alterações climáticas pioram, os modelos projetam uma expansão substancial de regiões com um clima adequado para muitas doenças transmitidas por vetores. Onde existe, a legislação que protege os trabalhadores contra doenças transmitidas por vetores é incluída principalmente na legislação que abrange os riscos biológicos. As doenças causadas por riscos biológicos são frequentemente listadas como doenças profissionais de notificação obrigatória, embora as doenças transmitidas por vetores nem sempre sejam mencionadas. Existem pesquisas extremamente limitadas sobre medidas de proteção específicas para trabalhadores.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: trabalhadores ao ar livre, incluindo agricultores, silvicultores, paisagistas, jardineiros, pintores, carpinteiros, pavimentadores, trabalhadores da construção civil, bombeiros, entre outros.

Carga global das exposições ocupacionais: dados limitados.

Principais efeitos sobre a saúde: doenças como malária, doença de Lyme, dengue, esquistossomose, leishmaniose, doença de Chagas e tripanossomíase africana, entre outras.

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: mais de 15.170 mortes relacionadas ao trabalho a cada ano, atribuíveis a doenças parasitárias e vetoriais.

6. Substâncias químicas agrotóxicas

O aumento do uso de agrotóxicos foi identificado como um efeito importante das mudanças climáticas na segurança e saúde dos trabalhadores. A utilização de pesticidas depende diretamente da sua eficácia, das características das culturas e do aparecimento de pragas, todos fatores influenciados pelas mudanças climáticas. A utilização de fertilizantes também pode ser afetada pelas mudanças climáticas, uma vez que o aumento das chuvas pode levar à erosão do solo e, portanto, à diminuição de nutrientes essenciais para o crescimento das plantas, como o nitrogênio e o fósforo. Os pesticidas altamente perigosos são motivo de grande preocupação, uma vez que a sua utilização generalizada tem causado graves problemas de saúde e mortes em muitas áreas do mundo.

Exemplos de trabalhadores em atividades de alto risco: trabalhadores na agricultura, plantações, indústrias químicas, silvicultura, vendas de pesticidas, espaços verdes e controle de vetores.

Carga global das exposições ocupacionais: risco aumentado de exposição a agrotóxicos para um número significativo dos 873 milhões de trabalhadores empregados na agricultura.

Principais efeitos sobre a saúde: intoxicações (envenenamentos), câncer, neurotoxicidade, desregulação endócrina, distúrbios reprodutivos, doenças cardiovasculares, doença pulmonar obstrutiva crônica (DPOC), imunossupressão.

Efeitos para a saúde relacionados ao trabalho: mais de 300.000 mortes anualmente devido à intoxicação por pesticidas.

Conclusões do Relatório

• **Os trabalhadores enfrentam atualmente graves impactos na saúde decorrentes dos perigos relacionados com as mudanças climáticas:** bilhões de trabalhadores estão expostos todos os anos a riscos exacerbados pelas mudanças climáticas, e estes números só tendem a piorar. Fortes evidências demonstram que numerosos problemas de saúde dos trabalhadores têm sido associados às mudanças climáticas, incluindo câncer, doenças cardiovasculares, doenças respiratórias, disfunções renais, distúrbios reprodutivos e problemas de saúde mental, entre muitos outros. De acordo com as novas estimativas da OIT, todos os anos, 22,85 milhões de acidentes do trabalho, 18.970 mortes e 2,09 milhões de anos de vida ajustados por incapacidade (DALY) são atribuíveis apenas ao calor excessivo. Outros milhares morrem todos os anos devido a agrotóxicos (>300.000), poluição do ar no local de trabalho (>860.000), doenças infecciosas e parasitárias (>15.170) e radiação solar UV (>18.960 mortes anualmente devido a câncer de pele não-melanoma).

• **As atuais políticas de SST terão que ser adaptadas e novas políticas específicas para as mudanças climáticas terão que ser criadas:** as leis e políticas de SST existentes, em muitos casos, já integram os perigos relacionados com o clima. No entanto, os Estados-Membros de várias regiões estão adotando novas políticas para melhor responder a alguns perigos induzidos ou agravados pelas mudanças climáticas, como o calor excessivo no local de trabalho. Além disso, à medida que os riscos das mudanças climáticas evoluem e se intensificam, poderá ser necessário reavaliar a legislação existente ou criar mais regulamentos e orientações novas. Aspectos de SST devem ser integrados nas políticas relacionadas com o clima e as preocupações climáticas devem ser integradas nas práticas de SST. Contudo, a atual falta de monitorização e avaliação de políticas e estratégias pode dificultar aos decisores políticos a determinação da melhor linha de ação.

• **São necessárias pesquisas aprimoradas e uma base de evidências mais sólida para orientar a resposta:** Atualmente, a base de evidências científicas é extremamente limitada em muitas áreas críticas e o que existe centra-se frequentemente na saúde pública, e não na saúde dos trabalhadores. Além do stress térmico, pouco se sabe sobre as intervenções mais eficazes para proteger os trabalhadores dos muitos impactos das mudanças climáticas. É necessária pesquisa para desenvolver e avaliar a eficácia das medidas preventivas de SST em diferentes países e setores, e para estimar os custos e benefícios econômicos de tais políticas e intervenções. Além disso, a carga global de exposição e dados sobre doenças são necessários em muitas áreas.

• **O diálogo social é a base para uma resposta eficaz em matéria de SST num mundo do trabalho em mudança:** a colaboração entre governos e parceiros sociais é necessária para o desenvolvimento de políticas de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, uma vez que os trabalhadores e os empregadores estão em melhor posição para tomar medidas adequadas no local de trabalho. Os acordos coletivos a nível nacional começam a incluir disposições relacionadas com as mudanças climáticas. A cooperação no local de trabalho e, especificamente, os comitês bilaterais de SST devem ser criados ao nível do local de trabalho para permitir que trabalhadores e empregadores participem no diálogo social.

• **As práticas “verdes” também podem colocar novos desafios em matéria de SST:** As empresas estão desempenhando um papel importante nas estratégias de mitigação das alterações climáticas, procurando formas de reduzir as emissões no local de trabalho e implementando práticas laborais sustentáveis. Estão também surgindo indústrias e tecnologias verdes para responder a esta emergência global, o que pode ajudar a mitigá-la a longo prazo. No entanto, as tecnologias verdes podem, em alguns casos, criar ou amplificar perigos e riscos em matéria de SST, especialmente se ainda não tiverem sido desenvolvidas infraestruturas e proteções adequadas em matéria de SST.

• **Maior visibilidade política do nexos entre clima e saúde:** Deve notar-se, no entanto, que estão sendo dados passos positivos na direção certa. À medida que o reconhecimento da relação clima-saúde cresce em todo o mundo, novas políticas de SST estão sendo implementadas para enfrentar especificamente os perigos das mudanças climáticas. A dinâmica de iniciativas globais como a COP 28 deve ser aproveitada para continuar a elevar o perfil político da saúde das pessoas, e em particular da saúde dos trabalhadores, para negociar melhores proteções para os trabalhadores ao mais alto nível.

• **As necessidades dos trabalhadores nas situações mais vulneráveis devem ser consideradas:** algumas populações de trabalhadores podem ser especialmente vulneráveis aos

efeitos das mudanças climáticas e, portanto, podem necessitar de medidas de proteção adicionais. Por exemplo, os trabalhadores agrícolas e outros trabalhadores ao ar livre que realizam trabalho pesado em climas quentes podem estar expostos a um coquetel de perigos, incluindo calor excessivo, radiação UV, poluição atmosférica, doenças transmitidas por vetores e agrotóxicos. No entanto, os trabalhadores em ambientes interiores, como fábricas e escritórios, não podem ser negligenciados.

**Além da fronteira: Impactos da migração mexicana nos contextos sociais,
econômicos e políticos**

***Beyond the border: Impacts of Mexican migration on social, economic and
political contexts***

**Rafael Gomes França, Caio
Murta, Giulia Mariano Machado,
Harim Baek, Júlia Moraes e Deisy
de Freitas Lima Ventura**

Resumo. Neste informe, o Grupo de Trabalho de Migração, Refúgio e Saúde Global apresenta um panorama da migração mexicana em 2023. Mostramos um pouco dos resultados da Reunião Anual do Marco Integral Regional para Proteção e Soluções que tentam encontrar soluções conjuntas para o deslocamento forçado. Também destacamos um plano de integração profissional no coração do México organizado pelo Acnur.

Palavras-chave: Migração. Saúde Global. Acnur.

Summary. *In this report, the Migration, Refugee, and Global Health Task Force presents an overview of Mexican migration in 2023. We showcase some of the outcomes from the Annual Meeting of the Comprehensive Regional Framework for Protection and Solutions, which aims to find joint solutions for forced displacement. Additionally, we highlight a professional integration plan in central Mexico organized by UNHCR.*

Keywords: Migration. Global Health. UNHCR.

Panorama geral do Boletim Anual 2023 de estatísticas migratórias para o México

No Boletim Anual 2023 de estatísticas migratórias para o México produzido pela Organização Internacional da Migração⁷, o número de migrações irregulares está alcançando níveis recordes a cada ano. Entre as categorias que compõem esse fluxo, há muitas mulheres (incluindo gestantes e lactantes), crianças, pessoas indígenas, pessoas com deficiência e doenças crônicas, pessoas LGBTQIA+ e outras populações em situação de vulnerabilidade. Houve um aumento expressivo no número de migrantes irregulares de países da América Central, como El Salvador, Guatemala e Honduras, e também da América do Sul, como Venezuela, Equador, Colômbia e até mesmo do Brasil, ingressando no México, a maioria com o objetivo de alcançar a fronteira sudoeste dos Estados Unidos.

Em 2023, foram mais de 2,5 milhões de encontros de migrantes na fronteira, muito impulsionados pelas mudanças nas políticas migratórias dos EUA, como o fim do Título 42 (expulsão forçada do território, supostamente por questões de saúde pública) que estava sendo utilizado durante a pandemia de COVID-19. Além disso, 97% dos que estão em deslocamento nas fronteiras mexicanas tem como país destino os EUA, e o número de migrantes irregulares no México aumentou 77% em 2023.⁵

Esse fluxo cada vez mais numeroso de migrantes nas fronteiras do México enfrenta uma série de desafios no acesso à saúde, colocando-os em situação de profunda vulnerabilidade, conforme demonstrado por diversos estudos⁵. Menos da metade dos imigrantes que

vivem/retornam dos EUA ou foram deportados têm seguro de saúde ou tiveram acesso a serviços de saúde de qualidade, enquanto esse percentual é de mais de 80% entre a população adulta estadunidense. Os fatores de risco para doenças não-transmissíveis (hipertensão, diabetes, obesidade), piores condições de saúde mental e consumo de álcool excessivo também são mais prevalentes em pessoas em deslocamento dos EUA para o México ou retornando dos EUA após viverem no país.

O Relatório de Monitoramento da Proteção do México de 2023 "O Impacto do Deslocamento Forçado na Mobilidade Humana" foi lançado e divulgado pelo Acnur, agência da ONU para refugiados. Trata-se de um instrumento que consegue identificar algumas das necessidades de proteção da população em movimento, exhibe a organização e o planejamento da resposta e fornece um suporte com iniciativas que consolidam os espaços de proteção.⁴

No ano de 2023, o Acnur e organizações da sociedade civil fizeram 6.387 entrevistas que captaram informações de aproximadamente 15.000 pessoas de diversas nacionalidades em Tapachula, Suchiate, Tenosique, Villahermosa (região sul); Ciudad Acuña, Ciudad Juárez, Matamoros, Mexicali, Monterrey, Nogales, Piedras Negras, Reynosa, Saltillo e Tijuana (região norte) e Cidade do México, Aguascalientes, Guadalajara, Querétaro, Celaya, León, Irapuato e San Luis Potosí (região central). Um pouco mais da metade das pessoas que foram entrevistadas (51%), abordaram que a violência, a insegurança e as ameaças são as principais razões pelas quais elas deixaram seus países. Mais da metade das mulheres afirmaram terem sido vítimas de violência e ameaças diretas, como o motivo fundamental para a decisão de fuga.⁴

O estudo mostrou que por nacionalidade, 71% dos haitianos afirmaram terem medo do cenário geral de violência como razão para sair; 69% dos hondurenhos disseram terem sido vítimas de violência, ameaças e intimidação e 51% dos venezuelanos relataram violência, insegurança e ameaças como motivos de saída. Essas informações reforçam a possibilidade de que grande parte das pessoas que entram de maneira irregular no México, possam necessitar de proteção internacional, logo, os sistemas de asilo e procedimentos que sejam mais justos e eficientes precisam ser fortalecidos.⁴

Especificamente sobre o tema de acesso à saúde, outro estudo informa que embora todos os migrantes possuam direito ao sistema de saúde mexicano em todos os níveis, existe uma significativa dificuldade no acesso à saúde. Com a interrupção de parte do fluxo na fronteira entre México e Estados Unidos por determinadas políticas migratórias e durante a pandemia de covid-19, o sistema mexicano recebeu o desafio de realizar a recepção dessas populações.⁶

Partindo da análise de que o acesso ao sistema de saúde se dá na relação entre a interface do sistema e a capacidade do usuário de usá-lo, o estudo demonstra que apenas 36 dos 189 migrantes entrevistados procuraram acessar o sistema público. Entre as barreiras e limitações informadas, encontram-se barreiras administrativas e de custo que limitam muito o uso do sistema pelas populações migrantes — embora as organizações da sociedade civil se mostrem de grande auxílio para os migrantes em busca do sistema. O estudo conclui que as autoridades mexicanas devem tratar essa lacuna entre uma política teoricamente inclusiva e as imensas barreiras práticas a seu acesso.⁶

América Central, México e comunidade internacional procuram soluções conjuntas para o deslocamento forçado

Durante a VI Reunião Anual do Marco Integral Regional para Proteção e Soluções (MIRPS), realizada na Cidade do Panamá, países da América Central (Belize, Costa Rica, El

Salvador, Guatemala, Honduras), México e Panamá, em conjunto com a comunidade internacional, deliberaram sobre questões fundamentais relacionadas ao deslocamento forçado de pessoas e a busca por soluções conjuntas para essa situação.

Nesse contexto, foi aprovada a Declaração da Cidade do Panamá³, que representa um compromisso renovado dos países membros em intensificar seus esforços e trabalhar de forma coordenada para lidar com o deslocamento forçado na região. Além disso, foi oficialmente aprovada a Carta Estatutária do MIRPS¹ um marco significativo que estabelece uma estrutura clara e definida de papéis para fortalecer o mecanismo regional.

A reunião também enfatizou a importância da solidariedade e da responsabilidade mútua entre os Estados, doadores, instituições financeiras internacionais e a sociedade civil. Foram destacados os avanços alcançados em níveis nacional e regional em áreas como proteção, educação, saúde e emprego. No entanto, também foi ressaltada a necessidade contínua de trabalhar em conjunto e mobilizar recursos para auxiliar os mais de 1,8 milhão de pessoas deslocadas na América Central e México e enfrentar os desafios ainda existentes².

O Panamá desempenhou um papel fundamental como líder da Presidência Pro-Tempore do MIRPS em 2023, facilitando diálogos regionais e fortalecendo o plano de ação regional. Outros países, como Costa Rica, Honduras e México, também contribuíram com temas específicos, demonstrando um esforço conjunto na busca por soluções. A comunidade internacional, por meio da Plataforma de Apoio ao MIRPS, desempenhou um papel fundamental ao mobilizar recursos financeiros, políticos e técnicos para apoiar os países membros. Durante o Segmento de Solidariedade de Alto Nível, liderado pelos Estados Unidos como Presidência da Plataforma de Apoio em 2023, foram expressos compromissos para fortalecer a resposta regional e os planos de ação nacionais para o ano de 2024².

Plano de Integração Profissional do Acnur no coração industrial do México

Um dos exemplos de esforços para a integração dos migrantes e refugiados que se encontram no México é o projeto dirigido pelo Acnur de capacitação e integração profissional. O projeto já auxiliou mais de 31 mil pessoas no centro e noroeste do México a começar uma nova vida: são oferecidas oportunidades de emprego formal, acesso a serviços de educação e saúde, condições de vida segura e etc. A cidade de Aguascalientes, por exemplo, recebeu mais de 3000 refugiados, sendo apenas uma das 11 cidades envolvidas no projeto do Acnur.

O projeto tem encontrado sucesso em integrar os migrantes no mercado de trabalho e no espaço social dessas regiões do México. Os relatos são diversos, havendo desde crianças que passaram a integrar orquestras juvenis de bairro até migrantes que são empregados formalmente pela primeira vez em suas carreiras. Dessa forma, uma parte desses revela vontade de permanecer no México (que de outro modo seria provavelmente usado apenas como ponte até os Estados Unidos), afirmando com base na qualidade de vida que adquiriu neste país.⁸

Referências bibliográficas

1. ACNUR. **Carta Estatutaria del Marco Integral Regional para la Protección y Soluciones (MIRPS)**. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/leg/intinstrument/mirps/2024/es/147637>. Acesso em: 30 mar. 2024.
2. ACNUR. **Centroamérica, México y la comunidad internacional comprometidos en encontrar soluciones conjuntas al desplazamiento forzado**. Disponível em:

<https://www.acnur.org/noticias/comunicados-de-prensa/centroamerica-mexico-y-la-comunidad-internacional-comprometidos-en>. Acceso em: 31 mar. 2024.

3. ACNUR. **Declaración de la Ciudad de Panamá en la VI Reunión Anual del Marco Integral Regional para la Protección y Soluciones (MIRPS)**. Disponível em: <https://www.refworld.org/es/leg/resol/mirps/2024/es/147636>. Acceso em: 30 mar. 2024.
4. ACNUR. **La mitad de las personas que llegan a México de manera irregular declara salir de su país por la violencia, revela monitoreo de ACNUR**. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/comunicados-de-prensa/la-mitad-de-las-personas-que-llegan-mexico-de-manera-irregular>. Acceso em: 29 mar. 2024.
5. NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. **Health Profile and Health Care Access of Mexican Migration Flows Traversing the Northern Border of Mexico**. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32028523/>. Acceso em: 31 mar. 2024.
6. NATIONAL LIBRARY OF MEDICINE. **Access to Health Care for Migrants Along the Mexico-United States Border: Applying a Framework to Assess Barriers to Care in Mexico**. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35910916/>. Acceso em: 29 abr. 2024.
7. OIM. **PERFIL MIGRATORIO DE MÉXICO ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL PARA LAS MIGRACIONES (OIM) BOLETÍN ANUAL 2023 ESTADÍSTICAS MIGRATORIAS PARA MÉXICO**. Disponível em: <https://mexico.iom.int/sites/g/files/tmzbd11686/files/documents/2024-03/estadisticas-migratorias-2023.pdf>. Acceso em: 31 mar. 2024.
8. ACNUR. **El corazón industrial de México ofrece empleo y un nuevo comienzo a las personas refugiadas**. Disponível em: <https://www.acnur.org/noticias/historias/el-corazon-industrial-de-mexico-ofrece-empleo-y-un-nuevo-comienzo-las-personas>. Acceso em: 31 mar. 2024

Saúde reprodutiva e a nocividade dos agrotóxicos
Reproductive health and the harmfulness of pesticides

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Resumo: A redução da fertilidade e sua relação com o uso de agrotóxicos tem sido tema de diversas pesquisas em todo o mundo. Um relatório produzido pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva, em parceria com o Centro de Direitos Reprodutivos de Bogotá/Colômbia, destacou os efeitos nocivos dessas substâncias na população. O relatório também discute a ampla regulamentação dos agrotóxicos no Brasil e suas consequências para a saúde pública.

Palavras-chave: Infertilidade; Saúde reprodutiva; Agrotóxicos; Direitos humanos

Abstract: *The reduction in fertility and its relation with the use of pesticides has been the subject of several studies around the world. A report produced by the Brazilian Association of Public Health, in association with the Center for Reproductive Rights of Bogotá/Colombia, highlighted the harmful effects of these substances on the population. The report also discusses the broad regulation of pesticides in Brazil and its consequences for public health.*

Key words: *Infertility; Reproductive health; Agrochemicals; Human rights*

Impactos da exposição à agrotóxicos na saúde reprodutiva

Nas últimas décadas tem-se observado uma acentuada redução na fertilidade e um aumento nos resultados reprodutivos adversos associados a exposições químicas ocupacionais e ambientais. As evidências apontam que a exposição a diferentes tipos de agrotóxicos pode aumentar os riscos de doenças crônicas como diabetes, câncer e doenças neurodegenerativas. Além disso, a exposição à agrotóxicos tem sido associada à redução da fertilidade e de defeitos congênitos¹.

Os agrotóxicos destacam-se entre as substâncias químicas sintéticas associadas a sérios efeitos nocivos. A exposição aos agrotóxicos, que possuem efeitos desreguladores endócrinos, mutagênicos e teratogênicos, pode ocorrer de diversas formas:

- Trabalho direto com agrotóxicos
- Residência próxima a lavouras
- Aplicação indoor ou peridomiciliar
- Consumo direto em alimentos
- Água contaminada
- Lavagem de roupas (de cônjuges ou de outros homens da família)
- Exposição direta - no preparo da mistura, em sua aplicação ou na lavagem das embalagens
- Exposição ambiental em geral (aplicação aérea ou pela persistência no solo e nos sedimentos dos reservatórios de água).

As exposições ocupacionais e ambientais aos agrotóxicos são importantes, uma vez que muitos são desreguladores endócrinos, o que significa que mesmo níveis de exposição a doses muito baixas podem ter efeitos biológicos mensuráveis. A exposição de homens ou mulheres a certos agrotóxicos em doses suficientes pode aumentar o risco de anomalias espermáticas, diminuição da fertilidade, déficit de crianças do sexo masculino, aborto espontâneo, defeitos congênitos ou atraso no crescimento fetal. Os agrotóxicos provenientes de exposições ambientais ou no local de trabalho passam para o leite materno. Certos agrotóxicos também têm sido associados a problemas de desenvolvimento neurocomportamental, alteração da função das células imunitárias e possivelmente leucemia infantil. Em estudos epidemiológicos bem concebidos, efeitos adversos na reprodução ou no desenvolvimento foram associados à exposição mista a agrotóxicos em ambientes ocupacionais, particularmente quando não se utilizam equipamentos de proteção individual².

Uma revisão sistemática de 107 artigos publicados entre 2000 e 2020 avaliou a relação entre a infertilidade, maturação sexual anormal e complicações na gravidez com a exposição ocupacional, ambiental e transplacentária a agrotóxicos. Os resultados mostraram que vários estudos epidemiológicos encontraram associações estatisticamente significativas entre distúrbios reprodutivos e exposição a agrotóxicos. Eles ainda ressaltam que a maioria dos estudos centraram-se em um conjunto limitado de agrotóxicos, e que por isso há poucos dados disponíveis para avaliar os potenciais impactos reprodutivos do uso de misturas de agrotóxicos e sua interação¹.

No Brasil, de modo muito peculiar e importante, tem sido realizada uma luta histórica pela nomeação dos biocidas utilizados na agricultura com o uso de um termo que não fosse enganoso com relação às suas nocividades e danos, e, assim, chegou-se à denominação de Agrotóxicos. Foi em 1989, com a redemocratização do país, que essas substâncias deixam de ser eufemisticamente denominadas de “defensivos agrícolas”.

Segundo a Lei do Agrotóxico (1989): *“agrotóxicos são os produtos e os componentes de processos físicos, químicos ou biológicos destinados ao uso no setor de produção, armazenamento e beneficiamento de produtos agrícolas, nas pastagens, na proteção de florestas nativas ou implantadas e de outros ecossistemas e também em ambientes urbanos, hídricos e industriais, cuja finalidade seja alterar a composição da flora e da fauna, a fim de preservá-la da ação danosa de seres vivos considerados nocivos, bem como substâncias e produtos empregados como desfolhantes, dessecantes, estimuladores e inibidores do crescimento”*.

Já o termo “pesticida” é contestado por pesquisadores e especialistas, principalmente da saúde e ambiental, pois pesticida (do latim *pestis*, a doença; *cida*, o que mata) significa “o que mata as pestes”, levando a uma falsa ideia de ação capaz de eliminar apenas seres vivos “indesejáveis. Na verdade, não há uma ação específica, sendo que os vários grupos químicos dessas substâncias podem matar também outros organismos vivos que são benéficos, a exemplo de abelhas que fazem a polinização, outros predadores naturais, afetando a saúde humana, animal e a flora de modo geral.

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) - Relatório de Projeto GT Saúde e Ambiente³

No final do ano de 2022 a ABRASCO e o Centro de Direitos Reprodutivos (CDR) de Bogotá, formaram uma parceria com o objetivo de analisar a saúde reprodutiva em contexto de exposição aos agrotóxicos no Brasil. Essa iniciativa se deu após os resultados de um estudo

robusto realizado na Colômbia sobre os efeitos na saúde reprodutiva decorrentes da pulverização aérea do glifosato, que foi utilizado em ação militar sobre áreas rurais do país no chamado Plano Colômbia.

Na ocasião estava em processo a Comissão da Verdade da Colômbia que investigou violações de direitos humanos nos conflitos armados do país, no qual o Plano Colômbia foi utilizado mediante um acordo entre o governo local e os Estados Unidos. Neste Plano, ficou estabelecida a autorização da fumigação de agrotóxicos por pulverização aérea sobre áreas rurais produtoras de folhas de coca. A Comissão da Verdade buscava reconhecer os efeitos na saúde da população camponesa para a obtenção de reparação dos danos. Assim reportam os autores:

“Desde 1978 el gobierno colombiano inició el uso del glifosato como método para erradicar los cultivos ilícitos en zonas rurales y más tarde, en el marco del Plan Colombia entre los años 1999 y 2015, realizó aspersiones aéreas con glifosato en 1.800.000 hectáreas dentro del territorio nacional. Desde entonces, la conveniencia del uso del glifosato en dichas aspersiones ha sido parte de la discusión pública en Colombia, debido a los posibles efectos del glifosato en los ecosistemas y en la salud humana, incluyendo efectos en la salud reproductiva”. (Ordoñez et al. 2020, pág. 2 APUD Abrasco, 2024)³.

Nesse contexto, o CDR constatou que o tema era relevante para toda América Latina, em decorrência do uso intensivo desse herbicida na agricultura de vários países da América do Sul, além de outros agrotóxicos nocivos para a saúde reprodutiva, que produzem grave situação sanitária em contextos de violações dos direitos humanos. Esse quadro está ainda mal reconhecido tanto pela forma como os agrotóxicos foram introduzidos no continente, quanto pelos modos de uso e pelas nocividades que afetam o meio ambiente e a saúde humana.

No Brasil, embora a população não tenha sido alvo de uma ação semelhante ao Plano Colômbia, há uma prática de uso da pulverização aérea de agrotóxicos com glifosato de modo análogo, que também viola os direitos humanos. O glifosato e o 2,4-D, além de serem lançados sobre grandes áreas territoriais de produção de commodities agrícolas para exportação, especialmente de grãos transgênicos de soja e milho, atingem comunidades que vivem nesses territórios. Há frequentes relatos de uso da pulverização aérea de modo intencional e criminoso realizado para o envenenamento ambiental, objetivando desterritorializar grupos populacionais que ocupam terras ambicionadas pelo agronegócio brasileiro. Sobre esse assunto, o CDR denunciou na Corte Interamericana de Direitos Humanos estas práticas criminosas que seguem sendo utilizadas no Brasil, na Colômbia e na Argentina.

O Brasil é considerado o maior consumidor de herbicidas por hectare plantado, o que decorre das políticas iniciadas na década de 60, sob o regime ditatorial militar, que passou a liberar a aviação como meio de aplicação de agrotóxicos, além de subsidiá-los, condicionando esse uso obrigatório para obtenção do crédito rural e com isenção fiscal para o setor produtivo.

Pode-se exemplificar, com um caso de exposição coletiva por ato criminoso ocorrido em 2013, em que um avião pulverizou seguidamente agrotóxicos por 20 minutos sobre uma escola rural em Rio Verde, no estado de Goiás⁴. Cerca de 120 pessoas, entre crianças, adolescentes e seus professores, estavam no horário da merenda no pátio a céu aberto. A quantidade de agrotóxicos pulverizada foi tanta, que dezenas de crianças e adultos tiveram que ser atendidas e hospitalizadas com urgência devido a sintomas agudos de intoxicação. Pouco tempo após o contato com o agrotóxico, elas apresentaram tontura, boca seca, dor de cabeça, náuseas seguidas de vômitos, formigamento dos membros e falta de ar. Dez dias após o contato com o

pesticida algumas crianças continuavam a apresentar sintomas relacionados à intoxicação pelo veneno. Apesar dos agrotóxicos serem aplicados periodicamente por avião nas extensas áreas de plantação adjacentes à escola em questão, verificou-se grande despreparo das equipes de saúde locais no atendimento às crianças e adolescentes após a contaminação.

O problema dos agrotóxicos no Brasil não se limita à área rural. Na área urbana o uso de agrotóxico é também intensivo. O uso destes produtos no interior dos domicílios é feito mediante venda liberada em supermercados, sob o nome de domissanitários, que são na verdade agrotóxicos não regulados - diferente dos agrotóxicos de uso agrícola e na pecuária que estão sob legislação própria.

Dada a enorme desigualdade social e a grande densidade demográfica nas periferias urbanas do Brasil, e sua baixa cobertura de saneamento básico, o uso de agrotóxicos nessas áreas é significativo. Essas populações que já se encontram em maior situação de vulnerabilidade devido a maior incidência de endemias e epidemias relacionadas a zoonoses (entre elas as arboviroses), ainda são expostas aos agrotóxicos. A pulverização aérea de insumos agroquímicos, nocivos à saúde humana, é prática comum na saúde pública brasileira para o controle de vetores e reservatórios animais.

Marco Legal e Processo de Desregulação do Agrotóxico no Brasil

Há um grave problema sanitário decorrente da permissividade comercial de produtos químicos tóxicos para a saúde humana e para os ecossistemas, que são liberados para uso a céu aberto, mesmo diante de evidências de sua toxicidade, largamente tratada pelas pesquisas científicas. Exemplos dessa característica são:

(a) flexibilização da legislação frente à introdução de novas tecnologias na agricultura (como no caso da soja transgênica), e

(b) estabelecimento de parâmetros menos restritivos (como na ampliação dos limites aceitáveis em água destinada ao consumo humano do glifosato, muitas vezes superior aos adotados em outros países).

Alguns destaques da desregulação dos agrotóxicos no Brasil:

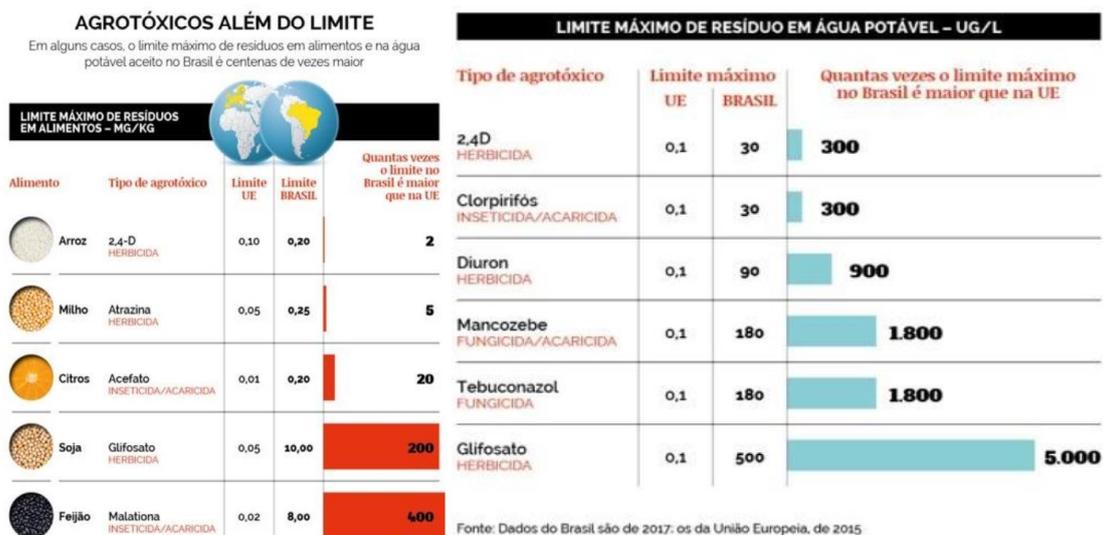
- 2016 - promulgada a Lei 13.301, que possibilitou a pulverização aérea de agrotóxicos em áreas urbanas, justamente sobre populações pobres e vulnerabilizadas, a pretexto de controlar vetores de arboviroses.
- 2019 - mudança do marco regulatório pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que modifica a classificação toxicológica, passando a considerar aqueles que antes eram “altamente tóxicos” como integrantes da categoria de toxicidade moderada, enquanto os “pouco tóxicos” ficaram liberados de classificação ou sem a necessidade de apresentar advertências no rótulo para o consumidor.
- 2023 - aprovação do projeto de lei, PL 1.459/2022 (“PL do Veneno”), pelo Congresso Nacional, revogando a Lei de Agrotóxicos nº 7.802/89. A nova Lei contém dispositivos que alteram completamente a concepção da análise dos produtos e a sua forma de governança.

Em janeiro de 2024 havia 548 ingredientes ativos de agrotóxicos com uso autorizado no Brasil. Dentre esses, 334 (60,9%) eram produtos químicos e 214 (39,1%) eram microbiológicos. Dentre os químicos, 196 (58,7%) não tinham uso autorizado na União Europeia (2024). Deste

grupo, 167 (85,2%) já tinham registro no Brasil antes de 2003 e 68 já eram registrados desde 1985.

A Figura 1 mostra claramente a diferença entre a União Europeia e o Brasil quanto aos “limites máximos” de resíduos aceitáveis de contaminação, havendo controvérsias sobre a existência de limites realmente seguros para a garantia da saúde humana. Mas, considerando que são dados adotados oficialmente, as diferenças são injustificáveis para a sustentabilidade da situação sanitária e ambiental do Brasil.

Figura 1 - Limites máximos de resíduos aceitáveis de agrotóxicos nos alimentos e na água, entre União Europeia e Brasil



Fonte: Abrasco, 2024.

Alguns destaques da desregulação dos agrotóxicos no Brasil:

- 2016 - promulgada a Lei 13.301, que possibilitou a pulverização aérea de agrotóxicos em áreas urbanas, justamente sobre populações pobres e vulnerabilizadas, a pretexto de controlar vetores de arboviroses.
- 2019 - mudança do marco regulatório pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que modifica a classificação toxicológica, passando a considerar aqueles que antes eram “altamente tóxicos” como integrantes da categoria de toxicidade moderada, enquanto os “pouco tóxicos” ficaram liberados de classificação ou sem a necessidade de apresentar advertências no rótulo para o consumidor.
- 2023 - aprovação do projeto de lei, PL 1.459/2022 (“PL do Veneno”), pelo Congresso Nacional, revogando a Lei de Agrotóxicos nº 7.802/89. A nova Lei contém dispositivos que alteram completamente a concepção da análise dos produtos e a sua forma de governança.

Em janeiro de 2024 havia 548 ingredientes ativos de agrotóxicos com uso autorizado no Brasil. Dentre esses, 334 (60,9%) eram produtos químicos e 214 (39,1%) eram microbiológicos. Dentre os químicos, 196 (58,7%) não tinham uso autorizado na União Europeia (2024). Deste grupo, 167 (85,2%) já tinham registro no Brasil antes de 2003 e 68 já eram registrados desde 1985.

Agrotóxicos não só na produção agropecuária: a gravidade da exposição nas áreas urbanas

A rápida e forçada urbanização da população brasileira, com casas precárias em periferias urbanas e sem saneamento básico adequado, fez crescer outro problema de saúde pública: o aumento da infestação de vetores e reservatórios animais de doenças transmissíveis, zoonóticas e capazes de produzir epidemias.

A solução para estes problemas tem sido o uso intensivo de agrotóxicos, genericamente denominados saneantes, pela Organização Mundial de Saúde aos Ministérios da Saúde e, no Brasil, pela Agência de Vigilância Sanitária – ANVISA sendo permitida a venda livre no comércio varejista, sem passar pelas regras de registro exigidas para agrotóxicos de uso agrícola.

A própria saúde pública brasileira, seguindo orientações internacionais, dominadas pelas instituições Norte Americanas (como OPAS/OMS e FAO), lança toneladas de agrotóxicos no ambiente urbano para controle de vetores de arboviroses e reservatórios animais silvestres nas cidades. Mesmo há décadas aplicando esse modelo e sem resultados efetivos no controle das doenças a que se propõe esses venenos, o Ministério da Saúde do Brasil mantém a compra e a prescrição do uso de inseticidas e larvicidas para serem aplicados nos municípios.

Outra grande preocupação é o uso domiciliar de agrotóxicos inseticidas a fim de eliminar ou reduzir a infestação urbana por mosquitos, especialmente o *Culex* (que pica à noite e é vetor transmissor da filariose) e o *Aedes* (que tem hábito diurno e é o vetor transmissor dos vírus da dengue, Zika e chikungunya). Entre os diversos produtos utilizados pela saúde pública e por empresas privadas desinsetizadoras, estão os inseticidas (organofosforados, carbamatos, piretroides) e os larvicidas (juvenoides), mediante pulverização do fumacê ou do lançamento de larvicida nas águas de consumo humano.

Especificamente sobre os piretroides, seu uso pode causar efeitos agudos como: reações alérgicas (dermatites, asma, rinite), parestesias (sensações de queima, picada, coceira, formigamento, dormência), sensação de ardor ou coceira na face, dor de cabeça, fadiga, salivação, náusea e vômito, tremor, diarreia, irritabilidade e desmaios. Quanto aos efeitos crônicos, as evidências mostram que em adultos houve associação de piretroides com aumento de doenças graves como leucemia, esclerose lateral amiotrófica, diabetes; impacto na saúde reprodutiva por diminuição na contagem e na mobilidade dos espermatozoides, dano no DNA dos espermatozoides por alterações no volume e no pH do sêmen, por desregulação de hormônios sexuais; danos no desenvolvimento das crianças, tais como déficits de cognitivos, déficit de atenção e hiperatividade (ADHD), autismo, entre outros³.

Os agrotóxicos domissanitários são altamente perigosos e estão também circulando livremente nos mercados varejistas, feiras, lojas de materiais de construção, lojas para pets e de produtos agropecuários. Para ilustrar, uma busca simples na Internet sobre a venda do raticida conhecido como “chumbinho”, banido no Brasil em 2012, mostra como o há diversos fornecedores on-line que oferecem o produto sem nenhum controle.

Vigilância Integrada, Participativa e Territorial da Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos, cuidando da Saúde Reprodutiva

Diante desse cenário gravíssimo de liberação de agrotóxicos e de desregulação do estado brasileiro, é necessário que o SUS reveja seu modelo de vigilância da saúde de indivíduos e das populações expostas.

O sistema de notificação de agravos relacionados aos agrotóxicos, em seu modelo atual, é insuficiente e pouco efetivo para estabelecer um fluxo de ações que atendam com resolutividade às necessidades dos territórios.

A fim de superar estas e outras questões, o relatório da ABRASCO propõe uma [Nota Técnica](#) com recomendações para ampliar e intensificar a vigilância dos casos.

Além da vigilância dos casos, é importante que os profissionais de saúde saibam identificar possíveis casos de intoxicação e aconselhar pacientes preocupados com os efeitos reprodutivos e de desenvolvimento causados pelos agrotóxicos, avaliando seus níveis de exposição, pesar riscos e benefícios e adotar práticas para reduzir ou eliminar a dose absorvida.

Para acessar o relatório, [clique aqui](#). Para acessar o lançamento do relatório e o debate Saúde Reprodutiva e a Nocividade dos Agrotóxicos, organizado pela ABRASCO, [clique aqui](#). E para acessar a publicação complementar sobre saúde reprodutiva e agrotóxicos, [clique aqui](#)⁵.

Referências

1. Fucic A, Duca RC, Galea KS, Maric T, Garcia K, Bloom MS, et al. Reproductive Health Risks Associated with Occupational and Environmental Exposure to Pesticides. *Int J Environ Res Public Health* [Internet]. 2021 Jun [cited 2024 May 2];18(12). Available from: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC8296378/>
2. Frazier LM. Reproductive disorders associated with pesticide exposure. *J Agromedicine*. 2007;12(1):27–37.
3. ABRASCO - Grupo Temático Saúde e Ambiente, da Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Saúde Reprodutiva e a Nocividade dos Agrotóxicos - Relatório do Projeto ABRASCO 2024 [Internet]. Fiocruz; 2024 p. 428p. Available from: <https://pipaufRJ.me.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/04/Relatorio-Abrasco-2024-SR-e-Agrtx.pdf>
4. Reis V. Avião agrícola despeja agrotóxico em escola. Abrasco lembra a devastação do produto. » Abrasco [Internet]. Abrasco. 2013 [cited 2024 May 6]. Available from: <https://abrasco.org.br/aviao-agricola-despeja-agrotoxico-em-escola-abrasco-lembra-a-devastacao-do-produto/>
5. ABRASCO - Grupo Temático Saúde e Ambiente. As Mulheres Semeiam a Vida - os agrotóxicos destroem a saúde reprodutiva humana e o ambiente [Internet]. 224AD. Available from: https://pipaufRJ.me.ufrj.br/wp-content/uploads/2024/04/SAUDE-REPRODUTIVA-E-AGROTOXICOS_ABRASCO_2024-1.pdf

Crises alimentares e a fome no mundo: recomendações para o G20

Eduardo Nilson

Denise Oliveira e Silva

Erica Ell

Juliana Ubarana

Resumo: Nesse informe, discutiremos o último relatório de agências das Nações Unidas sobre as crises alimentares no mundo e sobre a situação da fome no mundo, bem como a situação atual do Brasil em relação à insegurança alimentar e nutricional. A partir desse diagnóstico, compartilharemos um grupo de recomendações aos países do G20 em relação ao enfrentamento da fome no mundo que fazem parte de nosso policy brief apresentado e aprovado pelo T20.

A erradicação da fome global tem sido um objetivo perseguido ao longo das últimas décadas e está intrinsecamente vinculada a diversos compromissos internacionais. Embora tenha sido prioritária nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, com a meta inicial de ser alcançada até 2000, foi necessário renová-la nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), estendendo o prazo para 2030. Nesses compromissos, notadamente em suas duas primeiras metas, foram enfatizadas a erradicação da pobreza e eliminação da fome (Fome Zero). Além disso, a questão da fome está contemplada em diversos outros acordos globais, dada sua natureza como uma violação flagrante dos direitos humanos, demandando ação urgente, do nível global ao nível local.

A atual crise global de alimentos e nutrição representa possivelmente a maior crise nessa área na história moderna da humanidade, impactando significativamente a segurança alimentar e nutricional (SAN) das populações. Essa crise é exacerbada pela coexistência da desnutrição infantil persistente e do aumento da obesidade em todas as faixas etárias, fenômeno conhecido como "dupla carga" da má nutrição, presente em muitos países e, frequentemente, nas mesmas comunidades e famílias. Essa dupla carga está diretamente associada à insegurança alimentar e nutricional (INSAN), na medida em que, primeiramente, a INSAN compromete a qualidade dos alimentos consumidos, afetando tanto a desnutrição (como na ingestão insuficiente de micronutrientes, como vitaminas e minerais) quanto a obesidade (como no consumo predominante de fontes de calorias de baixo custo, em detrimento de alimentos mais diversos e nutritivos). Além disso à medida que a INSAN se agrava, a quantidade de alimentos também é afetada, podendo levar, em casos extremos, à fome (expressão na INSAN grave).

A INSAN grave pode resultar em desnutrição, principalmente durante a infância, prejudicando o desenvolvimento individual e o progresso socioeconômico de países de baixa e média renda. O ciclo intergeracional de pobreza e fome é uma consequência lamentável das desigualdades e da exclusão social, que devem ser interrompidas para permitir o pleno desenvolvimento de todas as pessoas, garantindo seus direitos básicos, como alimentação, água, educação, saúde, moradia e trabalho.

Embora tenha havido uma redução gradual da INSAN, da fome e da desnutrição infantil em escala global ao longo das últimas décadas, fatores como crises econômicas, conflitos armados e mudanças climáticas têm estagnado esses progressos desde 2016. Além disso, a pandemia de COVID-19 e retrocessos políticos em várias nações tiraram a prioridade política e a governança das políticas sociais e econômicas, levando a um aumento da INSAN em muitas regiões do mundo, especialmente entre famílias com crianças.

As consequências dessa crise sobre o acesso a alimentos saudáveis são, ainda, representadas pelas mudanças nas dietas ao redor do mundo. A maior disponibilidade de alimentos mais baratos, práticos, pré-preparados e rápidos (produtos alimentícios ultraprocessados) que são muitas vezes desequilibrados nutricionalmente, com alta densidade energética, modificam consideravelmente os padrões alimentares das populações, uma vez que substituem alimentos tradicionais, como grãos, vegetais e frutas. Como consequência, além do maior risco de obesidade e de outras doenças crônicas não-transmissíveis associadas à alimentação inadequada, aumenta o risco da chamada desnutrição oculta, como deficiências de micronutrientes, que afetam significativamente mulheres e crianças ao redor do mundo.

O retrato global da INSAN até 2022

Segundo o último Relatório de Estado da Insegurança Alimentar e Nutrição no Mundo, o relatório SOFI (*The State of Food Security and Nutrition in the World*), de 2023, Com base nos resultados para o ano de 2022 e sua comparação com a série histórica dos indicadores acompanhados, o relatório reforça a preocupação com a necessidade de esforços aumentados e aprimorados em termos globais para reduzir a INSAN em seus diferentes graus, erradicando a fome e diminuindo a má nutrição em todas as formas, com vistas a alcançar as metas da Agenda 2030, particularmente o ODS 2 (Fome Zero). O relatório destaca que os atuais desafios relacionam-se à recuperação econômica pós pandemia somada às consequências duradouras da guerra na Ucrânia sobre os mercados de fertilizantes, alimentos (principalmente cereais, como o trigo) e energia, bem como os efeitos de conflitos internos, os fenômenos climáticos extremos e as crises econômicas (FAO, IFAD, UNICEF, WFP, 2023).

Uma importante inovação do relatório de 2023 foi trazer análises segundo desagregações não trabalhadas previamente, como a comparação urbano-rural. Nesse sentido, são analisados os potenciais impactos da megatendência da urbanização, segundo a qual visto que se projeta que, nas próximas décadas, cerca de 70% da população mundial estará nas cidades, enquanto permanecem e até aumentam os riscos de INSAN nas populações rurais.

Conforme relatado em alguns de nossos informes de 2023, os resultados gerais do estudo são alarmantes, com estimativas de que de 690 a 783 milhões de pessoas ainda passavam fome no mundo em 2022, o que representa mais do que no período pré-pandemia de COVID-19 (122 milhões de pessoas, segundo os relatórios SOFI de anos anteriores). Considerando os últimos anos, o número de pessoas passando fome no mundo parou de crescer em 2022 e sofreu uma pequena redução, de somente 3,8 milhões de pessoas, comparado ao ano de 2021, mostrando a lenta recuperação pós-pandemia.

Para além das tendências globais, é importante analisar as desigualdades regionais que se acentuaram no período pós-pandemia, na medida que a INSAN diminuiu na América Latina e a Ásia, enquanto continuou a aumentar na África e no Caribe. Isso reflete que as regiões mais vulneráveis e com menor capacidade de reação e reconstrução de seus sistemas agroalimentares e economias são justamente aquelas que combinam iniquidades, conflitos,

mudanças climáticas e crises econômicas, comprometendo a resiliência de seus sistemas alimentares.

Assim como nos relatórios dos anos anteriores, para além da fome, a análise do acesso à alimentação saudável no mundo confirmou a continuidade do problema global relacionado ao acesso a alimentos nutritivos, seguros e suficientes pelas famílias durante todo o ano. A estimativa do relatório é de que, em 2022, 2,4 bilhões de pessoas não tinham acesso a alimentos saudáveis e suficientes, dos quais a maioria era de mulheres e populações rurais. Em termos numéricos, essas formas de insegurança alimentar afetavam cerca de 33,3% dos adultos das regiões rurais, enquanto nos de regiões urbanas a prevalência é de 28,8%. As análises permitiram também mostrar outras diferenças relevantes, segundo gênero, que mostraram que famílias chefiadas por mulheres são mais vulneráveis (as formas de INSAN leve e moderada são 2,4 pontos percentuais maiores nas mulheres em relação aos homens em 2022), revelando o impacto persistente da pandemia, que afetou a produção de renda das famílias e aumentou o preço dos alimentos e a inflação em geral, deteriorando a situação de bilhões de pessoas no mundo.

Relatório Global sobre Crises Alimentares 2024

De acordo com o mais recente Relatório Global sobre Crises Alimentares (*Global Report on Food Crises - GRFC*), produzido pela Rede de Informações em Segurança Alimentar, que reúne organismos das Nações Unidas e outras instituições e organizações governamentais e da sociedade civil, quase 282 milhões de pessoas em 59 países e territórios experimentaram altos níveis de fome aguda em 2023, o que significa um aumento mundial de 24 milhões em relação ao ano anterior. Esse aumento foi devido à ampliação da cobertura do relatório em contextos de crise alimentar, bem como a uma forte deterioração da segurança alimentar, especialmente na Faixa de Gaza e em regiões do continente africano, como o Sudão.

Por quatro anos consecutivos, a proporção de pessoas enfrentando insegurança alimentar aguda permaneceu persistentemente alta, atingindo quase 22% das avaliadas, ultrapassando significativamente o nível pré-COVID-19. Crianças e mulheres estão na linha de frente dessas crises de fome, com mais de 36 milhões de crianças menores de 5 anos sofrendo de desnutrição aguda em 32 países, conforme mostra o relatório. A desnutrição aguda piorou em 2023, especialmente entre pessoas deslocadas devido a conflitos e desastres.

Em resposta a essa situação grave, a Rede Global Contra Crises Alimentares pede urgentemente uma abordagem transformadora que integre a paz, prevenção e ação de desenvolvimento, juntamente com esforços emergenciais em grande escala, para romper o ciclo de fome aguda, que permanece em níveis inaceitavelmente altos. Corroborando essa posição, o Secretário-Geral da ONU afirmou que a atual crise exige uma resposta urgente e que os dados deste relatório devem ser utilizados para transformar os sistemas alimentares e abordar as causas subjacentes da insegurança alimentar e da desnutrição.

Antes de detalhar os principais achados e recomendações do relatório, é preciso compreender os estágios considerados numa escala da insegurança alimentar aguda, usada para as análises apresentadas, que pode variar desde ter comida suficiente (segurança alimentar ou ausência da fome) até as formas mais extremas de fome. Nessa escala, denominada Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar (*Integrated Food Security Phase Classification* ou IPC, em inglês) há cinco níveis da segurança alimentar à insegurança alimentar extrema:

1- Sem/insegurança alimentar mínima (Fase 1 do IPC)

Situação de insegurança alimentar aguda mínima ou nula, em que as pessoas conseguem atender às suas necessidades essenciais de alimentos e de outros produtos e serviços sem recorrer a estratégias atípicas e insustentáveis para acessar alimentos e renda. Nessa fase, menos de 5% da população está desnutrida e as pessoas têm uma renda estável. Nesse estágio, há uma quantidade consistente e com qualidade de alimentos para a maioria das pessoas, alcançando mais de 2.100 calorias por pessoa por dia.

2- Nível de estresse na insegurança alimentar aguda (Fase 2 do IPC)

Essa fase é caracterizada por pessoas que têm um consumo alimentar minimamente adequado, mas conseguem comprar alguns itens essenciais não alimentares sem recorrer a estratégias de enfrentamento do estresse. Nessa fase, as pessoas têm renda insustentável, enfrentam dificuldades para atender suas necessidades básicas e precisam fazer algumas mudanças para apoiar suas necessidades não alimentares. Nessa fase, de 5 a 10% da população está em condição de desnutrição aguda e o consumo médio dos adultos é de 2.100 calorias por dia, o que significa que mal conseguem ter uma dieta adequada para atender suas necessidades alimentares.

3- Nível de crise na insegurança alimentar aguda (Fase 3 do IPC)

Nessa fase, as famílias enfrentam lacunas no consumo de alimentos ao lado de desnutrição aguda, ou apenas conseguem atender suas necessidades alimentares recorrendo a estratégias de enfrentamento da crise, como venda de ativos essenciais de subsistência. Há escolhas limitadas de alimentos e as pessoas precisam ir a extremos para obter as calorias de que precisam. Nesse estágio, um total de 10-15% da população se encontra em situação de desnutrição aguda e há uma interrupção grave na renda das pessoas.

4- Nível de emergência na insegurança alimentar aguda (Fase 4 do IPC)

Nessa etapa, as famílias enfrentam grandes lacunas no consumo de alimentos, ao lado de taxas muito altas de desnutrição aguda e mortes em excesso, ou conseguem superar as lacunas no consumo de alimentos apenas vendendo os poucos ativos que restam. A perda de renda nessa fase é irreversível, e entre 15 e 30% da população está desnutrida agudamente. As pessoas têm acesso a três ou menos grupos de alimentos, como frutas, grãos e vegetais, e consomem menos de 2.100 calorias por dia.

5- Nível de catástrofe na insegurança alimentar ou fome extrema (Fase 5 do IPC)

Representa o estágio mais grave da fome. Esse estágio significa uma completa falta de acesso a alimentos e outras necessidades básicas, em que as famílias enfrentam uma falta extrema de alimentos e outras necessidades básicas, mesmo depois de todas as possíveis estratégias de enfrentamento terem sido implementadas. A fome, a morte, a miséria e os níveis extremamente críticos de desnutrição aguda são evidentes e pelo menos duas em cada 10.000 pessoas morrem de fome ou doença em condições de fome. Mais de 30% da população está em situação de desnutrição aguda e há uma perda total de renda, de modo que as pessoas têm acesso apenas a um ou dois grupos de alimentos e há uma escassez extrema de calorias por pessoa, por dia (World Food Program, 2024).

O diagnóstico apresentado no relatório aponta um aumento na fome prolongada em regiões mais vulneráveis do globo, que aumentou o número de pessoas em cada estágio da

insegurança alimentar segundo a escala IPC. Segundo as análises, trinta e seis países têm sido consistentemente destacados nas análises do GRFC desde 2016, refletindo anos contínuos de fome aguda e representando atualmente 80 por cento dos mais famintos do mundo.

Em 2023, 281,6 milhões de pessoas, ou 21,5 por cento da população analisada, enfrentaram altos níveis de insegurança alimentar aguda em 59 países/territórios de crise alimentar. A parcela geral da população analisada enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda foi ligeiramente menor do que em 2022, mas ainda maior do que antes da COVID-19.

Quase 24 milhões de pessoas a mais enfrentaram altos níveis de insegurança alimentar aguda do que em 2022 - explicado pela ampliação da cobertura de análise, bem como pela deterioração da insegurança alimentar aguda em alguns países/territórios, superando melhorias em outros. A insegurança alimentar aguda piorou em 12 países com dados comparáveis entre 2022 e 2023, onde 13,5 milhões de pessoas precisavam de assistência urgente, principalmente no Sudão.

A segurança alimentar melhorou em 17 países com dados comparáveis entre 2022 e 2023, resultando em 7,2 milhões de pessoas a menos enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda.

Por exemplo, houve um aumento de 1 milhão de pessoas enfrentando níveis emergência na insegurança alimentar (IPC/CH Fase 4), em 39 países e territórios, com o maior aumento no Sudão. Além disso, em 2023, mais de 705 mil pessoas estavam no nível de catástrofe na insegurança alimentar (IPC/CH Fase 5) e em risco de morrer de fome - o maior número na história de relatórios do GRFC e quatro vezes mais do que os níveis encontrados em 2016. A situação atual na Faixa de Gaza representa 80 por cento daqueles enfrentando fome iminente, juntamente com Sudão do Sul, Burkina Faso, Somália e Mali.

De acordo com a projeção para o futuro mais próximo, cerca de 1,1 milhão de pessoas na Faixa de Gaza e 79.000 pessoas no Sudão do Sul deverão estar em nível de catástrofe (IPC/CH Fase 5) até julho de 2024, elevando o total de pessoas projetadas nesta situação para quase 1,3 milhão de pessoas.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), dentre os principais impulsionadores de crises alimentares e da insegurança alimentar aguda, temos forte influência do agravamento do conflito e da insegurança, dos impactos dos choques econômicos e dos efeitos de eventos climáticos extremos. Esses impulsionadores interligados estão exacerbando a fragilidade dos sistemas alimentares, a marginalização rural, a má governança e a desigualdade, além de provocar deslocamentos massivos de populações globalmente. Nesse particular, a situação de proteção das populações deslocadas é adicionalmente impactada pela insegurança alimentar (Food and Agriculture Organization (FAO), 2024).

O número de pessoas deslocadas à força atingiu 90 milhões nos 59 países/territórios - o mais alto em oito anos de relatórios do GRFC - mostrando a alta correlação entre deslocamento e insegurança alimentar aguda. O Sudão tornou-se a maior crise de deslocamento interno do mundo. Até o final de 2023, quase 80% da população da Faixa de Gaza estava deslocada internamente.

Segundo o relatório, os conflitos permaneceram como o principal impulsionador da insegurança alimentar, afetando 20 países, com quase 135 milhões de pessoas em insegurança alimentar aguda, ou seja, quase metade do número de pessoas nessa situação no mundo. Particularmente, o Sudão enfrentou a maior deterioração devido ao conflito, com 8,6 milhões de pessoas a mais enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda em comparação com 2022.

Eventos climáticos extremos foram os principais impulsionadores em 18 países, onde mais de 77 milhões de pessoas enfrentaram altos níveis de insegurança alimentar aguda, um aumento em relação a 12 países com 57 milhões de pessoas nesta situação em 2022. Em 2023, o mundo experimentou seu ano mais quente registrado e choques relacionados ao clima impactaram populações, com episódios de graves inundações, tempestades, secas, incêndios florestais e surtos de pragas e doenças.

Por fim, os choques econômicos afetaram principalmente 21 países, onde cerca de 75 milhões de pessoas estavam enfrentando altos níveis de insegurança alimentar aguda, devido à sua alta dependência de alimentos e insumos agrícolas importados, junto com desafios macroeconômicos persistentes, tais como depreciação cambial, preços elevados e altos níveis de endividamento.

Dessa forma, as perspectivas para 2024 são sombrias, visto que o conflito e a insegurança - especialmente na Palestina (Faixa de Gaza), no Sudão e no Haiti - continuarão sendo os principais impulsionadores da insegurança alimentar aguda ao longo de 2024. Embora o El Niño tenha atingido o pico no início de 2024, seu impacto total na segurança alimentar, incluindo inundações e chuvas fracas em partes da África Oriental e seca no sul da África, especialmente em Malawi, Zâmbia e Zimbábue, provavelmente se manifestará ao longo do ano. Alguns dos impactos do El Niño podem ser positivos, incluindo melhores colheitas em partes da África Oriental e na América Latina e Caribe.

Os países de baixa renda, especialmente aqueles que são importadores líquidos de alimentos e têm moedas enfraquecidas, ainda enfrentam altos preços domésticos de alimentos e baixo poder de compra das famílias. Somado a isso, a diminuição do financiamento humanitário e o aumento dos custos de entrega representam uma ameaça adicional, resultando já na redução do número de beneficiários e nas rações de assistência alimentar entre muitas populações em situação de insegurança alimentar (FSIN e Global Network Against Food Crises, 2024)

Dados atuais da insegurança alimentar e nutricional no Brasil

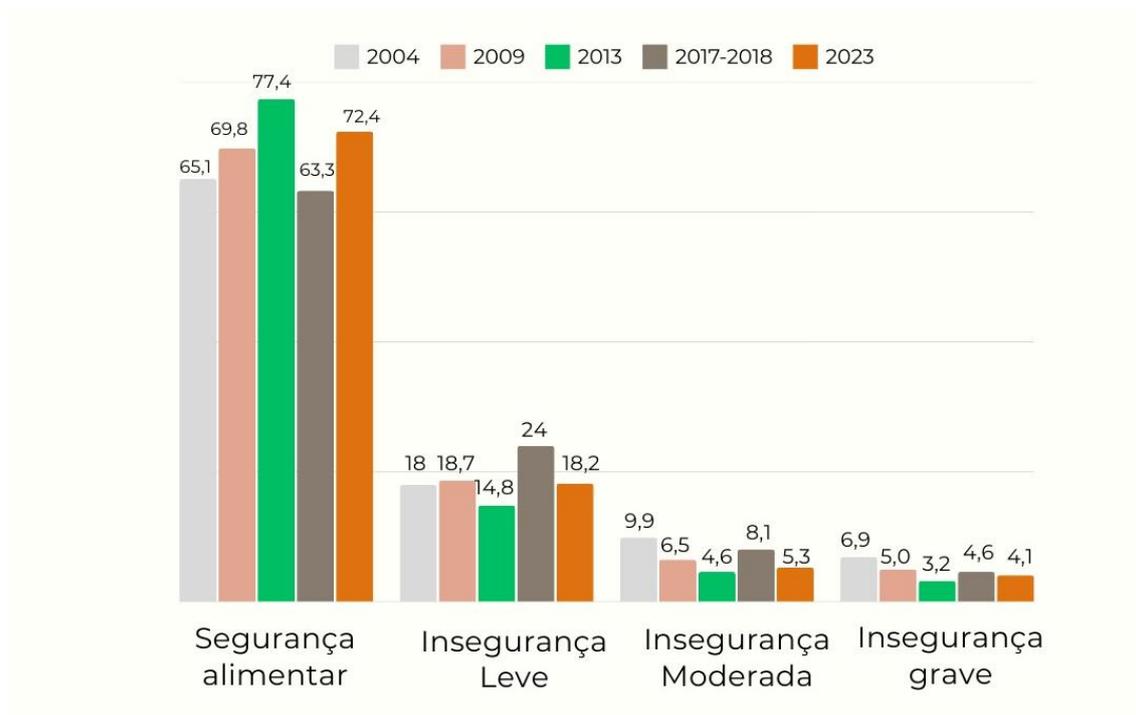
No final de abril, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), lançou parte dos resultados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) Contínua referentes à aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) em uma amostra representativa do país e de suas regiões geográficas (IBGE, 2024). Apesar da Ebia não corresponder exatamente à escala IPC, apresentada anteriormente, constitui uma mensuração do mesmo fenômeno (a SAN/Insan), permitindo comparar as magnitudes e tendências dos resultados, porém se pode comparar diretamente não os percentuais encontrados.

Segundo a pesquisa, no quarto trimestre de 2023, tendo como referência os três meses anteriores à data de realização da pesquisa, dos 78,3 milhões de domicílios particulares permanentes no Brasil, 72,4% (56,7 milhões) estavam em situação de segurança alimentar, representando um aumento de 9,1 pontos percentuais em relação à última pesquisa do IBGE a

investigar o tema, a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2017-2018, que havia encontrado 63,3% dos domicílios do país em situação de segurança alimentar e nutricional.

No entanto, apesar desses importantes avanços, 21,6 milhões de domicílios (27,6%) ainda eram afetados por algum grau de insegurança alimentar e, destas, aproximadamente 18,2% (14,3 milhões) apresentavam Insan leve, 5,3% (4,2 milhões) estavam em situação de Insan moderada e 4,1% (3,2 milhões) eram impactadas pela Insan grave, que caracteriza a própria fome. A proporção de domicílios com insegurança alimentar moderada ou grave (9,4%) recuou 3,3 pontos percentuais em relação à POF 2017-2018 (12,7%), entretanto ainda se encontra 1,6 pontos percentuais acima da PNAD 2013 (7,8%), conforme mostra a Figura 1.

Figura 1. Resultados de segurança alimentar e nutricional de 2004 a 2023 segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2024.



PNAD Contínua – IBGE, 2024

Vale destacar que esta é a primeira vez que a PNAD Contínua disponibiliza resultados de SAN e Insan da população brasileira segundo os critérios da Ebia, garantindo uma continuidade desse levantamento, apesar de quatro divulgações anteriores do IBGE já terem abordado o tema segurança alimentar segundo essa escala: os Suplementos sobre SAN da PNAD em 2004, 2009 e 2013, além da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018. Essa série histórica é fundamental para avaliar políticas públicas e para subsidiar seu aprimoramento, bem como identificar públicos e regiões prioritárias ao longo do tempo.

Além dessas médias gerais para a população brasileira, a pesquisa também trouxe outras desagregações relevantes para os resultados, permitindo olhar para vulnerabilidades mais específicas em grupos populacionais, baseados em localização, sexo, idade, raça/cor e gênero, entre outros. Como antes, pode-se falar que a fome tem local, sexo, idade e cor no Brasil.

Por exemplo, seguindo as mesmas tendências de pesquisas anteriores, o cenário de insegurança alimentar grave foi mais expressivo nas áreas rurais do país, onde a proporção de domicílios em insegurança alimentar moderada ou grave foi de 12,7%, em comparação aos 8,9% nas áreas urbanas. Apesar disso, vale destacar que o percentual de Insan nas áreas rurais foi o menor desde a PNAD 2004 (23,6%). Além disso, na comparação entre os dados da PNAD Contínua no quarto trimestre de 2023 e os da POF 2017-2018, houve redução de cerca de 25,0% no número de domicílios em insegurança alimentar leve, de modo que o percentual da forma mais branda de insegurança alimentar foi semelhante aos de 2004 e 2009.

Adicionalmente, foram observadas as mesmas tendências em relação à região geográfica, apontando que a Insan continua a ser mais prevalente nas regiões Norte e Nordeste. Apesar de apresentarem mais da metade dos moradores com acesso pleno e regular aos alimentos, considerando aspectos qualitativos e quantitativos, as regiões Norte (60,3% ou 3,6 milhões de domicílios) e Nordeste (61,2% ou 12,7 milhões de domicílios) tiveram as menores proporções de domicílios particulares em segurança alimentar em comparação à média nacional e às demais regiões, mantendo as desigualdades observadas em 2004, 2009 e 2017-2018. A região Sul foi aquela com maior participação de domicílios em segurança alimentar (83,4%), seguido pelo Sudeste (77,0%) e pelo Centro-Oeste (75,7%).

Foi observada Insan leve em aproximadamente $\frac{1}{4}$ dos domicílios particulares nas regiões Norte (23,7%) e Nordeste (23,9%), indicando preocupação ou incerteza da manutenção do acesso aos alimentos, o que pode comprometer a qualidade da dieta e a sustentabilidade alimentar da família, ao passo que as proporções de insegurança alimentar moderada e grave também foram maiores no Norte e no Nordeste. No Norte, 7,7% dos domicílios apresentavam restrição severa de acesso aos alimentos (Insan grave) e, no Nordeste, 6,2%, ou seja, três a quatro vezes mais do que observado no Sul (2,0%).

As diferenças também se manifestam se manifestam fortemente segundo sexo e raça/cor do responsável pelo domicílio. Por exemplo, apesar da participação de mulheres como responsáveis pelo domicílio ser de 51,7%, isto é, um pouco superior a de homens (48,3%), a relação com a segurança alimentar nos domicílios se inverte (48,7% entre as mulheres contra 51,3% entre os homens como chefes do domicílio). Isso significou também que 59,4% dos domicílios chefiados por mulheres tinham algum grau de Insan, sendo a maior diferença entre os sexos encontrada na moderada, que chegou a 21,2 pontos percentuais (60,6% e 39,4%, respectivamente).

Da mesma maneira que em inquéritos anteriores, a insegurança alimentar é maior nos domicílios com responsáveis de cor ou raça preta ou parda, chegando a cerca de três quartos do total de domicílios em Insan leve, moderada ou grave. Olhando sob outra perspectiva, 33,9% dos domicílios chefiados por negros ou pardos apresentam algum grau de Insan, enquanto esse percentual de 19,0% entre os brancos. Além disso, enquanto a Insan grave afetava 5,4% dos domicílios chefiados por negros ou pardos, o percentual era menos da metade (2,3%) entre os chefiados por brancos.

Seguindo em outras análises, a situação de insegurança alimentar também é maior quanto menor a escolaridade e a renda domiciliar per capita, além de afetar mais famílias cujo chefe era desempregado, trabalhador doméstico ou trabalhador informal. E, por fim, quanto maior o número de pessoas habitando o domicílio, maior a chance de Insan e que a presença de crianças e adolescentes também aumenta a vulnerabilidade das famílias.

É importante destacar que situações como as enchentes no Rio Grande do Sul podem ter grande impacto no aumento da Insan no estado, tanto imediatamente quanto no médio prazo, considerando a reconstrução e recuperação que devem vir. Isso demonstra que mesmo regiões menos sujeitas à Insan em função de seus rendimentos médios podem sofrer fortes consequências das mudanças climáticas sobre a SAN de suas populações, particularmente entre as mais vulneráveis.

Propostas para o G20

A situação global, portanto, demanda um chamado à ação aos países do G20 para priorizarem os compromissos globais de redução de desigualdades, pobreza e fome, e apoiá-los plenamente tanto política quanto financeiramente, além de proteger e expandir políticas regionais e nacionais baseadas em direitos, por meio de colaboração técnica multilateral e apoio financeiro a países e instituições globais. Países de baixa e média renda podem necessitar de apoio contínuo desse sistema para desenvolver e implementar políticas sustentáveis que fortaleçam as capacidades locais e reduzam a dependência externa ao longo do tempo. Essas recomendações baseiam-se em experiências reais de países que comprovaram ser caminhos eficazes para reduzir a pobreza e a fome, adaptáveis a cada país e contexto local, e escaláveis para o nível global, apoiadas por compromissos internacionais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, os ODS, a Década de Ação das Nações Unidas sobre Nutrição e a Cúpula de Sistemas Alimentares da ONU.

Assim, transcrevemos a seguir as recomendações preliminares apresentadas no *policy brief* intitulado “A necessidade de fortalecer e proteger políticas de enfrentamento da pobreza e da fome” (*The need to strengthen and protect policies tackling poverty and hunger*), que foi recentemente aprovado pelo T20 Brasil:

1- Acabar com a pobreza e a fome deve ser uma prioridade global real para as organizações internacionais e para todos os governos, para que os compromissos existentes e futuros sejam plenamente apoiados e continuados.

- Aliviar a fome requer respostas imediatas, mas acabar com a fome exige mudanças estruturais, baseadas políticas de múltiplos setores.

2- Os líderes do G20 e as agências da ONU devem se comprometer com a Aliança Global Contra a Fome e a Pobreza.

- A Aliança Global é um mecanismo poderoso para fortalecer compromissos e acelerar o progresso para a eliminação da fome e da pobreza em todo o mundo, articulando governos nacionais, agências da ONU, sociedade civil e outros atores-chave.

3- Lidar com a fome, especialmente em emergências, exige ações urgentes, como doações de alimentos para famílias e outras medidas para garantir o acesso aos alimentos.

- Em uma abordagem baseada em direitos, isso significa que os alimentos fornecidos devem ser adequados às necessidades sociais e biológicas dos indivíduos, considerando aspectos da cultura alimentar e outras dimensões como gênero, raça e etnia, e que os alimentos devem ser fornecidos em quantidade e qualidade adequadas. Isso significa que as doações de alimentos devem ser compostas principalmente por alimentos básicos das comunidades, como parte das cestas básicas locais, fornecidos com diversidade e regularidade, e que os alimentos ultraprocessados não devem fazer parte das doações.

- Considerando a vulnerabilidade dessas populações, os meios para cozinhar também devem ser considerados no nível domiciliar e comunitário, com alternativas como cozinhas comunitárias.

4- Junto com os esforços emergenciais para fornecer alimentos às populações vulneráveis, o desenvolvimento de políticas nacionais é fundamental para proporcionar bem-estar a todas as pessoas por meio de um conjunto de políticas baseadas em direitos que garantirão a sustentabilidade política das ações.

- Como parte dessa governança, no nível governamental, a articulação e coordenação dessas políticas públicas permitem intervenções sinérgicas direcionadas a populações vulneráveis, aumentando a eficácia das políticas.

- Essas políticas devem articular diferentes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e apoiar a transformação dos sistemas alimentares, integrando ações para eliminar a pobreza com outras políticas econômicas e sociais e vinculando-as às políticas ambientais.

5- Os países do G20 devem apoiar a garantia das políticas de proteção social, como fornecer renda às famílias e assistência social.

- Programas de transferência condicionada de renda têm sido políticas bem-sucedidas em muitos países, ao fornecer renda para as necessidades básicas das famílias (especialmente para alimentos) e vincular isso à provisão de outros direitos, como saúde e educação.

- Tais políticas devem incluir visitas pré-natais para mulheres grávidas e consultas de crescimento e desenvolvimento e vacinações para crianças pequenas pelos serviços de saúde primária e a frequência escolar de crianças e adolescentes.

6- A estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico inclusivo podem contribuir ainda mais para reduzir a fome e a pobreza, aumentando a renda familiar, estabilizando os preços dos alimentos e incluindo pessoas no mercado de trabalho.

- Alternativas para reduzir ou perdoar as dívidas externas devem ser consideradas como parte do apoio financeiro para combater a pobreza e a fome, pois essas dívidas de muitos países representam um grande obstáculo para o desenvolvimento e investimento em infraestrutura e políticas públicas.

7- Os governos devem investir em sistemas de saúde, educação nutricional e programas de alimentação escolar para promover estilos de vida saudáveis e capacitar indivíduos e comunidades.

- Investir em saúde e educação significa abordar os determinantes subjacentes da fome e da desnutrição. Desigualdades persistentes no acesso a recursos, educação e saúde contribuem para disparidades nos resultados de segurança alimentar e nutricional.

- A cobertura universal de políticas de educação e saúde são outras políticas-chave, especialmente incluindo populações vulneráveis e excluídas. Sistemas universais de saúde e educação ou, alternativamente, sistemas públicos focalizados a públicos de maior vulnerabilidade, podem fornecer a cobertura e inclusão necessárias dessas populações. O mesmo tipo de cobertura é necessário para fornecer acesso à água potável e saneamento, que são todos direitos humanos que devem ser garantidos pelos governos aos seus cidadãos.

- Os programas de alimentação escolar são fundamentais para vincular educação, provisão de alimentos e aquisição de alimentos para garantir segurança alimentar e nutricional para estudantes de todas as idades.

8- Os governos devem promover a produção local de alimentos, especialmente por agricultores familiares e pequenos produtores, e fornecer mercado aos produtores por meio de políticas de aquisição de alimentos.

- Como parte dos aspectos de sustentabilidade do acesso aos alimentos. Programas de refeições escolares ligados à produção local e à compra de alimentos proporcionam um ciclo virtuoso de desenvolvimento local ligado ao direito à educação e a alimentos saudáveis e diversos. Isso pode estar ligado a incentivos para o uso de conhecimentos tradicionais locais na agricultura, juntamente com tecnologias modernas e para apoiar a produção sustentável de alimentos por meio de modelos agroecológicos e agroflorestais e agricultura urbana e periurbana.

9- As políticas globais, regionais e locais devem ter uma governança forte, com liderança dos governos nacionais e participação de representantes e grupos da sociedade civil, apoiados por parceiros internacionais.

- Comprometimento político de alto nível e abordagens baseadas em direitos, apoiadas por compromissos internacionais e legislações nacionais, também podem proteger as políticas de contratempos políticos que têm dificultado a implementação de políticas eficazes voltadas para a redução da fome e da pobreza ao longo do tempo.

- Ao mesmo tempo, a participação da sociedade civil ajuda a legitimar políticas nacionais e locais, abrindo canais para as demandas de diferentes grupos populacionais.

10- As agências da ONU têm um papel importante em apoiar os países em suas políticas e monitorar resultados e impactos em todos os campos políticos, com base no vínculo com os compromissos globais de eliminação da pobreza e da fome.

- A ação política está no centro dos papéis específicos da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), Programa Mundial de Alimentos (PMA) e Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e na articulação e integração de seus esforços sob a Nutrição da ONU.

Cenários projetados no *policy brief*

Um ponto interessante dos *policy briefs* é a inclusão de uma seção dedicada à análise dos possíveis cenários a partir da implementação dos compromissos assumidos, considerando desde a possível não implementação ou baixa implementação, até o pleno alcance das metas pretendidas.

Nesse sentido, considerando um cenário pessimista, de continuidade das tendências atuais de pobreza e fome, coloca-se em sério risco o alcance das metas internacionais para 2030, uma vez que as crises globais e locais, somadas à lenta recuperação da pandemia de COVID-19, comprometeram as mudanças nesses indicadores nos últimos anos. A recuperação regional tem sido desigual e não tem sido totalmente apoiada por agências internacionais e países de alta renda. Consequentemente, manter o status quo atual aumentará as desigualdades, podendo aprofundar as crises alimentares ao elevar os preços dos alimentos e criar dificuldades para a

produção local de alimentos, enquanto o consumo de alimentos ultraprocessados cresce especialmente em países de baixa e média renda e contribui para a dupla carga de má nutrição.

Caso não sejam abordados os principais determinantes da pobreza e da fome associados aos sistemas alimentares atualmente dominantes, os impactos ambientais da produção de alimentos insustentável afetarão ainda mais a poluição, a disponibilidade de água, a degradação do solo e a perda de biodiversidade, alimentando um ciclo vicioso que aumenta as mudanças climáticas, a dupla carga de má nutrição e a insegurança alimentar e nutricional, especialmente entre populações vulneráveis.

Alternativamente, acreditamos que o cenário otimista de resultados, que considera o engajamento pleno dos países do G20 em compromissos mais audaciosos, levará à aceleração de políticas e compromissos, fornecendo apoio técnico, político e financeiro a países vulneráveis, com a ajuda das agências das Nações Unidas. Também esperamos que países de baixa e média renda continuem a implementar políticas intersetoriais ao longo do tempo, melhorando as condições de suas populações, especialmente dos grupos mais vulneráveis.

Ao integrar essas políticas de diversos campos, um objetivo paralelo, de transformar os sistemas alimentares para que sejam saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes, também pode ser alcançado, o que abordará os determinantes sociais da desnutrição e da obesidade, ao mesmo tempo em que combate as mudanças climáticas. Dietas mais saudáveis e sustentáveis podem reduzir o ônus epidemiológico e econômico das doenças relacionadas à dieta e melhorar a produtividade geral.

Como resultado desses esforços concertados, o mundo espera alcançar o objetivo comum de eliminar a pobreza e a fome, abordando seus efeitos imediatos e de longo prazo, proporcionando o alívio imediato da fome e visando romper a transmissão intergeracional da pobreza, reduzindo as desigualdades. Esses esforços devem visar proporcionar oportunidades iguais de desenvolvimento a todas as pessoas, deixando ninguém para trás, a promessa central e transformadora da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Além disso, ao abordar todos os ODS relacionados por meio de políticas nacionais coesas e integradas, apoiadas por um forte compromisso político de eliminar a pobreza e a fome, há uma grande oportunidade de implementar soluções ganha-ganha por meio de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis, inclusivos e resilientes. Nesse contexto, a saúde é proporcionada por alimentos saudáveis, diversos e culturalmente adequados para todos, a sustentabilidade é garantida por modelos de produção de alimentos sustentáveis, a inclusão é fornecida pela integração de todos os grupos de pessoas ao mercado de alimentos e aos sistemas alimentares, e a resiliência é baseada em sistemas alimentares locais protegidos contra choques econômicos e que contribuem para reverter as mudanças climáticas.

Em conclusão, abordar globalmente a pobreza, a fome e a desnutrição requer esforços concertados por parte dos governos, da sociedade civil e dos parceiros internacionais. Ao priorizar compromissos globais, proteger e expandir políticas baseadas em direitos, aprimorar a governança e a colaboração, promover sistemas alimentares saudáveis e sustentáveis, investir em saúde e educação e apoiar a colaboração multilateral, os países do G20 podem contribuir para o desenvolvimento sustentável e garantir um futuro no qual ninguém passe fome e todos possam ter a oportunidade de desenvolver seu pleno potencial. É imperativo que essas recomendações sejam traduzidas em ações concretas para construir resiliência, reduzir vulnerabilidades e criar um futuro mais equitativo e sustentável para todos.

Conclusões

O mundo enfrenta um grande desafio que é eliminar a fome no mundo e apesar de avanços em algumas regiões, outras historicamente vulneráveis continuam enfrentando dificuldades. A concretização de compromissos globais como o Fome Zero, também presente nos ODS, só conseguirá ser alcançado com os esforços conjuntos de organismos internacionais, governos nacionais, sociedade civil e setor privado, particularmente garantindo que todas as intervenções sejam sustentáveis, duradouras e baseadas em direitos.

A recuperação pós pandemia de Covid-19 tem sido desigual no mundo e, somada a crises econômicas, conflitos, guerras e efeitos das mudanças climáticas, tem deixado alguns países e suas populações para trás, inclusive com aumento da fome. Somado a isso, existe um número ainda maior de pessoas no mundo sem condições de acesso a alimentos saudáveis, acentuando o problema da dupla carga da má nutrição.

A experiência de muitos países da América Latina na redução da fome e da desnutrição comprovou que a implementação do conjunto de políticas intersetoriais destinadas a reduzir desigualdades, pobreza e fome deve necessariamente articular ações emergenciais imediatas para aliviar a fome e políticas estruturais para reduzir suas causas e romper a transmissão intergeracional da pobreza e das desigualdades. Além disso, em uma perspectiva baseada em direitos, combater a fome significa garantir acesso regular físico e financeiro a alimentos saudáveis, nutritivos, sustentáveis e culturalmente apropriados.

Por exemplo, no Brasil, o sucesso na redução da pobreza, fome e desnutrição baseou-se na prioridade política do governo central e na forte governança de políticas públicas intersetoriais com a participação ativa da sociedade civil do nível local ao nacional. As principais políticas intersetoriais incluíram programas de transferência condicionada de renda, universalização do ensino fundamental e da saúde, financiamento da agricultura familiar, programas de alimentação escolar, políticas de aquisição e estoques públicos de alimentos, acesso à água potável e outros equipamentos sociais (como cozinhas comunitárias, bancos de alimentos e restaurantes populares). Foi também fundamental a governança das políticas, considerando a participação social e a coordenação de políticas de renda, educação, saúde e saneamento. Como resultado, o Brasil reduziu a desnutrição aguda a ponto de não representar mais um problema de saúde pública e diminuiu a desnutrição infantil crônica pela metade em uma década.

Nesse sentido, o momento oportuno de liderança brasileira do G20 pode reforçar a prioridade real e imediata para a erradicação da fome, incluindo governos e organizações, para que os compromissos existentes e futuros sejam totalmente apoiados, continuados e aprofundados, considerando as soluções conhecidas para esse problema, que podem e devem ser adaptadas a cada contexto. Naturalmente, aliviar a fome requer respostas imediatas e emergenciais, pois quem tem fome tem pressa, mas erradicá-la depende de mudanças estruturais, implementadas por meio de políticas intersetoriais, trabalhadas conjuntamente por governos, sociedade civil e parceiros internacionais e garantindo o Direito Humano à Alimentação e Nutrição Adequadas, sem deixar ninguém para trás, como preconiza a agenda 2030. (Nilson e Silva, 2024).

Referências

FAO, IFAD, UNICEF, WFP, A. W. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2023**. [s.l.: s.n.].

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION (FAO). **Global Report on Food Crises: Acute hunger remains**

persistently high in 59 countries with 1 in 5 people assessed in need of critical urgent action. Disponível em: <<https://www.fao.org/newsroom/detail/global-report-on-food-crises---acute-hunger-remains-persistently-high-in-59-countries-with-1-in-5-people-assessed-in-need-of-critical-urgent-action/en>>.

FSIN; GLOBAL NETWORK AGAINST FOOD CRISES. **2024 GLObal Report on Food Crises - Joint Analysis for Better Decisions.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.fsinplatform.org/grfc2024>>.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Segurança alimentar: 2023.** Rio de Janeiro, Brazil: [s.n.]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102084.pdf>>.

NILSON, E. A. F.; SILVA, D. O. E. **A importância de políticas públicas para o enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no mundo.** Disponível em: <<https://pp.nexojornal.com.br/ponto-de-vista/2024/04/19/a-importancia-de-politicas-publicas-para-o-enfrentamento-da-inseguranca-alimentar-e-nutricional-no-mundo>>.

WORLD FOOD PROGRAM. **The 5 steps from food security to famine.** Disponível em: <<https://www.wfp.org/stories/5-steps-food-security-famine>>.

A Ética da Neurotecnologia: UNESCO nomeia grupo de especialistas internacionais

**Fabiane Gaspar
Gisele Sanglard
Heliton Barros**

Abstract. UNESCO appoints 24 experts from around the world to develop the first global framework on the ethics of neurotechnology. The group met in Paris from April 22nd to 26th, and UNESCO will lead discussions with its 194 Member States on adopting the framework by the end of 2025. Neurotechnology has the potential to address health issues but also poses threats to human rights and privacy. The lack of regulation in this area raises ethical concerns, particularly regarding the commercial use of neurotechnological technologies. UNESCO's initiative aims to ensure that the use of these technologies complies with human rights and fundamental freedoms.

Keywords: UNESCO. Human rights. Ethics. Neurotechnology.

Resumo. UNESCO nomeia 24 especialistas de todo o mundo para desenvolver o primeiro quadro global sobre ética da neurotecnologia. O grupo se reuniu em Paris de 22 a 26 de abril, e a UNESCO liderará discussões com seus 194 Estados Membros sobre a adoção do quadro até o final de 2025. A neurotecnologia possui potencial para resolver problemas de saúde, mas também apresenta ameaças aos direitos humanos e à privacidade. A falta de regulamentação nessa área levanta preocupações éticas, especialmente com o uso comercial de tecnologias neurotecnológicas. A iniciativa da UNESCO visa garantir que o uso dessas tecnologias esteja em conformidade com os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Palavras-chave: UNESCO. Direitos humanos. Ética. Neurotecnologia.

“Já que as guerras começam na mente dos homens, é na mente dos homens que as defesas da paz devem ser construídas” - Constituição da UNESCO, 1945



Imagem 1 UNESCO – Paris, abril de 2024

A Diretora-Geral da UNESCO, Audrey Azoulay, nomeou 24 especialistas de todas as regiões do mundo para desenvolver o primeiro quadro global sobre a ética da neurotecnologia. O grupo se reuniu pela primeira vez em Paris entre os dias 22 e 26 de abril. Será com base no

trabalho desses especialistas que a UNESCO liderará uma discussão com seus 194 Estados Membros sobre a adoção do quadro até o final de 2025.

Mas por que este tema é tão importante para a UNESCO?

A UNESCO tem um histórico de pioneirismo na criação de quadros éticos globais em diversas áreas científicas, incluindo o genoma humano, dados genéticos humanos, bioética, direitos humanos e inteligência artificial (tema abordado nos últimos informes deste Boletim).

Neste caso específico, a avaliação geral feita organização aponta que a neurotecnologia tem o potencial de resolver muitos problemas de saúde, mas também poderia ameaçar os direitos humanos, a liberdade de pensamento e a privacidade. Há uma necessidade urgente de estabelecer um quadro ético comum a nível internacional, como a UNESCO fez para a inteligência artificial em 2021.

Em 2021, o relatório do Comitê Internacional de Bioética da UNESCO intitulado 'Questões Éticas da Neurotecnologia', identificou as ameaças que a neurotecnologia representa para os direitos e liberdades fundamentais, como a integridade cerebral e a identidade pessoal. Como demonstrado por outro relatório da UNESCO publicado em 2023, o ritmo de inovação nessa área acelerou quando a Inteligência Artificial Generativa recém-disponível foi integrada à pesquisa em neurotecnologia.

Dada a falta de um quadro ético nesse campo, a Diretora-Geral da UNESCO propôs o desenvolvimento do primeiro instrumento de definição de padrões garantindo a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais aos Estados Membros da Organização, tendo sido aprovada essa iniciativa durante a 42ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, realizada em novembro do ano passado.

Os distúrbios neurológicos são agora a maior causa de doença e incapacidade globalmente, impactando desproporcionalmente as regiões mais pobres do mundo. O potencial da neurotecnologia para ajudar a curar essas doenças é uma fonte de grande esperança, mas seu desenvolvimento não regulamentado também apresenta riscos sem precedentes aos direitos humanos fundamentais, como a liberdade de pensamento e a privacidade mental.

Hoje, essa iniciativa está tomando forma com a nomeação de 24 especialistas em neurotecnologia designados por Audrey Azoulay para projetar e escrever o projeto do quadro ético. O grupo de especialistas *ad hoc* reúne profissionais especializados em neurociências, psicologia, neurotecnologia, inteligência artificial, interface cérebro-máquina, ética e bioética, de todas as regiões do mundo e de diversos contextos culturais.

O trabalho desses especialistas será apresentado a vários interessados em níveis nacional, sub-regional e regional para seus comentários ainda neste ano de 2024. Será seguido por uma discussão entre os 194 Estados Membros da Organização, liderada pelo Secretariado da UNESCO, com o objetivo de submeter este quadro ético global para adoção na 43ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, em novembro de 2025.

Os desafios da ética científica: é preciso garantir que o uso das neurotecnologias esteja em conformidade com os direitos humanos

Enquanto o uso da neurotecnologia no setor médico é enquadrado por padrões bioéticos regulatórios, a migração de aplicações neurotecnológicas para usos comerciais não regulamentados levanta preocupações éticas significativas. Hoje, recursos tecnológicos

“vestíveis” como faixas de cabeça e fones de ouvido estão disponíveis comercialmente, ajudando os usuários a rastrear parâmetros como padrões de sono. Um grande ponto de atenção é o fato dessas novas tecnologias também coletarem dados neurais, o que poderia permitir que empresas ou governos construíssem perfis detalhados de indivíduos, arriscando o uso indevido de informações e a manipulação de indivíduos.

A facilidade de acesso a essas informações neurais transformaram os neurodados em uma mercadoria disputada, cada vez mais demandada não apenas no setor médico, mas também nos mercados de consumo. O “neuromarketing” - análise de informações neurais com o objetivo de obter insights sobre preferências e decisões do consumidor - representa ameaças à privacidade mental e à liberdade de pensamento, colocando em risco a democracia e a garantia de liberdade política. O quadro ético que a UNESCO está desenvolvendo fornecerá uma ferramenta global para que o uso dessas tecnologias esteja em conformidade com os direitos humanos e as liberdades fundamentais.

Esta abordagem da UNESCO é uma de suas muitas iniciativas no campo da ética científica, assim como na quarta do genoma humano (1997), dos dados genéticos humanos (2003), da bioética e dos direitos humanos (2005) e mais recentemente da inteligência artificial (2021).

Ao propor a criação de um quadro ético global, a organização dá uma importante contribuição para a questão dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, na medida em que busca estabelecer um padrão ético internacional nesta questão da neurotecnologia. A migração de aplicações neurotecnológicas para usos comerciais levanta preocupações éticas significativas e precisa urgentemente ser regulamentada. A atuação da UNESCO nesta nova área de fronteira tecnológica reflete o compromisso contínuo da organização em garantir que os avanços científicos respeitem os valores fundamentais da humanidade.

Referências

UNESCO. *The Ethics of Neurotechnology: UNESCO appoints international expert group to prepare a new global standard.* Disponível em: <https://www.unesco.org/en/articles/ethics-neurotechnology-unesco-appoints-international-expert-group-prepare-new-global-standard> Acesso em: 05 mai.2024

UNESCO. *Ethics of neurotechnology.* Disponível em: <https://www.unesco.org/en/ethics-neurotech> Acesso em: 05 mai.2024

BID e OPAS Lançam Parceria para Fortalecer a Saúde na América Latina e Caribe
IDB and PAHO Launch Partnership to Strengthen Health in Latin America and the Caribbean

Isis Pillar Cazumbá

Abstract. *Understanding the need to strengthen health systems, accelerate the digital transformation of the sector and take care of prevention, preparedness and response to future pandemics in Latin America and the Caribbean, the Inter-American Development Bank (IDB) and the Pan American Health Organization (PAHO) join forces to implement improvements on the topic in the region.*

Keywords: *IDB. PAHO. Latin America and Caribbean. Health*

Resumo. Compreendendo a necessidade de reforçar os sistemas de saúde, acelerar a transformação digital do setor e cuidar da prevenção, preparação e resposta a futuras pandemias na América Latina e no Caribe, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) unem forças para implementar as melhorias sobre o tema na região.

Palavras-chave: BID. OPAS. América Latina e Caribe. Saúde

BID, OPAS e a Iniciativa

Em abril, o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Ilan Goldfajn e o diretor da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), Jarbas Barbosa, firmaram um acordo para avançar com os serviços digitais na área da saúde em toda a América Latina e Caribe (ALC). Além da intenção de promover a transformação digital no setor, o projeto orienta-se em aprimorar o atendimento primário à saúde e apoiar na preparação de respostas para futuras pandemias na região¹³.

Para o projeto ser implementado na ALC, o BID e a OPAS trabalharão de forma conjunta, além de contarem com outros parceiros, incluindo o Banco Mundial (BM) e a *Alliance for Primary Health Care* (A4PHC) para ajudar a fortalecer os sistemas de saúde, com a identificação de recursos e planos de investimentos que ajudem a ampliar o acesso, a cobertura e a qualidade dos serviços na região.

Sobre a saúde digital, as duas organizações irão atuar no fornecimento de assistências técnica, operacional e financeira, a fim de garantir que todos os envolvidos (tomadores de decisão, pessoas, comunidades e provedores) possuam as ferramentas necessárias e que saibam aplicá-las para promover as melhorias e tomar as decisões alinhadas com a saúde pública. Estas ações apoiarão igualmente a Iniciativa Rodovia Pan-Americana para a Saúde Digital¹⁴, o Roteiro

¹³ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-paho-join-forces-key-areas>

¹⁴ Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-3-2024-japao-se-torna-primeiro-doador-oficial-da-iniciativa-rota-pan-americana-saude>

Regional para a Transformação Digital do Setor Saúde e o renovado Plano de Ação 2024-2030 para o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde, que foram lançados em março durante as Reuniões Anuais do BID¹⁵.

A respeito das pandemias, as duas organizações possuem o objetivo de fortalecer a capacidade dos países da região na preparação e na resposta de forma efetiva quando ocorrerem emergências e desastres. No projeto, as organizações preveem uma colaboração para ajudar os países na realização das Avaliações Externas Voluntárias das capacidades essenciais do Regulamento Sanitário Internacional (RSI) assim como a elaboração de propostas para a criação de um Fundo Pandêmico para a região.

Ao falar do projeto voltado para a saúde, Ilan Goldfajn apontou que os serviços de saúde oferecidos na ALC necessitam de melhorias urgentes. Mostrando alinhamento com a OPAS, o presidente do BID afirma o aprofundamento do relacionamento com a organização, ressaltando a importância da parceria para tratar das áreas prioritárias na região. Dr. Jarbas Barbosa mostrou entusiasmo, apontando que a colaboração com o BID ajudará a realizar ações mais efetivas, resultando na construção de um futuro mais promissor no setor.

Ao longo dos anos, o BID vem se tornando um importante *player* quando se trata de criar ações para diminuir os efeitos do clima e fortalecer o investimento verde, acelerando assim a transição climática na ALC. Neste momento, o BID dá indícios de que quer ser mais relevante na área da saúde.

Ao estreitar laços com a OPAS, o BID aponta para uma nova direção que já se fazia necessária, pois, na fala do presidente Ilan Goldfajn mostra que a instituição não tinha um relacionamento profundo com a organização. Com os objetivos de acelerar com a saúde digital (reforço dos sistemas de saúde com base nos cuidados de saúde primários dos sistemas de informação) e prevenção, preparação e resposta à pandemia, o BID e a OPAS mostram o que precisa ser melhorado e inovado para a toda população da ALC.

Ao tratar do avanço da saúde digital, as instituições poderão enfrentar um grande desafio para a sua implementação: a infraestrutura tecnológica e digital na ALC. Os países precisarão de apoio nestes setores, pois, com o não fortalecimento destes, significará o insucesso da transformação da saúde digital na região.

Em relação ao preparo para futuras pandemias, o BID e a OPAS acertam em promover o tema na ALC, já que a pandemia da COVID-19 afetou fortemente os países da região. Será de extrema importância criar uma infraestrutura regional que ajude aos países a responderem de forma célere e equitativa para frear os impactos negativos de uma pandemia.

Referências

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] IDB and PAHO Join Forces in Key Areas [acesso em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/idb-and-paho-join-forces-key-areas>

¹⁵ Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

Banco Interamericano de Desenvolvimento [homepage na internet] Governors Approve Three Historic, Transformative Changes for the IDB Group to Support the Region [acesso em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.iadb.org/en/news/governors-approve-three-historic-transformative-changes-idb-group-support-region>

Organização Pan Americana de Saúde [homepage na internet] Japão se torna primeiro doador oficial da iniciativa Rota Pan-Americana de Saúde Digital [acesso em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/10-3-2024-japao-se-torna-primeiro-doador-oficial-da-iniciativa-rota-pan-americana-saude>

Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados

Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge

Claudia Chamas
Bernardo Bahia Cesário

Abstract. *The Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge will take place in Geneva from 13 to 24 May 2024, organized by the World Intellectual Property Organization (WIPO). This event is the final stage of negotiations before the adoption of an international legal instrument.*

Keywords: *WIPO; patent; genetic resources*

Resumo. A Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (“Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge”) ocorrerá em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, organizado pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). Este evento constitui a fase final das negociações antes da adoção de um instrumento jurídico internacional.

Palavras-chave: OMPI; patente; recursos genéticos

OMPI: Conferência Diplomática

Após quase duas décadas de negociações, durante a Assembleia Geral da [Organização Mundial da Propriedade Intelectual](#) (OMPI), de 2022, os países membros decidiram acelerar as negociações sobre a regulação dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados, organizando evento de alto nível com vista a um acordo internacional até 2024. A Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados (“Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge”) ocorrerá em Genebra, de 13 a 24 de maio de 2024, organizada pela OMPI. Este evento constitui a fase final das negociações antes da adoção de instrumento jurídico internacional, que levará em consideração a proposta básica. O [texto](#) (“Basic Proposal for an International Legal Instrument Relating to Intellectual Property, Genetic Resources and Traditional Knowledge Associated with Genetic Resources”) tem por objetivo “reforçar a eficácia, a transparência e a qualidade do sistema de patentes” e “impedir que equivocadamente sejam concedidas patentes a invenções que não sejam novas ou inventivas no que diz respeito aos recursos genéticos e aos conhecimentos tradicionais associados aos recursos genéticos”¹⁶ (OMPI, 2024).

Os artigos substantivos do texto de negociação foram revisados pelo [Comitê Intergovernamental da Propriedade Intelectual e dos Recursos Genéticos, dos Conhecimentos Tradicionais e do Folclore](#) (“The Intergovernmental Committee on Intellectual Property and

¹⁶ “enhance the efficacy, transparency and quality of the patent system”, and “prevent patents from being granted erroneously for inventions that are not novel or inventive with regard to genetic resources and traditional knowledge associated with genetic resources”.

Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore – IGC”), que se reuniu numa sessão especial em setembro de 2023. Há cerca de 20 anos, o IGC não estava focado na criação de normas internacionais, mas houve pressão de países em desenvolvimento para que se desenvolvesse instrumentos jurídicos internacionais sobre recursos genéticos, conhecimentos tradicionais e expressões culturais tradicionais (folclore). A partir de 2010, os países começaram a discutir potencial conteúdo textual para futuro instrumento jurídico. Depois de 2012, surgiram opções para uma nova divulgação de patentes de recursos genéticos e seu requisito de conhecimento tradicional associado, e as negociações se intensificaram sobre essa questão (OMPI, 2024).

A negociação para chegar a um consenso sobre um texto em 2018 enfrentou vários impasses. Em 2019, Ian Goss, então presidente do IGC, foi encarregado de preparar um projeto sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais associados. Seguindo a decisão da Assembleia Geral da OMPI em 2022, este projeto foi adotado como a proposta base para as negociações na Conferência Diplomática. A proposta exige que os depositantes de patentes revelem o país de origem dos recursos genéticos e/ou a comunidade indígena ou local que forneceu o conhecimento, caso as invenções se baseiem diretamente nesses recursos ou conhecimentos. As autoridades de patentes fornecerão orientações, porém, sem a obrigação de verificar a autenticidade dessas informações pelas autoridades locais. A proposta também inclui uma cláusula de não retroatividade, evitando obrigações para pedidos de patente anteriores à sua ratificação ou adesão (OMPI, 2024).

Recursos genéticos são fundamentais para diversos avanços, como o desenvolvimento de medicamentos e culturas alimentares adaptadas ao clima, melhorando a saúde das populações. As patentes que utilizam esses recursos e conhecimentos tradicionais exigem que os depositantes descrevam detalhadamente as informações pertinentes à invenção, permitindo sua reprodução por outros com conhecimento equivalente. O novo requisito de divulgação para patentes cobrindo recursos genéticos e conhecimentos tradicionais intensifica essa prática (OMPI, 2024).

Esse novo requisito obrigatório nos pedidos de patente influenciará as leis de patentes nacionais dos países signatários. Os titulares de patentes precisarão entender como atender a essa exigência. Estão previstos novos sistemas de informação para auxiliar as autoridades na pesquisa e no exame dos pedidos, além de bases de dados sobre recursos genéticos e conhecimentos tradicionais, com a colaboração de comunidades indígenas e locais, quando relevante. Ao basear uma patente em recursos genéticos, os titulares deverão indicar o país de origem desses recursos ou sua fonte. Se houver conhecimentos tradicionais envolvidos, será necessário também revelar a comunidade ou população indígena que os forneceu, ou sua fonte, ou fazer declaração formal nesse sentido (OMPI, 2024).

O descumprimento destes requisitos de divulgação obrigatória será objeto de medidas adequadas, eficazes e proporcionais, de acordo com a legislação local, embora os titulares tenham a oportunidade de retificar a falta de divulgação das informações exigidas. Se for comprovada intenção fraudulenta relativamente à obrigação de divulgação, a patente poderá ser revogada. De acordo com o artigo 18º da proposta, o instrumento entrará em vigor três meses após a sua ratificação ou adesão por 15 países, produzindo efeitos em todos os países que o ratificaram ou a ele aderirem e o transpuserem para a sua legislação doméstica. Qualquer país membro da OMPI poderá se tornar parte do novo instrumento. Há possibilidade de se admitir organizações intergovernamentais como partes em diversas condições. A regulação dos requisitos de divulgação relacionados aos recursos genéticos e/ou conhecimentos tradicionais

associados não são novidade em vários locais. A estimativa é que, até março de 2024, 33 países e organizações regionais fizeram uso de tal dispositivo. Países com variados regimes de divulgação: Bélgica, Brasil, Burundi, China, Costa Rica, Cuba, Dinamarca, Djibuti, Equador, Egito, Etiópia, França, Alemanha, Índia, Indonésia, Itália, Irão, Quirguistão, Namíbia, Noruega, Panamá, Peru, Filipinas, Roménia, Samoa, África do Sul, Espanha, Suécia, Suíça, Uganda, Vanuatu, Vietname e Zâmbia. A proposta prevê mecanismo de revisão do instrumento, permitindo que certas questões sejam revistas o mais tardar quatro anos após a sua entrada em vigor (OMPI, 2024).

Considerações finais

À medida que avançamos para a conclusão de uma década marcada por negociações intensas sobre o papel dos recursos genéticos e dos conhecimentos tradicionais no cenário global de patentes, a Conferência Diplomática sobre Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais Associados emerge como evento decisivo. Organizada pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), esta conferência visa finalizar instrumento jurídico internacional que possa equilibrar direitos de propriedade intelectual com a necessária justiça e equidade na utilização dos recursos biológicos. Este movimento não é isolado, mas parte de contexto maior de reconhecimento e valorização da biodiversidade, como discutido historicamente desde a ECO-92 e reiterado na recente legislação brasileira sobre a biodiversidade (Lei nº 13.123/2015). A regulamentação proposta pela OMPI busca fortalecer a transparência e a qualidade do sistema de patentes, evitando a concessão indevida de patentes que não atendam aos critérios de novidade e inventividade em relação aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

A regulação multilateral dos recursos genéticos em patentes é fundamental para garantir distribuição justa e equitativa dos benefícios decorrentes da utilização desses recursos, especialmente em países em desenvolvimento. A legislação brasileira, de 2015, ao estabelecer diretrizes para o acesso ao patrimônio genético nacional e compartilhamento de benefícios, reflete esses princípios internacionais e demonstra como o Brasil está alinhando sua legislação interna às exigências globais, buscando equilibrar desenvolvimento econômico com conservação ambiental (Buss & Magalhães, 2021).

A adoção do texto proposto pela OMPI traria benefícios significativos para países com grande biodiversidade, como o Brasil, cujos recursos biológicos são vitais para o desenvolvimento de novas tecnologias e produtos farmacêuticos. Para efetivar esses benefícios, será necessário internalizar o texto nas políticas nacionais, o que exigirá envolvimento ativo dos legisladores, autoridades de patentes e instituições científicas do país. Além disso, a implementação das regulações demandará adaptações significativas nos sistemas burocráticos e a criação de programas de treinamento abrangentes para garantir que todos os envolvidos compreendam e apliquem as regras eficazmente. É fundamental também que haja coordenação entre o setor público, incluindo o governo federal, a cadeia produtiva, os centros de pesquisa, as universidades e o setor privado, maximizando o impacto dessas políticas (Estadão, 2021).

Conforme nos aproximamos da Conferência Diplomática, entendemos que a adoção da proposta de regulamentação representa um marco crucial, refletindo possível consenso global sobre a importância de gestão transparente e justa dos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais. O requisito obrigatório de divulgação, que exige a identificação do país de origem e das comunidades locais ou povos indígenas que fornecem esses recursos, é particularmente significativo. Este elemento da proposta não apenas eleva os padrões de equidade e

responsabilidade nas práticas de patenteamento, mas também assegura que as inovações derivadas desses recursos beneficiem todos os envolvidos de maneira justa e respeitosa. Ao enfatizar a transparência e a partilha equitativa dos benefícios, a OMPI estabelece um precedente para o respeito aos direitos e saberes locais, promovendo integração mais harmoniosa entre o desenvolvimento tecnológico, a conservação ambiental e os direitos das comunidades indígenas e locais.

Referências

- 1.OMPI. Diplomatic Conference on Genetic Resources and Associated Traditional Knowledge. 2024. Disponível em: <https://www.wipo.int/diplomatic-conferences/en/genetic-resources/>
- 2.BUSS, Paulo e MAGALHÃES, Danielly. 'Um único planeta, uma só saúde' e a Declaração de Kunming sobre Biodiversidade. CEE. Fiocruz. 2021. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/meio-ambiente/um-unico-planeta-uma-so-saude-e-a-declaracao-de-kunming-sobre-biodiversidade-por-paulo-m-buss-e-danielly-magalhaes/>
- 3.ESTADÃO. Biodiversidade e os grandes desafios para o futuro do planeta. 2021. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/biodiversidade-e-os-grandes-desafios-para-o-futuro-do-planeta/>

“Enquanto os homens exercem seus podres poderes”¹⁷, o mundo segue em crises e conflitos

***Tatiana Cerqueira Machado
Medrado, Matheus dos Santos da
Silveira, Jesús Enrique Patiño Escarcina,
Renan Amaral Oliveira, Diana Zeballos,
Elwira Gliwska, Laurenice Pires, Mateus
dos Santos Brito, Patrícia Lewis Carpio,
e Luis Eugênio de Souza***

Resumo: Nesta quinzena, 36 das 50 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas fizeram manifestações que mereceram registro neste informe, sendo 26 de interesse público e dez de interesse privado. Das situações que mais foram mencionadas, em primeiro lugar está a questão das mudanças climáticas, com ênfase nas repercussões da matriz energética centrada em combustíveis fósseis e da poluição plástica global na escassez de alimentos, na ocorrência de desastres naturais que afetam a saúde, tanto física quanto mental. As organizações se esforçam em cobrar responsabilidade de governos e empresas, acrescentando que o impacto das alterações climáticas recai, principalmente, sobre os grupos sociais mais vulnerabilizados. Em segundo lugar, várias organizações manifestaram indignação com a crise humanitária resultante dos conflitos armados em curso no Sudão, entre Rússia e Ucrânia e entre Israel e o Hamas, sempre conclamando por cessar-fogo urgente. Também chamaram a atenção as manifestações sobre o relatório global sobre crises alimentares, preparado pela *Food Security Information Network*. As organizações da sociedade civil instam os governos a incluir a fome como pauta de políticas públicas e dos investimentos. A crise na governança global e o enfraquecimento das democracias surgiram também como temas importantes. Outras questões que foram objetos de manifestações incluíram: acordo pandêmico, enfrentamento das doenças não transmissíveis e doenças vetoriais, ações de promoção da saúde, desenvolvimento tecnológico e científico de medicamentos, diagnósticos e vacinas. Enfim, as OSC continuaram bastante ativas em suas manifestações, abordando vários problemas graves e urgentes que afetam a humanidade e o planeta, seja com denúncias, seja com apelos à ação de governos e instituições multilaterais.

INTRODUÇÃO

Nesta quinzena, 36 das 50 Organizações da Sociedade Civil (OSC) monitoradas fizeram manifestações que mereceram registro neste informe, sendo 26 de interesse público e dez de interesse privado.

No caso das OSC de interesse público, o tema mais frequente das manifestações foram as mudanças climáticas, incluindo a denúncia das injustiças climáticas e a irresponsabilidade da queima de combustíveis fósseis. O fortalecimento das democracias deliberativas, as mobilizações transfronteiriças e políticas justas de transição energética foram também questões mencionadas, no contexto do sistema multilateral. Ainda em relação às mudanças climáticas,

¹⁷ Verso de Caetano Veloso, na canção Podres Poderes.

foram compartilhadas informações sobre experiências de adaptação e mitigação. A relação da crise climática com a saúde mental, a poluição plástica, as inundações no Quênia e o desmatamento de florestas na Argentina também foram citadas. As negociações em torno do tratado dos oceanos foram destacadas pelo Greenpeace, lembrando que, até agora apenas a União Europeia e quatro países pequenos (Palau, Chile, Belize e Seychelles) a ratificaram. São necessárias, pelo menos, 60 ratificações para que o tratado entre em vigor. Claramente associada às mudanças climáticas, a crise alimentar foi mencionada por ocasião do lançamento de um relatório da *Food Security Information Network*.

Depois questão climática, os conflitos armados foram o tema mais abordado pelas OSC de interesse público, incluindo a guerra civil no Sudão, o conflito entre Israel e o Hamas e a invasão da Ucrânia pela Rússia. Neste último caso, foi destacada a ameaça nuclear, representada pela ocupação militar russa da usina de Zaporizhzhia na Ucrânia.

A migração também foi tópico frequente, incluindo a denúncia de mais uma tragédia humanitária, desta vez, em Moçambique, onde um barco superlotado com pessoas fugindo de um surto de cólera afundou, matando cerca de 100 pessoas.

A governança global foi motivo de algumas manifestações, destacando-se a atuação do G7 na nova ordem global multipolar e o papel do FMI que exerce uma forma de domínio colonial pela via econômica. O cancelamento das dívidas dos países pobres, a promoção da justiça fiscal e a reparação são medidas que poderiam superar o colonialismo econômico.

O acordo pandêmico, nestas semanas de reunião do INB, foi alvo de uma manifestação, no aguardo da conclusão das discussões, antes na Assembleia Mundial da Saúde.

A promoção da saúde foi objeto de várias manifestações das OSC, que abordaram a instituição de impostos sobre produtos nocivos à saúde, a rotulagem de bebidas alcoólicas, a relação entre obesidade e discriminação racial, o enfrentamento de fatores de risco do câncer e a regulamentação da qualidade do ar interior.

A igualdade de gênero e a saúde sexual e reprodutiva foram questões referidas, destacando-se a denúncia de desmantelamento, pelo governo argentino, do Plano de Prevenção da Gravidez Não Intencional na Adolescência.

As relações intergeracionais, o enfrentamento das doenças e dos agravos não-transmissíveis (em especial, no continente africano), a relação entre covid-19 e saúde mental e a vacinação foram também objetos de manifestações.

A assistência farmacêutica, com as questões da propriedade intelectual e dos preços de medicamentos, esteve em pauta, assim como a formação médica, o Dia Internacional dos Trabalhadores, a taxação às grandes fortunas e uma denúncia de abusos da indústria do cacau que distribui lucros exorbitantes, mas não paga preços justos aos agricultores.

No caso das organizações da sociedade civil de interesse privado, a mitigação da crise climática foi o tema de maior destaque. Outros temas mencionados incluíram governança global, pesquisas sobre dengue, igualdade de gênero e proteção contra exploração sexual, doenças infecciosas e zoonóticas, vacinação, estratégias diagnósticas e a crise humanitária em curso no Sudão.

Na última seção, o informe traz os eventos anunciados ou recém-realizados pelas OSC.

Em suma, as OSC continuaram bastante ativas em suas manifestações, abordando vários problemas graves e urgentes que afetam a humanidade e o planeta, seja com denúncias, seja com apelos à ação de governos e instituições multilaterais.

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO

Mudanças climáticas

Injustiças climáticas e combustível fóssil

A ActionAid e ONG's de mais de 20 países apelaram para os grandes bancos internacionais como o [Barclays](#), [HSBC](#) e [Citibank](#) para que parem de financiar a produção de combustíveis fósseis e agricultura industrial (empresas multinacionais de agronegócios) ao redor do globo. Os apelos ocorrem em meio ao acirramento global da crise climática que tem aproximado a humanidade do ponto de não retorno, com reflexos em todo o globo, em especial para as pessoas mais pobres. Outro marco importante deste momento é a realização das assembleias e reuniões mundiais destas instituições, podendo se reverberar em momentos oportunos para que acionistas pressionem os bancos no sentido de atuarem na transformação de suas ações prejudiciais ao clima^[11].

A Greenpeace destacou uma reunião dos Ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do [G7](#), que terminou com críticas ao prazo tardio para a eliminação do carvão e ao endosso contínuo do gás fóssil. O compromisso de eliminar gradualmente o carvão foi considerado insuficiente diante da urgência climática, enquanto o apoio persistente ao gás fóssil foi considerado alarmante. Os Ministros do G7 foram instados a aumentar significativamente o financiamento climático e a abandonar soluções falsas, como créditos de carbono, em favor de medidas concretas e financeiras para combater as mudanças climáticas^[12].

A Greenpeace chamou atenção para a crescente ameaça representada pela frota de sombra de [petróleo](#) russa, composta por petroleiros de segunda mão que transportam petróleo russo para os mercados mundiais. Esses petroleiros, muitas vezes em condições precárias e operando à margem das regulamentações internacionais, representam um sério risco para o meio ambiente marinho e costeiro. O autor ressalta a dependência contínua da sociedade global do petróleo como uma das principais razões por trás do surgimento dessa frota sombra, além de seu papel na perpetuação do conflito entre a Rússia e a Ucrânia. A ação direta realizada pelo Greenpeace Nordic para chamar a atenção para esse problema e pressionar os governos a agir é destacada como uma maneira de aumentar a conscientização e impulsionar a mudança em direção a uma transição para fontes de energia mais seguras e sustentáveis^[13].

A Greenpeace publicou [carta aberta](#) com preocupações de um acordo sobre a atual crise global, atribuindo-a à exploração de corporações multinacionais e à evasão fiscal em paraísos fiscais. Se enfatizou a necessidade de um sistema tributário internacional justo e transparente, capaz de garantir recursos adequados para as necessidades básicas das pessoas e para a recuperação ambiental. O presidente do Comitê da Convenção Tributária da ONU foi instado a assumir a responsabilidade e a oportunidade de liderar uma mudança significativa nas regras fiscais globais, garantindo igualdade, transparência e responsabilidade. A carta concluiu chamando à ação e expressando confiança de que o destinatário fará a sua parte para promover um futuro mais justo e sustentável para todos^[14].

A Greenpeace esteve ativamente envolvida nas audiências históricas sobre o clima no [Tribunal](#) Interamericano de Direitos Humanos, onde apresentou um argumento oral em

conjunto com a União de Cientistas Preocupados (UCS) e outros aliados. A organização destacou a responsabilidade das empresas, especialmente nos setores de combustíveis fósseis e agroindustriais, pelas crises climáticas e da biodiversidade. A ênfase foi colocada no dever do Estado de regular as empresas comerciais e no dever independente das próprias empresas de respeitar os direitos humanos no contexto das mudanças climáticas e remediar os danos resultantes. A audiência foi vista como uma oportunidade crucial para abordar questões de justiça climática e responsabilidades dos Estados e das empresas em relação aos direitos humanos^[15].

A Greenpeace destacou as vitórias da proteção ao clima nos [tribunais](#), produto de denúncias inspiradoras e demonstraram o poder da ação coletiva na luta por um mundo mais justo e sustentável. Desde a confirmação de que a proteção climática é um direito humano até o fechamento de usinas de carvão e o fim de investimentos sujos, essas conquistas mostraram que a mudança é possível quando nos unimos em prol de uma causa comum. É importante celebrar esses avanços, mas também continuar a pressionar por mais ações e mudanças significativas para proteger nosso planeta e todas as formas de vida que nele habitam^[16].

Crise climática e desafios da democracia e do sistema multilateral

O Geneva Graduate Institute reverberou os debates promovidos pela AHCD e a Fundação Kofi Annan, na primeira série de mesas redondas sobre [os desafios das democracias e do sistema multilateral em todo o mundo, em meio à crise climática global](#). Dentre os principais pontos, destacam-se a defesa da ampliação das representações nos fóruns multilaterais globais, com um maior envolvimento de jovens e a promoção da valorização de experiências bem sucedidas do Norte Global e do Sul Global, a exemplo de mecanismos inovadores como a Assembleia de Cidadãos Globais na COP26. É preciso avançar no fortalecimento das democracias deliberativas, mobilizações transfronteiriças e políticas climáticas positivas de transição justas^[17].

Biodiversidade e serviços ecossistêmicos

A Interacademy Partnership divulgou convite a governos, especialistas, cientistas, tomadores de decisão, profissionais e outras pessoas conhecedoras para participar da fase de revisão externa do rascunho do relatório de escopo da segunda [avaliação global sobre biodiversidade e serviços ecossistêmicos](#)^[18].

Enfrentando as alterações climáticas

A Organização Mundial de Faculdades Nacionais, Academias e Associações Acadêmicas de Clínicos Gerais/Médicos de Família (Wonca) publicou mensagem no X (ex-Twitter) alertando que as [alterações climáticas](#) são a maior ameaça global à saúde que o mundo enfrenta no século XXI, mas acrescentou que combatê-las poderá ser a maior oportunidade de saúde global do século XXI^[19].

A Oxfam assinou uma [carta](#) juntamente com 342 organizações internacionais, dirigida ao fundo de perdas e danos das Nações Unidas. A carta destacou que as alterações climáticas têm o potencial de afetar a propagação e a intensidade de doenças devido a mudanças nas temperaturas, circunstâncias ambientais e fenômenos meteorológicos extremos. Além disso, as alterações climáticas poderiam facilitar o surgimento e a propagação de novos agentes patogênicos, como a COVID-19, devido à migração e ao contato entre espécies anteriormente isoladas. O aumento das temperaturas globais também poderia exigir adaptações nos

diagnósticos existentes para garantir estabilidade e disponibilidade em áreas afetadas pelo aquecimento global^[20].

Alteração climática e saúde mental

O Rotary International alertou sobre a necessidade de abordar o [efeito das alterações climáticas na saúde mental](#) das pessoas que sofrem desastres, que desenvolvem stress, ansiedade, traumas e medos, além de que podem agravar os problemas já enfrentados por pessoas mais vulneráveis. Ressaltou que a medida que o clima do planeta vem mudando, regiões em todo o mundo enfrentam desastres como chuvas intensas, incêndios florestais, calor e secas extremas, entre outros fenômenos. A organização destacou que o impacto tem um preço significativo e custo social estimado de 23 mil milhões de dólares em 2030, aumentando para 245 mil milhões de dólares em 2050. Neste sentido, conclamou que os custos das alterações climáticas na saúde mental sejam contabilizados, bem como os benefícios da ação climática^[21].

Poluição plástica global

A ACT Promoção da Saúde informou que o [tratado global de poluição plástica](#) teve avanços importantes durante a quarta reunião do Comitê Intergovernamental de Negociação sobre Poluição Plástica, delegados e observadores consideraram um sinal positivo que as discussões tenham se tornado mais objetivas permitindo a elaboração do texto do tratado cujas negociações serão concluídas na última reunião em novembro, o ponto mais controverso continua sendo a definição das restrições do limite de produção de plástico^[22].

A Greenpeace lamentou que as negociações do Tratado Global de [Plásticos](#) em Ottawa terminaram em um compromisso fraco, decepcionando as esperanças de um progresso significativo. Enquanto alguns países pressionaram por medidas mais rigorosas, como a redução da produção de plástico, outros cederam aos interesses da indústria de combustíveis fósseis e petroquímica. O Greenpeace expressou sua preocupação com a falta de ação decisiva para enfrentar a crise do plástico, enfatizando a necessidade urgente de reduzir a produção de plástico e eliminar os plásticos de uso único. O tempo estava se esgotando, e um tratado forte e eficaz era crucial para resolver esse problema global^[23].

A Greenpeace destacou que a poluição [plástica](#), um problema global que afeta até mesmo áreas remotas e o corpo humano, enfrenta falsas soluções promovidas por grandes empresas e poluidores. A reciclagem, apesar de promovida como solução, recicla apenas uma pequena fração do plástico e perpetua um modelo de consumo insustentável. Iniciativas de limpeza, como The Ocean Cleanup, abordam os sintomas, mas não impedem o influxo contínuo de plástico no meio ambiente. Os bioplásticos, embora pareçam promissores, muitas vezes não se degradam adequadamente e podem competir com a produção de alimentos. Bactérias que comem plástico, embora intrigantes, apresentam riscos ambientais e sua eficácia em grande escala é incerta. Essas soluções inadequadas destacaram a necessidade urgente de um Tratado Global de Plásticos para reduzir drasticamente a produção e promover sistemas de reutilização e recarga em vez de apenas tratar os sintomas da poluição plástica^[24].

Inundações no Quênia

A Human Rights Watch denunciou que autoridades quenianas não responderam adequadamente às [inundações repentinas](#) resultantes das chuvas intensas que causaram a morte de pelo menos 170 pessoas, deslocaram mais de 200.000, destruíram propriedades, infraestrutura e meios de subsistência em todo o país, e exacerbaram vulnerabilidades

socioeconômicas. A organização disse que o governo do Quênia tem a obrigação de prevenir danos previsíveis causados pelas mudanças climáticas e eventos climáticos extremos, e de proteger as pessoas quando um desastre ocorre^[25].

Desmatamento das florestas na Argentina

As imagens chocantes divulgadas pelo Greenpeace Argentina revelaram o avanço agressivo do [desmatamento](#) nas florestas nativas do norte do país. O relatório destacou um aumento significativo nas limpezas de terras, muitas das quais foram realizadas ilegalmente. A principal causa desse desmatamento foi atribuída ao crescimento da indústria agrícola, especialmente para a pecuária intensiva e o cultivo de soja geneticamente modificada, exportada principalmente para a Ásia e a Europa. O impacto do desmatamento foi além da perda de habitat, afetando o clima global, levando a eventos climáticos extremos mais frequentes e intensos, ameaçando a biodiversidade e afetando comunidades locais e povos indígenas. As imagens destacaram a urgência de ações para deter e reverter esse processo devastador^[26].

Tratado dos oceanos

A Greenpeace destacou que está acompanhando de perto a ratificação do [Tratado dos Oceanos Globais](#) pelos países, pois é um passo crucial para a proteção dos oceanos. Até agora, os seguintes países ratificaram o tratado em sua lei nacional: Palau, Chile, Belize, Seychelles e União Europeia. No entanto, é importante que mais nações se juntem a esses esforços para alcançar o objetivo de pelo menos 60 ratificações necessárias para que o tratado entre em vigor. A sociedade civil está convidada a se juntar ao movimento global para proteger os oceanos, assinando uma petição para pressionar os líderes a criar novos santuários oceânicos e proteger nosso planeta azul^[28].

A Greenpeace destacou em [carta](#) para compartilhar uma experiência pessoal emocionante de um biólogo marinho, sobre a fascinação e a importância dos oceanos em sua vida e carreira. Ele descreveu a emoção de nadar com um tubarão-baleia juvenil e como isso o levou a uma jornada de estudo e pesquisa sobre a vida marinha nas Ilhas Galápagos. O biólogo destacou a vulnerabilidade dos oceanos e a necessidade urgente de protegê-los, especialmente diante das ameaças da sobrepesca, caça furtiva e outras atividades humanas. Ele enfatizou a importância do Tratado do Oceano Global e insta os líderes políticos a ratificá-lo para garantir a proteção dos oceanos para as gerações futuras. A carta terminou com um apelo à ação, convidando os leitores a se juntarem ao movimento global pela proteção dos oceanos^[29].

A Greenpeace destacou que os Montes [Marítimos](#) do Imperador, uma cadeia de montes submarinos no norte do Oceano Pacífico, são um oásis de vida marinha, incluindo corais, esponjas e uma variedade de animais marinhos. Enquanto uma parte desses montes está protegida nos EUA, o restante permanece aberto à pesca humana destrutiva. As tentativas de proteger essa área na recente reunião da Comissão de Pesca do Pacífico Norte falharam repetidamente. A ciência destaca a necessidade urgente de proteção, destacando a importância do Tratado Global do Oceano e a necessidade de os governos pararem imediatamente a pesca no fundo^[30].

Saúde planetária

A Planetary Health Alliance divulgou o [Apelo à Ação de Kuala Lumpur pela Saúde Planetária](#), que inclui seis compromissos daqueles que o apoiam: (a) articular o nexos entre a saúde humana, a sustentabilidade ambiental e a equidade social, (b) aplicar a crescente base de

evidências para propor e desenvolver soluções que permitirão à humanidade e aos sistemas naturais dos quais dependemos prosperar agora e no futuro, (c) manter um foco na saúde e no bem-estar humanos, reconhecendo que prejudicar os nossos sistemas naturais prejudica-nos a nós próprios e às gerações futuras, (d) utilizar o Roteiro de Saúde Planetária para apoiar o movimento de Saúde Planetária, (e) garantir que a produção de evidências esteja alinhada com o Plano de Acção do Roteiro e (f) articular o que for preciso para co-criar uma transição justa e global; uma mudança abrangente na forma como vivemos e interagimos uns com os outros e com a Natureza^[38].

Crise alimentar

A CARE divulgou [Relatório Global sobre Crises Alimentares](#), preparado pela Food Security Information Network onde trouxe a fome como um flagelo humano que não recai de forma equitativa sobre as pessoas, atingindo de forma diferente as mulheres. Ressaltou que as mulheres têm acesso desigual a recursos, serviços e a capital social, colocando-as e às suas famílias, em maior risco de insegurança alimentar e de desnutrição. A entidade instou as sociedades e as organizações de ajuda humanitária a incorporar nas análises sobre insegurança alimentar a perspectiva de gênero a fim de enfrentar a crise da fome no mundo^[31].

A Oxfam referiu-se ao [Relatório Global sobre Crises Alimentares](#), destacando que mais de 281 milhões de pessoas em 59 países estavam enfrentando fome aguda, um aumento de 24 milhões em relação ao ano anterior. Se enfatizou a dimensão moral da crise, criticando o lucro extraordinário das corporações de armas enquanto a fome aumentava. Se chamou atenção para a situação em Gaza, onde as crianças sofriam de desnutrição devido ao uso da fome como arma de guerra. Também instou os governos a priorizar a justiça e a paz, reformar os órgãos globais de segurança e reformular o sistema alimentar global, tributando os ricos para investir na maioria pública e apoiar as economias verdes^[32].

A CARE também chamou atenção para a [fome devastadora que passa a população da África Austral](#), efeito do evento climático El Niño, que vem provocando seca e calor escaldante, levando a perda da colheita de alimentos. A entidade destacou em conferência realizada em 22 de abril de 2024, que milhões de pessoas no Malawi, Zimbábue e na Zâmbia foram afetadas pela fome e seca, apelando para o apoio de doadores internacionais a fim de evitar o agravamento da crise. Ressaltou que o aumento do preço dos alimentos pela perda das colheitas e a escassez de água para consumo humano vêm agravando a crise que também é sanitária, devido a ocorrência de casos de cólera^[33].

O People's Health Movement (PHM) tem se mobilizado em torno do debate acerca da soberania alimentar e combate à fome no mundo, em especial, pelo fato de que em 2025 será realizado o [Fórum de Soberania Alimentar de Nyéléni](#). Neste sentido, o PHM realizou um Webinário de preparação para o Fórum, com discussões em torno do domínio corporativo no sistema alimentar, o impacto das organizações internacionais e as práticas que promovem a soberania alimentar e a saúde no mundo^[34].

Conflitos armados

Conflito no Sudão

A CARE chamou atenção para a [situação dos partos no Sudão](#), que estão ocorrendo fora de instalações de saúde, após os conflitos internos entre dois grupos armados que eclodiu em 15 de abril de 2023. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) o conflito já soma mais

de 15 mil mortes, 6,5 milhões de pessoas deslocadas internamente e 2 milhões de pessoas refugiadas em outros países. A entidade ressaltou que o conflito armado teve forte efeito sobre a saúde materna, sendo que as parteiras e clínicas particulares vêm substituindo o cuidado que deveria ser prestado nos estabelecimentos de saúde^[4].

Conflito Israel-Palestina

No dia 29 de abril, a organização médica internacional Médicos Sem Fronteiras (MSF) divulgou um relatório intitulado “[Os assassinatos silenciosos em Gaza: a destruição do sistema de saúde e a luta pela sobrevivência em Rafah](#)”. O documento mostra que mais de seis meses após o início da guerra em Gaza, a devastação estende-se muito além dos mortos pelos bombardeios e ataques aéreos israelenses. MSF descreve a luta enorme enfrentada hoje pelos palestinos em Gaza para ter acesso a cuidados médicos e alerta sobre um grande número de mortes evitáveis causadas por interrupções na prestação de cuidados críticos de saúde^[5].

A World Medical Association instou à [libertação imediata e segura de todos os reféns](#) e, enquanto aguardam sua libertação, lhes seja fornecida ajuda humanitária e atenção médica. A organização está preocupada com a crise humanitária e de saúde em Gaza, o aumento da fome e a falta de cuidados médicos, bem como a contínua prisão e abuso de reféns. Ao mesmo tempo exige o cessar-fogo bilateral, negociado e sustentável para proteger todos os civis, garantir a libertação e passagem segura de todos os reféns e permitir a transferência de ajuda humanitária para todos^[6].

A Oxfam continuou fazendo apelo para um cessar fogo imediato e permanente em [Gaza](#), onde seis meses após a catástrofe humanitária, mais de 95% da população não têm acesso a água limpa e as pessoas no norte de Gaza são forçadas a sobreviver com 245 calorias por dia, menos de uma lata de feijão^[7].

A ActionAid denunciou o “[cemitério de corpos de mulheres e crianças](#)” produzido após mais de 200 dias de conflitos entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza. É devastadora a crise humanitária deflagrada e aprofundada na região após os conflitos, gerando mais de 35 mil óbitos, sendo 70% de mulheres e crianças. Passados 200 dias ininterruptos de conflito, nenhum lugar na Faixa de Gaza é seguro atualmente, a situação até então só piora, cerca de 18 crianças foram mortas em um ataque recente à Rafah, segundo a ONU Mulheres cerca de 10 mil mulheres foram mortas em Gaza, sendo que 6 mil delas eram mães, deixando uma multidão de filhos órfãos na região. Apesar dos apelos e alertas de especialistas a situação de fome e insegurança hídrica tem aumentado na região, é preciso que os países financiadores da UNRWA das Nações Unidas restaurem as doações, bem como aumentem o envio de ajuda humanitária à região. A ActionAid apela para um cessar fogo imediato e pelo fim do conflito armado em Gaza^[8].

Conflito Rússia e Ucrânia

A Oxfam expressou preocupação pelo conflito entre a Rússia e a [Ucrânia](#). Destacou que a vida diária em Kharkiv, no leste da Ucrânia, está se tornando insuportável. Nas últimas semanas, o número de ataques se intensificou, prejudicando a energia e a infraestrutura vital, tornando quase impossível para as pessoas comuns continuarem suas vidas^[9].

A Human Rights Watch informou que as forças russas parecem ter executado pelo menos 15 soldados ucranianos enquanto tentavam se render, e possivelmente mais seis que

estavam se rendendo ou já haviam se rendido, desde o início de dezembro de 2023. A organização exigiu que esses incidentes sejam investigados como [crimes de guerra](#)^[10].

Ameaça de desastre nuclear

A Greenpeace destacou a sombria ameaça que a [ocupação militar russa](#) representada pela usina nuclear de Zaporizhzhia, na Ucrânia, e fez paralelos com o desastre nuclear de Chernobyl. Relembrando os trágicos eventos de 1986, o autor destacou os perigos que a invasão russa representa não apenas para a Ucrânia, mas para toda a Europa, especialmente com a possibilidade de um novo desastre nuclear. O texto destaca a importância de aprender com os erros do passado e evitar que a história se repita, enfatizando a responsabilidade da comunidade internacional, especialmente da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), em impedir qualquer tentativa de reiniciar os reatores sob controle russo em Zaporizhzhia. Os autores concluem pedindo ações decisivas para evitar uma potencial tragédia nuclear e preservar a segurança da região^[27].

Tragédia humanitária

A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) prestou os primeiros cuidados psicológicos às famílias das [vítimas de um naufrágio](#) devastador ocorrido em 7 de abril, na província de Nampula, no norte de Moçambique. O trágico incidente resultou na perda de aproximadamente 100 vidas. As vítimas tentaram escapar para uma ilha na região de Nampula, motivadas pelo pânico gerado por rumores de um surto de cólera em suas comunidades. De acordo com as autoridades locais, o barco estava sobrecarregado, transportando cerca de 130 pessoas. Entre os que perderam a vida, 55 eram crianças^[35].

Migração e asilo

Um relatório divulgado pela Human Rights Watch criticou o [sistema da Customs and Border Protection \(CBP\) dos Estados Unidos](#), que exige que solicitantes de asilo na fronteira entre os Estados Unidos e o México agendem consultas através do aplicativo CBP One antes de serem considerados para entrada. A organização destacou que esse processo digital aprisiona indivíduos vulneráveis na fronteira, expondo-os à violência e privando-os de necessidades essenciais, sendo assim necessárias reformas urgentes para proteger seus direitos e segurança^[36].

O Geneva Graduate Institute debateu em 24 de abril a moção intitulada [“Esta Câmara Opõe-se ao Novo Pacto da UE sobre Migração e Asilo”](#), a discussão ocorreu no âmbito da terceira edição do “Debate de Genebra” promovido pelo Instituto de Pós-Graduação de Genebra. Dentre os pontos levantados, destacam-se a convergência dos debatedores em torno da compreensão de que o cenário atual de crise migratória global é desafiador e sem precedentes, contudo, apesar dos esforços dos governos europeus em gerir a crise de forma ética, é inaceitável os termos do sistema atual de gestão dos canais irregulares de migração na Europa. Neste cenário, é urgente que a sociedade e os governos europeus aprofundem os debates sobre o tema e elaborem políticas pautadas na garantia dos direitos humanos para todas as pessoas^[37].

Crise democrática e governança global

O Geneva Graduate Institute promoveu um debate acerca dos [desafios para a governança global em meio a um cenário de retrocessos democráticos](#), coincidentemente o evento ocorreu junto às comemorações do 50º aniversário da Revolução dos Cravos, em um cenário onde o mundo caminha para o lado oposto do que se buscou na revolução. As discussões

abordaram o ano de 2024 como decisivo para a democracia global, com eleições acontecendo em cerca de 64 países ao redor do globo, com alguns deles já com um status de não democráticos. Uma das situações destacadas foi a da democracia dos Estados Unidos da América, que caso continue respondendo às tendências atuais, não sobreviverá nos anos seguintes. A derrocada das democracias globais gera um cenário de instabilidades e incertezas que impactam em diversos setores das sociedades como os direitos humanos, promoção e garantia da paz, desenvolvimento econômico e principalmente as políticas climáticas. Frente aos desafios impostos, é preciso ampliar a participação popular nas eleições, promovendo o voto consciente e o fortalecimento das democracias participativas e deliberativas^[1].

G7 e a nova ordem global multipolar

O Geneva Graduate Institute também publicou uma entrevista com a pesquisadora Mattia Ravano, que tem se dedicado ao estudo do G7, sua criação, consolidação e importância, além das suas transformações frente às mudanças atuais na geopolítica e economia política global, com destaque especial para a [ascensão econômica e política de países subdesenvolvidos do Sul Global na ordem internacional](#). A pesquisadora destacou que o G7, apesar de instância secundária de diplomacia, tem um papel histórico relevante servindo como espaço de congregação das potências ocidentais frente aos desafios externos, expressando os esforços dos Estados Unidos da América e Europa em manter uma hegemonia global, reforçando, inclusive, a ideia de sucesso ocidental. Neste cenário, ao longo dos anos a atuação do grupo tem respondido mais a interesses eleitorais, políticos e econômicos imediatos, do que questões ideológicas. Assim, a ascensão chinesa, dos BRICS e dos conflitos armados globais, tendo a Rússia como porta voz de anseios do Sul Global frente ao Ocidente, tem movido as estruturas de poder globais, servindo como elementos do estabelecimento de uma nova ordem global, com impactos ainda a serem descobertos^[2].

FMI e domínio colonial

Frente à conclusão das reuniões de primavera do FMI e Banco Mundial em Washington DC, a ActionAid apelou para o fim do [domínio colonial frente aos países do Sul Global](#) promovido por estas instituições, que em mais de 80 anos falharam em promover mudanças globais, atuando no reforço do endividamento de países subdesenvolvidos, pobres e do Sul Global, especialmente na África, que tem sofrido cada vez mais com as políticas de austeridade. É preciso parar com essa forma de domínio colonial pela via econômica, avançando rumo ao cancelamento das dívidas destes países e o aumento da promoção da justiça fiscal e reparação, com efeito na produção de melhores condições para que os países subdesenvolvidos e endividados possam lidar com os efeitos da crise climática global^[3].

Acordo pandêmico

The People 's Vaccine Alliance informou que assinou uma declaração intitulada ["Vamos priorizar vidas sobre lucros"](#) para defender um Instrumento de Pandemia que verdadeiramente sirva a todos. A organização fez um chamado pela equidade na resposta às pandemias, destacando que a próxima reunião do Comitê Intergovernamental de Negociação sobre Acordo Pandêmico ocorrerá no final de maio. Afirmou que, nas negociações, a transparência é crucial, e sem disposições de equidade aplicáveis, perpetuar-se-á a desigualdade ^[39].

A STOPAIDS fez uma crítica ao novo texto do Acordo Pandêmico. No texto revisado publicado em abril de 2024, os Estados Membros propõem que o Acordo seja orientado pelo princípio do 'total respeito à dignidade, aos direitos humanos e às liberdades fundamentais de

todas as pessoas, e ao desfrute do mais alto padrão alcançável de saúde de cada ser humano'. No entanto, disposições-chave, incluindo a necessidade de desenvolver e implementar políticas para respeitar, proteger e cumprir os direitos humanos de todas as pessoas, foram removidas, e o texto não reconhece nem apoia o [papel crítico das comunidades](#). A organização salientou que a resposta ao HIV é reconhecida globalmente por sua inclusão das comunidades na governança e tomada de decisões, sendo fundamental que o Acordo Pandêmico replique essa inclusão na implementação e governança^[40].

Promoção da saúde

Imposto seletivo

A ACT Promoção da Saúde divulgou um artigo que aborda a importância do [imposto seletivo](#) sobre produtos nocivos à saúde para uma reforma tributária saudável, solidária e sustentável^[41].

Rotulagem de bebidas alcóolicas

A Federação Mundial de Associações de Saúde Pública (WFPHA) apresentou comentários em resposta à Carta Circular do Codex CL 2024/13-FL relativa à [rotulagem de bebidas alcóolicas](#). A necessidade de uma rotulagem eficaz das bebidas alcóolicas decorre do significativo fardo para a saúde associado ao consumo de álcool. Só em 2019, o álcool foi responsável por 2,6 milhões de mortes e contribuiu para 4,7% da carga global de doenças. A WFPHA apoia o Plano de Ação Global para o Álcool 2022-2030 da Organização Mundial de Saúde, que defende medidas claras de proteção do consumidor, incluindo rótulos obrigatórios que forneçam informações como teor alcoólico, valor calórico e advertências de saúde^[42].

Obesidade e discriminação racial

A ACT Promoção da Saúde divulgou um artigo que demonstra a [associação entre discriminação racial e obesidade](#). São possíveis explicações o estresse crônico e as alterações neuroendócrinas às quais pessoas negras estão sujeitas^[43].

Enfrentamento aos fatores de risco do câncer

A European Public Health Association (EPHA), juntamente com os seus membros mais ativos dedicados ao combate do câncer e dos fatores de risco, publicaram apelo contra as alterações no roteiro de implementação do [Plano de Luta contra o Câncer da Comissão Europeia](#). Destacou que estas alterações significam atrasos significativos nas políticas de saúde pública e ausência de prazos claramente definidos. A organização ressaltou que esperavam o avanço da rotulagem e da tributação de tabaco e álcool, porém não há sinalização destes encaminhamentos, que podem atrasar a implementação de políticas equitativas, medidas de controle e estratégias para combater o câncer. A EPHA, juntamente com seus membros, declarou o contínuo esforço em defesa de garantir a saúde pública como foco central das discussões das políticas, instando a Comissão a cumprir os compromissos no sentido de construir um futuro mais saudável para todos^[44].

Regulamentação da qualidade do ar interior

A European Public Health Association (EPHA) divulgou o apelo de cientistas para a [regulamentação da Qualidade do Ar interior](#), que foi feito na Conferência da Organização Mundial de Saúde na Europa, onde foram demonstradas as evidências do impacto à saúde e a necessidade de aprovar legislações que façam o controle da fonte, da ventilação e dos limites

de contaminação. A Organização lembrou que a OMS reconheceu o direito ao ar interior saudável há mais de duas décadas e ressaltou que poucas medidas foram tomadas na União Europeia para resolver a questão^[45].

Desenvolvimento sustentável

A Interacademy Partnership divulgou vídeo da série IAP Fala, na qual o Prof. Masresha Fetene, Co-Presidente da organização, enfatizou a importância do engajamento inclusivo para [alcançar o desenvolvimento sustentável global](#), assim como o compromisso da IAP em capacitar academias e apoiar suas iniciativas. Ele também ressaltou a necessidade de colaboração para enfrentar efetivamente os desafios globais^[46].

Igualdade de gênero

A Women in Global Health participará nos dias 9 e 10 de maio da [Conferência da Sociedade Civil da ONU](#) que tem como objetivo incluir as perspectivas da sociedade civil no documento final da Conferência que acontecerá em setembro de 2024. O documento final da reunião de cúpula - Pacto para o Futuro - a organização buscará incluir contribuições que ajudem na reflexão sobre os compromissos assumidos em relação aos direitos das mulheres e de adolescentes à igualdade de gênero. Como principal mensagem para um futuro saudável e com igualdade de gênero a organização destaca: a necessidade de um futuro saudável para todos; o papel crítico da igualdade de gênero na saúde global; sistemas de saúde sensíveis ao gênero e à Cobertura Universal de Saúde como prioritários para o futuro; defesa dos direitos fundamentais, e urgência de ações multilaterais para enfrentamento dos riscos globais^[47].

A Oxfam fez um [chamamento](#) a traves das redes sociais às organizações da sociedade civil, justiça social e movimentos feministas para que se juntassem e se registrassem pela internet como membros afiliados e ajudassem a moldar um mundo justo e sustentável. As organizações interessadas foram incentivadas a expressar seu interesse formalmente à Equipe de Desenvolvimento da Confederação^[48].

Saúde sexual e reprodutiva

A Fundação Huésped divulgou nota diante do [desmantelamento do Plano de Prevenção da Gravidez Não Intencional na Adolescência](#) (ENIA) na Argentina, que vai afetar a saúde e a trajetória de vida de meninas e adolescentes, resultando em uma perda milionária em dólares que impactará o desenvolvimento do país por décadas. O Ministério da Saúde da Argentina anunciou o redesenho do plano ENIA, o que implica a finalização do contrato de 619 agentes que implementam a política pública nas províncias originalmente priorizadas, mantendo apenas a continuidade do papel do Estado Nacional no monitoramento, controle e compra de insumos. Retirar o financiamento dos cargos dedicados à implementação do plano afeta diretamente o seu desenho. Não basta enviar insumos se não houver recursos humanos que garantam a implementação do plano no terreno^[52].

Relações intergeracionais

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou a passagem da [Semana Intergeracional Global](#) entre 24 e 30 de abril, lembrando que as comunidades que investem em iniciativas intergeracionais registam um aumento de 20% na coesão comunitária e uma diminuição de 15% nas taxas de criminalidade^[49].

Enfrentamento das doenças e agravos não-transmissíveis

Estratégias do continente africano

A NCD Alliance participou da Conferência Internacional sobre a Estratégia Regional PEN-Plus para Enfrentar as DNTs Graves na África (ICPPA), realizada em Dar es Salaam, na Tanzânia. “No total, houve representação da OMS de 22 países, o que comprova o reconhecimento cada vez maior da necessidade de agir em relação às DNTs na África. Os ministérios da saúde, incluindo Tanzânia, Malawi e Uganda, compartilharam suas experiências na implementação da estratégia PEN-Plus. De acordo com eles, a vontade política e a orientação estão em vigor, mas agora é o momento de traduzir os compromissos em ação”, diz a matéria ^[50].

Saúde mental e Covid-19

“[Ainda estamos no período pós-COVID](#)”, chamam atenção os defensores de saúde mental convidados para participar do episódio Mental Health in 2024 and Beyond, do podcast da NCD Alliance chamado Voices of the Health Revolution. Os convidados alertam para o fato de que os impactos da pandemia de Covid-19 ainda estão sendo sentidos na saúde mental de pessoas em todo o mundo ^[51].

Vacinação

Na Semana Mundial da Imunização, a Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou estudo em que chama a atenção para a necessidade de uma tomada de decisão informada e de uma [maior literacia em matéria de vacinas](#). Destacou a importância de aplicar recursos personalizados para a imunização contra a gripe em adultos, especialmente entre os idosos. Saiba mais: <https://ow.ly/qLSx50RlqtI> ^[53].

A Federação Internacional sobre Envelhecimento (IFA) divulgou o [Atlas para Vacinação de Adultos contra o Herpes](#), que considera uma ferramenta de defesa útil para ajudar a moldar e influenciar a política de vacinação contra herpes zoster em todo o mundo. Clique aqui para saber mais <https://ow.ly/uaMc50Rjbr8> ^[54].

A Rotary International divulgou iniciativa do Programa Give Every Child a Future em [vacinar 100 mil jovens em países insulares do pacífico sul](#), ação que teve o apoio da Unicef. A Rotary defendeu que os programas de saúde pública, como o de vacinação em massa, são uma das formas mais eficazes de assistência à saúde, concentrando-se na imunização de crianças com as vacinas que causam a maior mortalidade em crianças menores de 5 anos de idade nas ilhas do pacífico, como o rotavírus, bactérias pneumocócicas e papilomavírus humano para adolescentes. Destacaram também que o programa, além de vacinar um contingente populacional significativo, visou fortalecer os sistemas de saúde mediante a organização da distribuição de imunobiológicos, atualização de protocolos e capacitação dos profissionais de saúde ^[55].

Assistência farmacêutica

Propriedade intelectual

A People 's Vaccine Alliance divulgou uma matéria sobre como a Colômbia tornou o [antiviral Dolutegravir mais acessível devido à licença compulsória](#) promovida pelo governo. Isso significa que o governo agora poderá tratar 27 pessoas com genéricos pelo custo de uma pessoa com o medicamento de marca ^[56].

A Public Citizen celebrou a notícia da Colômbia que emitiu pela primeira vez uma [licença compulsória](#), um passo histórico para expandir o acesso ao tratamento acessível do HIV, sem a necessidade de permissão do proprietário da patente, a ViiV Healthcare. Um conjunto de organizações que apoiou a medida manifestou que este movimento histórico é um exemplo encorajador para países na região e, além disso, mostra como uma licença compulsória funciona na prática para melhorar o acesso a medicamentos^[57].

Preços de medicamentos

A Public Citizen informou que o Tribunal Distrital dos Estados Unidos em Nova Jersey decidiu a favor do governo dos Estados Unidos nos casos apresentados pela Janssen Pharmaceuticals e Bristol Myers Squibb, rejeitando a proposta das empresas de [negociar preços de medicamentos](#) sob a Lei de Redução da Inflação. O presidente da Public Citizen, declarou: "É hora de as Big Pharma entenderem: não há direito constitucional de explorar aos consumidores"^[58].

Formação médica

A Federação Internacional de Associações de Estudantes de Medicina divulgou a participação de seu Oficial de Ligação para Questões de Educação Médica no Congresso Internacional do Fórum de Aprendizes de Medicina Acadêmica, que apresentou o trabalho da IFMSA em [Equidade, Diversidade e Inclusão e Responsabilidade Social](#). Neste trabalho, a IFMSA discute o impacto da cultura atual em sistemas de aprendizagem saudáveis e como as mudanças no nível do sistema podem melhorar o bem-estar dos alunos^[59].

A European Public Health Association (EPHA) publicou notícia sobre a necessidade de priorizar a formação da próxima geração de profissionais de saúde, na perspectiva de garantir competência e sustentabilidade dos sistemas de saúde. A organização discutiu a questão dos [currículos e metodologias educativas estão estagnadas](#) e não há investimento nas mentorias, sendo que as residências são utilizadas para repor força de trabalho. Conclamou para que a formação seja adequada em temas e competências cruciais como as alterações climáticas, competências comunicativas com os pacientes e literatura digital, bem como adequar-se às necessidades das intervenções e políticas públicas de saúde. Instando para a necessidade de reavaliar a educação em saúde e preencher a lacuna entre práticas atuais e evolução necessárias^[60].

Saúde dos povos

O People's Health Movement (PHM) repercutiu os impactos das mobilizações sociopolíticas dos movimentos sociais internacionais da saúde que se reuniram em Mar del Plata, Argentina, para a [5ª Assembleia Mundial pela Saúde dos Povos \(PHM\), abril de 2024](#). Em [matéria publicada pelo Outra Saúde \(Brasil\)](#), o PHM destacou o papel de protagonismo dos movimentos e lutas populares do Sul Global na 5ª Assembleia, com pautas historicamente marginalizadas nos grandes fóruns internacionais de debate em saúde, a exemplo das reuniões da Organização Mundial da Saúde (OMS) em Genebra. Além disso, foram destacadas as mobilizações em solidariedade ao povo palestino e as reflexões acerca dos impactos das megacorporações da indústria farmacêutica na garantia do direito à saúde no mundo. O PHM apelou para que os debates da 5ª Assembleia sejam levados em consideração pela OMS na Assembleia Mundial de Saúde, a ser realizada em maio de 2024, ecoando globalmente vozes historicamente silenciadas e invisíveis^[61].

Dia Internacional dos Trabalhadores

O People's Health Movement (PHM) em alusão ao Dia Internacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras se manifestou em solidariedade aos trabalhadores da saúde, em meio a um cenário global de retrocessos dos direitos trabalhistas, piora das condições de trabalho e aumento da violência contra trabalhadores nos serviços de saúde. O PHM destacou, em especial, o papel de [protagonismo das mulheres que correspondem a cerca de 70% da força de trabalho mundial na saúde](#). A interseccionalidade entre classe, raça e gênero tem se expressado em uma maior precarização do trabalho para esse segmento de trabalhadoras. Neste cenário, se faz necessário avançar globalmente no combate às desigualdades de gênero no trabalho em saúde, bem como reconhecer os diversos trabalhos informais de modo a garantir direitos e proteção social às trabalhadoras da saúde^[62].

Com motivo do [Dia do Trabalho](#), a Oxfam destacou que entre 2020 e 2023, os pagamentos globais de dividendos aos acionistas ricos aumentaram 45%, enquanto os salários dos trabalhadores cresceram apenas 3%. Isso resultou em uma disparidade significativa, com o 1% mais rico ganhando, em média, US\$ 9.000 em dividendos em 2023. A Oxfam destacou a preocupação com a crescente desigualdade de renda, especialmente em países onde os salários mínimos mal cobrem as necessidades básicas, deixando muitos trabalhadores em condições de pobreza. O apelo foi para que as empresas priorizassem salários dignos e para que os governos intervissem para garantir uma distribuição mais equitativa da riqueza^[63].

Taxação às grandes fortunas

A Oxfam continuou fazendo apelos para a necessidade de taxar as grandes [fortunas](#). Recentemente, destacou que Ministros da Alemanha, Brasil, África do Sul e Espanha coincidiram em discursos sobre a importância de criar um imposto global sobre bilionários^[64].

Abusos da indústria do cacau

A Oxfam esteve presente na Conferência Mundial do [Cacau](#) em Bruxelas para destacar a crise enfrentada pelos produtores, enquanto os preços do cacau atingiam níveis recordes. Grandes empresas de chocolate, como Lindt, Mondelez, Nestlé e Hershey, lucraram bilhões em 2023, mas pagaram em média 97% desses lucros aos acionistas, enquanto os agricultores de cacau enfrentavam dificuldades devido a décadas de preços baixos e condições climáticas extremas. A Oxfam instou as empresas de chocolate a pagar preços justos aos agricultores para garantir uma vida digna e sustentável. Representantes da Oxfam e agricultores de Gana estiveram disponíveis para entrevistas durante a conferência para discutir essas questões e distribuir chocolates produzidos pela Cooperativa Women in Cocoa de Gana^[65].

ORGANIZAÇÕES DE INTERESSE PRIVADO

Mitigação climática

A Wellcome Trust destacou em um artigo [cinco exemplos de como a mitigação das mudanças climáticas beneficia a saúde global](#). Esses casos, abrangendo diversos setores e regiões do mundo, demonstram como a transição para energias renováveis, o estímulo ao transporte sustentável e a melhoria da eficiência energética residencial não apenas reduzem as emissões de gases de efeito estufa, mas também têm impactos significativos na saúde das pessoas. Os exemplos incluem a promoção do ciclismo e caminhada na Nova Zelândia para melhorar a qualidade de vida individual; a adoção de energias renováveis nos EUA para melhorar a qualidade do ar; o uso de veículos de baixa emissão no Japão, também contribuindo para a

qualidade do ar; o aumento da eficiência energética em lares na Austrália para reduzir problemas respiratórios e promover a saúde mental; e a proteção florestal na Indonésia, fornecendo serviços de saúde gratuitos para comunidades locais não precisarem derrubar a floresta para pagar por serviços privados^[66].

A Fundação Rockefeller, o Departamento de Estado dos EUA e o Bezos Earth Fund anunciaram a próxima fase do Energy Transition Accelerator (ETA), visando catalisar [capital privado para apoiar transições energéticas](#) justas em economias em desenvolvimento. O ETA é uma plataforma de financiamento de carbono que contribuirá com a República Dominicana e as Filipinas como pilotos e observadores. Essa iniciativa pioneira visa gerar bilhões em financiamento até 2035^[67].

Governança global

A Fundação Rockefeller fez uma publicação sobre os resultados das Reuniões da Primavera de 2024 do Fundo Monetário Internacional (FMI) e dos Conselhos de Governadores do Banco Mundial (BM), onde líderes globais se reuniram para discutir [soluções financeiras para desafios climáticos e de desenvolvimento](#). A fundação indicou que as reformas propostas incluem o aumento do financiamento para países de baixa e média renda, melhorias nas operações dos bancos multilaterais de desenvolvimento (BMDs) e iniciativas para aliviar o fardo da dívida dos países em desenvolvimento. O objetivo é fortalecer a capacidade dos BMDs de mobilizar capital privado e expandir suas carteiras de projetos^[68].

Pesquisa e Desenvolvimento

Gênero

A Fundação Gates publicou um artigo que analisa os avanços na [pesquisa sobre a saúde das mulheres](#) em 2024, impulsionados pelo crescente engajamento e ação global na temática. Exemplos notáveis incluem a formação da Aliança Global para a Saúde das Mulheres e o aumento do financiamento governamental do Reino Unido e dos EUA, indicando uma mudança de paradigma em relação ao histórico descaso em relação às disparidades de saúde com base no sexo e gênero. Até o momento, apenas 4% de toda a pesquisa global em saúde se dedicou especificamente a questões relacionadas às mulheres. Para a Fundação Gates, essa mudança é crucial não apenas para promover a igualdade de gênero, mas também para desbloquear o potencial econômico, tornando-a não apenas uma questão moral, mas também uma escolha estratégica fundamental para o desenvolvimento global^[69].

A Fundação Gates publicou um artigo destacando a crucial importância do [acesso a ultrassons para a saúde materna global](#). Com dois terços das gestantes no mundo sem acesso a essa tecnologia vital, o diagnóstico preciso durante a gravidez é muitas vezes limitado aos sentidos das parteiras e profissionais de saúde, especialmente em áreas remotas. Em resposta a essa lacuna, a fundação financiou o desenvolvimento de um ultrassom portátil que custa apenas 5% do valor dos equipamentos tradicionais. A fundação promete uma integração da inteligência artificial nesses dispositivos, tornando o processo ainda mais eficiente. A fundação observou que essa tecnologia não apenas aprimora os cuidados de saúde, mas também motiva as gestantes a buscar atendimento mais cedo, contribuindo para a redução significativa da mortalidade materna e neonatal e fortalecendo as comunidades em todo o mundo^[70].

Dengue

A Wellcome Trust divulgou dados globais revelando que [a dengue se tornou endêmica em mais de 100 países](#), afetando cerca de metade da população mundial. O aumento recente de infecções é impulsionado por fatores como mudanças climáticas e viagens. Nos últimos 20 anos, houve um aumento de dez vezes no número de casos de dengue, com o clima mais quente e a urbanização exacerbando a disseminação do vírus. Além disso, a resistência a inseticidas e a circulação de outros vírus, como o Zika, complicou ainda mais o cenário. A Wellcome está financiando pesquisas e iniciativas para entender e combater a dengue, incluindo a liberação de mosquitos geneticamente modificados com bactérias que limitam sua reprodução – uma tecnologia aprovada para uso em países como Brasil, Estados Unidos e Austrália^[71].

O grupo de interesse especial de doenças infecciosas do WADEM divulgou, na conta de Soundcloud da organização, uma visão geral do aumento do número de [casos de dengue em todo o mundo](#). Também foram discutidas as características clínicas da dengue, o papel das mudanças climáticas, o controle de vetores, a prevenção de picadas, assim como a vacinação contra a dengue^[72].

Vacinação

A Wellcome Trust divulgou artigo falando como as [vacinas desempenham um papel crucial na mitigação da resistência antimicrobiana](#), uma ameaça global significativa à saúde. Ao prevenir infecções, as vacinas reduzem a necessidade de uso de antimicrobianos, diminuindo assim o risco de resistência. Além disso, as vacinas demonstraram eficácia contra infecções resistentes a medicamentos, oferecendo benefícios diretos e indiretos. Iniciativas como a introdução de vacinas contra a febre tifoide no Paquistão e o desenvolvimento de novas vacinas contra a tuberculose mostram o impacto potencial das vacinas na luta contra a resistência antimicrobiana. No entanto, apesar do progresso, a fundação propõe que é necessário continuar integrando as vacinas nas estratégias de combate à resistência antimicrobiana, especialmente em contextos de baixa e média renda, para enfrentar eficazmente esse desafio^[73].

A GAVI, the Vaccine Alliance, destacou suas [principais contribuições no suporte à vacinação em países africanos](#)^[74]. Segundo a aliança, esse suporte foi e vem sendo possível a partir de aspectos como a constituição de parcerias com organizações locais, que contribuem para a diminuição das barreiras ao acesso de imunizantes, além de ações voltadas à equidade de gênero. Entre 2000 e 2022, a GAVI se fez presente em 40 países do continente, imunizando aproximadamente 438 milhões de crianças, o que se estima que tenha evitado a morte de mais de 11 milhões de pessoas no continente.

Estratégias diagnósticas

A FIND lançou um relatório destacando o papel da abordagem sobre equidade de gênero e inclusão social no desenvolvimento de estratégias diagnósticas. A organização destacou que o sexo e o gênero desempenhavam papéis cruciais no diagnóstico de saúde, afetando desde a pesquisa e desenvolvimento de testes até sua implementação e utilização pelos profissionais de saúde e pacientes. Desigualdades baseadas no sexo e no gênero poderiam prejudicar o acesso aos testes, com mulheres e meninas enfrentando barreiras informativas, financeiras e culturais, enquanto homens poderiam ter menos probabilidade de procurar cuidados de saúde. A falta de dados desagregados por sexo e gênero criava lacunas significativas, dificultando a identificação e abordagem das desigualdades. A Organização Mundial da Saúde reiterou a importância de coletar e integrar dados desagregados, destacando

a necessidade de soluções baseadas em evidências para garantir acesso equitativo a diagnósticos confiáveis para todos, independentemente de seu sexo ou gênero^[75].

A FIND destacou os complexos desafios que colocavam a luta contra a [Malária](#), entre eles a poluição e a mudança climática. Para a organização, as alterações climáticas têm um impacto significativo na propagação e intensidade de doenças, como exemplificado pelas inundações no Paquistão em 2022, que resultaram em um aumento nos casos de dengue. Populações deslocadas devido a eventos climáticos extremos enfrentam maior vulnerabilidade a surtos de doenças, devido à falta de acesso a cuidados de saúde e condições de vida inadequadas. Além disso, as mudanças climáticas aumentam o risco de surgimento e propagação de novos patógenos, como o COVID-19, através da migração e da interação entre espécies. A falta de diagnósticos para muitos agentes patogênicos potenciais destaca a necessidade urgente de desenvolvimento de ferramentas de diagnóstico adaptadas às mudanças climáticas e de vigilância melhorada para proteger a saúde pública^[76].

A FIND remarcou que para o [Dia do Diagnóstico](#) 2024, se participara na Assembleia Mundial da Saúde para mostrar o progresso e os sucessos de novos processos diagnósticos^[77].

A FIND destacou que em 30 de maio, juntamente com a World Diabetes Foundation participará de um [evento](#) especial destinado a melhorar os cuidados integrados para diabetes e tuberculose, itinerário dos pacientes, modelos de serviço e soluções de financiamento^[78].

Doenças infecciosas

O Conselho do [Global Fund](#), reunido recentemente em Genebra, saudou os investimentos significativos para acabar com a AIDS, tuberculose e malária, enquanto expressava preocupação com os desafios crescentes diante de crises múltiplas e pressões econômicas globais. Reconheceu-se a importância de abordar as mudanças climáticas, conflitos e questões de direitos humanos e igualdade de gênero. O Conselho enfatizou a necessidade de fortalecer os sistemas de saúde e garantir a sustentabilidade dos progressos alcançados até então. A colaboração com parceiros globais de saúde, como a Gavi, foi destacada como fundamental para enfrentar esses desafios complexos^[79].

A FIND destacou, pelo Dia da [Malária](#), o seu compromisso no desenvolvimento de novas ferramentas que ajuda no diagnóstico e na eliminação da doença, e que ao mesmo tempo forneçam informações que facilitem a implementação e a expansão de novas abordagens para melhorar o acesso. Destacou que o tratamento da febre em locais com alta incidência de casos é desafiador, pois apresenta desafios significativos devido à sobreposição de sintomas de diferentes doenças, especialmente em contextos de países de baixa e média renda, onde os profissionais de saúde frequentemente carecem de ferramentas de diagnóstico adequadas. Apesar dos esforços globais para eliminar a malária até 2030, ainda há um grande número de casos e mortes anuais. Diagnosticar corretamente a malária e outras doenças febris é crucial para orientar estratégias de tratamento adequadas, especialmente considerando o desenvolvimento de resistência antimicrobiana. Embora a OMS recomende testes para todos os casos suspeitos de malária, o uso indiscriminado de antibióticos de amplo espectro em casos de teste negativo poderia ser prejudicial, tanto para os pacientes quanto para os esforços de saúde pública^[80].

Controle das doenças vetoriais

O Global Fund destacou que uma nova política de [garantia de qualidade](#) em produtos de controle de vetores e equipamentos relacionados foi aprovada e estabeleceu padrões e requisitos que adquirem e implementam esses produtos. O documento atualizou os requisitos anteriores e enfatizou a confiança no Programa de Pré-qualificação da OMS e nas especificações aplicáveis da OMS. Além disso, a política recomendou rastreabilidade, monitoramento de resistência a inseticidas, vigilância pós-comercialização e gerenciamento de resíduos^[82].

Transparência nas parcerias

O Global Fund destacou uma [atualização](#) operacional que fornece uma série de informações importantes para os parceiros do Global Fund, que incluiu a revisão da estrutura do Manual de Política Operacional, disponível para download, bem como novas diretrizes sobre tratamento pediátrico do HIV. Além disso, foram fornecidas atualizações e requisitos de gerenciamento de produtos de saúde, como prazos para pedidos de produtos relacionados à COVID-19 e atualizações nas políticas de garantia de qualidade. Os destinatários foram incentivados a participar na identificação de histórias de sucesso de investimento para o próximo reabastecimento do Fundo Global e fornecer feedback sobre um novo *site* para parceiros no país^[81].

Proteção contra Exploração Sexual, Abuso e Assédio

O Global Fund organizará um [workshop](#) regional em Kuala Lumpur para tratar sobre Pontos Focais da Proteção contra Exploração Sexual, Abuso e Assédio (PSEAH) e Oficiais de Ética do CCM. O workshop fará parte do trabalho de Avaliação e Fortalecimento da Capacidade do PSEAH do Destinatário Principal, visando prevenir, detectar e responder ao SEAH. Ele se concentrará nos compromissos da PSEAH do Global Fund, nos requisitos de acompanhamento e nas melhores práticas para gerenciar alegações e incidentes de SEAH^[83].

Crise humanitária

O Global Fund estendeu um apoio vital ao [Sudão](#), assinando acordos de concessão com a UNICEF e o PNUD, totalizando até US\$ 170 milhões para o período de 2024 a 2026. Em meio ao conflito em curso no país, os serviços de saúde essenciais foram afetados, colocando em risco a saúde e o bem-estar de milhões de pessoas. O acordo visa fornecer tratamento e prevenção para o HIV, TB e malária, além de fortalecer os sistemas de saúde. Os esforços visam atender às necessidades urgentes das comunidades mais vulneráveis, incluindo o fornecimento de medicamentos e tratamento para HIV, TB e malária, bem como apoio para enfrentar os desafios causados pelo conflito, como deslocamento e falta de acesso a serviços de saúde^[84].

EVENTOS

Os eventos que tiveram destaque nesta semana foram:

- O CORE Group anunciou a [Conferência de Profissionais de Saúde Global \(GHPC\) 2024](#), que reunirá líderes globais de saúde, pesquisadores e profissionais para explorar temas vitais na interação das comunidades, clima e colaboração na atenção primária à saúde. Os participantes são convidados a contribuir através da submissão de resumos de pesquisas^[85].

- A World Alliance Patients realizou no dia 7 de maio o seminário online em Espanhol “Desafíos para Implementar el Cuidado a la Salud Centrado en el Paciente y su Familia”^[86].

●A NCD Alliance está organizando um conjunto de [eventos paralelos](#) para discutir os desafios dos temas relacionados às DCNT na próxima Assembleia Mundial de Saúde acontecerá entre os dias 27 de maio e 1º de junho^[87].

A World Heart Federation realizará um debate sobre Inteligência Artificial na saúde cardiovascular durante o World Heart Summit, de 22 a 26 de maio, evento paralelo à 77ª AMS, explorando os benefícios dos diagnósticos aprimorados e do tratamento personalizado, assim como as preocupações sobre ética, privacidade e alocação de recursos[88].

Considerações finais

Como usual, o tema mais frequente das manifestações das organizações da sociedade civil foi a crise climática, incluindo a questão da injustiça climático, seus efeitos sobre a agricultura, a fome, as migrações e a saúde física e mental das pessoas. Também como de costume, foram muitas as manifestações sobre crises humanitárias, em especial aquelas decorrentes de conflitos armados. Foi lembrado ainda risco de uma tragédia nuclear, na Ucrânia, por conta da ocupação russa de uma usina. O enfraquecimento das democracias e as fragilidades do sistema de governança global foram outras questões importantes. Curiosamente, o acordo pandêmico, cujas discussões se intensificaram, dada a proximidade da Assembleia Mundial de Saúde foi assunto de apenas duas manifestações, ambas criticando o texto atual por priorizar o lucro de algumas empresas em detrimento da saúde das pessoas. De maneira similar, chama a atenção o fato da passagem do Dia Internacional do Trabalho ter sido objeto de manifestação de apenas duas OSC, o que talvez seja um sinal da fragilidade atual do movimento sindical, em um contexto de profunda transformação do mundo do trabalho. De todo modo, no que concerne aos problemas graves e urgentes que afetam a humanidade e o planeta, as OSC continuaram bastante ativas seja fazendo com denúncias, seja apelando à ação de governos e instituições multilaterais.

Referências bibliográficas

[1] Geneva Graduate Institute. [Internet]. Global governance context democratic backsliding; 02 mai 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/global-governance-context-democratic-backsliding>.

[2] Geneva Graduate Institute. [Internet]. G7 non western world and transformation american hegemony long 1980; 02 mai 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/g7-non-western-world-and-transformation-american-hegemony-long-1980s>.

[3] ActionAid. [Internet]. Time IMF and world bank must end colonial rule says ActionAid; 22 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/time-imf-and-world-bank-must-end-colonial-rule-says-actionaid>.

[4] CARE [Intranet]. Sudan: midwives, home clinics stand in for conflict-shuttered health facilities; 20 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/news/sudan-midwives-home-clinics-stand-in-for-conflict-shuttered-health-facilities/>,

[5] World Medical Association [Internet]; Org.br; mai 2024 [citado 02 mai de 2024]. Disponível em: https://www.msf.org.br/wp-content/uploads/2024/04/MSF-GazaSilentKillings-Full-Report_ENG_April-2023.pdf.

[6] World Medical Association [Internet]. The WMA Council adopts a resolution on the protection of healthcare in Israel and Gaza. 20 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em:

<https://www.wma.net/news-post/wma-council-adopts-resolution-on-the-protection-of-healthcare-in-israel-and-gaza/>

[7] Oxfam International. X [Internet]. 6 months into the humanitarian catastrophe in Gaza: Over 95% of the population doesn't have access to clean water and [tweet]; 30 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1785250920160268766>.

[8] ActionAid. [Internet]. After 200 days crisis Gaza becoming graveyard women and girls says ActionAid; 24 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/after-200-days-crisis-gaza-becoming-graveyard-women-and-girls-says-actionaid>.

[9] Oxfam International. X [Internet]. Daily life in Kharkiv, in the east of Ukraine, is becoming unbearable. In recent weeks, the number of attacks has [tweet]; 23 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1782771535108849869>.

[10] Human Rights Watch [Internet]. Ukraine: Russian Forces Executed Surrendering Ukraine Soldiers; 02 mai 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/05/02/ukraine-russian-forces-executed-surrendering-ukraine-soldiers>.

[11] ActionAid. [Internet]. Your funding climate wrecking projects robbing us livelihoods and homes communities tell; 30 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://actionaid.org/news/2024/your-funding-climate-wrecking-projects-robbing-us-livelihoods-and-homes-communities-tell>.

[12] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Too little, too late: G7 climate commitments fall short - Greenpeace International; 30 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66763/too-little-too-late-g7-climate-commitments-fall-short>.

[13] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Taking on the Russian oil shadow fleet - Greenpeace International; 26 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66627/taking-on-the-russian-oil-shadow-fleet>

[14] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Open Letter to the Man Who Could Change How Global Taxes Work - Greenpeace International; 29 maio 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66705/open-letter-to-the-man-who-could-change-how-global-taxes-work/>.

[15] Greenpeace International [Internet]. Greenpeace International urges the Inter-American Court of Human Rights to reaffirm the duty of Business Enterprises to respect human rights in historic climate hearing - Greenpeace International; 22 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66521/greenpeace-urges-inter-american-court-human-rights-duty-business-respect-human-rights-historic-hearing/>.

[16] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Good News Alert! 10 wins for people and planet - Greenpeace International; 23 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66503/good-news-alert-10-wins-for-people-and-planet/>.

[17] Geneva Graduate Institute. [Internet]. Democracy and climate; 30 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/democracy-and-climate>.

[18] Interacademy Partnership [Internet]. IPBES Invites Governments and Experts to Provide Feedback on Second Global Assessment; 26 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/ipbes-opens-review-period-its-second-global-biodiversity-assessment>.

[19] WONCA - World Organization of National Colleges, Academies and Academic Associations of General Practitioners/Family Physicians. X [Internet]. Climate change [tweet]; 29 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/WoncaWorld/status/1784951029810811261>.

- [20] Oxfam International. X [Internet]. Stand with civil society! The Fund for #LossAndDamage Board must ensure: robust #CSO participation inclusivity transparency and access Hold decision-makers [tweet]; 30 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1785286863168639460>.
- [21] Rotary International [Internet]. Climate therapy; 30 abr 2024 [acesso 04 mai 2024]; Disponível em: <https://www.rotary.org/en/climate-therapy>.
- [22] ACT Promoção da Saúde. X [Internet]. Chegou ao fim a quarta rodada de negociações para a elaboração de um tratado global sobre poluição plástica.[...] [tweet]; 30 Abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1785296121058717956>.
- [23] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Ottawa plastic talks end in weak compromise - Greenpeace International; 30 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/press-release/66744/ottawa-plastic-talks-end-in-weak-compromise>.
- [24] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. 4 false solutions that won't solve the plastic pollution crisis - Greenpeace International; 23 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66585/4-false-solutions-that-wont-solve-the-plastic-pollution-crisis>.
- [25] Human Rights Watch [Internet]. Kenya: Floods Threaten Marginalized People; 02 mai 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/news/2024/05/02/kenya-floods-threaten-marginalized-people>.
- [26] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. This is what deforestation looks like in Argentina in 10 shocking photos - Greenpeace International; 02 mai 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66834/this-is-what-deforestation-looks-like-in-argentina-in-10-shocking-photos>.
- [27] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Grim nuclear anniversary: Zaporizhzhia must not repeat Chernobyl - Greenpeace International; 26 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66648/grim-nuclear-anniversary-zaporizhzhia-chnobyl-ukraine/>.
- [28] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Global Oceans Treaty ratification tracker: Which countries have signed the treaty into law? - Greenpeace International; 02 mai 2024 [citado 4 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66814/global-oceans-treaty-ratification-tracker-countries-signed-treaty-law/>.
- [29] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. There is some-fin special about the oceans - Greenpeace International; 02 mai 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66800/some-fin-special-about-oceans/>.
- [30] Greenpeace international. Greenpeace International [Internet]. Emperor Seamounts – oases of life governments are failing to protect - Greenpeace International; 24 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/international/story/66620/emperor-seamounts-oases-governments-failing-protect/>.
- [31] CARE [Intranet]. CARE Calls for Urgent Action for Women and Girls in the Hunger Crisis; 24 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/care-calls-for-urgent-action-for-women-and-girls-in-the-hunger-crisis/>.
- [32] Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Oxfam reaction to the Global Report on Food Crises 2024 | Oxfam International; 24 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/oxfam-reaction-global-report-food-crises-2024>.
- [33] CARE [Intranet]. CARE Immediate Action is Needed as Southern Africa Grapples with Worsening Drought; 22 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em <https://www.care.org/news-and-stories/press-releases/immediate-action-is-needed-as-southern-africa-grapples-with-worsening-drought/>.

- [34] People’s Health Movement (PHM)[Internet]. Webinar towards upcoming Nyeleni Food Sovereignty Forum; 23 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/webinar-towards-upcoming-nyeleni-food-sovereignty-forum-2025>.
- [35] MSF Brasil [Internet]. MSF oferece primeiros socorros psicológicos às famílias das vítimas de naufrágio em Moçambique - MSF Brasil; mai 2024 [citado 02 mai de 2024]. Disponível em: <https://www.msf.org.br/noticias/msf-oferece-primeiros-socorros-psicologicos-as-familias-das-vitimas-de-naufragio-em-mocambique/>.
- [36] Human Rights Watch [Internet]. “We Couldn’t Wait”. Human Rights Watch; 01 mai 2024 [citado 01 mai 2024]. Disponível em: <https://www.hrw.org/report/2024/05/01/we-couldnt-wait/digital-metering-us-mexico-border>.
- [37] Geneva Graduate Institute. [Internet]. Debating migration and asylum 2024 Geneva debate; 29 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://www.graduateinstitute.ch/communications/news/debating-migration-and-asylum-2024-geneva-debate>.
- [38] PHA Planetary Health Alliance [Internet]. Kuala Lumpur Call to Action - Planetary Health Alliance; 19 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://planetaryhealthalliance.org/kuala-lumpur-call-to-action>.
- [39] People’s Vaccine Alliance [X]. Equity in pandemic response is non-negotiable. The failure to prioritize fairness undermines global health efforts.[...] [tweet]; 29 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1784903564760084982>.
- [40] STOPAIDS [Internet]. Will the Pandemic Accord fail to learn the lessons of the HIV response?; 30 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://stopaids.org.uk/2024/04/30/will-the-pandemic-accord-fail-to-learn-the-lessons-of-the-hiv-response/>.
- [41] ACT Promoção da Saúde [X]. Artigo de Claudio Fernandes, da @gestospe, Marcos Woortmann e Carolina Marchiori, do[...] [tweet]; 02 mai 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1786028083226587163>.
- [42] WFPHA - World Federation of Public Health Associations [Internet]. Addressing Alcohol Consumption Through Informed Choices: WFPHA’s Response to Codex’s Call for Comments on Alcoholic Beverage Labeling | WFPHA; 24 abr. 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.wfpha.org/addressing-alcohol-consumption-through-informed-choices-wfphas-response-to-codexs-call-for-comments-on-alcoholic-beverage-labeling/>.
- [43] ACT Promoção da Saúde [X]. Pesquisa da UFRGS demonstrou associação entre discriminação racial e obesidade. [...] [tweet]; 30 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/actbr/status/1785301864147267644>.
- [44] European Public Health Association [Internet]. EPHA Urgent Call for Advancing Public Health Policies in Tobacco and Alcohol Control; 24 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em <https://epha.org/urgent-call-for-advancing-public-health-policies-in-tobacco-and-alcohol-control/>.
- [45] European Public Health Association [Internet]. EPHA Towards better indoor air quality in the European residential context; 29 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em <https://epha.org/towards-better-indoor-air-quality-in-the-european-residential-context/>.
- [46] Interacademy Partnership [Internet]. IAP Co-President Prof. Masresha Fetene emphasizes inclusive engagement for Global Sustainable Development; 25 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.interacademies.org/news/iap-speaks-iap-and-global-sustainable-development>.
- [47] WOMEN IN GLOBAL HEALTH. .A FUTURE led by HER - Health, Equity and Rights. Disponível em: <https://womeningh.org/a-future-led-by-her-health-equity-and-rights/>. Acesso em: 4 maio 2024.

- [48] Oxfam International. X [Internet]. Oxfam International is calling on civil society organizations, social justice and feminist movements to join us as affiliate members and [Tweet]; 27 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1784136770348560424>
- [49] IFA - International Federation of Ageing X [Internet]. Did you know? [tweetr]; 30 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1785429049474503125>.
- [50] NCD ALLIANCE [Internet]. 1ª Conferência Internacional sobre PEN-Plus em África (CIPPA 2024); 25 abr 2024 [citado 4 mai 2024]. Disponível em: <https://www.afro.who.int/pt/media-centre/events/1st-international-conference-pen-plus-africa-icppa-2024-pt>.
- [51] NCD ALLIANCE [Internet]. New Podcast: Mental health advocates set out priorities on the road to 2025; mai 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/news/new-podcast-mental-health-advocates-set-out-priorities-on-the-road-to-2025>.
- [52] Fundación Huésped [Internet]. Frente al Desmantelamiento del PLAN ENIA; abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://huesped.org.ar/noticias/frente-al-desmantelamiento-del-plan-enia/>
- [53] IFA - International Federation of Ageing. X [Internet]. This #WorldImmunizationWeek [tweet]; 27 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1784341862012100707>.
- [54] IFA - International Federation of Ageing. X [Internet]. The Shingles Atlas for Adult Vaccination [tweet]; 26 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/IFAgeing/status/1783798348849324178>.
- [55] Rotary International [Internet]. Healthier lives ahead for South Pacific children; 23 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em <https://www.rotary.org/en/healthier-lives-ahead-south-pacific-children>.
- [56] People's Vaccine Alliance [X]. Colombia to make #HIV treatment more accessible: "this [compulsory license] means the government will now be able to treat 27 people with generics for the cost of one branded regimen"[...]; 02 mai 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/peoplesvaccine/status/1784558527840707049>.
- [57] Public Citizen [Internet]. Colombia Issues First-Ever Compulsory License, A Landmark Step for Expanding Access to Affordable HIV Treatment; 24 abril 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/colombia-issues-first-ever-compulsory-license-a-landmark-step-for-expanding-access-to-affordable-hiv-treatment/>.
- [58] Public Citizen [Internet]. Judge Rules in Favor of Government in Two Cases Challenging Drug Price Negotiations Under the Inflation Reduction Act; 29 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.citizen.org/news/judge-rules-in-favor-of-government-in-two-cases-challenging-drug-price-negotiations-under-the-inflation-reduction-act/>.
- [59] IFMSA. International Federation of medical students associations. X [Internet]. Today at the Learner Forum [tweet]; 16 abr 2024 [citado 02 mai 2024]. Disponível em: <https://twitter.com/IFMSA/status/1780395142278488500>.
- [60] European Public Health Association [Internet]. EPHA Is healthcare education stuck in the last century?; 02 mai 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em <https://epha.org/is-healthcare-education-stuck-in-the-last-century/>.
- [61] People's Health Movement (PHM). [Internet]. Struggles public health came head Mar del Plata; 29 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/struggles-public-health-came-head-mar-del-plata> .
- [62] People's Health Movement (PHM). [Internet]. International workers day solidarity; 30 abr 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em: <https://phmovement.org/international-workers-day-day-solidarity>.
- [63] Oxfam International. Oxfam International [Internet]. Global dividend payouts to shareholders rise 14 times faster than worker pay since 2020 | Oxfam International; 01 mai 2024 [citado em 04 mai 2024].

Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/global-dividend-payouts-shareholders-rise-14-times-faster-worker-pay-2020>.

[64] Oxfam International. X [Internet]. Ministers of Germany, Brazil, South Africa, and Spain: "why we need a global #tax on billionaires" [Tweet]; 26 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/Oxfam/status/1783758941958140213>.

[65] Oxfam International [Internet]. Media advisory: Oxfam and cocoa farmers at World Cocoa Conference in Brussels | Oxfam International; 22 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.oxfam.org/en/press-releases/media-advisory-oxfam-and-cocoa-farmers-world-cocoa-conference-brussels>.

[66] Wellcome Trust [Internet]. How climate change mitigation actions can improve health | News | Wellcome; abr 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/five-real-world-examples-how-climate-mitigation-can-benefit-health>.

[67] Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Energy Transition Accelerator Advances With New Secretariat, Expert Consultative Group; abr 2024 [citado em 02 maio 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/energy-transition-accelerator-advances-with-new-secretariat-expert-consultative-group/>.

[68] Rockefeller Foundation. The Rockefeller Foundation [Internet]. Getting It Done: Driving Finance Solutions for Development and Climate; abr 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.rockefellerfoundation.org/news/getting-it-done-driving-finance-solutions-for-development-and-climate/>.

[69]. Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Could this be a transformative year for women's health?; 17 abr 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/closing-womens-health-gap>.

[70] Gates Foundation. Bill & Melinda Gates Foundation [Internet]. Ultrasounds in hand, midwives are transforming maternal health; 01 maio 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.gatesfoundation.org/ideas/articles/ai-ultrasound-maternal-health>.

[71] Wellcome Trust [Internet]. Dengue fever explained: from disease spread to prevention | News | Wellcome; mai 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/dengue-fever-explained-disease-spread-prevention>.

[72] SoundCloud [Internet]. Dengue fever update - 27 april 2024; [citado em 02 mai de 2024]. Disponível em: <https://soundcloud.com/wadem-pdm/dengue-fever-update-27-april-2024>.

[73] Wellcome Trust [Internet]. Vaccines have a crucial role in tackling antimicrobial resistance | News | Wellcome; abr 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://wellcome.org/news/vaccines-tackling-antimicrobial-resistance>

[74] GAVI, THE VACCINE ALLIANCE. Gavi's impact in Africa since 2000; mai 2024 [citado em 02 mai 2024]. Disponível em: <https://www.gavi.org/vaccineswork/gavi-impact-africa-2000>.

[75] FIND | Diagnosis for all [Internet]. Policy brief Diagnostics & gender equity and social inclusion; 25 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2024/04/20240424_pol_brief_gesi_FV_EN.pdf

[76] FIND. FIND | Diagnosis for all [Internet]. Policy brief Diagnostics & climate change; 25 abr 2024 [citado em 04 maio 2024]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2024/04/20240424_pol_brief_climate_FV_EN.pdf.

[77] FIND. X [Internet]. Mark your calendars for Diagnostics Day 2024 alongside the World Health Assembly! We look forward to showcasing diagnostic progress & [tweet]; 01 mai 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1785653848289194343>.

[78] FIND. X [Internet]. Save the date! On 30 May, we are teaming up with @WorldDiabetesF for a special event aimed at improving integrated [tweet]; 03 mai 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://x.com/FINDdx/status/1786353988494860307>.

[79] The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Global Fund Board Welcomes Investments Towards Ending AIDS, Tuberculosis and Malaria; Expresses Concern Over Growing Needs From Polycrisis Amid Global Economic Pressures; 25 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-04-25-board-welcomes-investments-ending-aids-tuberculosis-malaria-expresses-concern/>.

[80] FIND | Diagnosis for all [Internet]. Policy brief Diagnostics & gender equity and social inclusion; 25 abr 2024 [citado 04 mai 2024]. Disponível em: https://www.finddx.org/wp-content/uploads/2024/04/20240424_pol_brief_gesi_FV_EN.pdf

[81] The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Operational Update on Policy and Process, Guidelines and Health Product Management; 26 abr 2024 [citado em 04 maio 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-04-26-operational-update-policies-guidelines-health-product-management/>

[82] The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. New Quality Assurance Policy on Vector Control Products and Related Equipment; 24 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/sourcing-management/updates/2024-04-24-quality-assurance-policy-vector-control-products-related-equipment/>.

[83] The Global Fund. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria [Internet]. Regional Capacity-building Workshop for PSEAH Focal Points; 29 abr 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/updates/2024/2024-04-29-regional-capacity-building-workshop-pseah-focal-points/>.

[84] The Global Fund [Internet]. Home - The Global Fund to Fight AIDS, Tuberculosis and Malaria. Global Fund Extends Vital Support to Sudan Amid Ongoing Conflict; 02 mai 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.theglobalfund.org/en/news/2024/2024-05-02-global-fund-extends-support-sudan/>.

[85] CORE Group [Internet]. Healthy Communities: Sustainable Enviroments; 19 abr 2024 [citado 4 mai 2024]. Disponível em https://www.linkedin.com/posts/core-group-dc_were-thrilled-to-announce-that-registration-activity-7186443753258110977-Z11h?utm_source=share&utm_medium=member_desktop.

[86] World Health Patients [Internet]. Patients' Voice; mai 2024 [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://www.worldpatientsalliance.org/wp-content/uploads/Patients-Voice-May-2024.pdf>.

[87] NCD ALLIANCE [Internet]. 77TH session of World Health Assembly (WHA77); [citado em 04 mai 2024]. Disponível em: <https://ncdalliance.org/news-events/event/77th-session-of-world-health-assembly-wha77> .

[88] World Heart Federation. X [Internet]. AI in cardiovascular health: Opportunities and threat [tweet]. 03 mai 2024 [citado 03 mai 2024]. Disponível em <https://twitter.com/worldheartfed/status/1786348452315562058>.

ECOSOC e HLPF no foco do Sul Global

Global South focus on ECOSOC and HLPF

Regina Ungerer

Erica Kastrup

Tiago Nery

Abstract: *The Right to Development and the 50th anniversary of the Islamic Development Bank were the UNOSSC's highlights, recognizing the need for every human being's potential and the importance of nation-to-nation interconnection in reducing inequalities through transformative changes and accelerating SDG implementation. Brazil's South-South Cooperation includes collaboration with Peru on child labor, forced labor, and sustainable development, and with Nepal on milk processing. It is working on a project to improve precision and digital agriculture in Brazil to ensure long-term sustainability. The G-77 and China attended five UNGA meetings and reaffirmed their commitment to strengthening the deliberative role of ECOSOC and the HLPF. They accepted the ECOSOC 2024 Financing for Development final document, which will be presented for approval at the 4th International Conference on Financing for Development, which will be held in Spain, in 2025. The Non-Aligned Youth Movement emphasized the importance of the Paris Agreement. At the same time, the South Center highlighted a joint publication presented at the 19th NAM Summit that depicted the conditions that jeopardize sustainable development. They also examined the TRIPS agreement over the previous 30 years and concluded that the BBNJ Agreement did not address intellectual property issues.*

Keywords: *South-South Cooperation. UNOSSC. G-77 and China. Non-Aligned Movement. South Centre.*

Resumo: O Direto ao Desenvolvimento e o 50º aniversário do Banco Islâmico de Desenvolvimento foram os destaques do UNOSSC reconhecendo o potencial de cada ser humano, e a interligação das nações para reduzir as desigualdades através de mudanças transformadoras para o desenvolvimento dos países do Sul e acelerar a realização dos ODS. Quanto à Cooperação Sul-Sul do Brasil, o país está cooperando com o Peru nas áreas do trabalho infantil, trabalho forçado e desafios para o desenvolvimento sustentável e com o Nepal na área de produção de leite. E está desenvolvendo um projeto de agricultura de precisão e digital para a sustentabilidade do agro brasileiro. O G-77 e a China participaram de 5 reuniões da AGNU e reafirmaram seu compromisso de reforçar a função deliberativa do ECOSOC e do HLPF. Acataram o documento final do Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC 2024, que será levado para aprovação na 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento que será realizada em 2025 na Espanha. O Movimento Jovem dos não-alinhados recordou a importância do Acordo de Paris e o Centro Sul destacou uma publicação conjunta apresentada durante a 19ª Cúpula do MNA destacando as condições que impactam negativamente no desenvolvimento sustentável. Analisaram os 30 anos do acordo TRIPS e consideraram que o Acordo BBNJ não contemplou questões do Direito de Propriedade Intelectual.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul. UNOSSC. G-77 e China. Movimento dos Não-Alinhados. Centro Sul

Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul (UNOSSC)

O Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul promove, coordena e apoia a cooperação Sul-Sul e triangular globalmente e dentro do sistema das Nações Unidas, incluindo: 1) Política e Apoio Intergovernamental; 2) Desenvolvimento de capacidades; 3) Cocriação e Gestão do Conhecimento; 4) Gestão do Fundo Fiduciário Sul-Sul.

Destaques do UNOSSC



<https://twitter.com/UNOSSC>

2 de maio de 2024 – 9ª Sessão do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento

Durante a sessão, a Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib declarou que o direito ao desenvolvimento é mais do que um princípio jurídico compartilhado, é um apelo à ação.

O Direito ao Desenvolvimento deve reconhecer a dignidade e o potencial de cada ser humano, e a interligação das nações. É uma visão de mundo onde a pobreza estará erradicada e a desigualdade reduzida.

A cooperação Sul-Sul emergiu como uma força poderosa para o desenvolvimento, e o diálogo global de advocacia, oferecendo oportunidades únicas de intercâmbio de conhecimentos, capacitação e assistência mútua entre os países em desenvolvimento.

As discussões da 9ª sessão, centraram-se na promoção de intercâmbios e experiências entre os Estados-Membros e as principais partes interessadas e basearam-se nas recentes negociações globais, como a 3ª Cúpula do Sul, o Fórum de Financiamento para o Desenvolvimento, as Conferências sobre Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento e Países em Desenvolvimento sem Litoral, além da Cúpula do Futuro.

Reconhecendo os desafios urgentes colocados por múltiplas crises, a 9ª Sessão do Mecanismo de Especialistas sobre o Direito ao Desenvolvimento, segue firme em seu propósito de apoiar os Estados-Membros nas suas negociações para impulsionar o progresso na concretização da Agenda 2030 e garantir o Direito ao Desenvolvimento para todos.

Da mesma forma, a Agenda 2030 identifica uma variedade de mecanismos através dos quais a cooperação para o desenvolvimento entre os países pode ajudar a concretizar os ODS em todo o mundo. De fato, a cooperação para o desenvolvimento está no centro das 62 metas dos meios de implementação e que são fundamentais para a concretização de todos os ODS.

A cooperação para o desenvolvimento assume diversas formas. Embora uma grande parte esteja associada à assistência e ajuda financeira, outras formas de cooperação, também prevalentes, são o compartilhamento de tecnologias, o fortalecimento de capacidades, a assistência em infraestruturas, a cooperação comercial, a facilitação de investimentos, entre outras.

A Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento é um documento das Nações Unidas que foi adotado pela Assembleia Geral em 1986.

A Declaração destaca a importância da cooperação para o desenvolvimento e estipula que a concretização do direito ao desenvolvimento exige o pleno respeito pelos princípios do

direito internacional relativos às relações amistosas e à cooperação entre os Estados, de acordo com a Carta da ONU. Diz ainda que “os Estados têm o dever de cooperar” entre si para garantir o desenvolvimento e eliminar obstáculos ao desenvolvimento”.

Reconhece que os Estados têm o dever de tomar medidas, individual e coletivamente, para formular políticas de desenvolvimento internacional com o objetivo de facilitar a plena realização do direito ao desenvolvimento. No contexto dos países em desenvolvimento, também estipula que “É necessária uma ação sustentada para promover um desenvolvimento mais rápido. Como complemento aos esforços dos países em desenvolvimento, a cooperação internacional eficaz é essencial para dotar estes países de meios e instalações adequados para promover o seu desenvolvimento abrangente”.

Para ler a Declaração sobre o Direito ao Desenvolvimento de 1986, [clique aqui](#).



<https://twitter.com/UNOSSC>

28 de abril de 2024 - O Banco Islâmico de Desenvolvimento (IsDB) comemorou seu Jubileu de Ouro

Em um evento considerado monumental, o IsDB celebrou 50 anos de atuação destacando a cooperação Sul-Sul para alcançar os ODS nesta Década de Ação.

Com a presença de centenas de líderes mundiais, o IsDB refletiu sobre sua jornada e o impacto que seu trabalho em 5 décadas de atuação, em especial para seus 57 membros, mas sem esquecer dos outros países de desenvolvimento, lembrando que o “IsDB é um Banco Sul-Sul, que vem enfrentando os desafios da humanidade através de 50 anos de solidariedade”.



<https://twitter.com/UNOSSC>

O UNOSSC e o IsDB têm estreitado sua colaboração estratégica, incluindo parcerias e mudanças transformadoras em prol do desenvolvimento dos países do Sul, como a criação de redes entre instituições do Sul Global, com o objetivo de promover conjuntamente a cooperação Sul-Sul e triangular para acelerar a realização dos ODS e outros objetivos de desenvolvimento acordados internacionalmente.

Ressaltando iniciativas de cunho global que impactam os países em desenvolvimento para que possam implementar suas agendas de desenvolvimento sustentável, adaptadas às suas realidades nacionais, o Banco Islâmico de Desenvolvimento tem contribuído para o intercâmbio de conhecimentos, capacitação de recursos e competências, a fim de produzir benefícios centrados na Cooperação Sul-Sul.

Destacando a importância da solidariedade e cooperação entre pares, o Ministro de Planejamento e Cooperação Internacional da Guiné, ressaltou que: “Não queremos continuar a enviar os nossos minerais para fora, queremos transformá-los localmente, queremos aprender com as experiências dos nossos amigos do Sul Global”.

A Diretora do UNOSSC, Dima Al-Khatib trouxe para a mesa de discussão a Cúpula do Futuro de 2024, como uma oportunidade para refletir sobre mecanismos inovadores de

financiamento Sul-Sul para garantir que os países em desenvolvimento tenham o espaço fiscal necessário para alcançar os ODS.

O Vice Presidente do grupo do IsDB, Dr. Mansur Muhtar disse que à medida que o mundo se aproxima de 2030, é imperativo que os laços de solidariedade do Sul se fortaleçam para que todos possam concentrar seus esforços em áreas prioritárias coletivas. “Um futuro onde a Cooperação Sul-Sul seja um farol de esperança e um catalisador para os ODS”.



24 de abril de 2024 – Projeto Casa Solar nas Ilhas Maurícios

As Ilhas Maurícios dependem fortemente de combustíveis fósseis e importados, para satisfazer as necessidades energéticas do país. Em 2019, 78,3% da sua eletricidade era obtida a partir de fontes não renováveis, principalmente produtos petrolíferos e carvão. Apenas 21,7% da sua energia vinham de fontes renováveis, principalmente do bagaço, hídrica, eólica, gás de aterro e solar.

<https://my.southsouth-galaxy.org/en/solutions/detail/home-solar-project>

Para enfrentar este desafio, o Governo das Ilhas Maurícios desenvolveu um roteiro para aumentar a quota de energias renováveis para 35% até 2025 e 40% até 2030. Uma das principais estratégias está sendo a instalação de 35.000 unidades de painéis solares fotovoltaicos em

telhados até 2025 e 50.000 até 2030.

Dentro desta estratégia, foi criado o Projeto Casa Solar para envolver famílias de baixa renda na produção de eletricidade, que lhes permita melhorar o seu nível de vida e possam desenvolver pequenos negócios com financiamento de 10 milhões de dólares do Fundo de Abu Dhabi para o Desenvolvimento e da Agência Internacional de Energias Renováveis (IRENA).

O Brasil na cooperação Sul-Sul

No dia 23 de abril as ministras da saúde de Brasil e Angola assinaram o acordo referente ao “Programa de Formação de Recursos Humanos em Saúde Brasil-Angola”, como já mencionado no [informe 5 de 2024](#), em que foi destacado a chegada dos primeiros alunos, para a Universidade Federal do Maranhão.

Agora, oferecemos mais detalhes desta parceria que começou a ser considerada em 2023, quando os dois países retomaram a Comissão Mista de cooperação bilateral, que incluiu diversos temas, entre os quais a saúde. Vale lembrar que a Comissão Mista de Cooperação Bilateral Brasil e Angola é um mecanismo de concertação política criado em 1980, com a assinatura do Acordo Geral de cooperação econômica, técnico-científica e cultural. A 7ª edição da Comissão Mista foi realizada em Brasília em 5 de abril de 2023.

A partir de então, a ministra da saúde de Angola, Sílvia Lutucuta, solicitou a parceria brasileira para a formação de profissionais de saúde em larga escala para que 38 mil profissionais angolanos sejam formados em 27 instituições brasileiras até 2027.

Nessa primeira fase, diversos hospitais universitários brasileiros estão recebendo cerca de 900 médicos angolanos em programas de residência em diversas especialidades.



A cerimônia de lançamento do programa de cooperação bilateral contou com a presença da secretária geral do MRE, embaixadora Maria Laura da Rocha, do diretor geral da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o embaixador Rui Pereira, da secretária de gestão do trabalho e da educação em saúde do Ministério da Saúde do Brasil, Isabela Pinto, do presidente da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), Arthur Chioro, e das ministras da saúde Nísia Trindade Lima e Sílvia Lutucuta. Uma segunda fase da cooperação entre os dois países de língua portuguesa deverá incluir a Fundação Oswaldo Cruz.

Com a assinatura, a ministra da saúde de Angola, Sílvia Lutucuta, solicitou a parceria brasileira para a formação de profissionais de saúde em larga escala para que 38 mil profissionais angolanos fossem formados em 27 instituições brasileiras até 2027. Nessa primeira fase, diversos hospitais universitários brasileiros estão recebendo cerca de 900 médicos angolanos em programas de residência em diversas especialidades.

No dia 24 de abril, uma delegação brasileira do Ministério do Trabalho e do Emprego do Brasil visitou Lima, capital do Peru, para discutir um projeto de cooperação com o país vizinho, que deverá abordar temas de combate ao trabalho infantil e ao trabalho forçado e desafios para o desenvolvimento sustentável de ambos os países. Em Lima, a delegação liderada por técnicos da ABC, foi recebida pelo Ministro do Trabalho e Promoção do Emprego do Peru, Daniel Maurate Romero¹⁸.

25 de abril de 2025.— Para celebrar o 51º aniversário da Embrapa, foi assinado um novo acordo entre a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), para o desenvolvimento de novas tecnologias na agricultura. O projeto “**Desenvolvimento colaborativo da agricultura de precisão e digital para o fortalecimento dos ecossistemas de inovação e a sustentabilidade do agro brasileiro**” tem o objetivo de estruturar uma plataforma tecnológica de agricultura de precisão combinando as experiências da Rede de Pesquisas em Agricultura de Precisão, juntamente com o apoio de associações de produtores por meio da construção de conhecimento para a agricultura digital. Tem um custo estimado de US\$ 10,6 milhões, dos quais US\$ 5 milhões terão contribuição financeira de fontes externas¹⁹.

Entre os **dias 22 e 26 de abril de 2024**, o Brasil enviou uma missão de prospecção ao Nepal, inaugurando a cooperação bilateral com o país asiático. A ideia é que um projeto de cooperação Sul-Sul entre os dois países possa contribuir para o fortalecimento da produção de leite e derivados no Nepal. Por isso, especialistas do Instituto de Laticínios Cândido Tostes, da Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais, foram visitar fazendas, produtores e cooperativas para melhor compreenderem o funcionamento da cadeia produtiva local. Durante a missão, foram levantadas as necessidades daquele país no tema, de modo que o novo projeto possa identificar as áreas prioritárias acerca das quais será realizado o compartilhamento de lições aprendidas e das melhores práticas já disponíveis no Brasil, que tenham sido elaboradas e testadas para desafios semelhantes de desenvolvimento econômico e social. A partir do

¹⁸ https://www.instagram.com/p/C6JhIRhOSdJ/?img_index=1

¹⁹ https://www.instagram.com/p/C6OxV_juaVK/?img_index=1

levantamento feito durante a missão, o projeto poderá ser elaborado conjuntamente entre todos os parceiros.



Um bom **exemplo da cooperação Sul-Sul regional veio do Uruguai**, país vizinho ao Rio Grande do Sul que desde 27 de abril está sendo assolado com chuvas torrenciais que resultaram em uma enchente de proporções nunca vista. Dos 497 municípios gaúchos, 332 foram afetados pela chuva.

O governo uruguaio através do seu Ministério de Defesa Nacional está auxiliando o governo brasileiro com o resgate de vítimas no Rio Grande do Sul.

<https://twitter.com/ABCgovBr>



A Diretora Nacional de Alimentação Escolar de Moçambique, Arlinda Chiquisse já participou em diversas iniciativas de cooperação Sul-Sul com o Brasil e disse: *O programa de alimentação escolar de Moçambique teve muita inspiração no Programa brasileiro.*

Em termos de política, podemos nos espelhar no Brasil e ao observar a componente da agricultura.

Grupo do G-77

O G-77 é a maior organização intergovernamental de países em desenvolvimento dentro das Nações Unidas e sua missão é permitir que os países do Sul Global se articulem e promovam seus interesses econômicos coletivos e aumentem sua capacidade internacional de negociação conjunta dentro do sistema das Nações Unidas.

O G-77 é uma estrutura institucional permanente que se desenvolveu gradualmente, o que levou à criação de Capítulos com escritórios de ligação em Genebra (UNCTAD)²⁰, Nairóbi (UNEP)²¹, Paris (UNESCO)²², Roma (FAO/IFAD)²³, Viena (UNIDO)²⁴ e Washington (G-24)²⁵.

Em 2024, a República de Uganda, detém a presidência pró tempore do G-77, do Movimento dos não-alinhados (MNA) e do Comitê de Coordenação do G-77 e do Movimento dos não-Alinhados (JCC).

²⁰ UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio de Desenvolvimento

²¹ UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

²² UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

²³ FAO - Organização para a Alimentação e Agricultura e IFAD - Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola

²⁴ UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

²⁵ G-24 - Assuntos monetários internacionais e desenvolvimento

De 24 de abril a 06 de maio de 2024, o G-77 e a China participaram de 5 reuniões da AGNU.

New York 02 de maio de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Duncan Laki Muhumaza, Representante Permanente Adjunto e assessor jurídico da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China na 4ª reunião informal sobre o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e o HLPF

O G-77 e a China agradeceram a versão do rascunho zero para orientar o processo intergovernamental de revisão das disposições contidas nas resoluções [75/290 A](#) e [75/290/B](#) da AGNU e nos seus anexos sobre o fortalecimento do ECOSOC e do HLPF.

Eles reiteram que o processo de revisão das resoluções sobre o ECOSOC e HLPF, de 2021 que resultou na adoção das resoluções²⁶ 75/290 A e 75/290 B, foi substancial, porém é necessário mais tempo para implementar integralmente as disposições contidas nestas duas resoluções, que permanecem relevantes e devem ser mantidas para apoiar o ECOSOC e o HLPF na implementação plena dos seus respectivos mandatos.

Portanto mantiveram sua forte posição de que o processo de revisão de 2024 deve limitar-se a uma atualização técnica, considerando que a revisão realizada em 2021 ainda não teve tempo de ser implementada, mas manifestaram a sua profunda preocupação com a inclusão de novos elementos substanciais à revisão.

O Grupo ressaltou também que trabalhará firme para que os temas propostos para o ciclo 2025-2027 do HLPF apoiem a aceleração da implementação da Agenda 2030, fortalecendo os países em desenvolvimento em seus esforços nacionais para alcançar os ODS.

O Grupo apoia a proposta de revisão abrangente dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2025, 2026 e 2027.

New York 29 de abril de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China no debate geral da 46ª sessão do Comitê de Informação

Agradecendo ao Departamento de Comunicação Global e à Subsecretária Geral de Comunicações Globais, Sra. Melissa Fleming, pela qualidade do trabalho realizado durante o ano passado, o G-77 e a China teceram algumas observações e recomendações nesta sessão.

Começaram dizendo que a ONU deve ser ouvida de forma clara e eficaz, especialmente face às múltiplas crises, como a pandemia da Covid-19, a ameaça das alterações climáticas e a falta de progressos na implementação dos ODS.

Ao mesmo tempo, a proliferação de conflitos, uma nova corrida armamentista e o aumento da xenofobia, do discurso de ódio, da violência e da desinformação, aumentam o stress global.

²⁶ A resolução 75/290 A e a resolução 75/290 B de 25 de junho de 2021 apoiam o ECOSOC e o HLPF na implementação e acompanhamento coordenados da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e na realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Neste contexto, o G-77 e a China ressaltaram a necessidade de combater a proliferação de desinformação e de destacar os objetivos prioritários da ONU como o multilateralismo renovado e fortalecimento da cooperação internacional.

A crescente tendência de "notícias falsas" (fake News) e de desinformação nas plataformas digitais e redes sociais, contribui para exacerbar a discórdia social, os nacionalismos concorrentes, a discriminação e o discurso de ódio e tem contribuído para o aumento do racismo, da xenofobia, dos estereótipos negativos e a intolerância relacionada.

A ONU deve se concentrar na divulgação de informações factuais, oportunas, certas, claras, acessíveis, multilíngues e baseadas na ciência em todas as plataformas. Nunca é demais enfatizar a importância de garantir que todas as notícias de última hora e alertas de notícias sejam precisos, imparciais e isentos de preconceitos.

O Grupo sugere a importância do quadro multilateral existente para alcançar os ODS até 2030 e espera que o Departamento de Comunicações Globais seja capaz de prestar especial atenção à promoção do crescimento econômico sustentado e do desenvolvimento sustentável, seguindo as resoluções e compromissos relevantes.

Também preocupados com as disparidades digitais que são uma nova forma de desigualdade entre os países. A comunidade internacional, liderada pelas Nações Unidas, deve tomar as medidas necessárias para retificar os desequilíbrios do atual desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação, a fim de tornar o mundo dos meios de comunicação mais justo, equitativo e imparcial.

O Grupo atribuiu imensa importância ao aproveitamento das tecnologias digitais para permitir o desenvolvimento socioeconômico e facilitar uma governança e prestação de serviços públicos mais eficazes e eficientes.

A divisão digital (*digital divide*) entre o mundo desenvolvido e o mundo em desenvolvimento tem crescido e o Grupo acredita que o Departamento de Comunicações Globais se encontra bem posicionado para diminuir o fosso existente entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento no campo da informação e comunicações públicas. Isto é crucial para a transição global para economias nacionais modernas e eficientes e para uma cooperação internacional eficaz, incluindo uma economia digital inclusiva com conectividade, bem como para delinear princípios compartilhados para um futuro digital para todos, a fim de alcançar a Agenda 2030.

Além disso, o multilinguismo e a diversidade cultural são valores fundamentais do multilateralismo, consagrados na Carta das Nações Unidas e o Grupo sugeriu que o Departamento de Comunicações Globais mobilizasse recursos adequados, explorando opções de financiamento inovadoras, bem como contribuições voluntárias para promover o multilinguismo e maximizar o seu alcance ao nível popular.

Eles acolheram as campanhas promocionais do Departamento de Comunicações Globais destacando os países que contribuem com tropas/polícia e incentivaram também a divulgação do trabalho e da contribuição das Nações Unidas na área da manutenção e consolidação da paz e, subsequentemente, a promoção de uma Cultura de Paz.

New York 25 de abril de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na adoção do documento final do Fórum do ECOSOC sobre financiamento para o desenvolvimento

As consultas informais sobre o documento final foram concluídas na semana passada e, ao longo destas consultas, o Grupo se envolveu com o único objetivo de garantir que o documento final fosse adotado por consenso, como tem sido o caso desde o início do Fórum para o Desenvolvimento desde 2016.

Fica claro que apesar de algumas questões, não terem sido totalmente abordadas de acordo com os princípios do G-77 e da China, o documento final do Financiamento para o Desenvolvimento do ECOSOC 2024, distribuído pela Presidente do ECOSOC na quinta-feira, 18 de abril de 2024 e 23 de abril de 2024, é um texto equilibrado para ser levado à 4ª Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento (FfD4) que será realizada entre 30 de junho e 3 de julho de 2025 na Espanha.

O Fórum ECOSOC sobre Financiamento para o acompanhamento do desenvolvimento (Fórum FfD) é um processo intergovernamental com participação universal mandatado para rever a Agenda de Ação de Adis Abeba (AAAA) e outros financiamentos voltados para o desenvolvimento e os meios de implementação dos ODS.

No entanto, nesta reunião do dia 25 de abril, o Grupo destacou uma alteração importante em um parágrafo que havia sido previamente acordado por consenso no mais alto nível político²⁷. O Grupo reconheceu que os países em desenvolvimento que sofrem com as medidas unilaterais enfrentam enormes desafios para alcançar seu pleno desenvolvimento econômico e social e estão sendo deixados para trás. Por conseguinte, apoiam plenamente a inclusão deste parágrafo no documento final, cumprindo o compromisso de não deixar nenhum país ou pessoa para trás.

Além disso, no contexto do comércio internacional e do financiamento do desenvolvimento, as medidas unilaterais perturbam invariavelmente os fluxos comerciais, agravam a pobreza e dificultam os esforços de desenvolvimento nos países-alvo. Tais medidas constituem uma violação dos princípios delineados na Carta das Nações Unidas e do direito internacional, bem como dos valores do multilateralismo e das normas fundamentais das relações internacionais.

Este foi um longo pronunciamento e o Documento Final com 16 páginas sobre este tema fundamental pode ser [lido aqui](#).

New York 24 de abril de 2024

Declaração feita pelo Sr. Marvin Ikondere, 3º Secretário da Missão permanente da República de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, na sessão de adoção da [Resolução A/78/L41](#) do acordo BBNJ (Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o

²⁷ O parágrafo em questão é o 72: Reiteramos que os Estados são fortemente instados a abster-se de promulgar e aplicar quaisquer medidas econômicas, financeiras ou comerciais unilaterais, não previstas no direito internacional e na Carta da ONU, que impeçam a plena realização do desenvolvimento econômico e social, particularmente nos países em desenvolvimento.

Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional)

O Grupo reconheceu a importância de garantir que a participação e a tomada de decisões na comissão preparatória sejam abertas, inclusivas e transparentes. A comissão preparatória serve para preparar a entrada em vigor do Acordo e para preparar a convocação da primeira reunião da Conferência das Partes no Acordo.

O Acordo estará aberto para assinatura de todos os Estados e organizações regionais de integração econômica de 20 de setembro de 2023 a 20 de setembro de 2025, e entrará em vigor 120 dias após a data de depósito do sexagésimo instrumento de ratificação, aprovação, aceitação ou adesão. Até o momento, já assinaram 89 países.

No dia 24 de abril de 2024, a AGNU adotou a resolução 78/272, (atualmente disponível como A/78/L.41), na qual decidiu estabelecer uma Comissão Preparatória para preparar a entrada em vigor do Acordo BBNJ e para preparar para a convocação da primeira reunião da Conferência das Partes no Acordo. A AGNU decidiu ainda que a Comissão realizará uma reunião organizacional de três dias no primeiro semestre de 2024 para discutir questões organizacionais, incluindo a eleição de copresidentes, as datas das reuniões da Comissão e o programa de trabalho da Comissão.

A aprovação da [Resolução A/78/L41](#) no dia 24 de abril foi somente um dos primeiros passos rumo à efetiva implementação e ativação do Tratado das Nações Unidas sobre Biodiversidade de Áreas além da Jurisdição Nacional, que todos trabalharam para alcançar. Um dos pontos mais importantes será garantir que todos os direitos e obrigações estabelecidos no Acordo possam se tornar uma realidade.

Antecipando a reunião da comissão, incluindo a reunião organizacional de três dias planejada para o primeiro semestre de 2024, o Grupo destacou alguns pontos importantes.

Deve-se garantir a presença de delegados de todos os Estados-Membros em cada fase preparatória, pois cada delegação desempenha um papel fundamental na coordenação e na futura implementação e cumprimento do Acordo a nível nacional.

O Grupo agradeceu antecipadamente a todo e qualquer contribuição para o fundo fiduciário voluntário e incentiva novas contribuições para garantir a máxima inclusão, apoio, e facilitação para a participação dos países em desenvolvimento na comissão preparatória.

As atividades de capacitação e assistência técnica precisam ser mais adaptadas e responder às necessidades dos Estados em desenvolvimento, para aumentar o número de partes no Acordo e para garantir a inclusão universal. Os Estados-Membros estão em melhor posição para conhecer as abordagens e atividades mais aplicáveis que melhor apoiariam estes objetivos.

Além disso, no contexto da implementação e preparação para a entrada em vigor do Acordo, o G-77 e a China ressaltaram que alguns membros do Grupo já ratificaram o Acordo, chamando a atenção para o compromisso do Grupo com a rápida entrada em vigor do Acordo.

New York 23 de abril de 2024

Declaração feita por Sua Excelência, o Embaixador Godfrey Kwoba, Representante Permanente Adjunto de Uganda junto às Nações Unidas, em nome do G-77 e da China, no Fórum do ECOSOC sobre financiamento para o Desenvolvimento.

A 4.^a Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento deverá ser realizada no momento que os países em desenvolvimento seguem enfrentando um enorme déficit de financiamento para os ODS que é atualmente estimado entre 2,5 e 4 bilhões de dólares anuais.

Esta situação é agravada, entre outros aspectos, pelos elevados encargos da dívida, pelo espaço fiscal limitado e pelos impactos adversos das alterações climáticas que prejudicam os esforços dos países em desenvolvimento para alcançar o desenvolvimento sustentável. O G-77 e a China ressaltam que a 4.^a conferência deve acordar sobre um conjunto de ações concretas para estancar este elevado déficit de financiamento nos países em desenvolvimento. Portanto, a conferência deve basear-se nos compromissos acordados nas três conferências anteriores e chegar a acordo sobre novos compromissos para apoiar os países em desenvolvimento em seus objetivos de desenvolvimento nacional.

O G-77 e a China acreditam que a 4.^a Conferência sobre o Financiamento do Desenvolvimento deverá ter metas prioritárias que incluem, entre outras:

- Acelerar o progresso na reforma urgente da arquitetura financeira internacional e na reforma da governança dos bancos multilaterais de desenvolvimento, especialmente do FMI e do Banco Mundial, para responder às necessidades de financiamento dos países em desenvolvimento e fortalecer suas vozes, representação e participação na tomada de decisões internacionais, na definição de normas e governança econômica global;

- Mobilização e financiamento adicional pelos Bancos Multilaterais de Desenvolvimento, dentro de seus mandatos, para apoiar os países em desenvolvimento a alcançarem o desenvolvimento sustentável, através da garantia de aumentos de subvenções e de financiamento concessional, bem como de um melhor impulso de seus capitais de base;

- Acelerar a reforma das quotas do FMI e dos direitos de voto no realinhamento das quotas e no aumento das quotas de voto dos países em desenvolvimento, bem como a suspensão da política de sobretaxas por parte do FMI, considerando que a estrutura existente de sobretaxas funciona de forma pró-cíclica e desigual pois deixa os países que têm mais dificuldades com os encargos financeiros mais pesados;

- Os países desenvolvidos devem renovar seus compromissos para que possam cumprir plenamente os seus compromissos de financiamento para o desenvolvimento, incluindo os compromissos com a Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), uma vez que é imperativo abordar o impacto do declínio da ODA como um desafio tanto para o desenvolvimento como para o financiamento;

- Acelerar urgentemente a reforma da arquitetura global da dívida soberana para que os países em desenvolvimento possam enfrentar a crise da dívida com uma participação significativa, permitindo um tratamento justo, equilibrado e orientado para o desenvolvimento;

- Acelerar os progressos em medidas para intensificar a utilização de conversões de dívida para os ODS, especialmente para o clima, a natureza e a alimentação;

- Acelerar os progressos no reencaminhamento voluntário de Direitos Especiais de Saque (SDR) não utilizados para os países em desenvolvimento, bem como ter novas atribuições para os SDR;

- Estabelecer urgentemente medidas que complementem ou que vão além do PIB para medir melhor o desenvolvimento sustentável e ter uma abordagem mais inclusiva à cooperação internacional, que deve informar o acesso ao financiamento concessional e não concessional, à cooperação técnica e ao financiamento de uma forma justa e inclusiva;

- Acelerar os progressos na melhoria do sistema comercial multilateral;

- Prevenir e combater os fluxos financeiros ilícitos que drenam recursos dos países em desenvolvimento;

- Reforçar a cooperação fiscal internacional para garantir a sua inclusão e eficácia através da negociação e adoção da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Cooperação Fiscal Internacional;

- Apoiar a criação de capacidades produtivas para economias diversificadas, resilientes e sustentáveis nos países em desenvolvimento;

- Apoiar a mobilização de recursos públicos nacionais e os investimentos em infraestruturas, conectividade, educação, formação de competências e reforço de capacidades, incluindo para sistemas estatísticos nacionais nos países em desenvolvimento;

- Abordar as Medidas Coercivas Unilaterais, uma vez que estas impedem a plena realização do desenvolvimento econômico e social nos países em desenvolvimento, e;

- Apoiar a transferência de tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, alinhados com a Agenda 2030.

O Embaixador Godfrey Kwoba reafirmou que a próxima 4ª conferência deverá acelerar a implementação da Declaração Política da Cúpula dos ODS de 2023 para apoiar a realização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Da mesma forma, a conferência deverá tomar medidas apropriadas para implementar a proposta do Secretário-Geral das Nações Unidas de um Estímulo dos ODS para os países em desenvolvimento.

Por último, o G-77 e a China destacaram que a 4ª conferência internacional de 2025 deveria reforçar a cooperação internacional que apoie ações para que os países em desenvolvimento enfrentem seus desafios financeiros que contribuam para a implementação da Agenda 2030, na qual nenhum país ou pessoa seja deixada para trás.

O compromisso político e a vontade de tomar medidas urgentes para abordar o financiamento do desenvolvimento continuam a ser fundamentais para acelerar as ações que permitam alcançar os ODS, cujos progressos continuam aquém do esperado.

Movimento dos Não Alinhados

O MNA é a maior coligação de países depois das Nações Unidas, criada em 1961, hoje, o movimento é composto por 121 Estados Membros de todas as partes do mundo.

Este ano de 2024, a República do Sudão do Sul, o país mais jovem do mundo, se tornou o 121º país a se tornar membro do Movimento dos Não-Alinhados. Com isso, a África passa a ter todos os seus 54 países como membros do MNA.

Existem ainda 17 estados e 10 organizações internacionais com status de observador.

De 2024 a 2027, a presidência do MNA está a cargo da República de Uganda. O presidente de Uganda, Yoweri Museveni é o presidente do Movimento dos Não-Alinhados. A Delegação de Uganda junto às Nações Unidas é o representante do Presidente na ONU.

Sem destaque no período

Movimento Jovem dos Não Alinhados (NAMYO)

A Organização Juvenil do Movimento dos Não-Alinhados (NAMYO) foi inaugurada oficialmente em outubro de 2021 em Baku no Azerbaijão com a presença de autoridades locais e estrangeiras e mais de 100 jovens representantes de organizações jovens do MNA em todo o mundo ([Cadernos CRIS de 18 de outubro de 2021](#)).

Desde então, a NAMYO vem atuando como uma plataforma ampla, criando oportunidades para que os jovens possam trazer suas ideias, apresentar suas visões e perspectivas em temas relacionados com a conjuntura política global e tem sido presença constante em diversos eventos da ONU, trazendo sua voz e energia em um movimento para capacitar mais jovens para se integrarem ao movimento e se tornarem líderes do futuro.



<https://twitter.com/namyouthorg>

Seguindo com sua estratégia de envolver os jovens e alertar sobre acordos anteriores nas mais diversas áreas e temas globais, o Movimento Jovem dos Não Alinhados destacou o Acordo de Paris, assinado na COP21, em 2015.

O item mais importante e mais falado do Acordo de Paris é acordo para limitar o aumento da temperatura global a menos de 2°C.

Além disso, a COP21 incluiu planos climáticos nacionais (Contribuições Pretendidas Nacionalmente Determinadas ou INDCs) que os países apresentam voluntariamente e que constituem a base para a redução das emissões e o reforço da resiliência.

Para recordar o acordo de Paris, [clique aqui](#).

Centro Sul

O South Center é uma organização intergovernamental de nações em desenvolvimento, com sede em Genebra na Suíça. Funciona como um grupo de reflexão política e pesquisa independente, e colabora com a promoção dos interesses comuns dos países em desenvolvimento na arena internacional e ao mesmo tempo mantém o status de observador nas Nações Unidas.



twitter.com/
South_Centre

02 de maio de 2024 – A Proteção do Conhecimento Tradicional, das Expressões Culturais Tradicionais, das Expressões do Folclore e dos Recursos Genéticos na Zona de Comércio Livre Continental Africana – Alinhamento com os Desenvolvimentos Internacionais e Regionais

A adoção do Protocolo sobre Direitos de Propriedade Intelectual no Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana ocorre em um momento oportuno para a proteção do conhecimento tradicional, das expressões

culturais tradicionais, das expressões do folclore e dos recursos genéticos.

Este documento considera lições que podem ser extraídas das leis nacionais, usando a África do Sul como exemplo, a ser negociado.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).

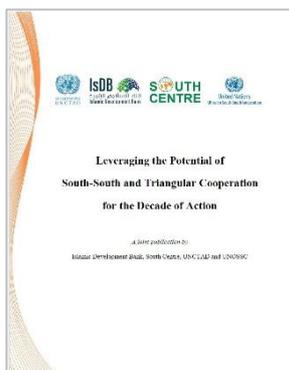


twitter.com/
South_Centre

30 de abril de 2024 – Na sessão da AGNU em que foi adotada a [Resolução A/78/L41](#) do acordo BBNJ (Acordo da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar sobre a conservação e utilização sustentável da diversidade biológica marinha de áreas fora da jurisdição nacional), o Centro Sul considerou que não foram abordadas completamente as questões do Direito de Propriedade Intelectual.

No entanto, os países devem se manifestar no momento da assinatura e/ou ratificação do Acordo.

Para ler a declaração e considerações do Centro Sul, [clique aqui](#)



twitter.com/
South_Centre

Abril de 2024 – Esta publicação produzida pelo Centro Sul em parceria com o Banco de Desenvolvimento Islâmico, UNOSSC e a UNCTAD foi apresentado durante a 19ª Cúpula do Movimento dos não-Alinhados em Kampala em janeiro de 2024.

O documento destaca as desigualdades de rendimento, gênero, condição social, pobreza, fome, acumulação de dívida influenciando negativamente no desenvolvimento sustentável dos países.

Aliado a estes fatores há ainda o impacto crescentes dos conflitos armados, dos desastres naturais induzidos pelas alterações climáticas e múltiplas crises que têm desafiado a

capacidade dos países em desenvolvimento para enfrentar e produzir melhores resultados em termos de indicadores de desenvolvimento.

Já não é novidade que o mundo está “fora do caminho” para alcançar os ODS até 2030. E o déficit anual de financiamento para os ODS aumentou de 2,5 bilhões de dólares observado antes da pandemia do Covid-19 para cerca de 4,2 bilhões de dólares, em 2024.

A cooperação internacional para o desenvolvimento segue longe de ser suficiente para abordar estas questões críticas e a tão falada ajuda oficial ao desenvolvimento (ODA) ao invés de atender aos países menos desenvolvidos está sendo desviada para os países doadores.

O financiamento climático, outro tema importante, tem sofrido deficiências crônicas, forçando os países de renda baixa a se endividarem mais ainda e ao mesmo tempo, enfrentam catástrofes naturais com as quais não conseguem lidar.

Já se fala que muitos países em desenvolvimento enfrentam uma década perdida em termos econômicos e sociais. Ao mesmo tempo, o enfraquecimento do multilateralismo, o aumento do nacionalismo e as tensões geopolíticas crescentes caracterizam um ambiente internacional menos propício ao desenvolvimento econômico dos países em desenvolvimento e dos países menos desenvolvidos.

Para ler o documento completo, [clique aqui](#).



twitter.com/South_Centre

26 de abril de 2024 - Diálogo de alto nível marca 30 anos do Acordo TRIPS

O acordo da OMC sobre os aspectos dos direitos de propriedade intelectual relacionados com o comércio (TRIPS) está completando 30 anos.

Para celebrar estes 30 anos, a WTO promoveu um Diálogo de alto nível para explorar a evolução da propriedade intelectual

e o comércio nos últimos anos.

Em 1947, quando foi elaborado o Acordo Geral sobre Pautas Aduaneiras e Comércio, o GATT, este dizia respeito apenas ao comércio de mercadorias. Desde então, o comércio e a propriedade intelectual tornaram-se cada vez mais interligados.

A rodada de negociações comerciais do Uruguai (1986-1994) abriu novos caminhos e as negociações permitiram a inclusão do TRIPS como pilar central do sistema comercial multilateral quando a conferência de Marrakech de 1994 estabeleceu a OMC.

De acordo com a OMC, nestas três décadas, houve uma grande transformação na forma como o comércio dissemina conhecimento e obras culturais. Os avanços na tecnologia da informação mudaram a própria natureza do comércio e facilitaram os fluxos de conhecimento ao longo de cadeias de produção dispersas.

O acordo TRIPS estabeleceu princípios comuns que tornam os sistemas nacionais de propriedade intelectual efetivamente interoperáveis para transações baseadas no

conhecimento e serviu de base para a cooperação multilateral para acesso a medicamentos e a transferência de tecnologia para o desenvolvimento.

Um grande número de membros da OMC tem procurado resolver as disputas considerando o acordo TRIPS e as lições da implementação do TRIPS atestam como o conhecimento contribui para alcançar os ODS.

Mas também existem muitas críticas ao Acordo TRIPS, especialmente dos países em desenvolvimento, acadêmicos e organizações não governamentais. Uma das críticas mais importantes diz respeito ao acesso a medicamentos essenciais em que o acordo protege fortemente os direitos de propriedade intelectual, impedindo que os países em desenvolvimento possam ter acesso a medicamentos a preços mais acessíveis.

Outra crítica importante ao Acordo TRIPS é sobre o comércio considerado injusto e coercitivo que não considera os interesses dos países menos desenvolvidos. Há também quem critique a padronização uniforme que é inadequado a muitos países e a concentração de riquezas nos países desenvolvidos.

O Centro Sul tem sido um dos críticos mais importantes do Acordo TRIPS, e no Diálogo de alto nível para celebrar os 30 anos do Acordo, o Diretor Executivo do Centro Sul, Carlos Correa, declarou que aqueles que apoiam o Acordo TRIPS na forma como está, não ajudam o desenvolvimento dos países de baixa e média renda em especial em ciência e tecnologia.



26 de abril de 2024 – O Pacto Digital Global que precisamos para as pessoas e o planeta.

De acordo com esta análise, o Rascunho Zero do Pacto Digital Global é um passo importante em direção à Governança Digital global.

O Pacto Digital Global (GDC) a ser adotado na Cúpula do Futuro, em setembro de 2024, é crucial para a cooperação digital internacional e deve ter uma visão transformadora da governança digital global.

O Pacto deve identificar os meios para alcançar a participação equitativa, o desenvolvimento sustentável, a igualdade de gênero, o aumento da capacidade local, a propriedade pública das infraestruturas digitais essenciais e abordar a concentração de poder na economia digital.

Este documento faz uma análise crítica do Pacto, particularmente no que concerne a governança internacional equitativa de dados e da participação democrática em um cenário digital multissetorial que evite monopólios de dados e garanta processos de elaboração de políticas inclusivas e ao mesmo tempo redirecionando os objetivos da governança da Internet para a inclusão e sociedades de informação orientadas para o desenvolvimento.

Para ler o documento, [clique aqui](#)



25 de abril de 2024 – O processo do Órgão Intergovernamental de Negociação da OMS e o projeto revisado do Acordo sobre Pandemia da OMS (A/INB/9R/3)

As negociações para um tratado pandêmico entram numa fase crítica nas próximas semanas, com o objetivo de finalizar o texto para ser levado à Assembleia Mundial da Saúde (WHA) no final de maio.

Este resumo de política do Centro Sul apresenta algumas recomendações para ajudar os Estados membros em suas negociações durante o INB9R, que está sendo realizado de 29 de abril a 10 de maio de 2024.

https://twitter.com/South_Centre

O documento considera todo o processo de negociação conduzido até agora pelo INB, além de alguns aspectos do texto para a Retomada da 9ª Reunião do INB (INB9R), bem como o projeto de resolução proposto para consideração pela WHA em maio de 2024.

Para ler o documento, [clique aqui](#).

Maior participação social e combate à desinformação são pautas no G20; Mudança climática em discussão pelo G7. A tentativa da OCDE em conduzir um fluxo para a mudança

Greater social participation and combating disinformation on the agenda at the G20; Climate change under discussion at the G7. The OECD's attempt to lead a flow for change

***Pedro Burger
Vitória Kavanami
João Miguel Estephanio
Thaiany Medeiros Cury
Nina Bouqvar
Paulo Esteves***

Abstract: G20 - In the last fortnight, the central discussions at the G20 took place around promoting greater social participation, through the actions of the Social G20 and the project that includes representation from favelas and urban communities, and combating disinformation and hate speech on digital platforms.

G7 - The Ministerial meeting on Climate, Energy and Environment was held in Turin to discuss the implementation of actions that can mitigate the consequences of climate change, especially in the most vulnerable countries. The ministers adopted a joint communiqué agreeing new commitments and programmes.

OCDE - The OECD's highlights include the OECD Ministerial Council Meeting and the OECD Science and Technology Policy Ministerial, as well as the publication of the latest version of the economic outlook for 2024 and 2025 and a study on Brazilian digital education policy.

Keywords: G20; G7; OECD; Brazil; Energy and Environment; International Cooperation.

Resumo: G20 - Nesta quinzena os principais temas que centralizam as discussões no G20 foram uma maior participação social, por meio das ações do G20 Social e do projeto que inclui representações de favelas e comunidades urbanas, e o combate à desinformação e discurso de ódio nas plataformas digitais.

G7 - Ministros do clima, energia e meio ambiente do G7 se reúnem para discutir a implementação de ações que possam mitigar as consequências das mudanças climáticas, especialmente nos países mais vulneráveis. A reunião resultou em uma declaração conjunta sobre o tema, com novos compromissos e programas.

OCDE - Os destaques da OCDE se dividem entre a Reunião do Conselho Ministerial da OCDE e a Reunião Ministerial da Política de Ciência e Tecnologia da OCDE, além da publicação da versão mais recente do relatório de “Perspectivas Econômicas” para 2024 e 2025 e de um estudo sobre política de educação digital brasileira.

Palavras-chave: G20; G7; OCDE; Brasil; Energia e Meio Ambiente; Cooperação Internacional.

Maior participação social e combate à desinformação são pautas no G20

Incluir a sociedade civil nos debates do G20 é um dos objetivos destacados na gestão brasileira do bloco. Como forma de garantir essa maior participação e de fazer com que as recomendações dos grupos de engajamento tenham impacto nas decisões finais, o G20 Social foi idealizado e está previsto para acontecer às vésperas da Cúpula dos Líderes em novembro. Dentre os planejamentos para esse encontro, estão sendo realizadas atividades ao longo do ano de coordenação e troca entre os 13 grupos que contemplam a sociedade civil e as trilhas oficiais do G20, a trilha de Finanças e a de *Sherpas*. Nesse sentido, para marcar esses avanços, no dia 25 de abril aconteceu o 1º Encontro Ampliado do G20 Social no Palácio do Planalto, em Brasília²⁸.

Fazendo jus à proposta de aproximação das trilhas oficiais com os grupos de engajamento, o evento contou com uma ampla participação que, para além dos grupos, reuniu movimentos sociais, autoridades do governo federal e representantes das trilhas de Finanças e *Sherpas*. Ao longo do dia foram feitas apresentações sobre os principais andamentos, temáticas discutidas em cada grupo e recomendações sobre o que esperar para o grande evento. Dentre os pontos tratados destacaram-se questões sobre financiamento, uma pauta considerada basilar na área social e que figura como um dos principais entraves; a necessidade de construir resoluções para políticas públicas à longo prazo; um alinhamento transversal à pauta racial; e a continuidade da iniciativa nas futuras presidências do bloco. Nas palavras do ministro da Secretaria Geral da Presidência da República, Márcio Macedo, ao realizar a abertura do encontro: “Considero esse momento muito significativo e como toda ação inédita, o G20 Social requer de quem protagoniza o processo muito trabalho, tolerância e capacidade de inclusão. O importante é que seja um espaço democrático, capaz de assimilar as dores, angústias e necessidades dos nossos povos”.

Figura 1: 1º Encontro Ampliado do G20 Social no Palácio do Planalto, em Brasília.



Fonte: G20, 2024.

²⁸ Sociedade civil integrada ao G20: encontro inédito ocorre na capital federal. **G20**. 25 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/sociedade-civil-integrada-ao-g20-encontro-inedito-ocorre-na-capital-federal>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Ainda dentro dessa temática de ampliação da participação social, um tópico que foi introduzido em edições passadas dos Cadernos retoma com progressos na quinzena: a participação de representantes de favelas e comunidades urbanas²⁹ no G20. De acordo com dados da ONU-Habitat de 2022, atualmente cerca de um bilhão de pessoas vivem em favelas e assentamentos informais em todo o mundo. Só no Brasil, segundo o Censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no mesmo ano, existem mais de 10 mil favelas e comunidades urbanas nas quais vivem 16,6 milhões de pessoas, quase 8% da população brasileira³⁰.

O projeto intitulado como F20 tem como intuito justamente fazer com que essas vozes, geralmente marginalizadas dos processos e dos espaços de tomada de decisão, sejam ouvidas para que suas demandas específicas sejam expostas e contempladas dentro das discussões e resoluções do grupo³¹. Assim sendo, no dia 29 de abril aconteceu a 1ª Conferência Internacional das Favelas (CIF20) no Complexo da Penha/Alemão, no Rio de Janeiro. O evento foi realizado pela Central Única das Favelas (Cufa), pela Frente Nacional Antirracista e a Frente Parlamentar das Favelas, e foi chancelado pelo G20 Social em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

Até setembro deste ano estão previstas a realização de outras conferências. A primeira fase foi no Brasil, mas segue nos próximos meses para países como Luxemburgo, Suécia, Cazaquistão, Rússia, Uzbequistão, Bélgica, Reino Unido, República Centro-Africana, República Democrática do Congo e Moçambique. A intenção das CIFS é reunir propostas que envolvem questões sociais, políticas e econômicas específicas desses territórios para endereçá-las por meio de um documento aos líderes do G20 em novembro, de modo que as favelas não sejam apenas coadjuvantes desse processo³². “As favelas contribuem muito para o desenvolvimento do país, com sua mão de obra. E os pensamentos que a favela tem normalmente não são aproveitados pelo poder público, porque a favela não é consultada sobre temas relevantes. E agora, com o G20, é uma oportunidade que a gente tem da favela se organizar (...) de mostrar que tem capacidade de pensar sobre os temas que os governos estão propondo: a sustentabilidade, os direitos humanos, a desigualdade”, expôs Celso Athayde, cofundador da Cufa³³.

Outro destaque durante o período analisado foi em relação a discussões sobre integridade da informação. O tema pela primeira vez figura como uma pauta central no G20 a partir do Grupo de Trabalho de Economia Digital. Com o tema “Promover a integridade da informação: combatendo a desinformação, o discurso de ódio e as ameaças às instituições

²⁹ O uso do termo “favelas e comunidades urbanas” segue em conformidade com a denominação escolhida pelo IBGE em processo de consulta participativa, substituindo o termo “aglomerados subnormais”.

³⁰ IBGE anuncia retorno da utilização do termo favela no censo demográfico. **Confederação Nacional de Municípios**. 23 jan. 2024. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/ibge-anuncia-retorno-da-utilizacao-do-termo-favela-no-censo-demografico>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³¹ Projeto F20 levará questões sociais das favelas ao G20. **Agência Brasil**. 09 mar. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2024-03/projeto-f20-levara-questoes-sociais-das-favelas-ao-g20>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³² ZEZÉ, Preto. A favela na agenda global!. **O Globo**. 29 abr. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniao/preto-zeze/coluna/2024/04/a-favela-na-agenda-global.ghtml>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³³ Favelas iniciam conferências para enviar sugestões ao G20. **Agência Brasil**. 29 abr. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-04/favelas-iniciam-conferencias-para-enviar-sugestoes-ao-g20>. Acesso em: 05 mai. 2024.

públicas *online*”, o GT reuniu especialistas internacionais, acadêmicos e representantes da sociedade civil em São Paulo no final do mês de abril e começo de maio³⁴. O evento partiu de discussões multilaterais que atualmente estão em curso como a Iniciativa Por uma Internet Confiável (*Internet for trust*) da UNESCO, as consultas do Pacto Digital Global (*Global Digital Compact*) e do documento Integridade da Informação nas Plataformas Digitais das Nações Unidas, bem como os debates da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) sobre desinformação. Os objetivos eram o de reunir diferentes perspectivas para avançar nesses diálogos, além de proporcionar um espaço de intercâmbio de boas práticas e coleta de evidências na promoção da integridade no ambiente digital³⁵.

Na fala de abertura, o secretário de Políticas Digitais da Secretaria de Comunicação Social (Secom) e um dos coordenadores do GT, João Brandt, frisou que existem três motivos que fazem com o que Brasil insista nessa agenda: (i) o entendimento de que o direito a informações confiáveis, consistentes e precisas é pilar fundamental da democracia; (ii) a desinformação como responsável por contribuir para fatos graves nos últimos anos, como no caso da pandemia de COVID-19; e (iii) a crença de que a desinformação e o discurso de ódio afetam o exercício pleno de direitos individuais e coletivos³⁶. Especificamente em relação ao discurso de ódio e a regulamentação de plataformas, Brandt pontuou que a agenda encontra muitos desafios domésticos e internacionais, mas, que no país, o governo brasileiro tem combinado ações de curto e médio prazo por meio de medidas de transparência e de combate à desinformação, educação midiática, estímulo à produção científica e à regulação das plataformas³⁷ – sendo um bom exemplo a ser seguido.

Em complemento, o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, Silvio Almeida, enfatizou a urgência da regulação das plataformas digitais, como empresas e mídias sociais, para proteger a integridade da informação e combater o discurso de ódio *online*, destacando que “não existe liberdade sem responsabilidade”. Almeida discursou a favor de uma mediação institucional que incorpore responsabilidade, democracia e controle institucional, uma vez que a falta de regulação dessas plataformas alimenta o caos e a desordem numa era de desinformação e polarização, algo que proporciona um terreno fértil para a criminalidade³⁸. Paulo Pimenta, ministro da Secom, ainda pontuou que essa regulação deve ser “equilibrada para

³⁴ Evento sobre integridade da informação coloca o tema como prioridade do G20. **G20**. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/evento-sobre-integridade-da-informacao-coloca-otema-como-prioridade-do-g20>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³⁵ Em SP, evento internacional discute combate à desinformação e ao discurso de ódio na internet. **G20**. 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/em-sp-evento-internacional-discute-combate-a-desinformacao-e-ao-discurso-de-odio-na-internet>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³⁶ Discurso do ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência da República, Paulo Pimenta, durante evento sobre Integridade da Informação - São Paulo, 01/04/2024. **G20**. 01 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/documentos/discursos/discurso-do-ministro-da-secretaria-de-comunicacao-da-presidencia-da-republica-paulo-pimenta-durante-evento-sobre-integridade-da-informacao-sao-paulo-01-04-2024>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³⁷ João Brant: “Excesso de desinformação afeta o direito de acesso à informação da população”. **G20**. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/joao-brant-excesso-de-desinformacao-afeta-o-direito-de-acesso-a-informacao-da-populacao>. Acesso em: 05 mai. 2024.

³⁸ Ministro dos Direitos Humanos do Brasil instiga urgência da regulação de plataformas digitais. **G20**. 01 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/ministro-dos-direitos-humanos-do-brasil-instiga-urgencia-da-regulacao-de-plataformas-digitais>. Acesso em: 05 mai. 2024.

promover a liberdade de expressão e, ao mesmo tempo, proteger outros direitos fundamentais para os cidadãos”³⁹.

Outros levantamentos importantes foram feitos em relação à necessidade de um recorte de gênero e a medidas específicas voltadas para combater a desinformação sobre mudanças climáticas. No primeiro caso, em recente estudo conduzido pelo grupo “*She Persisted*”, as mulheres foram identificadas como as principais vítimas da desinformação e dos ataques *online*. No Brasil, o *X/Twitter* teve a maior porcentagem de ataques contra as mulheres, cerca de 61%, seguido pelo *YouTube* e o *Facebook* com respectivamente 59% e 53,4%⁴⁰. Kristina Wilfore, fundadora do projeto, mostrou que a liberdade de expressão é diferenciada para as mulheres, visto que frequentemente enfrentam discriminação e ataques à sua credibilidade, e enfatizou a necessidade de regulamentação para enfrentar essas questões e garantir um ambiente digital seguro e inclusivo.

Já no que tange ao aspecto climático, existe uma constatação de que nos últimos anos houve um aumento do negacionismo e da desinformação sobre mudanças climáticas. Nesse sentido, os participantes destacaram o papel e a responsabilidade da mídia enquanto importante meio para frear a disseminação de mentiras e conteúdos falsos, principalmente por meio da cobertura dessas notícias de forma fidedigna. Sônia Guajajara, ministra dos Povos Indígenas do Brasil (MPI), considerou que levar informação de qualidade para as pessoas é fundamental, por exemplo, para combater as narrativas de desinformação que disseminam discriminação contra povos indígenas no país⁴¹.

Sem comunicado final, o resultado do encontro foi apenas um chamado à ação global para promover a responsabilidade das plataformas digitais, proteger os direitos das mulheres e fortalecer a democracia *online*. Uma ação mais concreta, no entanto, foi vislumbrada apenas a nível doméstico com o anúncio de uma parceria estratégica entre as principais instituições científicas brasileiras para combater a desinformação e o discurso de ódio. O protocolo assinado destaca o papel central da ciência e da cooperação internacional na construção de um ambiente digital mais seguro, transparente e confiável para todos. Para a presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Luciana Servo, a desinformação é uma ameaça ao trabalho desenvolvido pelas instituições e na consolidação de políticas na medida em que “ela mina a credibilidade de pesquisas e distorce a percepção das ações de órgãos públicos”⁴².

Entre os eixos principais da iniciativa está a criação de uma Rede de Pesquisa Científica dedicada a investigar os mecanismos por trás da propagação de notícias falsas e desenvolver estratégias para diminuir seu impacto negativo na sociedade; e a criação de uma Plataforma de

³⁹ Evento do G20 em São Paulo propõe ações de combate à desinformação. **Agência Brasil**. 01 mai. 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-05/evento-do-g20-em-sao-paulo-propoe-acoes-de-combate-a-desinformacao>. Acesso em: 05 mai. 2024.

⁴⁰ Pesquisa revela que mulheres são as principais vítimas de desinformação nas redes sociais no Brasil. **G20**. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/principais-instituicoes-cientificas-brasileiras-anunciam-iniciativa-contradesinformacao-e-discurso-de-odio>. Acesso em: 05 mai. 2024.

⁴¹ Governo, academia e sociedade civil discutem estratégias para enfrentar a desinformação sobre mudanças climáticas. **G20**. 01 mai. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/governo-academia-e-sociedade-civil-discutem-estrategias-para-enfrentar-a-desinformacao-sobre-mudancas-climaticas>, Acesso em: 05 mai. 2024.

⁴² Principais instituições científicas brasileiras anunciam iniciativa contra desinformação e discurso de ódio. **G20**. 30 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/principais-instituicoes-cientificas-brasileiras-anunciam-iniciativa-contradesinformacao-e-discurso-de-odio>. Acesso em: 05 mai. 2024.

Dados que facilite a coleta, análise e compartilhamento de informações sobre o debate público digital. O grupo ainda propõe a implementação de uma política de fomento contínua para apoiar a transferência de conhecimento entre os setores público e acadêmico. Por meio dessas medidas é esperada uma abordagem mais coordenada na identificação e combate às notícias falsas, ao mesmo tempo em que salvaguarda a liberdade de expressão e o acesso à informação.

Vale dizer que o anúncio da parceria sucede a publicação de uma [Carta Aberta](#) publicada por pesquisadores, instituições de pesquisa e órgãos de fomento à ciência às vésperas do encontro do GT⁴³. Na carta, os signatários reconhecem a necessidade urgente de enfrentar os desafios trazidos pela disseminação em massa de desinformação, teorias da conspiração e discurso de ódio. O grupo propõe uma série de medidas, incluindo garantir acesso a dados provenientes de plataformas digitais para pesquisas, desenvolver parâmetros éticos para o uso de dados digitais e promover a curricularização dos estudos sobre desinformação e educação midiática. Outras propostas são uma maior integração entre universidades, sociedade civil e demais atores; o desenvolvimento de políticas de comunicação pública em ciência; e o fomento à capacitação de pessoal qualificado e ao desenvolvimento tecnológico. As ações sugeridas no documento se dividem nas seguintes temáticas: (i) infraestrutura e prática da pesquisa; (ii) promoção de conexões, interfaces e políticas de comunicação; e (iii) fomento e financiamento. No eixo de promoção de conexões, a agenda da saúde aparece em dois trechos⁴⁴:

- Conexão da pauta da integridade da informação com pautas de defesa da democracia, do combate às desigualdades sociais, da *promoção da saúde pública* e da preservação do meio-ambiente.
- Desenvolvimento de políticas públicas de comunicação e informação voltadas para o cidadão, a partir das *redes públicas de saúde*, segurança, educação, cultura, dentre outras.

Mudança climática em discussão pelo G7

Nesta quinzena, os ministros do Clima, Energia e Meio Ambiente do G7 se reuniram na cidade italiana de Turim, entre os dias 28 e 30 de abril. O objetivo era identificar ações coerentes, complementares entre si e interconectadas para enfrentar a atual crise climática, energética e ambiental, com ênfase nas áreas e populações mais vulneráveis. Como resultado, foi emitida uma declaração conjunta⁴⁵ que estabelece encaminhamentos às metas acordadas na COP28 e orienta as principais economias acerca dos compromissos necessários para enfrentar o desafio da mudança climática, sendo esses:

1. Eliminar gradualmente os combustíveis fósseis, começando pelo carvão;
2. Incentivar o crescimento das energias renováveis por meio do aumento da capacidade de armazenamento de energia;

⁴³ Carta aberta: ciência no combate à desinformação. **G20**. 28 abr. 2024. Disponível em: <https://www.g20.org/pt-br/noticias/carta-aberta-ciencia-no-combate-a-desinformacao>. Acesso em: 05 mai. 2024.

⁴⁴ BRAGA, T; , GOMES, G; ASSIS, T; ARAÚJO, L, et al. “Carta aberta: ciência no combate à desinformação”. Zenodo, abr. 2024. doi: 10.5281/zenodo.10978186.

⁴⁵ The Ministerial meeting on Climate, Energy and Environment ends with the adoption of a joint communiqué. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/the-ministerial-meeting-on-climate-energy-and-environment-ends-with-the-adoption-of-a-joint-communique/>>. Acesso em: 05/05/2024.

3. Promover a colaboração do G7 no setor de energia de fusão;
4. Romper com a totalidade de importações de gás russo;
5. Reduzir as emissões de metano;
6. Aumentar a segurança e a sustentabilidade de matérias-primas essenciais;
7. Eliminar as emissões de gases de efeito estufa que não sejam CO₂;
8. Criar um "Hub do G7" para acelerar as ações de adaptação;
9. Estabelecer uma "Coalizão da Água do G7";
10. Desenvolver uma agenda voluntária sobre têxteis e moda circulares;
11. Garantir uma transição justa para a energia limpa nos países em desenvolvimento, especialmente na África.

Com esses compromissos, o G7 tenta limitar o aumento da temperatura global a 1,5°C, reduzir as emissões globais de gases de efeito estufa em 43% até 2030, em comparação com os níveis de 2019, e zerar as emissões líquidas até a metade do século. Para isso, conta com o apoio da International Energy Agency (IEA), referência sobre segurança energética e transições de energia limpa, no fornecimento de dados, análises, recomendações de políticas e poder de convocação para orientar os tomadores de decisão e garantir a segurança do fornecimento de energia de forma limpa. Um exemplo claro desse apoio seria na elaboração e publicação em 2025 de um treinamento aos formuladores de políticas para criação do próprio roteiro de implementação da transição energética, começando pelo abandono dos combustíveis fósseis dos sistemas de energia, incluindo os caminhos tecnológicos e os cronogramas para permitir essa transição⁴⁶. O setor energético é responsável por 80% das emissões globais, portanto, o apoio tanto da IEA e seu potencial de capilaridade junto aos governos, G7, outros fóruns multilaterais, como o G20 e a COP, é de suma importância para garantir a transição energética.

A ministra brasileira para o meio ambiente, Marina Silva, participou como convidada da reunião do G7 em Turim. Segundo a ministra, “a responsabilidade das grandes economias, representadas aqui no G7, vai muito além da redução das emissões em seus territórios. Além de diminuir as próprias emissões, devem ter papel determinante para a descarbonização, mobilizando recursos públicos e privados, nacionais e internacionais, que fortaleçam a capacidade dos países em desenvolvimento.” Sua participação é importante, posto que o Brasil preside o G20 em 2024 e vai organizar a COP30, em 2025, que se dará na cidade de Belém. Marina Silva foi firme ao afirmar que os países do G7 (Estados Unidos, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália e Canadá) somam 10% da população global e respondem por 25% das emissões mundiais do setor de energia. “O resto das emissões é distribuído entre os 90% da população planetária”⁴⁷. Dessa forma, o G7 carrega uma maior responsabilidade em assegurar financiamento e meios de implementação da transição energética aos países em desenvolvimento. Isso, pois já possuem mecanismos de mercado que impulsionam essa transição, segundo a ministra do meio ambiente.

⁴⁶ G7 ministers draw on wide range of IEA recommendations to strengthen energy security and accelerate clean energy transitions. IEA. 2024. Disponível em: <<https://www.iea.org/news/g7-ministers-draw-on-wide-range-of-iea-recommendations-to-strengthen-energy-security-and-accelerate-clean-energy-transitions>>. Acesso em: 05/05/2024.

⁴⁷ Defender o meio ambiente envolve transformar a economia, diz Marina”. PODER 360. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/meio-ambiente/defender-o-meio-ambiente-envolve-transformar-a-economia-diz-marina/>>. Acesso em: 05/05/2024.

Para Marina Silva, o G7 pode apoiar o G20, a COP29 e a COP30 de três maneiras: i) viabilizando a nova meta global de financiamento climático coletivo na COP29, em Baku, restabelecendo a confiança no regime multilateral de clima; ii) fortalecendo os bancos multilaterais com efetivo desembolso de recursos para as áreas de mitigação e adaptação, avançando no processo de reforma da governança global; iii) elaborando até a COP30, Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDCs) alinhadas com a decisão do Consenso dos Emirados de transição para o fim do uso de combustíveis fósseis, assim antecipando a meta de neutralização das emissões para bem antes de 2050⁴⁸.

Figura 2: Encontro dos Ministros de Clima, Energia e Ambiente do G7



Fonte: G7 ITALIA.

A reunião sobre clima, energia e meio ambiente ainda resultou no anúncio de uma iniciativa de cooperação internacional com os países em desenvolvimento, em especial os mais vulneráveis, para conter os impactos da mudança climática. Denominada *Adaptation Accelerator Hub*, a iniciativa tem o objetivo de acelerar a implementação e o investimento em ações de adaptação às mudanças climáticas, com foco no estabelecimento de planos de investimento viáveis para atender às necessidades de adaptação dos países em desenvolvimento. Assim, passando do planejamento à implementação, especialmente os países mais vulneráveis poderão acessar e fortalecer plataformas ou abordagens já existentes para catalisar esse processo, a exemplo da NAP Global Network e a NDC Partnership. Poderão, ainda, otimizar a colaboração, a troca de experiências e habilidades técnicas, a comunicação e o suporte entre os países parceiros, segundo o ministro do meio ambiente e segurança energética

⁴⁸ Em reunião do G7 sobre clima, Marina Silva cobra financiamento de países ricos. AGÊNCIA GOV. 2024. Disponível em: <<https://agenciagov.ebc.com.br/noticias/202404/discurso-da-ministra-marina-silva-na-reuniao-de-ministros-de-clima-energia-e-meio-ambiente-do-g7>>. Acesso em: 05/05/2024.

italiano, Gilberto Pichetto Fratin⁴⁹. A *Adaptation Accelerator Hub* será apoiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que recebeu investimento financeiro da presidência do G7 para iniciar a implementação da iniciativa.

A tentativa da OCDE em conduzir um fluxo para a mudança

Entre os dias 02 e 03 de maio, ocorreu a edição de 2024 da Reunião anual do Conselho Ministerial da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) em Paris, França em formato híbrido. A reunião é o fórum de mais alto nível da OCDE, contando com a participação de ministros de Finanças, Economia, Relações Exteriores e outros departamentos governamentais dos países membros e parceiros da OCDE, além de representantes de organizações internacionais.

Sob o mote *“Co-Creating the Flow of Change: Leading Global Discussions with Objective and Reliable Approaches toward Sustainable and Inclusive Growth”* (“Co-Criando o Fluxo da Mudança: Liderando discussões globais com abordagens objetivas e confiáveis para o crescimento sustentável e inclusivo”, em uma tradução livre), o evento proporcionou debates acerca das complexas e inter-relacionadas questões que afetam e desafiam a todos os governos, tais como, as mudanças climáticas, o processo de digitalização e avanços tecnológicos, os impactos econômicos e sociais do envelhecimento da população, entre outros⁵⁰. O entendimento partilhado e sinalizado pela organização é de que tais desafios compartilhados devem ser enfrentados também em conjunto, sendo essencial o diálogo multilateral e a cooperação política eficaz e baseada em evidências e melhores práticas. Dessa forma, a agenda de reunião compreendeu as seguintes áreas:

1. Uma OCDE diversificada, inclusiva e com a mesma mentalidade: Fortalecendo o alcance do trabalho;
2. Uma ordem econômica baseada em valores compartilhados: A manutenção firme do comércio livre e justo e o aumento da resiliência econômica; e
3. Co-criando um futuro melhor: Enfrentando os desafios emergentes em escala global.

O evento de dois dias resultou em uma Declaração Oficial do Conselho Ministerial de 2024⁵¹, que reforça tópicos de interesse da organização e formaliza os posicionamentos, iniciativas e propostas de ações apresentados e debatidos nos encontros. A exemplo, nele há a ratificação do posicionamento em relação aos conflitos entre Rússia e Ucrânia, com a condenação explícita dos avanços e agressões russas sobre a Ucrânia e apoio da organização para a parte ucraniana, e a profunda preocupação no que ocorre no Oriente Médio e seus impactos econômicos e sociais negativos. Contudo, é interessante ressaltar que, ao longo de suas dez páginas, temáticas relacionadas diretamente à saúde foram pouco citadas explicitamente, sendo somente abordadas quando se há a menção aos compromissos assumidos na Reunião Ministerial do Comitê de Saúde da OCDE em sua Declaração sobre a

⁴⁹ The G7 countries join forces to strengthen adaptation actions in support of the most vulnerable countries. G7 ITALIA. 2024. Disponível em: <<https://www.g7italy.it/en/the-g7-countries-join-forces-to-strengthen-adaptation-actions-in-support-of-the-most-vulnerable-countries/>>. Acesso em: 05/05/2024.

⁵⁰ OCDE. Media advisory - OECD Ministerial Council Meeting 2-3 May 2024. OCDE [Internet]. 2024 Apr 23 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/media-advisory-oecd-ministerial-council-meeting-2-3-may-2024.htm>.

⁵¹ OCDE. 2024 Ministerial Council Statement. Paris: OECD Publishing 2024 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/mcm/documents/2024-Ministerial-Council-Statement.pdf>.

Construção de Melhores Políticas para Sistemas de Saúde Mais Resilientes e na indicação da vontade da OCDE em contribuir na promoção da Cobertura Universal de Saúde (UHC) e no fortalecimento da prevenção, preparação e respostas a pandemias.

Além da elaboração e publicação de tal documento oficial, uma série de outros encaminhamentos foram também acordados e saudados pelos participantes da reunião⁵², como a apresentação das orientações estratégicas para os anos de 2025 e 2026; os roteiros para os processos de adesão da Argentina e da Indonésia à OCDE; o Relatório do Secretário aos Ministros sobre as Relações Globais da OCDE; o Plano de Implementação do Quadro Estratégico da OCDE para a região indo-pacífica; o piloto do painel da OCDE sobre disparidades de gênero; o roteiro para a implementação da iniciativa de dados sobre gênero; entre outros.

Os ministros também aprovaram a atualização anual sobre a Definição de Normas da OCDE e concordaram sobre a adoção de alguns instrumentos legais da organização econômica (novos ou em versões mais atualizadas), tais como a Recomendação do Conselho sobre Inteligência Artificial (em resposta aos recentes desenvolvimentos tecnológicos na área e a emergência de IA de uso geral e generativa)⁵³, a Recomendação do Conselho sobre Diretrizes de Governança Corporativa de Empresas Estatais, a Recomendação do Conselho sobre Transparência e Integridade em Lobby e Influência, a Declaração sobre o Apoio à Realização dos Objetivos Estratégicos e Metas da Estrutura Global sobre Produtos Químicos e a Declaração Revisada sobre Investimento Internacional e Empresas Multinacionais.

Ainda na esteira do evento, a organização lançou a versão mais recente de sua tradicional publicação semestral “*Economic Outlook*” (Perspectiva Econômica), em que analisa e projeta as principais tendências e perspectivas econômicas globais para os próximos dois anos, além de apresentar um conjunto consistente de projeções para produção, emprego, gastos do governo, entre outros⁵⁴.

A recente edição da iniciativa indica que a economia global continua crescendo em um ritmo modesto, com a atividade econômica mais resiliente do que o esperado (embora ocorra divergências consideráveis entre as economias), o declínio constante da inflação e o desemprego em níveis baixos, além de maiores taxas de confiança do setor privado. As perspectivas econômicas, desse modo, projetam um crescimento estável do PIB global de 3,1% em 2024, o mesmo que os 3,1% registrados em 2023, seguido por um leve aumento para 3,2% em 2025, com a inflação retornando à meta na maioria dos países até o final de tal ano⁵⁵.

Assim, a OCDE recomenda aos formuladores de política três observações gerais:

1. A política monetária necessita permanecer prudente e restritiva a fim de garantir que as pressões inflacionárias subjacentes sejam contidas de forma duradoura, mesmo que haja

⁵² OCDE. OECD Ministerial Council Statement and Outcomes. OCDE [Internet]. 2024 May 03 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-ministerial-council-statement-and-outcomes-2024.htm>.

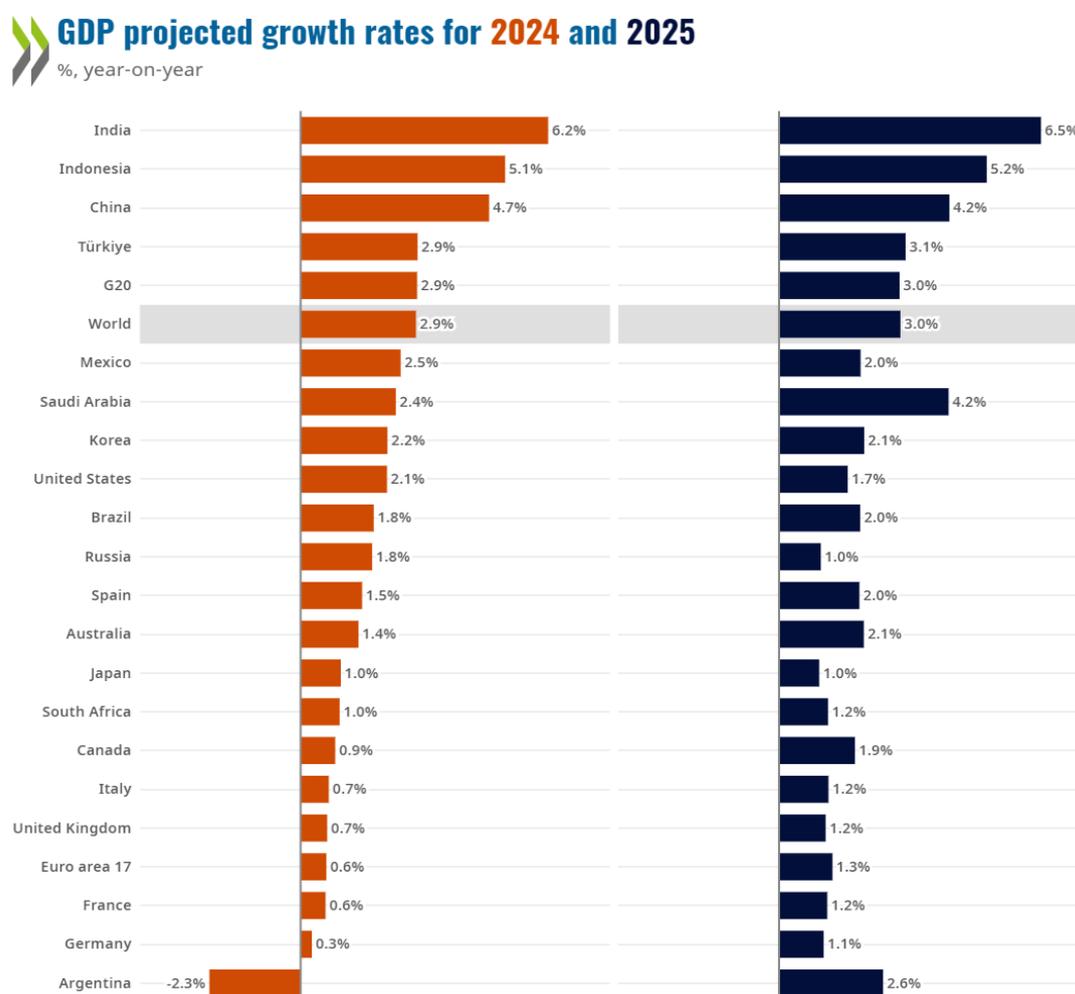
⁵³ OCDE. OECD updates AI Principles to stay abreast of rapid technological developments. OCDE [Internet]. 2024 May 03 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/oecd-updates-ai-principles-to-stay-abreast-of-rapid-technological-developments.htm>.

⁵⁴ OCDE. Economic outlook: Steady global growth expected for 2024 and 2025. OCDE [Internet]. 2024 May 02 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/economic-outlook-steady-global-growth-expected-for-2024-and-2025.htm>.

⁵⁵ OCDE. OECD Economic Outlook, Volume 2024 Issue 1: Preliminary version. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://doi.org/10.1787/69a0c310-en>.

- espaços para a redução da taxa de juros – o ritmo e a escala das reduções das taxas dependerão dos dados e poderão variar entre os países e suas condições econômicas;
2. A política fiscal precisa lidar com as crescentes pressões para garantir a sustentabilidade da dívida, sendo essenciais esforços mais intensos no curto prazo para conter o crescimento dos gastos, reformas para aumentar as receitas e o estabelecimento antecipado de planos fiscais e de gastos de médio prazo confiáveis, adaptados aos desenvolvimentos específicos do país; e
 3. É preciso mais ambição nas políticas estruturais para melhorar o crescimento de longo prazo, com uma ação política mais significativa para impulsionar o investimento e aprimorar o desenvolvimento de habilidades e intensificar a inovação, fomentar a transição climática bem-sucedida e econômica, estimular o progresso tecnológico e o crescimento da produtividade e aumentar o emprego.

Figura 3: Projeção de crescimento do PIB de países para 2024 e 2025, % ano a ano



Source: OECD Economic Outlook, Interim Report February 2024.



Fonte: OCDE, 2024.

Em sua avaliação individual do projeto para o Brasil (disponível em inglês e em português)⁵⁶, a OCDE projetou uma alta do PIB brasileiro de 1,9% em 2024, acima da estimativa anterior de 1,8%, e o crescimento de 2,1% para o ano seguinte. Embasando-se no crescimento sólido da oferta de empregos, no aumento do valor do salário-mínimo e a inflação em queda, estima-se que as despesas domésticas sejam o principal fator de crescimento do país latino-americano, principalmente em 2024. No entanto, mesmo com a recente recuperação, a incerteza no ambiente externo ainda persiste e tal fator fará com que o investimento privado seja discreto ao longo do ano de 2024. A organização ainda sugere que a política fiscal brasileira precisa de esforços para cumprir as metas de consolidação, frisando que a consolidação fiscal é fator necessário para a recuperação da confiança na economia brasileira.

Outro destaque durante o período da quinzena foi a Reunião Ministerial da Política de Ciência e Tecnologia da OCDE de 2024, que reuniu representantes de alto nível de mais de 50 países e organizações internacionais ainda no mês de abril. Durante o evento, Ministros de Ciência e Tecnologia participantes destacaram em suas discussões a necessidade de governos desenvolverem abordagens coordenadas para explorar as oportunidades de tecnologias novas e emergentes e, ao mesmo tempo, gerenciar melhor os riscos futuros, além de concordar sobre a necessidade de políticas voltadas à promoção e a adaptação a tecnologias como a neurotecnologia, a biologia sintética e a tecnologia quântica⁵⁷. Os representantes também reivindicaram na Declaração Final do evento o fomento de políticas transformadoras na área de Ciência, Tecnologia e Inovação para acelerar as transições de sustentabilidade e a incorporação de valores compartilhados na cooperação internacional e na governança tecnológica, juntamente com iniciativas que tornem o setor mais inclusivo.

O evento contou também com o lançamento de dois documentos de temas conexos a reunião: a nova Estrutura da OCDE para Governança Antecipatória de Tecnologias Emergentes⁵⁸, que promove a inovação responsável e oferece ferramentas para assistir governos a identificar e abordar as implicações éticas, sociais e legais dos desenvolvimentos tecnológicos antes que eles se consolidem; e a nova Agenda para Políticas Transformadoras de Ciência, Tecnologia e Inovação⁵⁹, criada para impulsionar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação responsáveis e equitativos.

Por fim, o último destaque deste informe se refere à publicação intitulada *“Policy Dialogues in Focus for Brazil: International Insights for Digital Education Reform”*⁶⁰. Produto parte de uma série de seminários sobre políticas educacionais, o documento busca oferecer aos

⁵⁶ OCDE. Perspectivas Econômicas da LA: Nota de País - Brasil. Paris, OCDE Publishing, 2024 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/economy/surveys/america-latina/EO115SP-Brasil-PRT.pdf>.

⁵⁷ OCDE. Transformative policies and anticipatory governance are key to optimising benefits and managing risks of new emerging technologies. OCDE [Internet]. 2024 Apr 24 [cited 2024 May 03]. Available from: <https://www.oecd.org/newsroom/transformative-policies-and-anticipatory-governance-are-key-to-optimising-benefits-and-managing-risks-of-new-emerging-technologies.htm>.

⁵⁸ OECD. Framework for Anticipatory Governance of Emerging Technologies. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 03];165. Available from: <https://doi.org/10.1787/0248ead5-en>.

⁵⁹ OECD. OECD Agenda for Transformative Science, Technology and Innovation Policies. OECD Science, Technology and Industry Policy Papers [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 03];164. Available from: <https://doi.org/10.1787/ba2aaf7b-en>.

⁶⁰ OECD. Policy Dialogues in Focus for Brazil: International Insights for Digital Education Reform. OECD Education Policy Perspectives [Internet]. Paris: OECD Publishing, 2024 [cited 2024 May 03];100. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/b6ec7886-en>.

formuladores de políticas federais e subnacionais, atores da sociedade civil e pesquisadores no Brasil a oportunidade de aprender com a experiência de seis sistemas educacionais semelhantes (Austrália, Chile, Colômbia, Irlanda, Coreia do Sul e México), abrangendo quatro tópicos principais: (i) governança da educação digital; (ii) infraestrutura e recursos; (iii) capacitação; e (iv) recursos de aprendizagem digital. O documento propõe também indicadores que os formuladores de políticas possam utilizar ao elaborar a concepção, a implementação, o monitoramento e a avaliação das reformas da educação digital.

XV Reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS

XV BRICS TB Research Network meeting

Claudia Hoirisch

Resumo: Dentre os destaques da quinzena, resalto a XV reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS realizada em Moscou de 23-25 de abril de 2024. As discussões giraram em torno da pesquisa atual sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo a TB multirresistente. A Rede tem como objetivo de alcançar os ODS e eliminar a TB e essa reunião ajudou a atualizar os especialistas dos países que aderiram ao grupo em 1º de janeiro de 2024. Outro destaque foi a declaração da Bolívia que alimenta o interesse em compor o BRICS, tendo inclusive formalizado o pedido para integrar o bloco no ano passado, durante a 15ª Cúpula do grupamento, na África do Sul. O presidente boliviano Luís Arce disse que o país tem muito a compartilhar, apontando o fato do país ser dono de importantes reservas de lítio, além de minerais raros. Arce deseja fazer parte do BRICS para intercambiar recursos naturais bolivianos por tecnologia de extração e produção de lítio. Por fim, os sherpas/sous-sherpas do BRICS reuniram-se em Moscou nos dias 22-23 de abril. O encontro concentrou-se na implementação das decisões da Cúpula de Joanesburgo de 22-24 de agosto de 2023 e nos preparativos para a próxima reunião dos MRE do BRICS, programada para ocorrer em 10-11 de junho de 2024, em Nizhny Novgorod, Rússia.

Palavras-chave: BRICS. Saúde. TB. Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS. Diagnóstico e tratamento da TB. Bolívia desejam ingressar no BRICS. Lítio. Intercâmbio de lítio por extração e produção.

Abstract: Among the highlights of the fortnight, I highlight the XV BRICS TB Research Network meeting held in Moscow from April 23rd-25th, 2024. Discussions revolved around current research on TB prevention, diagnosis, and treatment, including multidrug-resistant TB. The Network aims to achieve the SDGs and eliminate TB and this meeting helped to update experts from the countries that joined the group on January 1st, 2024. Another highlight was Bolivia's declaration that fuels interest in joining the BRICS, having even formalized the request to enter the bloc last year, during the group's 15th Summit, in South Africa. Bolivian President Luís Arce said that the country has a lot to share, pointing out the fact that the country owns important reserves of lithium, as well as rare minerals. Arce wants to be part of BRICS to exchange Bolivian natural resources for lithium extraction and production technology. Finally, the BRICS sherpas/sous-sherpas met in Moscow on April 22-23. The gathering focused on implementing the decisions of the Johannesburg Summit on August 22-24, 2023, and the next BRICS MRE meeting, scheduled to take place on June 10-11, 2024, in Nizhny Novgorod, Russia.

Keywords: BRICS. Health. TB. BRICS TB Research Network. Diagnosis and treatment of TB. Bolivia wants to join BRICS. Lithium. Exchange lithium for extraction and production technology.

XV reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS

Imagem 1 - Reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS



Fonte: Roscongress Foundation

A 15ª reunião da Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS foi realizada em Moscou, de 23-25 de abril de 2024. As discussões da reunião giraram em torno da pesquisa atual sobre prevenção, diagnóstico e tratamento da TB, incluindo a TB multirresistente. A Rede conduz uma ampla gama de pesquisas colaborativas destinadas a promover a inovação em diagnósticos, vacinas, medicamentos e tratamentos de TB com objetivo de alcançar os ODS e eliminar a TB.

A reunião deu continuidade à cooperação dos BRICS na luta contra a TB e permitiu à Rede de Pesquisa sobre TB do BRICS atualizar especialistas dos países que aderiram ao grupo em 1º de janeiro de 2024.

A Rede foi organizada pela primeira vez em 2017, de acordo com o Plano de Cooperação para TB do BRICS aprovado na 6ª Reunião de MS do BRICS em Nova Delhi (Índia), em 2016 e confirmado pela Declaração dos líderes do BRICS de 2017 na Cúpula do BRICS em Xiamen (China).

Apesar da Arabia Saudita não ter ainda confirmado a entrada no grupo, sua bandeira já figurava na logomarca do Encontro de especialistas de TB.

Presidente da Bolívia diz que cooperação com o BRICS pode ajudar o país a acelerar seu processo de industrialização

Imagem 1 – Salar de Uyuni, o maior deserto de sal do planeta fica na Bolívia



A Bolívia alimenta o interesse em ingressar no BRICS, inclusive formalizou o pedido para integrar o bloco no ano passado, durante a 15ª Cúpula do BRICS, na AS.

O presidente Luis Arce lembrou que a Bolívia tem muito a compartilhar e enfatizou que o país tem importantes reservas de lítio além de minerais estratégicos raros. O lítio é essencial para as baterias de eletrônicos e carros elétricos.

O Salar de Uyuni, deserto de sal boliviano, tem 12.000 km² de riqueza mineral e cerca de 50-70% das reservas de lítio do mundo. O sal carbonato de lítio está a 3.600 metros acima do nível do mar e recebe muita chuva fazendo com que fique dissolvido na salmoura. Isso dificulta o uso da evaporação a base de sol. A complexidade da mineração e do processamento do lítio fez com que a Bolívia não conseguisse desenvolver sozinha a indústria do lítio, necessita de capital e conhecimentos especializados.

O objetivo da Bolívia em fazer parte do BRICS é para intercambiar tecnologia com os recursos naturais bolivianos, ou seja, alguns países do bloco podem ajudar na industrialização da Bolívia.

Hoje existem duas empresas chinesas trabalhando nas reservas de lítio bolivianas, além de uma empresa russa que vem acertando detalhes de contrato para trabalhar no Salar de Uyuni, para explorar e produzir carbonato de lítio e seus derivados.

Em certa ocasião, a general Laura Richardson, do Exército dos EUA, encarregada das operações militares americanas na América do Sul, América Central e Caribe, declarou que existem algumas coisas que interessam aos Estados Unidos: terras raras, água doce e lítio^{61,62,63}. Esses recursos estão presentes na Bolívia e o país está atento em defender a sua soberania e suas riquezas naturais.

Além desses três bens, a América Latina é importante para os EUA, sempre segundo Richardson, devido a concentração das maiores reservas de petróleo, como as da Venezuela; as reservas de petróleo guianense do tipo leve, mais valioso⁶⁴ e o cobre e ouro da Venezuela e a Amazônia, descrita como “o pulmão do mundo”⁶⁵.

Os EUA nem dissimulam seu interesse na região.

Reunião não programada dos Sherpas/sous-Sherpas do BRICS

Imagens 2 e 3: Reunião dos sherpas/sous-sherpas do BRICS com destaque para a Emb. *Ana Maria Bierrenbach*, subsherpa do Brasil para o BRICS



Fonte: Roscongress Foundation

⁶¹ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625814-litio-petroleo-e-agua-doce-os-estados-unidos-nem-dissimulam-seus-interesses-na-america-latina>

⁶² <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c0vz35p4pqgo>

⁶³ <https://www.reuters.com/world/americas/bolivia-president-calls-joint-latin-america-lithium-policy-2023-03-24/>

⁶⁴ O petróleo leve tem pouco enxofre e é mais fácil e barato de refinar, dando origem a uma fração maior de derivados nobres, como querosene e gasolina

⁶⁵ <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/625814-litio-petroleo-e-agua-doce-os-estados-unidos-nem-dissimulam-seus-interesses-na-america-latina>

Os sherpas/sous-sherpas do BRICS reuniram-se em Moscou, de 22-23 de abril. O encontro concentrou-se nas questões da agenda da presidência russa do BRICS; na implementação das decisões da Cúpula de Joanesburgo de 22-24 de agosto de 2023 e na organização dos preparativos para a reunião dos MRE do BRICS, programada para ocorrer em 10-11 de junho de 2024, em Nizhny Novgorod, Rússia.

Os desafios de consolidação da democracia na América Latina

Los retos por la consolidación de la democracia en Latinoamérica

Sebastian Tobar

Samia de Brito

Miryam Minayo

Dedicamos este relatório a Elisa Minayo Dutra, desejando que ela possa desfrutar de uma região mais integrada e um mundo mais sustentável, onde ninguém fique atrás.

Resumen. En esta edición de nuestro informe presentamos el panorama político reciente la región latino-americana, haciendo foco en el análisis de las elecciones y deterioro de las condiciones de la libertad de prensa. Observamos, también las agendas de las organizaciones regionales relacionadas a la salud y al desarrollo, tales como el ORAS-CONHU que promovió la XXXVII Reunión Extraordinaria de Ministros de Salud del Área Andina-REMSAA, acciones en los temas de salud única, enfermedades entéricas y prevención del VIH por la COMISCA, así como la profundización de las discusiones en la OTCA en relación al tema de la gestión de los recursos hídricos en el Amazonas.

Palabras-clave: América Latina y el Caribe. Salud. Elecciones y libertad de prensa

Resumo. Nesta edição do nosso relatório apresentamos o panorama político recente da região latino-americana, com principal foco para análise das eleições e deterioramento das condições da liberdade de imprensa. Observamos também as agendas das organizações regionais relacionadas à saúde e ao desenvolvimento, tais como: o ORAS-CONHU que promoveu XXXVII Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA); ações nos temas de saúde única, doenças entéricas e prevenção do HIV pelo COMISCA e aprofundamento da discussão na OTCA do tema de gestão de recursos hídricos na Amazônia.

Palavras-chave: América Latina e Caribe. Saúde. Eleições e liberdade de imprensa

Panorama político na Região

Como frequentemente sinalizado pela CEPAL, a América Latina e o Caribe apresentam um crescimento muito lento, com uma elevada prevalência de formas de emprego precário e desemprego que leva a uma deterioração do bem-estar social. Isso favoreceu um lento progresso no cumprimento de muitos dos ODS e das Metas da Agenda 2030.

Também observamos déficit de democracia, com as restrições à liberdade de imprensa, processos eleitorais que não são percentuais de alguns conflitos, assim como a necessidade de consolidar governos como na região do Haiti em um contexto de violência crescente por grupos armados. Como pano de fundo para esse contexto, cresce a complexidade das relações entre os atores e processos internacionais.

A conjuntura mundial apresenta desafios ao cumprimento dos ODS: as guerras entre a Ucrânia e a Rússia, os conflitos na Faixa de Gaza, o conflito entre Taiwan e a China, assim como as tensões deste último país com os Estados Unidos enfraquecem a capacidade do enfrentamento as grandes crises internacionais, como a ambiental e as inequidades econômicas. A globalização tem sido uma porta de manifestação de promessas incumpridas e retrocedidas, os mercados estão complexos, o Mercosul está estancado e o acordo com a União Europeia desvaneceu.

Mas a crise atual também aponta oportunidades. Diante das tensões entre os Estados Unidos e a China, cada vez mais, as empresas multinacionais buscam diversificar suas cadeias de suprimentos para não depender tanto da China. Nesse sentido, grandes parcerias, tendo sofrido interrupções em suas cadeias de fornecimento no marco da pandemia, miram na região com bons olhos para localizar suas empresas.

A América Latina oferece algumas oportunidades:

- ✓ Proximidade aos mercados dos Estados Unidos e da Europa.
- ✓ Custos trabalhistas baixos, como os da China.
- ✓ Grandes potencialidades energéticas, como a existência de grandes reservas de lítio e de fontes para energias verdes.
- ✓ Populações mais jovens do que as da Ásia e outras regiões emergentes, com um "bono demográfico" de quase três décadas para atrair investimentos e acelerar seu desenvolvimento.

Apesar de a América Latina registrar apenas 1,6% das patentes de novos produtos registrados anualmente no mundo, nossa região tem apresentado grande crescimento de "start-ups" tecnológicas, segundo a revista especializada "Crunchbase¹".

Nos últimos anos, esforços consideráveis nos países latino-americanos foram realizados para reformar políticas de inovação, em particular através da melhoria e modernização do sistema de patentes. A crescente importância dos ativos intelectuais para o crescimento econômico e desenvolvimento da região levou a um aumento substancial no número de patentes solicitadas. O continente tem se transformado gradualmente: deixou de ser um receptor de tecnologia para desempenhar um papel ativo no desenvolvimento em determinados domínios. Atualmente, uma grande proporção da inovação latino-americana é produzida em universidades, que muitas vezes exigem que investidores ou desenvolvedores externos tragam as suas novas ideias para o mercado.

Para avançarmos no aproveitamento destas oportunidades, precisamos de mais estabilidade e democracia. Vejamos um pouco o panorama eleitoral e político da nossa região.

Diferentes processos eleitorais foram realizados ou estão em andamento.

Neste domingo, 5, eleições² foram realizadas no **Panamá** num cenário pré-eleitoral em que o ex-presidente Martinelli está escondido na Embaixada da Nicarágua e incentiva José Raul Murillo (30% da intenção de voto dos cidadãos)³, que é o primeiro na intenção de votos. O Panamá é um país cuja economia cresceu muito, mas que enfrenta a corrupção, a falta de água no seu canal interoceânico e a crise migratória de Darien. Confirmando as previsões, José Raul Mulino venceu com 35 % dos votos⁶⁶.

⁶⁶ <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2024-05/conservador-jose-raul-mulino-vence-eleicoes-presidenciais-no-panama>

Talvez o caso mais polêmico seja o da **Venezuela**, onde o governo bloqueou o voto de mais de 5 milhões de venezuelanos que deveriam ser autorizados a votar pelo Registro Eleitoral (25% do total de cidadãos habilitados), mas que estão no exterior; apenas pouco mais de 60 mil será capaz de fazer isso. Apesar de muitos terem se apresentado para se registrar em consulados venezuelanos no exterior, barreiras burocráticas foram colocadas e o chavismo bloqueou a participação da oposição. Historicamente, o partido no poder tem dificultado o voto dos venezuelanos no estrangeiro, sabendo que se trata sobretudo de um voto antichavista. Embora a campanha para as eleições presidenciais, que serão realizadas em 28 de julho na Venezuela, comece oficialmente em 4 de junho, a pré-campanha foi iniciada e tanto o chavismo quanto a oposição já começaram a traçar suas estratégias para conquistar a votação⁴.

Na **Bolívia**, o ex-presidente Evo Morales garantiu que está autorizado a concorrer à presidência, apesar de o Tribunal Constitucional ter emitido uma decisão determinando que uma pessoa só pode ser presidente por dois mandatos, contínuos ou descontínuos. O ex-presidente Morales alertou que será candidato presidencial pelo MAS para as eleições de 2025 "*por bem ou por mal*"⁵ (a las buenas o a las malas), numa mensagem aos seus seguidores em Cochabamba. Morales apelou aos seus seguidores para que "*se mobilizassem*"⁶ contra o Congresso de setores próximos do presidente e ordenou-lhes que "*se preparassem para sair às ruas*". Desde 2021, Arce e Morales estão afastados e no ano passado suas diferenças se aprofundaram devido à realização de um congresso nacional do partido no qual, na ausência do presidente e de seus setores fiéis, o ex-presidente foi ratificado como líder do MAS e nomeado "candidato único" para as eleições de 2025. O ex-presidente da Bolívia e líder do governista Movimento ao Socialismo (MAS), Evo Morales (2006-2019), acusou neste domingo o presidente, Luis Arce, de ter um plano para "*estender-se*" no poder e disse que governa "*por meio de decisões judiciais*"⁷.

A violência no **Haiti** continua e o novo governo de transição prolongou o toque de recolher obrigatório⁸ no departamento Ocidental, onde está localizado Porto Príncipe. A capital possui, atualmente, maior parte do seu território dominada por gangues armadas que impõem o terror entre os cidadãos. O novo Conselho de Transição, que tomou posse após a renúncia de Ariel Henry, nomeou Leblan Fils como Presidente deste órgão⁹. O Conselho de Transição nomeou Michel Patricio Boisvert, que até recentemente atuou na pasta de Esportes, como novo Primeiro Ministro. Em um cenário extremamente violento, milhares de haitianos fogem do seu país e se deslocam para outros países da região, na busca por melhores condições de vida.

Muito perto do Haiti, na América Central, em **El Salvador**, o presidente Bukele consolidou o seu poder absoluto com um Congresso adaptado às suas necessidades que lhe permite aprovar reformas sem oposição. Já em junho de 2023, numa medida solicitada pelo Presidente e questionada pela oposição, o Congresso aprovou a redução do número de legisladores de 84 para 60 a partir de 1 de maio¹⁰. A mudança é produto de uma reforma da Constituição da República para que o mesmo legislador possa ratificar uma reforma constitucional com o voto de três quartos dos deputados eleitos. Os argumentos apresentados para estas mudanças são que "*não é possível que uma Constituição permaneça inalterada ao longo dos anos*", que a Constituição salvadorenha "*é rígida*" e que também é "*viva*", pelo que é "necessária e indispensável", "modificar o procedimento de reforma constitucional e "*gerar a cláusula de reforma*" que permite às novas gerações fazer mudanças¹¹.

No Norte, o **México** continua em campanha eleitoral. Duas mulheres e um homem competem para suceder a Andrés Manuel López Obrador: LXóchitl Gálvez, candidata da coalizão Fuerza y Corazón por México, formada por PRI, PAN e PRD; Claudia Sheinbaum, da coalizão

Vamos Continuar Fazendo História formada pelos partidos Morena, PT e PVEM, e Jorge Álvarez Máynez, porta-estandarte do Movimento Cidadão. Faltando menos de um mês para as eleições, que serão realizadas no dia 2 de junho, as pesquisas de opinião mostram Claudia Sheinbaum liderando as intenções de voto¹². O México viverá as maiores eleições de sua história ao competir por governadores, senadores, deputados e presidência, onde participarão 95 milhões de mexicanos.

No passado dia 14 de Abril e, mais recentemente, neste dia 28 de Abril, realizaram-se o primeiro e o segundo debates presidenciais, conseguindo-se identificar as estratégias políticas em dois grupos claramente antagônicos que representam dois modelos de país diferentes: por um lado, o regresso do neoliberalismo representado por Máynez e Xóchitl que recorrem a táticas de desinformação digital; por outro, o projeto pós-neoliberal que simboliza o Humanismo Mexicano de Sheinbaum que aborda as causas estruturais das injustiças sociais¹³.

Xóchitl ofereceu uma narrativa imprecisa, tanto na análise quantitativa como na qualidade de suas propostas, concentrando seu foco em ataques repetitivos à figura do candidato de esquerda, do partido MORENA e de Andrés Manuel López Obrador. Ataques baseados na desinformação estratégica, sugerindo serem pré-fabricados a partir de laboratórios de marketing político e tentando atribuir responsabilidade unidirecional ao governo MORENA em relação à situação do tráfico de drogas, ignorando a dívida social e criminal das administrações anteriores. Essa posição indica a falta de solidez em suas propostas e os baixos resultados obtidos nas sondagens durante os dois debates refletem uma perda significativa de apoio.

Claudia Sheinbaum escolheu uma estratégia focada em apresentar conquistas macroeconômicas e promover um projeto de crescimento inclusivo. Questões como a estabilidade do peso, a redução da pobreza e da desigualdade e a continuidade de projetos emblemáticos que apoiam idosos, jovens talentos e obras de infraestrutura ganharam foco em sua fala.

Também em clima eleitoral, no cone sul do **Uruguai**, líderes da América Latina e do mundo enviam mensagens de apoio a Pepe Mujica¹⁴ após o anúncio de sua doença: câncer de esôfago e que sua saúde está “muito comprometida” devido às co-morbidades.

Em 27 de outubro de 2024, 2,6 milhões de uruguaios elegerão o presidente para substituir Luis Lacalle Pou. Antes das eleições gerais, realizar-se-ão eleições internas ou eleições no dia 30 de junho, em simultâneo, abertas e obrigatórias para os membros de todos os partidos políticos¹⁵. Cada partido apresentará os seus candidatos e aquele que tiver mais votos será o candidato presidencial às eleições que serão realizadas no dia 27 de outubro, que integram duas coligações, a Frente Ampla (FA) e o Partido Nacional (PN), que está no governo.

As últimas sondagens de opinião mostram uma diferença limitada na intenção de votos: com a liderança da oposição Frente Ampla (FA) que possui 45%, e o Partido Nacional (PN) que possui 32 %, 11 % para outros partidos do país e outros 11% estão indecisos¹⁶.

A realização de eleições livres e a consolidação dos governos por elas eleitos são fundamentais para a democracia, mas a **liberdade de imprensa** também é fundamental. Um relatório recente da ONG Repórteres Sem Fronteiras apresenta dados preocupantes¹⁷. O relatório reflete que a liberdade de imprensa se deteriorou substancialmente e mais da metade dos países da região registram uma deterioração da sua situação, principalmente devido à queda do indicador político. Cada vez mais líderes políticos estigmatizam os jornalistas e os meios de

comunicação social nos seus discursos. A isto somam-se campanhas de desinformação, ações judiciais abusivas e propaganda estatal, que fomentam a desconfiança na imprensa e favorecem a polarização. Esta violência, juntamente com os ataques físicos contra jornalistas com total impunidade, criam um clima de autocensura na América do Sul e Central.

A situação é especialmente preocupante na **Argentina** (66.º), após a chegada ao poder do presidente Javier Milei, cuja postura agressiva em relação ao jornalismo afeta o pluralismo. No **Peru** (125.º), as condições para o exercício do jornalismo se deterioram à medida que o sistema político se torna cada vez mais opaco. O referido país caiu 48 posições em apenas dois anos. Na América Central, a atitude abertamente hostil do presidente Nayib Bukele em relação ao jornalismo de investigação explica o declínio significativo que **El Salvador** registou (133.º) desde 2019.

Por outro lado, alguns países apresentam melhora: o **Chile** está na 52ª posição, subindo 31 posições. O abrandamento da polarização e a vontade do governo de reforçar a liberdade de imprensa para criar um ambiente mais seguro para os profissionais da comunicação social contribuíram para este destaque.

Isto também ocorre no **Brasil**, que ocupa o 82º lugar, e onde o governo do Presidente Lula tem buscado normalizar as relações com a imprensa, após um período de escalada de tensões durante o mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Outrora o país com melhor classificação na região, a **Costa Rica** (26.º) continua a cair, devido às tensões entre o governo e os meios de comunicação.

O Organismo Andino de Salud Convenio Hipolito Unanue (ORAS-Conhu) organizou a XXXVII Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde da Área Andina (REMSAA)⁶⁷

A Reunião Extraordinária de Ministros de Saúde foi organizada pelo ORAS-Conhu em coordenação com o Ministério de Saúde do Perú, que exerce a Presidência Pró Tempore do organismo e teve como objetivo analisar e aprovar resoluções sobre saúde e bem-estar. A agenda do evento discutiu temáticas como: doença renal crônica, desenvolvimento infantil precoce, recursos humanos, saúde digital e tecnologias sanitárias.

No evento, a secretaria executiva do ORAS-Conhu, Maria del Carmem Dávila reafirmou o papel do Organismo na contribuição em promover saúde e bem-estar sem nenhum tipo de discriminação, desde a gestação até a velhice e em níveis de prevenção, recuperação, reabilitação e cuidados paliativos. Além disso, agradeceu o trabalho dos ministérios de Saúde da região andina como também de outros atores como organismos internacionais, sociedades científicas e universidades.

O resultado das discussões foram a aprovação de alguns documentos e ações:

- Plano Andino para a Prevenção, Diagnóstico precoce e tratamento da Doença Renal Crônica pelo Curso da Vida 2024-2030;
- Política Andina de Saúde Pública para fortalecer e alcançar o ótimo Desenvolvimento Infantil Precoce;
- Política Andina de Recursos Humanos 2024-2030;

⁶⁷ <https://www.orasconhu.org/es/ministros-de-salud-andinos-fortalecen-el-trabajo-conjunto-en-salud-renal-desarrollo-infantil-salud>

- Criação de grupo de trabalho para impulsionar o desenvolvimento de uma estratégia de Saúde Digital na região andina;

-Política Andina de Avaliação de Tecnologias Sanitárias

-Plano Operativo Anual e Orçamento 2024 do ORAS-Conhu.

Por fim, nas discussões se ressaltou a importância de colocar a disposição do Conselho de Brasília, as políticas e planos andinos, assim como estudos, pesquisas e experiência desenvolvidas pelo ORAS-CONHU, com prioridade para os temas de saúde como envelhecimento saudável, saúde digital, saúde intercultural e compra conjunta de medicamentos.

O Conselho de Ministros de Saúde da CentroAmerica (COMISCA) cumpriu agenda nos temas de saúde única, doenças entéricas e prevenção do HIV⁶⁸⁶⁹⁷⁰

No tema de saúde única, a Secretaria Executiva do Comisca realizou uma oficina para a elaboração do Plano de Ação Conjunto de Saúde Única para a região SICA. A atividade foi realizada em conjunto com os Centros para o Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) sob o marco do Acordo Cooperativo de Saúde Global.

O objetivo da oficina foi trabalhar em uma proposta técnica e de adaptação regional do Plano de Ação Conjunto sobre Saúde Unica, desenvolvido conjuntamente pela a FAO, OMS, OMSA e PNUMA., para apresentação na próxima Reunião Intersetorial de Ministros de Saúde, Ambiente e Agricultura do SICA. A oficina contou com a facilitação das equipes técnicas da Oficina da CentroAmerica e da oficina de Saúde Unica dos CDC.

No tema de doenças entéricas, o SE-COMISCA juntamente com o CDC/EUA, o Ministério de Saúde e o Instituto Nacional de Saúde de El Salvador realizou a Oficina Nacional de Pesquisa aplicada a surtos de doenças entéricas. O objetivo da oficina foi a formação de facilitadores para fortalecer no país as capacidades para coordenação e resposta eficaz a surtos de doenças entéricas com profissionais de diferentes áreas estratégicas do Sistema Nacional Integrado de Saúde de El Salvador. O evento abordou temas e exercícios sobre patógenos comuns transmitidos por alimentos e água, identificação de surtos através de informes da comunidade e vigilância epidemiológica, estratégias e métodos para identificar conglomerados de casos entre outros.

Por fim, no tema de prevenção do HIV, o SECOMISCA desenvolveu, em parceria com os CDC/EUA em San Salvador a “Oficina de Avaliação de Médio Termo de Estratégias de Prevenção”. O objetivo foi avaliar as estratégias de prevenção implementadas para a busca ativa de casos novos de HIV nos lugares apoiados para o período de outubro a março de 2024.

A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) participa em evento sobre gestão de recursos hídricos na Amazônia⁷¹

⁶⁸ https://www.sica.int/noticias/realizan-taller-de-desarrollo-del-plan-de-accion-conjunto-de-una-salud-para-la-region-sica_1_133903.html

⁶⁹ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-y-cdc-realizan-taller-nacional-de-investigacion-aplicada-de-brotos-de-enfermedades-entericas_1_133908.html

⁷⁰ https://www.sica.int/noticias/se-comisca-desarrolla-taller-de-evaluacion-de-medio-termino-de-estrategias-de-prevencion-de-vih_1_133909.html

⁷¹ <https://otca.org/pt/comite-diretivo-do-projeto-bacia-amazonica-se-reune-em-brasilia-para-compartilhar-os-avancos-alcancados-em-2023-e-planejar-os-proximos-passos/>

A OTCA, na pessoa da sua diretora administrativa, participou da III Reunião do Comitê Diretor do Projeto Bacia Amazônica (CDP). O CDP é formado por pontos focais nos oito países amazônicos e as agências implementadoras (PNUMA) e executora (SP/OTCA). A diretora administrativa da OTCA, em sua intervenção, ressaltou que a reunião é resultado de um trabalho de diálogo, intercâmbio e cooperação para a gestão integrada dos recursos hídricos na Amazônia.

No evento a Coordenação Regional do Projeto (UCR) apresentou o Relatório de Implementação do Projeto para o ano de 2023, com destaque para a criação da Rede Amazônica de Autoridades Hídricas (RADA). A Rede tem como objetivo a cooperação e o apoio mútuo na gestão sustentável e no monitoramento dos recursos hídricos na Amazônia. Além disso, a UCR também apresentou o progresso dos produtos regionais, como Plataforma Regional Integrada de Informações sobre GIRH na Bacia Amazônica, a elaboração do Panorama Regional da Poluição por Mercúrio e o treinamento sobre igualdade de gênero.

Por fim, os destaques do evento foram para os resultados das Oficinas Nacionais sobre a implementação do Programa de Ações Estratégicas (PAE) e o andamento dos projetos de intervenção que buscam aumentar a resiliência das comunidades e a proteção dos sistemas aquáticos amazônicos frente às mudanças climáticas. Para o planejamento de 2024, o principal objetivo é fortalecer as capacidades nacionais para a gestão integrada de recursos hídricos.

10º Fórum Regional sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD-10)

10th Africa Regional Forum on Sustainable Development (ARFSD-10)

Augusto Paulo Silva

Manuel Mahoche

Tomé Cá

Felix Rosenberg

Abstract. *The aim of the Regional Forum was to conduct a regional follow-up and review of progress made, facilitate peer-to-peer learning, and promote transformative and innovative solutions and actions to accelerate the realization of the SDGs and the aspirations and targets of the African Union's Agenda 2063. African researchers create multi-country research group on Mpox to mitigate recurrent epidemics and prevent future pandemics. Two new projects launched with the European Union for Genomic Surveillance and Data Sharing and Outbreak Detection. High-level ministerial consultation for intergovernmental negotiation on the draft Pandemic Agreement raised the continent's voice to be heard at the next World Health Assembly. The International Conference on PEN-Plus in Africa emphasized the grossly unequal access to prevention, diagnosis, treatment, and long-term care and pledged to advocate for greater attention to chronic diseases within health systems. SADC strengthens strategic partnerships with the IMF, the World Bank, and the USA.*

Keywords: *UNECA. Africa CDC. WHO AFRO. SADC.*

Resumo. O objetivo do Fórum Regional foi realizar um acompanhamento e uma revisão regionais dos progressos realizados, facilitar a aprendizagem entre pares e promover soluções e ações transformadoras e inovadoras para acelerar a realização dos ODS e as aspirações e metas da Agenda 2063 da União Africana. Os pesquisadores africanos criam grupo de pesquisa plurinacional Mpox para atenuar as epidemias recorrentes e prevenir futuras pandemias. Lançados dois novos projetos com a União Europeia para a Vigilância Genômica e Partilha de Dados e Detecção de Surtos. Consulta ministerial de alto nível para negociação intergovernamental sobre projeto do Acordo Pandêmico elevou a voz do continente para ser ouvida na próxima assembleia Mundial da Saúde. A Conferência Internacional sobre a PEN-Plus em África sublinhou o acesso grosseiramente desigual à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados continuados e comprometeu-se a defender uma maior atenção às doenças crónicas no âmbito dos sistemas de saúde. A SADC fortalece parcerias estratégicas com o FMI, Banco Mundial e os EUA.

Palavras-chave: *UNECA. CDC África. OMS AFRO. SADC.*

A Comissão Económica da ONU para África (UNECA)

10º Fórum Regional sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD-10)

O Fórum Regional sobre Desenvolvimento Sustentável (ARFSD-10) é uma plataforma anual intergovernamental e multilateral mandatada pela Assembleia Geral Assembleia Geral

através das suas resoluções 67/290, 70/1 e 70/299. O Fórum foi criado após a adoção das resoluções 930 (XLVIII) e 939 (XLIX) nas oitava e nona reuniões anuais conjuntas do Comitê Técnico Especializado de Finanças, Assuntos Monetários, Planeamento Económico e Integração da União Africana e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, do Planeamento e do Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para África, realizadas em 2015 e 2016, respetivamente.

O Fórum realiza um acompanhamento e uma revisão integrados dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e dos objetivos da Agenda 2063: *A África que Queremos*, da União Africana. Isto porque, para África, as duas agendas proporcionam um quadro sinérgico para alcançar um desenvolvimento sustentável inclusivo e centrado nas pessoas na região.

O Fórum é também um dos três mecanismos mandatados para acompanhar, rever e catalisar ações para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e os Objetivos da Agenda 2063. Os outros mecanismos são as Revisões Nacionais Voluntárias e, a nível mundial, o Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas. Para complementar estes processos e fortalecer a ação local, os governos nacionais e subnacionais iniciaram processos voluntários de revisão local. A este respeito, o Fórum igualmente fornece uma plataforma para a aprendizagem entre pares, incluindo sobre revisões nacionais voluntárias e revisões locais voluntárias por entidades subnacionais.

Normalmente, o Fórum é organizado pela Comissão Económica para África (UNECA), em colaboração com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias entidades do sistema das Nações Unidas. Assim, a 10ª Sessão do Fórum Regional Africano foi organizada pela UNECA, em colaboração com a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e várias organizações das Nações Unidas.

O Fórum reuniu ministros, altos funcionários, peritos e profissionais da UNECA, do sector privado, da sociedade civil, de instituições académicas e de entidades das Nações Unidas.

O tema da 10ª Sessão do Fórum Regional de África é "Reforçar a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063: *A África que Queremos*, da União Africana, e erradicar a pobreza em tempos de múltiplas crises: a entrega efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras ". Este tema está alinhado com o tema da próxima reunião do Fórum Político de Alto Nível das Nações Unidas.

A meio da implementação da Agenda 2030, a economia mundial continua vulnerável, navegando num ambiente global incerto caracterizado por um crescimento global moderado, condições de financiamento precárias, perturbações nas cadeias de abastecimento globais e crises climáticas que se desenrolam rapidamente. Estes choques múltiplos e perturbadores pesaram particularmente na dinâmica de crescimento socioeconómico das economias em desenvolvimento, especialmente nos países vulneráveis e de baixo rendimento, tornando cada vez mais difícil uma recuperação total das perdas causadas pela pandemia da Covid-19. De forma crucial, a significativa contração monetária e a persistente incerteza política que persiste em todo o mundo exacerbaram o problema da dívida e a vulnerabilidade, principalmente para os países com situações orçamentárias muito limitadas.

De acordo com o [Relatório sobre os Países menos Desenvolvidos de 2023](#), publicado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento, estima-se que o serviço da dívida externa dos países menos desenvolvidos tenha aumentado de 46 bilhões de

dólares em 2021 para cerca de 60 bilhões em 2023, dificultando a capacidade de estimular a recuperação e o crescimento. Segundo António Guterres, um total de 57% dos países africanos gasta mais em pagamentos de juros da dívida externa do que [investe em cuidados de saúde](#), e quase todos gastam mais em juros do que investem em ações climáticas. Além disso, o prolongamento da guerra entre a Federação Russa e a Ucrânia continua a ser um risco global importante que aumenta a incerteza e pode agravar a insegurança alimentar e o custo de vida em África. Em particular, as alterações climáticas, que ameaçam vidas, meios de subsistência e atividades económicas, continuam sem diminuir. Além disso, o enfraquecimento do multilateralismo e a fragmentação geopolítica continuam a corroer o tecido social das sociedades, intensificando a polarização à medida que as nações enfrentam crises crescentes de governança e instabilidade política.

Assim, a convergência destas crises geopolíticas, socioeconómicas, financeiras e climáticas apenas para amplificar as dificuldades económicas, reduzindo a prosperidade e o progresso social através do agravamento da pobreza e da desigualdade.

No meio de tão fortes ventos contrários, a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável está a ser gravemente ultrapassada. A arquitetura financeira internacional não está a conseguir canalizar a poupança global para [investimentos relacionados com os Objetivos](#) no ritmo e escala necessários. No seu Relatório *World Investment Report 2023: Investing in Sustainable Energy for All*, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento destaca um crescente défice de investimento anual, sendo a disparidade atual de mais de 4 biliões de dólares anuais, um aumento significativo em relação aos 2,5 biliões de dólares registados em 2015, quando os Objectivos foram lançados como parte da Agenda 2030.

E de acordo com o Índice dos Objetivos Anuais de Desenvolvimento Sustentável, a realização global dos Objetivos aumentou apenas ligeiramente, de 64% em 2015 para 66% em 2019 - muito lentamente para cumprir os Objetivos até 2030, e com progresso altamente desigual dentro e entre os países.

Em África, em particular, os progressos nos Objetivos e na Agenda 2063 foram desiguais, com diferenças significativas entre sub-regiões, países e áreas rurais e urbanas. Tem havido um progresso constante nas principais metas dos Objetivos, em particular na cobertura da rede móvel 4G, acesso à água potável segura. Nas tendências atuais, existe o risco de que a lacuna na Meta relacionada a resultados entre os países de alta e baixa renda serão mais amplos em 2030 (29 pontos) do que em 2015 (28 pontos). O que significa que as hipóteses de perder uma década de progressos no sentido da convergência global são elevadas. É preocupante que não se preveja que um único objetivo seja atingido a nível mundial. Sem dúvida, as múltiplas crises geopolíticas que o mundo enfrenta atualmente dificultarão ainda mais os progressos rumo a 2030. Assim, isto exige esforços acelerados para garantir que África atinja os Objetivos até 2030.

Os objetivos do Fórum

O objetivo geral da 10ª Sessão do Fórum Regional é realizar um acompanhamento e uma revisão regionais dos progressos realizados, facilitar a aprendizagem entre pares e promover soluções e ações transformadoras e inovadoras para acelerar a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as aspirações e metas da Agenda 2063.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- (a) Rever os progressos, desafios e oportunidades na implementação das Agendas 2030 e 2063 e, em consonância com o próximo Fórum Político de Alto Nível sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizar uma apreciação aprofundada da realização em África dos ODS 1 (sem pobreza), 2 (fome zero), 13 (ação climática), 16 (paz, justiça e instituições fortes) e 17 (parcerias) e os objetivos correspondentes de Agenda 2063, com especial incidência na execução do seu II Plano Decenal;
- (b) Fortalecer a aprendizagem e defender medidas políticas eficazes e ações a nível nacional, regional e mundial, para promover a realização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2063;
- (c) Deliberar sobre intervenções transformativas, ambiciosas e inovadoras, incluindo políticas e ações práticas para impulsionar a implementação integrada e acelerada à escala das Agendas 2030 e 2063, com vista à consecução dos objetivos das duas agendas;
- (d) Chegar a um consenso e adoptar resultados, nomeadamente:
 - (i) Resumo e mensagens-chave do Fórum, incluindo prioridades dos Estados-Membros e principais opções políticas e recomendações para informar e estimular a ação nos níveis subnacional, nacional, regional e global para acelerar a implementação integrada das Agendas 2030 e 2063;
 - (ii) Declaração sobre resultados concretos de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para reforçar as Agendas 2030 e 2063 e erradicar a pobreza em tempos de múltiplas crises.

Subtemas

As atividades da 10ª Sessão do Fórum Regional tiveram como base os seguintes subtemas, que foram criados em torno dos cinco Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem considerados no próximo Fórum Político de Alto Nível sobre desenvolvimento sustentável:

[Sem pobreza](#) (ODS 1);

[Fome zero](#) (ODS 2);

[Ação climática](#) (ODS 13);

[Paz, justiça e instituições sólidas](#) (ODS 16);

[Parcerias para os objetivos das Agendas 2030 e 2063](#) (ODS 17).

O Fórum Regional enfatizou a importância crítica de esforços para garantir a implementação integrada das Agendas 2030 e 2063 à luz de sua natureza sinérgica e mutuamente reforçadora, através de que eles fornecem um quadro para o desenvolvimento transformador e sustentável do continente. Em geral, e ao considerar cada um dos subtemas, os participantes do Fórum identificaram medidas específicas para mitigar o impacto de múltiplas crises e acelerar a implementação das duas agendas, considerar as ligações entre todos os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e identificar e promover uma ação integrada para atingir múltiplos objetivos de forma coerente que garanta que ninguém seja deixado para trás.

Formato do Fórum

A 10ª Sessão do Fórum Regional foi realizada em formato híbrido que permitiu a participação presencial e *online*. O Fórum incluiu reuniões e eventos prévios sendo os principais segmentos os abaixo descritos:

- (a) Campo de treino de ciência, tecnologia e inovação para jovens (fórum da juventude);
- (b) Reunião anual de 2024 da Plataforma de Colaboração Regional para África;
- (c) Análise dos progressos realizados na transformação dos sistemas alimentares;
- (d) [6º Fórum Regional Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação](#);
- (e) Oficina preparatória regional sobre [Revisões Voluntárias Nacionais e Locais](#);
- (f) Oficina para os principais grupos com interesse em África;
- (g) Campo de programação para raparigas africanas;
- (h) Sessão das conversações sobre o clima em África para a sub-região do Norte de África;
- (i) *Hackathon*⁷² para a transformação digital.

Principais segmentos do Fórum

A 10ª Sessão do Fórum Regional foi composta dos seguintes segmentos:

A abertura da sessão, na qual a Presidente da Etiópia fez a abertura solene com discursos da Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, do Presidente da Comissão da União Africana, do Banco Africano de Desenvolvimento, do Conselho Económico e Social, do Secretário Executivo da UNECA e do Presidente da Mesa cessante;

Resultados do Fórum

O Fórum Regional Africano espera:

- (a) Consenso sobre as prioridades urgentes de ação a níveis subnacional, nacional, regionais e global para fornecer efetivamente soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de crises múltiplas. Estas prioridades foram captadas sob a forma de mensagens-chave e de uma Declaração, adoptada no Fórum, cujos resultados serão apresentados pelo Presidente da Mesa do Fórum no próximo Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável que se realizará em Nova Iorque em julho de 2024;
- (b) Reforçar a capacidade dos países que efetuam Revisões Nacionais Voluntárias em 2024 para efetuarem as suas revisões e apresentarem no próximo Fórum Político de Alto Nível de 2024;
- (c) Dotar os membros da UNECA, a sociedade civil, o sector privado, as instituições académicas e parceiros de desenvolvimento com os conhecimentos, as competências e as ferramentas necessárias para atuar e alargar o alcance dos resultados do Fórum;

⁷² *Hackathon* é uma combinação entre os termos *hack* (programar) e *marathon* (maratona), são eventos que reúnem programadores, designers e outros profissionais ligados ao desenvolvimento de software onde pode durar de um dia a uma semana e em geral é um ambiente ideal para o desenvolvimento da inovação e resolução de problemas (<https://hackathon.icict.fiocruz.br/hackathon.icict.fiocruz.br/o-que-%C3%A9-um-hackathon.html>)

- (d) Fortalecer os compromissos e a dinâmica e alargar as parcerias para a Agenda 2030 e erradicar a pobreza, apresentando efetivamente soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras.

Documentação do Fórum

Os documentos da 10ª Sessão do Fórum Regional Africano incluem:

- (a) Documentação de sessões prévias:
 - (i) [Nota conceitual](#);
 - (ii) [Relatório](#) sobre a implementação das Agendas 2030 e 2063 da União Africana;
 - (iii) Relatório sobre o apoio prestado pela UNECA e pela União Africana para a implementação, o acompanhamento e a revisão das duas Agendas;
 - (iv) Relatórios analíticos concisos sobre os subtemas;
 - (v) Relatórios e documentos finais de reuniões e eventos anteriores relevantes;
- (b) Documentação de sessões posteriores:
 - (i) Mensagens-chave de consenso para apresentação ao Fórum Político de Alto Nível de 2024 fórum político de alto nível sobre desenvolvimento sustentável;
 - (ii) Relatório final sobre as deliberações, que apresenta as principais questões levantadas, as prioridades identificadas e as recomendações feitas durante a sessão;
 - (iii) Relatório sobre o 6º Fórum Regional Africano de Ciência, Tecnologia e Inovação;
 - (iv) Relatório sobre o seminário regional para os países que efetuam Revisões Nacionais Voluntárias;
 - (v) Relatório sobre o seminário regional para os principais grupos e outras partes interessadas.

Apelo a reformas das instituições e da arquitetura financeiras mundiais

Os Ministros e altos funcionários africanos presentes na 10ª Sessão do Fórum Regional Africano para o Desenvolvimento Sustentável (ARFSD-10) apelam a uma reforma atempada das instituições financeiras mundiais e da arquitetura do desenvolvimento sustentável e do financiamento do desenvolvimento em África.

Esta é, segundo os participantes, a mensagem africana unificada para a Cúpula do Futuro, que se realizará em setembro de 2024, em Nova Iorque. A mensagem, que inclui compromissos alinhados com as prioridades de África, deve ser entregue como parte do pacto do futuro planeado para a Cúpula.

Na sua Declaração sobre a aplicação efetiva de soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para reforçar as Agendas 2030 e 2063 e para erradicar a pobreza em tempos de crises múltiplas, divulgada no encerramento da ARFSD-10 em Adis Abeba, os Ministros apelaram aos participantes na Cúpula do Futuro para que considerassem e adoptassem, como parte do pacto do futuro previsto, as reformas para o desenvolvimento sustentável e o financiamento do desenvolvimento em África.

"A Cúpula deve assegurar a reforma atempada das instituições e da arquitetura financeiras mundiais, de modo a torná-las adequadas aos seus objetivos e capazes de servir os interesses de África e dos países em desenvolvimento de todo o mundo", lê-se na declaração.

A Declaração foi acordada tendo como pano de fundo os graves desafios que os países africanos enfrentam, incluindo as ameaças ao crescimento inclusivo, sustentável e resiliente

colocadas pelos conflitos e pela instabilidade, o financiamento sustentável inadequado, a tensão da dívida, os fluxos financeiros ilícitos, a transferência de lucros, as alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a degradação dos solos e a poluição e as violações dos direitos humanos.

A Declaração apela à necessidade de garantir a existência de mecanismos de financiamento globais que deem aos países africanos e a outros países em desenvolvimento acesso a financiamento concessional adequado e equitativo e a recursos acessíveis baseados no mercado para acelerar o desenvolvimento sustentável. Além disso, é necessário reformar a governança fiscal internacional.

Os Ministros manifestam igualmente a sua preocupação com o facto de o continente não estar no bom caminho para cumprir a maioria das metas dos ODS e ter mesmo regredido em relação a algumas delas, continuando a albergar 55% da população mundial que vive abaixo do limiar de pobreza, tal como referido no documento de reflexão sobre a promoção da recuperação e da transformação em África para reduzir as desigualdades e as vulnerabilidades.

Ao proferir o seu discurso de encerramento na ARFSD-10, Hanan Morsy, Secretária Executiva Adjunta e Economista-Chefe da Comissão Económica para África, afirmou que África tem a oportunidade de inverter as tendências e acelerar a ação no sentido da realização dos ODS e *da África que Queremos*, garantindo o acesso aos serviços sociais básicos, gerando criação de emprego e criando redes de proteção social e de segurança para reduzir as vulnerabilidades e as desigualdades.

Ela salientou que África não pode alcançar os ODS e a Agenda 2063 sem finanças. "A África precisa de investimentos de 1,3 biliões de dólares por ano para alcançar os ODS até 2030 e de investimentos de mais de 3 biliões de dólares só em mitigação e adaptação para implementar os seus Contributos Determinados a Nível Nacional", afirmou Morsy.

"A comunidade internacional deve também fazer a sua parte e cumprir as promessas feitas, bem como tomar medidas deliberadas para reformar a arquitetura financeira internacional, reformar os mecanismos de resolução da dívida e aumentar o financiamento acessível."

Afirmou ainda que África deve assumir a sua legítima posição de liderança na procura de soluções para os seus desafios de desenvolvimento.

Os Ministros manifestaram a sua preocupação com os sérios desafios que os países africanos enfrentam no acesso ao financiamento climático e com o elevado custo que pagam para mobilizar capital do setor privado para investimento, apesar da multiplicidade de fundos relacionados com o clima para financiar projetos climáticos nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento até 2030, a fim de alcançar os ODS até 2030.

Exortaram a UNECA e outras entidades do sistema das Nações Unidas, a Comissão da União Africana, o Banco Africano de Desenvolvimento e os seus parceiros a redobram os esforços para revitalizar as instituições, políticas, planos e programas e canalizar o financiamento para salvar os ODS e acelerar a implementação integrada da Agenda 2030 e o segundo Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063.

O Coordenador Residente e Humanitário da Etiópia, Ramiz Alakbarov, disse que é necessário um compromisso mais tangível de todos os parceiros para alcançar os ODS. "A ênfase também deve ser colocada nos recursos internos para a paz e o desenvolvimento para o futuro do continente", acrescentou.

"São necessárias soluções africanas sólidas para impulsionar a mudança e é necessário dar mais ênfase às parcerias globais e privadas."

Destaque de algumas declarações na 10ª Sessão do Fórum Regional (ARFSD-10)

Na sessão solene de abertura do ARFSD-10, os delegados e convidados trocaram impressões sobre a necessidade de se encontrar soluções inovadoras para a erradicação da pobreza no meio de múltiplas crises. Estas incluem as mudanças climáticas, desafios econômicos, paz e segurança e a saúde.

Todos os oradores sublinharam o facto de o Fórum ARFSD-10 constituir uma oportunidade de ouro para analisar progressos, desafios e oportunidades na implementação tanto da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável quanto da Agenda da União Africana 2063.

Por exemplo, os Estados-Membros da União Africana estão a meio caminho da implementação da Agenda 2030, mas os progressos registados na maioria dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS) continuam fora do caminho.

Na sessão de abertura, Maizama Abdoulaye, Presidente da Mesa cessante e Ministro da Hidráulica, do Saneamento e do Ambiente do Níger, afirmou que os governos africanos precisam de acelerar as medidas de combate às mudanças climáticas e promover a transição verde.

"O continente precisa também de adotar abordagens inovadoras para mobilizar recursos financeiros internos e externos", disse.

Os oradores da sessão de abertura foram unânimes em denunciar a inadequação da arquitetura financeira mundial por não responder à evolução das necessidades de África.

Claver Gatete, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da UNECA, observou que opções de financiamento para África são atualmente limitadas, tanto nos mercados nacionais quanto mundiais. "A contração de empréstimos a nível interno afasta o sector privado, enquanto a contração de empréstimos a nível externo expõe os países às flutuações das taxas de câmbio", observou, tendo realçado que "mecanismos de financiamento inovadores, associados a reformas na arquitetura financeira mundial, podem abrir novas vias para o investimento sustentável e o crescimento inclusivo."

Gatete observou ainda que a África tem a oportunidade de reformular o debate sobre as mudanças climáticas, passando de uma situação de catástrofe para uma situação de oportunidade, concentrando-se em atrair novos investimentos relacionados com o clima.

Por sua vez, Monique Nsanzabaganwa, Vice-Presidente da Comissão da União Africana, apelou aos delegados para que tratassem a realização dos ODS e da Agenda 2063 não apenas como um objetivo político, mas como um dever moral.

"Encontramo-nos perante o formidável desafio de erradicar a pobreza e reforçar a Agenda 2030 e a Agenda 2063. Não se trata apenas de um objetivo, é um imperativo moral, é um dever elevar os milhões de irmãos e irmãs que vivem na pobreza e na privação", afirmou Nsanzabaganwa.

Amina Mohammed, Secretária-Geral Adjunta das Nações Unidas, em representação do Secretário-Geral, observou que o elevado custo dos empréstimos em África constituía um importante obstáculo ao desenvolvimento sustentável.

O serviço da dívida atingiu o seu nível mais elevado de sempre devido a choques externos e está a espremer as economias, deixando pouco ou nada para investir no desenvolvimento sustentável.

"O total do serviço da dívida representou uns impressionantes 47,5% das receitas públicas na África Subsaariana no ano passado, o que impediu a realização de despesas com serviços essenciais e investimentos no futuro do continente", afirmou a Secretária-Geral Adjunta da ONU. Ela identificou a Zona de Comércio Livre Continental Africana e o mercado único africano de transportes aéreos como fatores de mudança.

No excerto do seu [discurso no primeiro dia](#) do Fórum, Amina Mohammed, na qualidade de Presidente do Grupo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, descreveu algumas áreas em que o continente está a fazer progressos e em que a ação deve ser intensificada.

"É essencial que intensifiquemos a ação em transições e vias de investimento fundamentais para acelerar os progressos. Tanto a nível regional quanto nacional, estamos a assistir a oportunidades de transições críticas que podem impulsionar o progresso. Vou destacar quatro domínios em particular:

Em primeiro lugar, *energia inclusiva e sustentável*. Os países africanos estão a fazer progressos tangíveis na garantia do acesso à energia sustentável. O acesso à eletricidade aumentou quase 10% nos últimos seis anos. Mas apesar de África possuir 60% dos recursos solares mais cobiçados do mundo, o continente só atraiu 2% dos investimentos globais em energias renováveis nas últimas duas décadas. Também somos o lar de uma proporção significativa dos minerais críticos para a revolução global das energias renováveis. A cadeia de valor dos veículos eléctricos é estimado em cerca de 60 biliões de dólares até 2050. Um enorme mercado potencial para as energias renováveis africanas. Mas a extração de recursos não deve prejudicar os meios de subsistência dos mais vulneráveis. O painel do Secretário-Geral sobre Minerais Críticos para a Transição Energética é fundamental para garantir que não repetimos os padrões de exploração do passado.

Em segundo lugar, *sistemas alimentares sustentáveis*. Após um longo período de melhoria, a fome agravou-se substancialmente em África. Cerca de 280 milhões de pessoas estão subnutridas, um aumento de 57 milhões desde a pandemia de Covid-19. Os pequenos agricultores estão sob a pressão das mudanças climáticas. Mas foram feitos progressos significativos na transformação do sistema alimentar em África. Diversas iniciativas africanas estão a integrar a transformação dos sistemas alimentares nas estratégias e planos de desenvolvimento sustentável. Exemplos positivos são a Estratégia Regional de Nutrição da Comissão da União Africana e a Posição Comum Africana sobre a soberania e a resiliência alimentares. 42 países africanos desenvolveram vias nacionais para implementar a visão das Nações Unidas no âmbito da Cúpula dos Sistemas Alimentares e o recente Apelo à Ação resultante do *Food Systems Stock Take +2*.

Em terceiro lugar, a *conectividade digital*. Há pioneiros digitais, mas o fosso entre e dentro dos países africanos continua a ser significativo. As estratégias digitais nacionais no Gana, no Quênia, na Nigéria, na África do Sul e no Ruanda são excelentes exemplos de como podemos moldar as vias de investimento à escala da região.

Em quarto lugar, a *educação*. A decisão da União Africana de fazer de 2024 o Ano Africano da Educação e a sua abrangente Estratégia Continental de Educação para África, com a duração de dez anos, demonstra o forte reconhecimento deste facto pelos líderes africanos. O

mesmo acontece com os progressos realizados no domínio da educação por vários países - da Serra Leoa ao Quênia, à Costa do Marfim e à Namíbia.

Repensar a arquitetura mundial. Chegou o momento de repensar as políticas internacionais orientadas para a austeridade, reduzir os custos do serviço da dívida e assegurar um sistema fiscal global mais equitativo, para que os países africanos possam fazer o que sabemos que querem fazer: investir mais, de forma mais eficiente e mais equitativa. Em todo este trabalho, o sistema de desenvolvimento das Nações Unidas é o seu parceiro de confiança. A inclusão da União Africana no G20 e a criação de um lugar adicional para a África Subsariana no FMI são também de grande importância - para a voz de África e para a do Sul Global.

A nossa voz será essencial na preparação da Cúpula do Futuro, bem como na quarta Conferência Internacional sobre o Financiamento do Desenvolvimento e na segunda Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social em 2025”.

Robinah Nabbanja, Primeira-Ministra do Uganda, congratulou-se com o papel alargado que a África está agora a desempenhar na definição de políticas a nível mundial, na sequência da recente inclusão da União Africana no G20, tendo afirmado "temos de deixar de ser seguidores nos debates mundiais, mas sim inovadores e provedores de soluções para muitos dos desafios africanos."

CDC África

Grupo africano de pesquisa sobre Mpox

Os pesquisadores africanos propuseram a criação de um [grupo de pesquisa plurinacional](#) para atenuar as epidemias recorrentes em África e prevenir futuras pandemias. O planeado Consórcio de pesquisa sobre o Mpox (MpoxReC, *Mpox Research Consortium*) foi anunciado durante a Reunião Regional de Emergência de Alto Nível sobre o Mpox em África, realizada de 11 a 13 de abril, na República Democrática do Congo e que foi matéria do Caderno 06-24.

"Propomos a criação de um Consórcio de pesquisa sobre o Mpox (MpoxReC) em África, multidisciplinar e multinacional, liderado por africanos, com o objetivo global de estabelecer uma rede de pesquisa para promover a eliminação do mpox", afirmou o Prof. Jean B. Nachega (Departamento de Medicina, Divisão de Doenças Infecciosas, Faculdade de Medicina e Ciências da Saúde, [Universidade de Stellenbosch](#), Cidade do Cabo, África do Sul).

Essa varíola é endémica em 12 países de África. Nachega afirmou que África enfrenta uma necessidade há muito não satisfeita de laboratórios de diagnóstico locais sustentáveis e de capacidade de pesquisa para Mpox. "O MpoxReC responderá a estas necessidades e proporcionará a monitorização e a vigilância dos resultados em todos os países africanos endémicos, contribuindo simultaneamente para as tão necessárias colaborações de investigação Sul-Sul, multidisciplinares e interprofissionais e para o reforço das capacidades", afirmou. O Comissário afirmou que o continente precisa de partilhar os quadros nacionais e regionais de preparação para a epidemia da doença.

O grupo, que inclui também parceiros mundiais e colaboradores africanos, centrar-se-á inicialmente nos Camarões, na República Centro-Africana, na República Democrática do Congo, no Gana, na Nigéria e na República do Congo. A Professora Nadia Sam-Agudu chefiará os pesquisadores da Universidade de Cape Coast no Gana, o Professor Samuel Nakoune Yandoko chefiará a equipa do Instituto Pasteur em Bangui, na República Centro-Africana, e os co-

pesquisadores principais, Prof. Jean-Jacques Muyembe e o Prof. Placide Mbala, representarão o Instituto Nacional de Investigação Biomédica da RDC. O Prof. Dimie Ogoina do Hospital Universitário do Delta do Níger representará a Nigéria, a equipe de pesquisa do Instituto Pasteur dos Camarões será liderada pelo Prof. Richard Njouom e a do Congo será liderada pela Prof. Francine Ntoumi da Fundação Congoleza de Pesquisa Médica. O alargamento a outros países africanos terá lugar mais tarde.

Parceria com a União Europeia em novos projetos

Dois [novos projetos](#) destinados a reforçar as competências de África em matéria de deteção molecular de surtos, vigilância genômica e partilha de dados tiveram início no continente. A Plataforma Integrada de Vigilância Genômica e Partilha de Dados (*Integrated Genomic Surveillance and Data Sharing Platform*) e a Vigilância Genômica Integrada para a Deteção de Surtos (*Integrated Genomic Surveillance for Outbreak Detection*) foram oficialmente anunciadas em 24 de abril.

"Estes projetos estão preparados para reforçar a deteção laboratorial e a vigilância de doenças emergentes, reemergentes e endémicas, bem como de agentes patogénicos resistentes aos antimicrobianos em África", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, acrescentando que "o número crescente de surtos é impulsionado por fatores ecológicos, climáticos, políticos, económicos e sociais complexos, todos eles cada vez mais exacerbados no nosso continente."

"Face aos atuais desafios da saúde mundial, fortalecer as capacidades de deteção e sequenciamento molecular de múltiplos agentes patogénicos na União Africana é essencial para a segurança sanitária mundial", afirmou Laurent Muschel, Diretor-Geral interino da Autoridade de Preparação e Resposta a Emergências Sanitárias (HERA, *Health Emergency Preparedness and Response Authority*) da Comissão Europeia.

O CDC África, a HERA, a Agência de Execução Digital e de Saúde Europeia (*European Health and Digital Executive Agency*), a Sociedade Africana de Medicina Laboratorial (ASLM, *African Society for Laboratory Medicine*) e a Fundação de Saúde Pública de África (*Africa Public Health Foundation*) estão a colaborar nos projetos. Juntamente com os parceiros, o CDC África está a construir uma rede de colaboração que reforça a sua capacidade de resposta às ameaças à saúde.

Nqobile Ndlovu, Diretor Executivo da ASLM, afirmou que o lançamento dos dois projetos é fundamental para a conceção de abordagens escaláveis e sustentáveis para a integração do diagnóstico molecular e do sequenciamento nas estruturas de vigilância de rotina de África. "Estamos ansiosos por colaborar com o CDC de África e a HERA para reforçar os sistemas laboratoriais, garantindo respostas eficazes às atuais e futuras ameaças à saúde", finalizou Ndlovu.

Consulta ministerial de alto nível para a negociação intergovernamental sobre o projeto do Acordo relativo a Pandemias – [Comunicado](#):

Nós, os Ministros da Saúde dos Estados-Membros da União Africana, reunidos a 27 de abril de 2024 em Adis Abeba, Etiópia, sob a facilitação do CDC África, para uma Consulta Ministerial de Alto Nível para o Órgão de Negociação Intergovernamental sobre o projeto de Acordo de Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, acordámos o seguinte:

Recordando a Declaração da União Africana sobre a Aceleração da Implementação do RSI em África (2017), o Estatuto alterado do CDC África (2022), o Plano Estratégico do CDC África 2023-2027 e a Posição Comum Africana sobre a Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias, adotada pela Assembleia de Chefes de Estado e de Governo da União Africana em fevereiro de 2024;

Recordando igualmente o Regulamento Sanitário Internacional (2005), a Estratégia Regional da OMS para a Segurança Sanitária e as Emergências (2022-2030), a Estratégia Integrada de Vigilância e Resposta às Doenças da Região Africana da OMS (2020-2030) e o Plano de Resposta Operacional do UNICEF para as Emergências de Saúde Pública (2024);

Cientes de que a África tem sido confrontada com numerosos surtos e outras emergências de saúde pública, com mais de 160 eventos de saúde pública notificáveis por ano, acompanhados pela falta de solidariedade na abordagem de desafios, como a pandemia da Covid-19 sintetizada pela incapacidade de partilhar produtos e tecnologias de saúde de forma atempada e equitativa que afetou negativamente o continente africano;

Sublinhando a necessidade de um sistema conjunto e robusto de prevenção, preparação e resposta a pandemias que garanta a solidariedade e a equidade contra as ameaças à saúde pública e que seja orientado pelos princípios fundamentais da atribuição justa e equitativa de produtos relacionados com a pandemia aos países africanos, da transferência de tecnologia, do acesso multilateral aos agentes patogénicos e do sistema de partilha de benefícios, da produção regional, do mecanismo de financiamento sustentável e da necessidade de um mecanismo de governança robusto e multissetorial que possa insistir e apoiar a transparência e a responsabilização em benefício dos Estados-Membros;

Reconhecendo as atuais limitações do Fundo Pandémico em termos de lacunas importantes no seu financiamento e governança para melhor apoiar a prevenção, preparação e resposta a pandemias, o fortalecimento dos sistemas de saúde, as capacidades de produção local e a importância de fontes adicionais de financiamento inovador, nomeadamente através do Fundo Africano para as Epidemias;

Reconhecendo igualmente as nossas responsabilidades, enquanto Estados-Membros da União Africana, de investir adequadamente na nossa força de trabalho no sector da saúde, no sistema de vigilância, na produção local, nos ensaios clínicos e na pesquisa e desenvolvimento, bem como nas competências das capacidades essenciais do RSI;

Expressamos o nosso apreço pelo apoio da União Africana, através do CDC África, aos Estados-Membros nas negociações em curso para o Acordo sobre a Pandemia.

Coletivamente, decidimos e comprometemos os nossos governos e instituições a:

1. Garantir a equidade no Projeto do Acordo Pandémico através de:

- a. Um sistema multilateral de acesso aos agentes patogénicos e de partilha de benefícios (PABS, *Pathogen Access and Benefit Sharing*), que proporcione segurança jurídica tanto aos usuários quanto aos fornecedores e assegure um melhor acesso aos produtos de saúde relacionados com a pandemia, tecnologias com medidas que estabeleçam a produção distribuída a nível regional de produtos de saúde relacionados com a pandemia.
- b. Compromissos no sentido de organizar e disponibilizar recursos de apoio técnico sobre o conjunto de matérias abrangidas pelo projeto de acordo, incluindo todas as disposições

relacionadas com a equidade, bem como a prevenção de pandemias e a vigilância da saúde pública, a preparação, a prontidão e a resiliência, e a mão de obra no sector da saúde e dos cuidados de saúde, através de mecanismos coordenados da OMS que respondam perante a Conferência das Partes.

- c. Devem ser colocadas salvaguardas e limitações adequadas à utilização e partilha de dados e informações fornecidos pelos Estados Partes à OMS, para que as informações partilhadas não sejam utilizadas em detrimento dos interesses que fornecem as informações, tais como proibições desproporcionadas de viagens ou de comércio, descida da notação de crédito e/ou das obrigações soberanas.

2. Prevenção, Preparação e Resposta a Pandemias (PPPR, Pandemic Prevention, Preparedness and Response)

- a. Formular estratégias nacionais e regionais coerentes para a preparação e a resposta a situações de emergência e para o desenvolvimento da força de trabalho, incluindo a de agentes comunitários de saúde.
- b. Adotar legislação nacional que preveja amplas isenções e limitações à propriedade intelectual para fazer face a emergências de saúde pública.
- c. Aumentar a diversificação da cadeia de abastecimento e a racionalização da logística (continental, regional e nacional), nomeadamente através de iniciativas com outros países do Sul Global.
- d. Dar passos graduais, de acordo com as respectivas capacidades e prioridades nacionais autodeterminadas, em matéria de competências PPPR.
- e. Operacionalizar vários mecanismos coordenados pela OMS, como a coordenação da P&D e a transferência de tecnologia, de modo a que esses mecanismos sejam responsáveis perante a Conferência das Partes e dela recebam orientações para o seu funcionamento.

3. Financiamento e governança previsíveis e sustentáveis

- a. Apela a um mecanismo de financiamento internacional que seja responsável perante a Conferência das Partes e que consagre compromissos explícitos no sentido de um apoio financeiro novo, sustentável e crescente por parte dos países desenvolvidos para a prevenção, preparação e resposta a pandemias a nível nacional nos países em desenvolvimento, bem como para mecanismos de alívio da dívida e sua reestruturação, incluindo a troca de dívida por PPPR.
- b. Acelerar a operacionalização do financiamento do Fundo Africano para as Epidemias.

A África está pronta a desempenhar o seu papel e compromete-se a participar ativamente nas negociações em curso e na finalização do projeto do Acordo sobre a Pandemia.

Resumindo, podemos afirmar que os líderes africanos aguardam com expectativa um Acordo justo e equitativo. "Precisamos que a opinião e a voz africanas sejam ouvidas, porque esta é a única forma de mostrarmos que estamos juntos", afirmou o Dr. Jean Kaseya, Diretor-Geral do CDC África, na abertura da reunião de Adis Abeba.

Todos os Estados-Membros da União Africana estiveram representados pela primeira vez e oito Ministros da Saúde participaram remotamente. "Decidimos participar e aumentar a voz do continente e do mundo", declarou o Dr. Kaseya.

Recorde-se que na sua segunda sessão especial, que teve lugar em dezembro de 2021, a Assembleia Mundial da Saúde criou um órgão intergovernamental de negociação (o "OIN") aberto a todos os Estados-Membros e Membros Associados (e às organizações regionais de integração económica, conforme apropriado) para redigir e negociar uma convenção, um acordo ou outro instrumento internacional da OMS sobre a prevenção, preparação e resposta a pandemias, com vista à sua adoção na próxima Assembleia.

O Acordo Pandémico é um potencial acordo internacional que está atualmente a ser negociado pelos 194 Estados-Membros da OMS. Destina-se a resolver algumas das insuficiências de capacidades e a falta de cooperação internacional durante a resposta global à Covid-19.

O CDC África não é um negociador, apenas fornece apoio político, estratégico e técnico aos negociadores.

A Dr^a Mekdes Daba Feyssa, a nova Ministra da Saúde da Etiópia, que tomou posse em fevereiro deste ano, afirmou que os Ministros se reuniram num momento crítico da governança mundial da saúde, em que uma pandemia provocou um vazio administrativo em detrimento dos pontos fortes coletivos, levando os peritos em saúde a refletir de forma implacável sobre as vulnerabilidades do mundo. "Ao navegarmos nestes tempos difíceis, temos de aprender com as nossas experiências passadas e partilhar o futuro da segurança sanitária mundial", afirmou a Dr^a Daba.

Por seu turno, Sylvia Masebo, Ministra da Saúde da Zâmbia, afirmou que a saúde dos "nossos" cidadãos nos nossos respectivos países é uma componente essencial do desenvolvimento económico e social, e que as nossas vozes coletivas de hoje devem promover a unidade em torno deste objetivo comum de alcançar a cobertura universal de saúde.

"As nossas vozes de hoje devem conduzir a um acesso equitativo aos produtos de saúde relacionados com a pandemia, a um maior acesso às vacinas e aos diagnósticos, garantindo que ninguém é deixado para trás, à transferência de tecnologia, às capacidades de produção local e ao reforço dos nossos sistemas de saúde", afirmou Masebo.

Os Ministros da Saúde acabaram por concordar que o atual Acordo Pandémico deveria garantir a equidade.

"Vamos manter-nos unidos no nosso compromisso e garantir um Acordo justo e abrangente sobre a pandemia para benefício de todo o nosso povo e de uma África mais saudável", finalizou a Ministra Masebo.

OMS-AFRO

A 1ª Conferência Internacional sobre PEN-Plus em África (ICPPA)

Como anunciado no Informe 04-24, especialistas em saúde de toda a África, decisores, organizações da sociedade civil e parceiros reuniram-se em Dar es Salaam, capital da Tanzânia, na primeira conferência sobre o reforço de iniciativas esforços para enfrentar o fardo das doenças crónicas graves, apelando a um maior reconhecimento da emergência apresentada pelas doenças não transmissíveis e das mortes prematuras que causam.

A [Conferência Internacional sobre a PEN-Plus em África](#) (ICPPA, *The International Conference on PEN-Plus in Africa*), que se realizou de 22 a 25 de abril, sublinhou o "acesso grosseiramente desigual à prevenção, ao diagnóstico, ao tratamento e aos cuidados

continuados" e comprometeu-se a defender uma maior atenção às doenças crónicas e graves não transmissíveis (DNT) no âmbito dos sistemas de saúde existentes, e a alargar a prevenção, o diagnóstico, o tratamento e os cuidados de qualidade ao nível de atenção básica.

A reunião apelou aos governos para que assumam a liderança no domínio da saúde pública, a fim de garantir serviços adequados e de qualidade, para que atuem no sentido de reduzir os fatores de risco conhecidos das doenças não transmissíveis e para que aumentem os investimentos nacionais.

A conferência, que foi dedicada à integração de estratégias para aliviar o peso das doenças crónicas graves nas unidades de saúde de referência de primeiro nível, destacou a urgência de descentralizar os cuidados para a diabetes tipo 1, a doença falciforme e as doenças cardíacas reumáticas e congénitas, para salvar milhões de vidas na próxima década, incluindo as de muitas crianças e jovens adultos afetados por estas doenças.

Na Região africana, os serviços de saúde para as doenças não transmissíveis graves estão predominantemente confinados aos grandes centros urbanos, deixando inúmeras pessoas sem cuidados suficientes e sobrecarregadas com elevados custos financeiros.

Organizado pelo Governo da Tanzânia, em colaboração com a Organização Mundial de Saúde (OMS) na região africana e outros parceiros, incluindo o [Helmsley Charitable Trust](#), o evento de três dias proporcionou uma plataforma para especialistas em saúde, decisores políticos, organizações da sociedade civil, doadores, representantes do sector privado e pessoas afetadas por doenças não transmissíveis, sobreviventes e defensores da comunidade para acelerar o apoio político e financeiro ao PEN-Plus, um modelo inovador de prestação de cuidados de saúde nascido em África.

"Temos a honra de vos ter aqui para esta conferência crucial, numa altura em que centenas de milhares de africanos de todas as idades sofrem mortes prematuras e evitáveis devido a doenças não transmissíveis e a desigualdades na saúde. Esta é uma oportunidade para nos unirmos para fazer avançar os esforços regionais de combate à crise, investindo e aumentando o PEN-Plus", afirmou Umyy Mwalimu, Ministra da Saúde da Tanzânia.

Os participantes estudaram estratégias para reforçar a gestão das DNT nos sistemas de saúde a nível continental e procuraram oportunidades de colaboração para alinhar o PEN-Plus com outros programas regionais de saúde pública.

"A África é gravemente afetada e, na região, mais do que em qualquer outro lugar do mundo, as doenças crónicas são designadas como "a epidemia silenciosa"', afirmou a Dr^a Matshidiso Moeti, Diretora Regional da OMS para África.

"África tem de investir mais agora na abordagem das DNT com recursos adequados e sustentados. Com o apoio dos parceiros, pretendemos reforçar a implementação da Estratégia Regional PEN-Plus, integrar a prevenção e o controlo das doenças não transmissíveis crónicas e graves na região e garantir que as pessoas que vivem com estas doenças crónicas e graves recebem os cuidados que salvam vidas e que merecem."

Todos os 47 Estados-Membros da Região Africana da OMS aprovaram o modelo como a sua estratégia oficial para cuidar de indivíduos com DNT graves. Até à data, 17 países iniciaram o PEN-Plus, com 11 a implementar ativamente o programa.

A estratégia PEN-Plus expande o PEN (Pacote de Intervenções Essenciais para Doenças Não Transmissíveis) da OMS, que descentraliza os cuidados para as DNT comuns para as instalações de Atenção Primária. O PEN-Plus alarga estes cuidados a instalações de referência de primeiro nível, como os hospitais distritais, e tem demonstrado um sucesso significativo no aumento do acesso dos doentes ao tratamento de doenças crônicas graves, melhorando o estado de saúde dos doentes.

"O PEN-Plus colmata uma lacuna crítica nos cuidados de saúde para os milhares de milhões de pessoas mais pobres do mundo, levando pela primeira vez aos hospitais rurais de primeiro nível os cuidados crónicos que salvam vidas para as doenças não transmissíveis graves. Também colmata as principais lacunas nos sistemas de saúde em termos de formação, orientação e vias de encaminhamento", afirmou Ana Olga Mocumbi, médica cardiologista, Professora Associada da Universidade Eduardo Mondlane e copresidente da [NCDI Poverty Network](#)⁷³, uma Rede Global com objetivos e ações de prevenir e reduzir a morte e o sofrimento das pessoas afetadas duplamente pela pobreza extrema e pelas doenças crônicas.

O Governo da Tanzânia, a OMS África e o *The Leona M. and Harry B. Helmsley Charitable Trust* copatrocinaram a conferência, tendo a *NCDI Poverty Network* atuado como parceira técnica.

"O PEN-Plus mostra o impacto salvador da colaboração com os líderes de saúde locais e da conceção de sistemas de saúde em torno das pessoas", afirmou a Dra. Gina Agiostratidou, Diretora do Programa de Diabetes tipo 1 do *Helmsley Charitable Trust*, acrescentado:

"Agora, as crianças com doenças não transmissíveis nas zonas rurais podem receber os cuidados de que necessitam para terem uma vida plena e vibrante. Na ICPPA, tivemos a oportunidade de nos juntar aos parceiros para discutir como podemos expandir o programa para alcançar ainda mais comunidades."

O consenso entre os participantes é claro: o PEN-Plus é um sistema fiável com um historial comprovado, capaz de prestar cuidados que salvam vidas a pessoas com doenças não transmissíveis graves nas zonas rurais da África Subsariana. Investir no PEN-Plus representa uma ação coletiva histórica e fundamental que salvará e melhorará milhões de vidas, reduzirá os custos dos cuidados de saúde, reforçará as capacidades dos sistemas de saúde, aumentará a produtividade, promoverá a equidade e contribuirá para alcançar a Cobertura Universal de Saúde e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável.

⁷³ A *NCDI Poverty Network* é administrada pelo Co-Secretariado, com polos baseados na Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo, e no Brigham and Women's Hospital, em Boston, EUA.

SADC

Reforço de parcerias estratégicas com o FMI e Banco Mundial

À margem [das Reuniões de Primavera do Fundo Monetário Internacional \(FMI\) e do Banco Mundial](#) em Washington DC, Estados Unidos, de 15 a 20 de abril, o Secretário Executivo da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Sua Excelência Sr. M. Magosi, realizou uma série de encontros produtivos. As reuniões com funcionários do Banco Mundial, do Departamento de Estado dos EUA e do governo alemão visaram fortalecer a cooperação para o desenvolvimento regional.

O Secretário Executivo da SADC encontrou-se com David Gainer, Diretor do Escritório de África do Departamento de Estado dos EUA, Victoria Kwakwa, Vice-presidente Regional do Banco Mundial para a África Oriental e Austral, e Birgit Pickel, representante do Ministério Federal de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (BMZ) da Alemanha. Nestes encontros, expressou gratidão pelo apoio financeiro e técnico ao Secretariado da SADC e aos seus Estados-Membros, sublinhando a importância de uma parceria robusta que possa ter um impacto significativo na vida das pessoas na região.

Durante a reunião com o Departamento de Estado dos EUA, ambas as partes enfatizaram a necessidade de uma colaboração mais estreita para enfrentar desafios globais como conflitos armados, mudanças climáticas e insegurança alimentar, impulsionando simultaneamente a industrialização, o comércio e o crescimento econômico. Celebraram a criação do Fórum de Diálogo SADC-EUA, uma plataforma para discutir questões estratégicas de forma coordenada e sustentável.

A assinatura do Acordo de Objetivo de Desenvolvimento Regional SADC-EUA, no valor de 223 milhões de dólares em agosto de 2023, marca um compromisso significativo em áreas como crescimento econômico, meio ambiente, energia, juventude, democracia, governação e saúde. Os projetos sob este acordo serão geridos pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) até 2028.

Na interação com o Banco Mundial, foi acordado explorar áreas de colaboração que incluem infraestrutura, combate à desigualdade e redução da pobreza. Enfocaram também nos efeitos das mudanças climáticas, no aumento do acesso à energia, água e saneamento e na promoção da digitalização para o crescimento econômico inclusivo.

Por fim, na reunião com a Alemanha, o Secretário Executivo louvou a duradoura parceria com o governo alemão, destacando um compromisso adicional de 36,4 milhões de euros para apoiar a integração regional. Birgit Pickel reiterou o apoio da Alemanha às Comunidades Económicas Regionais, inspirada pelas lições da União Europeia, focando na resposta imediata às necessidades dos países da África Austral afetados pela seca.

Estas reuniões sublinham a importância de uma colaboração estreita no apoio a projetos regionais prioritários, estimados em 625 bilhões de dólares, abrangendo áreas como paz, segurança, boa governança, desenvolvimento industrial e de infraestruturas, desenvolvimento humano e questões de gênero, ambiente e gestão de riscos de desastres.

VIª Conferência Ministerial do Fórum de Macau

O Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Zacarias da Costa, marcou presença na [6ª Conferência Ministerial do Fórum para a Cooperação](#)

[Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa](#), realizada entre 21 e 23 de abril, na Região Administrativa Especial de Macau, China.

A convite do Secretário-Geral do Fórum Macau, Ji Xianzheng, Zacarias da Costa, acompanhado de Filomena Duarte, Chefe de Gabinete, e Ivan da Cunha Njinga, Diretor de Assuntos Económicos e Empresariais da CPLP, participou do evento que teve como lema “Nova Era, Nova Visão”. Durante o encontro, foi assinado o novo Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial para o triénio 2024-2027.

Realizada no dia 22 de abril, a conferência definiu diretrizes para a cooperação futura, destacando o papel de Macau como uma plataforma de serviços para a cooperação comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa. Os países membros do Fórum de Macau firmaram o "Plano de Ação para a Cooperação Económica e Comercial (2024-2027)". Líderes dos Estados-Membros da CPLP, incluindo ministros e vice-ministros de diversas áreas, lideraram as delegações oficiais. Entre eles, estavam Olavo Correia, de Cabo Verde, Abnildo Nascimento D'Oliveira, de São Tomé e Príncipe, Francisco Kalbuadi Lay, de Timor-Leste, entre outros. Paralelamente à conferência, foi organizada a "Conferência dos Empresários", com a colaboração de várias agências de promoção comercial e investimento dos países membros, fortalecendo ainda mais os laços comerciais e de investimento.

Esta edição marcou a primeira vez que delegações dos dez países participantes se reuniram em Macau. Desde a sua criação em outubro de 2003, o Fórum de Macau tem sido um marco para a cooperação entre a China e os Países de Língua Portuguesa em vários domínios, como intercâmbio cultural, cooperação médica, educação entre outras. A integração de todos os Estados-Membros da CPLP fortalece o Fórum como um pilar essencial para a promoção da cooperação e desenvolvimento mútuo.

Da Europa, Macron cogita enviar tropas para a Ucrânia e Rússia responde com exercícios com armas nucleares táticas

From Europe, Macron considers sending troops to Ukraine and Russia answers with tactical nuclear exercises

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire

Abstract. *The Europe chapter addresses issues such as the debate about Portugal replacements parts of the slavery, Giorgia Meloni's candidacy for the European Parliament (EP), and the situation in Spain, where the prime minister almost resigned and where farmers also move towards the EP elections. The migration issue involves the EU's New Pact and the United Kingdom agreement with Ruanda. The war get into a tense moment of provocations and threats, which lead Russia to announce exercises with tactical nuclear weapons. In the scope of global health, the highlight is the launch of the Pan-European Network for Diseases Control.*

Keywords: *Global Health; European Union; Ukranian War; Migration; Pan-European Network for Diseases Control.*

Resumo. O capítulo sobre a Europa aborda assuntos como o debate sobre a reparação por Portugal pela escravidão, a candidatura de Giorgia Meloni ao Parlamento Europeu (PE) e a situação na Espanha, onde o primeiro-ministro quase renunciou e onde os agricultores também se movimentam para as eleições do PE. A questão migratória passeia pelo Novo Pacto da UE e pelo acordo do Reino Unido com Ruanda. A guerra entra em momento tenso, de provocações e ameaças, que levam a Rússia a anunciar exercícios com armas nucleares táticas. No âmbito da saúde global, o destaque é o lançamento da Rede Pan-Europeia para Controle de Doenças.

Palavras-chave: Saúde global; União Europeia; Guerra da Ucrânia; Migração; Rede Pan-Europeia para Controle de Doenças.

Por ocasião do Fórum Permanente para Pessoas Afrodescendentes, evento da ONU sobre a questão racial, realizado no final de abril, [organizações de mulheres negras exigiram de Portugal medidas de reparação pela escravidão durante o período colonial no Brasil](#). Seis entidades da sociedade civil, incluindo o Instituto Marielle Franco, publicaram comunicado conjunto, manifestando repúdio "diante da ausência absoluta de posicionamento" de Lisboa sobre "medidas concretas de reparação à população negra brasileira pelos danos profundos causados pela escravização e o tráfico transatlântico, graves crimes contra a humanidade". Dentre as medidas propostas pelas organizações, estão a criação de museus e centros de memórias que reconheçam os impactos da colonização sobre a população afro-brasileira, a inclusão da temática no currículo escolar português e acordos de cooperação para promover a reparação com investimentos financeiros, de salvaguarda de memórias e de revisão dos pactos de nacionalidade e trânsito entre os países.

[O presidente português Marcelo Rebelo de Souza, propõe uma possível indenização, que é recusada pela direita portuguesa](#). Ele diz que pedir desculpas seria a parte fácil e que Portugal deveria pagar os custos da escravatura e dos demais crimes coloniais: "Há ações que

não foram punidas e os responsáveis não foram presos. Há bens que foram saqueados e não foram devolvidos. Vamos ver como podemos reparar isso.”

Contudo, a iniciativa precisa de apoio da maioria parlamentar para ir adiante. Com o avanço da direita nas últimas eleições, dos 230 deputados que compõem o Parlamento português, 142 são de partidos de centro à extrema-direita. E esta parcela de parlamentares não aprova a ideia do presidente de pagar pelos crimes cometidos contra os povos africanos e indígenas escravizados durante o período colonial. Algumas falas registradas nas comemorações do 25 de abril são impactantes. O líder do CDS-Partido Popular, Nuno Melo, que faz parte do governo, discursou contra o presidente: “Não sentimos necessidade de revisitar heranças coloniais, não queremos controvérsias históricas, nem deveres de reparação que parecem importados de outros contextos”. André Ventura, líder do Chega, partido de extrema-direita, disse que Marcelo Rebelo de Sousa “traiu os portugueses”: “O senhor foi eleito pelos portugueses. Não foi eleito pelos guineenses, pelos brasileiros. Para o quê? Pagar a quem? Eu tenho orgulho da nossa história, eu amo este país”. O líder da Iniciativa Liberal, Rui Rocha, disse: “Quem declara ser nossa obrigação indenizar terceiros pelo nosso passado, atenta contra os interesses do país, reduz-se à função de porta-voz de sectarismos importados e afasta-se do compromisso de representar a esmagadora maioria dos portugueses.”

E por falar na direita, a extremista [Giorgia Meloni, primeira-ministra da Itália, anunciou que vai concorrer nas eleições para a Parlamento Europeu](#), como primeiro nome da lista do seu partido, Irmãos da Itália. Trata-se de uma manobra para impulsionar os votos na extrema-direita, pois as regras da União Europeia preveem que um candidato vencedor que já ocupa um cargo ministerial deve imediatamente renunciar ao Parlamento do bloco. A ideia é aproveitar a popularidade de Meloni com seu nome no topo da lista. [Por enquanto, o Irmãos da Itália lidera as intenções de voto no país para as eleições europeias](#), enquanto a segunda força política é o Partido Democrático, seguido pelo Movimento 5 Estrelas.

[Na Espanha de Pedro Sanchez, que conseguiu se manter no poder após derrota eleitoral, socialistas foram às ruas pedir que ele não renunciasse](#), após anúncio contrário, no qual o premiê admitia renunciar em razão da abertura de uma investigação contra sua mulher, por tráfico de influência e corrupção. Já em relação às eleições para o Parlamento europeu, as principais associações de defesa dos agricultores, optaram por não apresentar candidaturas próprias, por acreditar que com dois ou três deputados, a capacidade de influência é limitada. Pela pauta, [a insatisfação dos agricultores e os protestos contra as políticas agrícolas da UE, tendem a favorecer a extrema-direita](#), que se juntou a eles em uma manifestação em Valência, onde estiveram presentes organizações espanholas de defesa dos agricultores. Dentre as novas plataformas de apoio à vida agrícola, está o [6F](#), que juntamente com outras associações europeias, reclamam o fim do Pacto Verde, a proteção do mercado interno europeu e dos acordos de livre comércio. ["Quem usa o crachá da Agenda 2030 é inimigo do mundo rural"](#), afirma Lola Guzmán, porta-voz do 6F.

Entrando no importante tema da migração, no começo de abril, o Parlamento Europeu, aprovou por pequena margem, o Novo Pacto sobre Migração e Asilo. A resolução compreende um conjunto de cinco leis que visam agilizar e uniformizar os procedimentos de concessão ou rejeição de asilo, além de prever uma sistemática de realocação dos asilados pelos países do bloco. Em medida controversa, o Pacto prevê a possibilidade de negociar medidas de contenção com países africanos que estão nas rotas migratórias, como a Tunísia (com quem a UE já tem pacto migratório), Mauritânia, Marrocos e Egito. A medida vem sendo criticada por ONGs, que

argumentam que ela vai mais restringir do que proteger direitos de pessoas em situação de vulnerabilidade.

Mais recentemente, foi o [Parlamento do Reino Unido que aprovou uma lei que permite a deportação de refugiados e migrantes considerados ilegais para Ruanda](#), na África Central, ex-colônia alemã e belga. Já há uma lista com 350 candidatos à deportação e o primeiro voo para Ruanda está previsto para julho. Os possíveis deportados serão comunicados por correspondência e terão direito a recursos até a decisão definitiva. Há quem suspeite que a nova lei implicará na fuga de submissões para a clandestinidade. Estima-se que cada deportado custará cerca de 180 mil libras esterlinas aos cofres britânicos, o equivalente a quase R\$ 1,2 milhão. O atual governo de Ruanda pede, como condição para aceitar os refugiados, que o Reino Unido deporte para lá cinco acusados de participarem do genocídio contra a etnia Tutsi, ocorrido na década de 1990. O primeiro-ministro, Rishi Sunak, afirmou, comemorando, que muitos imigrantes estão saindo do Reino Unido para a Irlanda, com medo da deportação.

[Já a Irlanda, estuda criar emenda para devolver os imigrantes ilegais que fugirem do Reino Unido](#). "A Irlanda não será uma válvula de escape para os desafios migratórios do Reino Unido", o primeiro-ministro irlandês, Simon Harris. Por precaução, o governo irlandês espera criar, em caráter de urgência, uma legislação para devolver para o Reino Unido os estrangeiros clandestinos que chegarem ao seu território. A ministra da Justiça irlandesa, Helen McEntee, apresentou um projeto de emenda constitucional. Segundo ela, o aumento do número de migrantes que chegaram do Reino Unido nos últimos meses também está relacionado à abertura da fronteira entre a Irlanda do Norte e a República da Irlanda após o Brexit, em 2020. Desde que o Reino Unido deixou a UE, a fronteira entre o país e a Irlanda tem poucos controles migratórios, para evitar tensões entre o norte e o sul da Irlanda, que já tem um passado de conflitos internos.

Após a aprovação do projeto, [a ONU pediu ao governo britânico que reconsidere a expulsão de imigrantes para Ruanda](#). Os Altos Comissários da ONU para os Direitos Humanos, Volker Türk, e para os Refugiados, Filippo Grandi, fizeram um apelo ao governo de Rishi Sunak "para tomar medidas práticas para lutar contra os fluxos irregulares de refugiados e de migrantes, tendo como base a cooperação internacional e o respeito ao direito internacional dos direitos humanos". O comissário para os Direitos Humanos do Conselho Europeu, Michael O'Flaherty, também pediu reversão do projeto: "O governo do Reino Unido deve abster-se de deportar pessoas através de seu plano para Ruanda e reverter o ataque à independência do poder judicial representada por este projeto", afirmou. Em comunicado, Michael O'Flaherty, manifestou preocupação "com o fato de o projeto de lei sobre Ruanda permitir que pessoas sejam expulsas para este país sem que seu pedido de asilo tenha sido estudado pelas autoridades britânicas na maioria dos casos".

A guerra da Ucrânia entra em momento tenso após o presidente francês, Emmanuel Macron, cogitar enviar tropas terrestres ocidentais para a Ucrânia. [O porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, disse que as declarações de Macron "colocam a segurança da Europa em risco"](#). A Rússia interpretou a fala como provocação e ameaça. Como resposta, anunciou exercícios com armas nucleares táticas. Os exercícios são uma resposta às "declarações provocatórias e ameaças de certos responsáveis ocidentais em relação à Federação Russa", afirmou o Ministério da Defesa russo em comunicado. O exercício tem como objetivo "aumentar a prontidão das forças nucleares não estratégicas para cumprir tarefas de combate" e será realizado sob as ordens do presidente Vladimir Putin. É a primeira vez que a [Rússia anuncia publicamente](#)

[exercícios com armas nucleares táticas](#), embora as suas forças nucleares estratégicas realizem regularmente exercícios.

[O presidente chinês Xi Jinping está na França e um dos desafios da visita é tratar de grandes crises internacionais, especialmente a da Ucrânia](#). Sendo a China uma das principais parceiras da Rússia, Macron espera encorajar o mandatário chinês a “usar sua influência sobre Moscou para mudar os planos” de Vladimir Putin e “contribuir para a resolução do conflito”. Uma das questões mais delicadas é a atuação direta de empresas chinesas no poderio militar russo.

Enquanto isso, [a Ucrânia suspende serviços consulares a homens em idade de combate](#). A decisão foi tomada pouco depois do chefe da diplomacia do país declarar que planeja medidas para o retorno à Ucrânia de cidadãos em idade de serviço militar. Com a interrupção de serviços consulares, como a renovação de passaportes e outros procedimentos administrativos importantes, Kiev espera pressionar o regresso de cidadãos que vivem no exterior.

Entrando na esfera da saúde, notícia relevante foi o [lançamento, pela OMS Europa, da primeira Rede Pan-Europeia para Controle de Doenças](#) (NDC, na sigla em inglês), com objetivo de fortalecer a vigilância e a resposta a surtos em toda a Região Europeia. Trata-se de iniciativa conjunta com a Agência de Segurança Sanitária do Reino Unido (UKHSA, na sigla em inglês) que organizará a NDC. Espera-se que a Rede facilite a colaboração e o compartilhamento de conhecimentos entre nações, agências de saúde pública, mundo acadêmico e sociedade civil; que promova a adoção de normas comuns que facilite uma abordagem unificada à todas as doenças em toda a Europa e Ásia Central; aproveite as redes existentes no âmbito da OMS Europa e CDC Europeu, para criar oportunidades de colaboração técnica e pesquisa; promova o desenvolvimento de abordagens inovadoras, facilitando o compartilhamento, para o desenvolvimento de novas competências e parcerias; e melhore a coordenação interdisciplinar entre os setores animal, humano e ambiental a nível nacional, regional e global, adotando uma abordagem de Saúde Única para o controle de doenças.

Novo relatório da OMS Europa confirma ligação entre a pandemia de Covid-19 e o aumento das taxas de obesidade nas crianças entre 7 e 9 anos de idade. A publicação apresenta pesquisas que mostram que a pandemia levou a mais tempo de tela e menos atividade física, refletindo um aumento de crianças com excesso de peso na mesma faixa etária. A pesquisa foi conduzida em parceria com o Centro Colaborador da OMS, Centro para Nutrição e Obesidade Infantil, do INS Ricardo Jorge em Lisboa. Abrangeu 17 dos 53 Estados-membros da OMS Europa, com participação de mais de 50.000 crianças. O diretor regional para nutrição, atividade física e obesidade, Dr Kremlin Wickramasinghe, enfatizou que esta tendência não pode ser ignorada: a cada 3 crianças da Região, 1 está vivendo com sobrepeso ou obesidade.

Região Árabe e Ásia se preparam para o HLPF e para a Cúpula do Futuro

Lucia Marques

Ativar a abordagem triplíce de ajuda humanitária, desenvolvimento e paz para alcançar a segurança alimentar nos países afetados pelo conflito e não politizar o apoio humanitário e não utilizar a fome como instrumento de guerra.⁷⁴

Resumo: Ambas as regiões, **Ásia e Região Árabe**, têm enfrentado muitos desafios e obstáculos, como a pandemia, as alterações climáticas, as disputas geopolíticas, o aumento das desigualdades e os conflitos violentos, que atrasaram o progresso dos ODS em todos os países, embora em diferentes níveis de gravidade. Interessante observar que os ODS escolhidos para o aprofundamento no próximo **High Level Political Forum 2024 (HLPF)**, que acontecerá em julho, são justamente os ODS que foram muito impactados por esses desafios e obstáculos. Os relatórios apresentados nos Fóruns regionais preparatórios para o HLPF 2024 mostraram a estagnação e o retrocesso em muitos casos na implementação da Agenda 2030. Mas também mostraram que muitos países focaram suas políticas para garantir avanços no desenvolvimento sustentável e que inter-regionalmente, especialmente entre os países do Sul Global, vêm aumentando o foco no multilateralismo e na cooperação para superar as incapacidades e deficiências tecnológicas, de conhecimento e até financeiras. Ambas as comissões regionais salientaram que entre as ações para alcançar o desenvolvimento sustentável está a de aproveitar os avanços tecnológicos e a inovação digital. No **Tabuleiro da Geopolítica**, mudanças na ordem regional no Oriente Médio decorrentes da guerra em Gaza e a inversão de papéis dos atores protagonistas.

Palavras chaves: High Level Political Forum, Ásia e Região Árabe, Oriente Médio e mudança na ordem regional

Abstract: *Both regions, Asia and the Arab Region, have faced many challenges and obstacles, such as the pandemic, climate change, geopolitical disputes, increasing inequalities and violent conflicts, which have delayed the progress of the SDGs in all countries, although in distinct levels of severity. It is interesting to note that the SDGs chosen for further discussion at the next High Level Political Forum 2024 (HLPF), which will take place in July, are precisely the SDGs that were impacted by these challenges and obstacles. The reports presented at the preparatory regional Forums for the HLPF 2024 showed the stagnation and setback in many cases in the implementation of the 2030 Agenda. But they also showed that many countries focused their policies on ensuring advances in sustainable development and that inter-regionally, especially between countries in the Global South have been increasing their focus on multilateralism and cooperation to overcome technological, knowledge and even financial incapacities and deficiencies. Both regional commissions highlighted that among the actions to achieve sustainable development is taking advantage of technological advances and digital innovation. On the Geopolitics Board, the changes in regional order in the Middle East resulting from the war in Gaza and the role reversal of the protagonists.*

⁷⁴ Uma das mensagens emitidas no Fórum **Árabe** para o Desenvolvimento Sustentável 2024, sobre Fome, página 6. <https://afsd-2024.unescwa.org/sdgs/pdf/outcomes/AFSD%202024%20final%20report.pdf>

Keywords: *High Level Political Forum, Asia and the Arab Region, Middle East and changing regional order*

A situação da maioria dos países da Região Árabe⁷⁵ e da Ásia já não era boa antes da pandemia, mas a convergência entre Covid-19, conflitos e eventos climáticos foram um somatório crítico que contribuiu para muitos agravos sociais, de pobreza e de fome, desafiando os governos. As três crises trouxeram à tona muitas deficiências decorrentes de negligências, das fraquezas de governança, de políticas públicas equivocadas ou da ausência delas, como sistemas de saúde frágeis ou inexistentes, situação precária e falta de proteção social aos trabalhadores migrantes e ausência de legislação para o direito das mulheres; também trouxe à tona a urgência da preservação da biodiversidade e dos ecossistemas e do usos das novas tecnologias; mostrou a importância da cooperação, da diversificação das cadeias de suprimentos e agroalimentar e do financiamento/investimento em infraestruturas sustentáveis de transportes e de saúde e tecnologias verdes; assim como a necessidade de instituições fortes e resilientes.

Esses desafios e obstáculos se refletiram na implementação da Agenda 2030. Os relatórios apresentados nos dois Fóruns das Comissões Econômicas e Sociais das duas regiões – ESCWA (Ásia Ocidental – Região Árabe) e ESCAP (Ásia e Pacífico) mostraram que esses desafios e obstáculos atrasaram o progresso dos ODS em todos os países, embora em diferentes níveis de gravidade. Também apontaram que muitos países conseguiram reverter as tendências de retrocesso de alguns ODS, mas mantiveram-se muito distante do limiar esperado.

Ambos os relatórios apontaram que soluções digitais implementadas de forma inteligente e devidamente governadas, baseadas num entendimento comum, abordagens partilhadas e governação colaborativa, formam as bases para o impulso coletivo necessário para avançar na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável

Interessante observar que os ODS escolhidos para aprofundamento no próximo [High Level Political Forum \(HLPF\) 2024](#), que acontecerá em julho, são justamente os ODS que foram muito impactados por esses desafios e obstáculos: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero; ODS 13 – Ação climática; ODS 16 – Paz, justiça e instituições fortes; e ODS 17 – parcerias. Para o HLPF2024, dos 38 países que manifestaram interesse em apresentar as revisões nacionais voluntárias (VNRs), 13 são das regiões observadas: Azerbaijão, Laos, Líbia, Maurítânia, Micronésia, Nepal, Omã, Palau, Samoa, Ilhas Salomão, Síria, Vanuatu e Yemen.

Tanto o Escritório para Ásia e Pacífico e para Região Árabe foram além em seus relatórios, identificando os desafios e propondo caminhos para o futuro. Por exemplo, para além dos documentos chave que fundamentam os debates no AFSD, a ESCWA disponibilizou um site [Portal árabe para os ODS](#), que concentra relatórios, ferramentas, [dados](#), manuais e outros documentos orientadores para gestores e tomadores de decisões.

Durante os dias de reunião da ESCAP, a comissão organizou uma Feira de Inovações Digitais, como uma plataforma para interação de uma ampla gama de parceiros e partes interessadas, apresentando inovações digitais que impulsionam o progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em todo o espectro de desenvolvimento da região. Alinhada com o tema central, a feira destacou soluções baseadas no digital que contribuem e

⁷⁵ No contexto da Comissão Econômica e Social das Nações Unidas, Afeganistão, Irã Turquia e Paquistão não são países árabes. Estão inseridos na sub região da Ásia Sul e Sudeste, da Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico.

aceleram a implementação dos ODS, promovem a inclusão de populações marginalizadas e facilitam um ambiente propício para o desenvolvimento sustentável.

Fórum para o Desenvolvimento Sustentável da Região Árabe - ESCWA

O [Fórum Árabe para o Desenvolvimento Sustentável \(AFSD\)](#) aconteceu entre os dias 5 e 7 de março, em Beirute, Líbano, e reuniu representantes de alto nível de governos dos países árabes, parlamentos, sociedade civil, grupos de jovens, grupos de reflexão, setor privado, organizações regionais, árabes e internacionais, preocupados com o desenvolvimento sustentável. Também participaram instituições superiores de auditoria, fundos financeiros na região árabe e vários órgãos do sistema ONU, para abordar as prioridades de desenvolvimento sustentável a partir de uma perspectiva regional, discutir o progresso, rever experiências nacionais e reforçar a voz da região no Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável. Desenvolvimento (HLPF).

O AFSD foi organizado pelo [ESCWA – Comissão Econômica e Social para Ásia Ocidental](#), em colaboração com a Liga dos Estados Árabes e outras entidades da ONU que operam nos países árabes.

O [AFSD 2024](#) foi presidido por Omã, sob o tema “*Entregando para a sustentabilidade e a paz*”. O Fórum teve como objetivo discutir soluções sustentáveis, resilientes e inovadoras para reforçar a Agenda 2030 e erradicar a pobreza em tempos de múltiplas crises. Centrou-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em análise no HLPF de 2024: ODS 1 – Erradicação da pobreza; ODS 2 – Fome zero; ODS 13 – Ação climática; ODS 16 – Paz, justiça e instituições fortes; e ODS 17 – parcerias . Representa também uma plataforma regional para discutir prioridades e contribuições para a [Cimeira do Futuro](#)⁷⁶, que acontecerá em setembro deste ano, incluindo a inovação digital, a governação e a cooperação, e os jovens e as gerações futuras.

O AFSD é o principal mecanismo regional para o acompanhamento e revisão da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável na região árabe.

Na [agenda](#) de três dias, grandes temas orientaram os debates, corroborando com o entendimento de que acabar com a pobreza e a fome e estabelecer de paz e justiça passa principalmente pelo fortalecimento de instituições, pelo avanço nas ações climáticas e pela mitigação dos desastres, pelas parcerias entre o público e o privado e pela despolitização dos debates – as disputas geopolíticas foram apontadas como influência negativa para os avanços. Como escreve Marshall,⁷⁷ “ em sociedades empobrecidas, com poucas instituições responsáveis, o poder pertence a gangues disfarçadas de milícias e partidos políticos. Ao que parece, segue o autor, assim tem sido /na Líbia, na Síria, no Yemen, no Iraque, no Sudão, em Myanmar e em tantos outros países, e ainda será por muitos anos.

Os debates focaram na importância do multilateralismo, do trabalho em rede, da boa governança, dos dados confiáveis e da tecnologia digital e das parcerias público-privadas para

⁷⁶ A Cúpula do Futuro é um evento de alto nível, reunindo os líderes mundiais para forjar um novo consenso internacional sobre como entregamos um presente melhor e salvaguardamos o futuro. A Cúpula analisará o “**como**” – como cooperamos melhor para cumprir as aspirações e objetivos acima? Como podemos atender melhor às necessidades do presente, ao mesmo tempo em que nos preparamos para os desafios do futuro? <https://www.un.org/en/summit-of-the-future>

⁷⁷ Marshall, Tim. 2018. Prisioneiros da Geografia: 10 mapas que explicam tudo que você precisa saber sobre política global – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2018. Cap. 6 – Oriente Médio, página 177.

enfrentar os desafios complexos da região. Enquanto elas lutam pelo poder, por vezes aclamadas por simpatizantes ocidentais “ingênuos”⁷⁸, muitos inocentes morrem.

Entre as muitas mensagens do Fórum, que envolvem tecnologia digital e da Informação, governança da arquitetura financeira internacional, juventude e justiça intergeracional, combate à pobreza, dieta, ação climática, instituições públicas, estão:

- Um cessar-fogo imediato em Gaza, permitindo o acesso incondicional à ajuda humanitária e pondo fim à ocupação israelense de Gaza e do Território Palestino de acordo com o direito internacional.

- Aproveitar a oportunidade de realizar a cimeira do futuro para impulsionar uma reforma abrangente do sistema multilateral.

- Garantir o acesso à tecnologia de informação e comunicação nos países afetados por conflitos, o reconhecimento da necessidade de legislação contra o uso desta tecnologia como ferramenta de guerra.

- Apelar aos países árabes e às instituições financeiras para unirem os seus esforços e voz, a fim de melhorar a representação dos países nas instituições financeiras globais, e a revisão das estruturas de votação de forma que o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial darão voz aos países em desenvolvimento e suas economias.

- Maior preparação para lidar com as principais tendências sociais e ambientais, como o envelhecimento e a mobilidade geográfica, saúde e assistência social, alterações climáticas e desenvolver novas percepções dos sistemas de trabalho e de aprendizagem. Desenvolver práticas inovadoras para unir gerações e difundir bem-estar aos mais velhos e aos mais jovens

- A necessidade de vincular os programas de proteção social às políticas econômicas e às reformas políticas para reduzir a pobreza das gerações atuais, satisfazendo simultaneamente as necessidades das gerações futuras e assegurando-lhes o crescimento e a justiça social.

- Ativar a abordagem tripartite de ajuda humanitária, desenvolvimento e paz para alcançar a segurança alimentar nos países afetados pelo conflito, e não politizar o apoio humanitário e não utilizar a fome como instrumento de guerra.

- Intensificar os esforços das instituições financeiras para priorizar os fluxos de financiamento da ação climática para os países menos desenvolvidos

- Reconhecer o papel das instituições nacionais de direitos humanos como elementos essenciais na estrutura institucional relevante

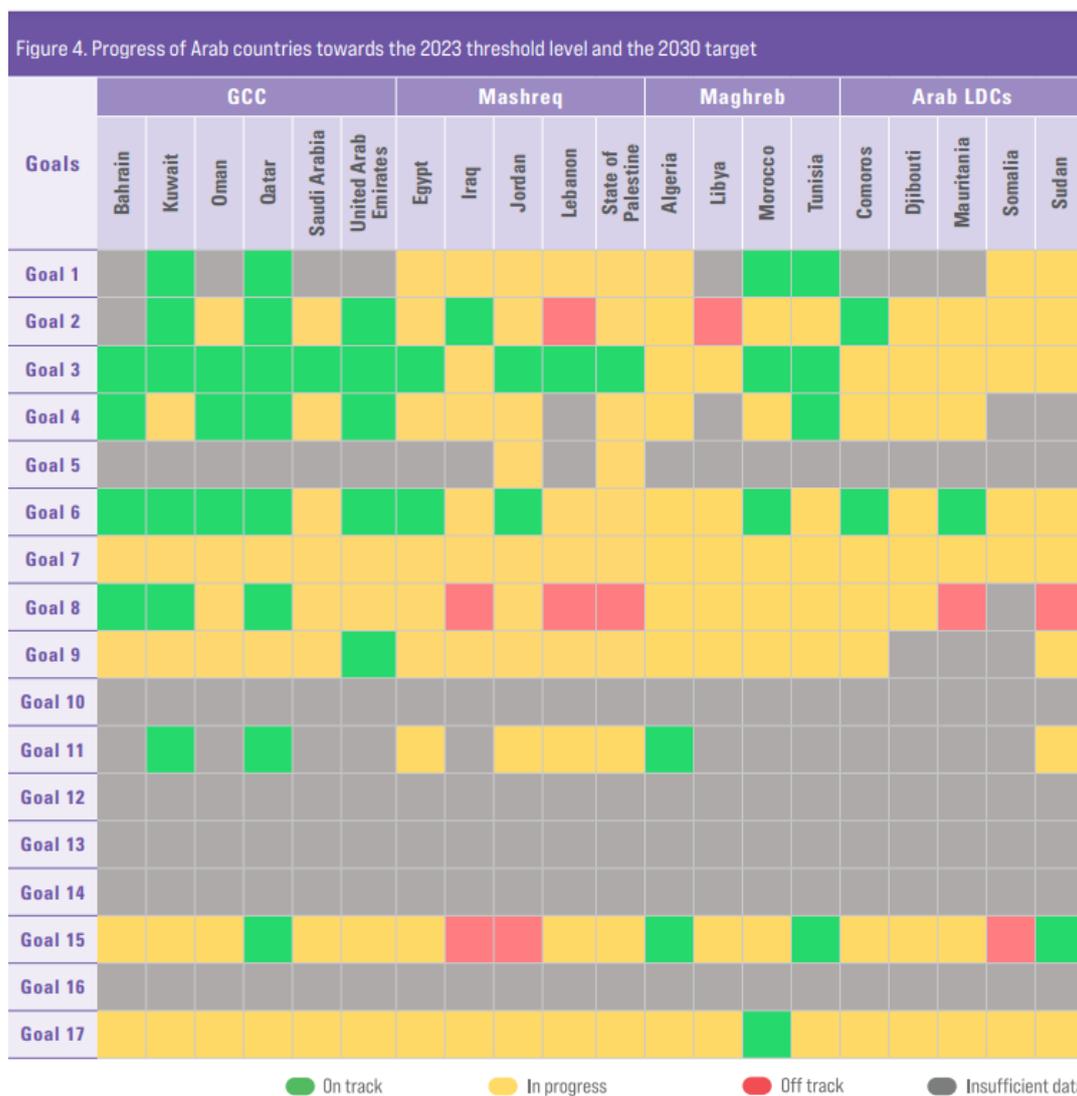
Documentos chave

O relatório [Progresso em direção aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável na região árabe](#) identifica áreas onde deve ser colocada ênfase nos próximos anos para apoiar os países no cumprimento dos ODS. A análise mostra que a implementação da Agenda 2030 tem enfrentado muitos desafios e obstáculos, como a pandemia, as alterações climáticas, as disputas geopolíticas, o aumento das desigualdades e os conflitos violentos que atrasaram o progresso dos ODS em todos os países, embora em diferentes níveis de gravidade. Também aponta que a

⁷⁸ Sobre essa ingenuidade, essa autora discorda. Sempre há interesses em jogo, seja de vender armas, seja ter acesso a uma região estratégica, seja apoiar o inimigo do seu inimigo.

região árabe conseguiu reverter as tendências de retrocesso de alguns ODS, mas manteve-se muito distante do limiar de 2023.

O documento divide a região nas quatro sub-regiões. Embora haja gaps de dados, a análise mostra que a sub-região do CCG deverá atingir as metas para 2030 em cinco Objetivos: ODS 1 sobre erradicação da pobreza, ODS 2 sobre fome zero, ODS 3 sobre boa saúde e bem-estar, ODS 4 sobre educação de qualidade e ODS 6 sobre água potável e saneamento. É a região do ouro negro, dos países do petróleo. No entanto, Arábia Saudita ainda está bem atrás.⁷⁹ O Qatar e o Kuwait estão bem mais próximos de alcançar alguns dos ODS.



Página 12 do relatório

https://www.unescwa.org/sites/default/files/pubs/pdf/progress_towards_the_sustainable_development_goals_in_the_arab_region.pdf

⁷⁹ Arábia Saudita somente começou sua grande virada, quando o príncipe, Mohammed bin Salman (MBS), foi designado príncipe herdeiro e assumiu o governo do Reino, em 2017. Para o bem ou para o mal, ele é o futuro líder designado e muitas alavancas de poder já estão em suas mãos. E pode inspirar, e já está promovendo, mudanças positivas na região.

[A Revisão Anual dos ODS 2024 da ESCWA](#) explora o desenvolvimento de competências, a inovação e o sector privado na região árabe. Com base nas informações e dados disponíveis, o relatório oferece insights sobre tendências e lacunas regionais, apoiados por exemplos e estudos de caso de países árabes selecionados. Baseia-se também nos resultados de um inquérito sobre inovação e desenvolvimento de competências em empresas privadas na região árabe, realizado pela ESCWA em outubro de 2023, bem como na leitura de relatórios de sustentabilidade de empresas selecionadas da região.

A Revisão fornece uma visão geral do desenvolvimento de competências e dos cenários de inovação na região árabe, avalia o que o sector privado está a fazer em cada um dos dois domínios, analisa os desafios que enfrenta e fornece orientações sobre as ações necessárias para colmatar as lacunas atuais.

A região árabe é composta por 22 países que são subdivididos em quatro sub-regiões:

1. **Países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG):** Bahrein, Kuwait, Omã, Catar, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos;
2. **Países do Mashreq⁸⁰:** Egito, Iraque, Jordânia, Líbano, Estado da Palestina, República Árabe Síria
3. **Países do Magrebe⁸¹:** Argélia, Líbia, Marrocos, Tunísia
4. **Países Árabes Menos Desenvolvidos (LDC):** Comores, Djibuti, Mauritânia, Somália, Sudão, Yémen

80ª Comissão Econômica e Social para Ásia e Pacífico – ESCAP

Sob o tema “Aproveitar a inovação digital para o desenvolvimento sustentável na Ásia e no Pacífico”, a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP) encerrou a sua [80.ª sessão](#), realizada entre os dias 22 e 26 de abril, em Bangkok, Tailândia, adotando uma [resolução](#) incentivando os países a trabalharem estreitamente para promover a investigação, o diálogo, a cooperação técnica e o desenvolvimento de tecnologias digitais e iniciativas de economia digital de uma forma eficiente, acessível, inclusiva, segura e acessível, especialmente para os países e grupos populacionais mais vulneráveis da região. Foram mais de 800 participantes.

A resolução salientou a necessidade de eliminar a vasta fratura digital remanescente na região e afirmou as diferentes abordagens e ferramentas disponíveis para cada país para aumentar o impacto positivo e a escala das inovações digitais, para que os resultados do desenvolvimento possam beneficiar todas as pessoas. As soluções residem na diversidade na Ásia e no Pacífico,

Os países conseguiram alavancar a inovação digital para o desenvolvimento sustentável e enfrentar vários desafios setoriais, como o acesso ao financiamento, a gestão de recursos e a prestação de serviços públicos. Algumas das suas experiências e soluções, se adaptadas para atender às circunstâncias específicas, poderiam igualmente abordar desafios semelhantes

⁸⁰ Designa a parte oriental do mundo árabe, no Mediterrâneo.

⁸¹ Designa a região geopolítica do noroeste da África, em contato com o Mediterrâneo e o Sahel.

enfrentados por outros, falou em entrevista Armida Salsiah Alisjahbana, Secretária Executiva da ESCAP.⁸²

A Ásia e o Pacífico estão na vanguarda das inovações digitais. A região já é reconhecida como um centro dinâmico para a inovação impulsionada digitalmente, alimentada por tecnologias pioneiras como a Inteligência Artificial, Finanças Digitais, GovTech e a Internet das Coisas. No entanto, a região também apresenta atualmente o nível mais elevado de exclusão digital a nível mundial. Dentro dos países, permanecem lacunas significativas de acessibilidade, especialmente entre mulheres e homens, jovens e idosos, pessoas com e sem deficiência, pessoas que vivem em áreas urbanas e rurais e pessoas com diferentes níveis de rendimento e níveis de escolaridade. Muitos deles não possuem as competências necessárias para utilizar as inovações digitais, enquanto 3,7 % da população com acesso à banda larga não utiliza a Internet.

O [estudo temático](#) examina as inovações digitais existentes que aceleraram o progresso rumo ao desenvolvimento sustentável e explora formas de aproveitar os seus sucessos. Propõe um quadro para compreender as interligações entre a inovação digital e o desenvolvimento sustentável, investiga práticas atuais e emergentes, explora como pode ser criado um ambiente favorável e fornece recomendações para a cooperação regional.

A resolução reconheceu ainda os principais obstáculos que os países em desenvolvimento enfrentam no envolvimento e no acesso às novas tecnologias, tais como um ambiente propício adequado, recursos suficientes, infraestruturas, educação e alfabetização, capacidade, investimento e conectividade.

“Deve haver apoio político adequado a nível global e regional para integrar tecnologias e ferramentas digitais para melhorias sustentadas na produtividade e a criação de oportunidades de emprego digno nestes países”, afirmou Rabab Fatima, Subsecretária-Geral das Nações Unidas e Alta Representante para os países menos desenvolvidos, países em desenvolvimento sem litoral e pequenos estados insulares em desenvolvimento. Ela destacou ainda a necessidade de um forte apoio dos parceiros de desenvolvimento, da ONU e de outras partes interessadas, incluindo do sector privado, para facilitar a transferência de tecnologia e o financiamento. [Resolução](#).

O [Relatório de Desenvolvimento dos Países da Ásia-Pacífico com Necessidades Especiais de 2024](#), mostra a abissal desigualdade dos fluxos de investimento direto estrangeiro digital para os países menos desenvolvidos que receberam apenas 0,10 % e representam menos de 1 por cento das exportações de serviços prestados digitalmente na região. O estudo apela a uma estratégia equilibrada que priorize áreas de serviços de alto impacto, como o comércio eletrônico e o marketing digital, ao mesmo tempo que estimula setores fundamentais, como a indústria transformadora.

Foram também adoptadas três outras resoluções, abrangendo a conectividade energética sustentável, o reforço do apoio aos países em situações especiais para acelerar a implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e cumprir outros compromissos globais, bem como sobre a melhoria dos procedimentos para reuniões intergovernamentais.

⁸²<https://www.unescap.org/news/countries-resolve-leverage-innovation-promote-digital-inclusion-those-furthest-behind>

Dentre os 43 documentos que subsidiaram a reunião ou foram produzidos durante o encontro, destacamos:

[Aproveitar as tecnologias digitais para acelerar a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)

[Declaração Ministerial sobre a Construção de um Futuro Energético Seguro, Sustentável e Interligado para a Ásia e o Pacífico](#)

[Declaração Ministerial sobre a Construção de um Futuro Energético Seguro, Sustentável e Interligado para a Ásia e o Pacífico](#)

[Cidades resilientes a crises para uma região sustentável da Ásia-Pacífico](#)

[Relatório do Comitê de Redução do Risco de Desastres em sua oitava sessão](#)

No Tabuleiro da Geopolítica

EUA – Arábia Saudita – Israel – Irã - O que está em jogo?

O que está em jogo não é um simples acordo de normalização com Israel. É o futuro do Reino saudita, da estabilidade nacional e regional em meio às mudanças de ordem regional. Mohammed bin Salman (MBS), o príncipe herdeiro, precisa equilibrar dezenas de fatores internos, regionais e globais.

Arábia Saudita e Israel são os dois aliados mais importantes dos EUA no Oriente Médio, e o governo Biden está profundamente envolvido com ambos hoje, tentando forjar um tratado mútuo de defesa com os sauditas e ajudando os israelenses em seus conflitos com o Hamas e o Irã. Para assinar os Acordos de Abraão com Israel⁸³, Arábia Saudita coloca na mesa de negociação o estabelecimento dos dois estados – Palestina e Israel, mas também tecnologia nuclear e de defesa. O Reino saudita não teme apenas que o Irã obtenha armas nucleares, teme sua capacidade de projetar influência - e violência – em toda região.

Como falou a Princesa Reema bint Bandar Al-Saud⁸⁴, embaixadora saudita nos EUA e primeira mulher no cargo, numa sessão sobre Arábia Saudita no Fórum Econômico Mundial 2024⁸⁵: “o Reino não colocou a normalização no centro da sua política. Colocou a paz e a prosperidade no centro da sua política”, disse ela, completando “se continuar andando, eles vão ter que segui-lo.”

Mudanças na ordem regional estão acontecendo. Nos chama a atenção como a guerra em Gaza remodelou a tendência anterior de normalização e desescalada que estava se materializando na região do Oriente Médio e Norte da África. Está redefinindo a política interna da região e as relações com atores externos, bem como o status da questão palestina, Israel e do "Eixo de Resistência" liderado pelo Irã. Também está afetando os laços entre os Estados árabes e seu envolvimento com Turquia e o Irã. Finalmente, a guerra não apenas lançou luz

⁸³ Política do governo Donald Trump, de 2020, para estabilizar as relações entre seu maior aliado regional, Israel, e os estados árabes. Já assinaram os acordos, Emirados Árabes, Bahrain, Marrocos. <https://www.estadao.com.br/internacional/os-acordos-de-abraao-comemorando-tres-anos-de-cooperacao-regional-no-orient-medio/>

⁸⁴ Embaixadora nos EUA desde 2019, é membro do conselho consultivo do Banco Mundial, exerceu papel importante no empoderamento feminino no Reino e representante permanente na UNESCO, entre outros. Introduziu o conceito de conscientização holística sobre saúde.

⁸⁵ <https://www.diplomaciabusiness.com/embaixadora-da-arabia-saudita-nos-estados-unidos-afirma-que-o-reino-prioriza-politicas-de-paz-e-prosperidade/>

sobre a mudança de lugar das potências externas na (des)ordem regional, mas também serviu como um choque de realidade para a visão dos EUA.⁸⁶

Em artigo, o escritor Thomas Friedman⁸⁷ escreve que Arábia Saudita e Israel parecem estar invertendo os papéis na ordem regional: na ânsia de permanecer no governo, Netanyahu transformou Israel em um lugar mais parecido com o que havia de pior na Arábia Saudita anterior, colocando líderes religiosos extremistas no governo, e MBS está transformando a Arábia Saudita em um lugar mais parecido com o que havia de melhor no Estado de Israel anterior – os líderes extremistas foram presos, afastando a religião do governo.⁸⁸ Friedman fala ainda que MBS, com sua mira laser em crescimento econômico após várias décadas em que a Arábia Saudita esteve “adormecida”, lançou a revolução social mais importante de todos os tempos no reino desértico – que tem produzido ondas de choque que reverberam por todo o mundo árabe.

Apesar das acusações de despotismo, MBS é genuinamente um reformista. Cosmopolita, cercado de jovens conselheiros também abertos a mudanças, ele está promovendo mudanças sociais e econômicas – e é urgente; a queda dos preços dos combustíveis fósseis requer mudanças de curto, médio e longo prazo.

Retomar relações com a Síria e trazê-la de volta à Liga Árabe (2023), retomar relações com o Qatar e cancelar a suspensão do Conselho de Cooperação do Golfo (2021), retomar relações diplomáticas com o Irã (2023), ampliar as opções de fontes de recursos econômicos para além do petróleo, ampliar as opções de cooperação e avanços tecnológicos, para além de um único parceiro estratégico, como o acordo de bilhões de dólares com a China, são ações que definem a trajetória traçada por MBS para fazer seu país avançar e alcançar supremacia nacional e regional, de preferência numa atmosfera tão estável quanto possível.⁸⁹

Seu plano de longo prazo, a Visão 2030, envolve diversificar a economia, focar na tecnologia e no setor de serviços. Envolve inserção das mulheres no mercado de trabalho, a “saudificação” da força de trabalho, isto é, substituir a força de trabalho migrante por sauditas e o petróleo por tecnologia; turismo, cidades inteligentes, entre outros. A Covid-19 atrasou os avanços.

MSB foi designado príncipe herdeiro e assumiu o governo do Reino, em 2017. Para o bem ou para o mal, ele é o futuro líder designado, e muitas alavancas de poder já estão em suas mãos. Seu êxito ou fracasso afetará todo o Oriente Médio. Para entender a política externa sob MBS, é importante atentar às políticas (históricas) que ele herdou, especialmente a Guerra Fria regional com o Irã, que degenerou em guerras por procuração neste século XXI.⁹⁰ A relação com os EUA vem desde os anos 1930, no início do estabelecimento do Reino saudita e da descoberta do petróleo nos desertos sauditas, e envolveu tecnologia para explorar aquela que seria a maior fonte de renda do Reino e, de quebra, segurança contra os antigos rivais e inimigos históricos.

⁸⁶ [O Oriente Médio recomeça em meio à guerra em Gaza \(mecouncil.org\)](https://mecouncil.org/oriental-middle-east-restarts-war-gaza/)

⁸⁷ Thomas Friedman, ganhador do Pulitzer e colunista do NYT. Especialista em relações internacionais, autor de 'De Beirute a Jerusalém'. https://www.estadao.com.br/internacional/como-israel-e-arabia-saudita-trocam-de-papeis-no-oriente-medio/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento

⁸⁸ https://www.estadao.com.br/internacional/como-israel-e-arabia-saudita-trocam-de-papeis-no-oriente-medio/?utm_source=estadao:app&utm_medium=noticia:compartilhamento

⁸⁹ Marshall, Tim. 2022. O Poder da Geografia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2022. Página 108.

⁹⁰ Marshall, Tim. 2022. O Poder da Geografia. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2022. Página 107.

Considerações finais

Quando olhamos para a liberação de bilhões de dólares para armas em detrimento dos investimentos para se alcançar o desenvolvimento sustentável, principalmente em países mais vulneráveis...

Quando, diante dos eventos climáticos e das múltiplas guerras e conflitos, olhamos para a politização do apoio humanitário e do uso da fome como instrumento de guerra...

Quando olhamos para os jogos políticos que afetam os debates nos grandes fóruns globais, adiando decisões importantes para a vida de milhares de pessoas, principalmente de mulheres, crianças e idosos...

Quando lemos os relatórios sobre avanço da Agenda 2030, produzidos pelos escritórios regionais da ECOSOC, que mostram os retrocessos e/ou estagnação na implantação dos ODS...

E quando lembramos que faltam apenas seis anos para o cumprimento das 17 metas dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, podemos afirmar que a humanidade não se saiu nada bem.

A Lua representa meu coração

The Moon represents my heart

André Costa Lobato

Abstract. *Xi Jinping conducts a series of State visits to Europe, including France, Hungary, and Serbia, where he emphasized the importance of diplomatic and economic relations between China and European countries. In France, Xi praised French culture and discussed strategic issues with President Macron and the President of the European Commission, Von der Leyen. Meanwhile, US Secretary of State Antony Blinken visited Beijing for meetings, raising accusations against China. The Chancellor of Argentina traveled to Beijing, highlighting the significance of the Belt and Road Initiative but also made controversial comments in Paris. The Chinese Academy of Sciences released a high-resolution map of the Moon, while multinational car companies signed agreements with Chinese manufacturers during the Beijing Auto Show, aiming to remain competitive in the electric vehicle and automotive technology market.*

Keywords: Science and Technology, Diplomacy, Pos-pandemic

Resumo. Xi Jinping faz visitas de Estado à Europa, incluindo França, Hungria e Sérvia, onde destacou a importância das relações diplomáticas e econômicas entre China e os países europeus. Na França, Xi elogiou a cultura francesa e discutiu questões estratégicas com o presidente Macron e a presidente da Comissão Europeia, Von der Leyen. Enquanto isso, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, visitou Pequim para reuniões, levantando acusações contra a China. A chanceler da Argentina viajou para Pequim, destacando a importância da Iniciativa Cinturão e Rota, mas também fez comentários controversos em Paris. A Academia Chinesa de Ciências divulgou um mapa de alta resolução da Lua, enquanto empresas de carros multinacionais firmaram acordos com fabricantes chineses durante a Feira de Carros de Pequim, buscando manter-se competitivas no mercado de veículos elétricos e tecnologias automotivas.

Palavras-chave: Ciência e Tecnologia, Diplomacia, pós-pandemia

Diplomática

- Xi Jinping viajou à Europa para visitas de Estado na França, na Hungria e na Sérvia. Na França, para os 60 anos do estabelecimento de relações diplomáticas entre os dois países Xi disse que os chineses são fascinados pela França, cuja cultura “inspirou toda a humanidade”⁹¹. A França foi a primeira potência ocidental a reconhecer a República Popular como Estado representante do território chinês. Agora, diante da “nova guerra fria”, a China Convidada pelo presidente francês, Emmanuel Macron, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen, também se reuniu com Xi, num encontro trilateral. “O futuro do nosso continente dependerá muito claramente da nossa capacidade de continuar a desenvolver relações com a China de uma forma equilibrada”, disse Macron⁹². Como de costume, Leyen disse ter

⁹¹ https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/zxxx_662805/202405/t20240505_11293002.html

⁹² <https://operamundi.uol.com.br/diplomacia/macron-defende-que-futuro-da-europa-depende-de-relacoes-equilibradas-com-a-china-2/>

demandado que a China siga a agenda estratégica da Otan com a Rússia e em outras áreas⁹³. Entre os itens, a venda de produtos agrícolas para a China, o que pode ser inviabilizado pela adesão europeia à agenda de sanções à China⁹⁴. Para a China, o quanto mais França for capaz de desenvolver uma agenda estratégica própria para a Europa continental, melhor. Porém, isso é visto por alguns como uma tentativa de divisão do complexo-militar norte-atlântico. Também na semana passada, China e França assinaram acordo para cooperação marítima e aérea entre as duas forças armadas.

- Antony Blinken, secretário de Estado da Casa Branca, foi mais uma vez a Pequim para reuniões com autoridades chinesas e se encontrou com Xi Jinping, Wang Yi e outros. Ele fez uma série de acusações e demandas enquanto o presidente Biden sancionou lei que exige que os controladores chineses do aplicativo Tik Tok vendam suas participações para continuar operando nos EUA. Entre as acusações, a de que a China apoia a ofensiva Russa na Ucrânia. Xi reforçou que os dois países devem buscar parceria, não confronto. Antes de Blinken entrar na sala, onde foi recebido sem uma única flor em plena primavera, pode-se escutar Xi perguntando “quando ele vai embora”. Blinken foi embora sem que nenhuma autoridade chinesa o acompanhasse ao aeroporto.
- Diana Modino, chanceler da Argentina, viajou para Pequim com o vice-ministro da Economia e o presidente do Banco Central. Ela disse ao Global Times a Iniciativa Cinturão e Rota é “muito importante” e negou que as relações entre os dois países estejam em seu pior momento. Na viagem de volta, ela deu uma entrevista, em Paris, na qual disse que era difícil saber se havia espiões chineses na Argentina porque os chineses “são todos iguais”⁹⁵.

Sanitária

- A agência de notícias chinesa Xinhua publicou duas histórias sobre a realidade sanitária do país, pedindo o fim de medidas de controle criadas pela pandemia e por melhores condições para os residentes médicos em hospitais do país. A agência menciona limites impostos por universidades para entrada nos campi, registro de nome para compra de tickets de metrô e limitações para apoio familiar em hospitais. Já os residentes sofrem com excessivas cargas de trabalho, e são vistos como mão-de-obra barata, diz a agência. Entre as denúncias, uma foto de um bebedouro ‘proibido’ para residentes. Outro desmonte da política de Covid-19 tem ocorrido em hotéis, com autoridades aumentando o cerco em hotéis que ainda fazer do uso de reconhecimento facial uma política obrigatória para seus hóspedes⁹⁶.
- O Ministério da Educação da China emitiu nova norma para segurança laboratorial em universidades. Os laboratórios devem ser classificados como de risco maior, alto, médio ou baixo, baseando-se nas fontes de perigo e em seu volume, e categorizados em tipos como química, biologia, radiação e eletromecânica. Equipes devem passar por treinamentos de segurança e simulações de resposta a emergências. Projetos de pesquisa científica e outras atividades experimentais realizadas em laboratórios devem ser submetidas a uma avaliação de risco de segurança⁹⁷.

⁹³<https://www.youtube.com/watch?v=M6BRkIMItZo>

⁹⁴ <https://www.ft.com/content/00aef31f-b99c-4536-96cd-bef93e60a0cb>

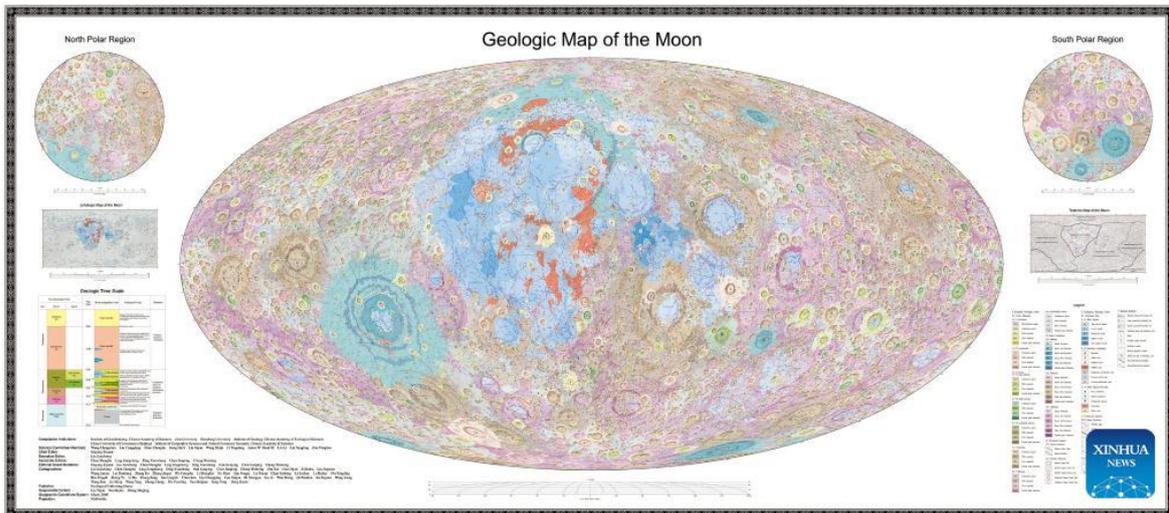
⁹⁵ https://www.clarin.com/politica/decalogo-frases-polemicas-canciller-diana-mondino-bano-hablo-ingles-santiago-cafiero-chinos-iguales_0_6JOYnL5umV.html

⁹⁶<https://caixinglobal.us19.list-manage.com/track/click?u=77e28b1d505c96caee68a8be5&id=ecfcf1d4be&e=74aa9a7894>

⁹⁷ http://english.www.gov.cn/news/202405/05/content_WS663773fbc6d0868f4e8e6bda.html

Socioeconômica

- A Academia Chinesa de Ciências divulgou o primeiro mapa de alta resolução da superfície da Lua. Os dados foram colhidos pela missão Chang-e 1 entre 2007 e 2008 e validados por missões chinesas posteriores, além de dados da comunidade científica internacional. O novo Atlas Geológico da Lua foi publicado em inglês e em mandarim⁹⁸⁹⁹



- Empresas de carro multinacionais assinaram uma série de acordos com fabricantes chinesas para se manterem dentro da fronteira tecnológica em carros elétricos, navegação automática e outros itens indispensáveis desse mercado, como sistemas de amortecimento, durante a Feira de Carros de Pequim¹⁰⁰.

⁹⁸ https://english.cas.cn/newsroom/cas_media/202404/t20240422_660730.shtml

⁹⁹ <https://www.nature.com/articles/d41586-024-01223-0>

¹⁰⁰ <https://www.ft.com/content/676941d1-43bd-4f5a-9f01-d3312bfa470d>

China e Estados Unidos

Cesário Melantonio

Na articulação do sistema internacional pós-guerra fria o fenômeno mais visível é a ascensão da China. Os dados são conhecidos: o país tornou-se a segunda economia do mundo, ampliou sua base militar de poder, desenvolveu notável capacidade tecnológica e expandiu sua presença econômica internacional.

Essa constatação não resolve, porém, a questão de entender quais são as consequências da ascensão da China para a ordem internacional, tampouco esclarece de que maneira Pequim usará o poder adquirido, que conflitos pode provocar ou ajudar a resolver.

Para responder a essas perguntas um fator fundamental é a relação com os Estados Unidos. Estamos longe de afirmar a inevitabilidade de uma guerra entre as duas potências. O objetivo é outro: refletir sobre os fatores que induziriam a guerra e qual seria o caminho para evitar o conflito.

Essa análise pode partir de uma observação do historiador ateniense Tucídides sobre as origens da guerra entre Atenas e Esparta pelo controle do Peloponeso. Segundo Tucídides, a ascensão de Atenas, e o conseqüente temor instalado em Esparta, tornaram a guerra inevitável. Essa observação incorpora uma lição permanente para entender situações em que potências emergentes desafiam as dominantes e, portanto, seria a melhor lente disponível para analisar as relações entre China e Estados Unidos.

Vários Estados caíram nessa armadilha, como Portugal e Espanha no século XV, o confronto entre a França e os Habsburgos, as disputas europeias até fins dos noventa, em seguida os conflitos da primeira e da segunda guerras mundiais, a guerra fria e a reação da França e da Inglaterra à reunificação da Alemanha. Desses casos alguns resultaram em guerras, mas outros não.

As diferenças de poder engendram desequilíbrios, instalam a armadilha e correspondem ao fator estrutural na origem daqueles conflitos. Mas a escalada ou não para a violência responde a movimentos conjunturais, definidos por fatores variados, dos estratégicos aos da psicologia coletiva.

Vistos em sequência, os episódios, apesar das diferenças, sugerem um padrão inteligível. E o argumento ganha contornos mais claros: como nenhuma situação de armadilha está pré-fixada, o imperativo é estudar as maneiras de evitar que rivalidades escalem.

A solução nesse caso seria um apelo à razão dos governantes americanos e chineses para que, ao reconhecerem o alcance e a abrangência da rivalidade, aceitem soluções negociadas para contê-los.

Os Estados Unidos deram os primeiros passos da expansão imperial depois da guerra hispano-americana, com intervenções na América Central e no Caribe e a transformação da Doutrina Monroe em instrumento para legitimar intervenções na região. Daí o interesse em perguntar de que maneira a liderança americana reagiria se os chineses se tornassem igualmente exigentes em relação ao seu entorno. Os britânicos, que eram hegemônicos na

América do Sul, aceitaram a expansão dos Estados Unidos e se acomodaram. Nesse caso, a potência emergente venceu, e sem guerra.

Por caminhos diferentes, a China construiu também uma ambição de potência, e Xi Jinping é o personagem que consolida o processo. Devemos sublinhar a singularidade da história da China, o isolamento do império do meio, o passado de humilhações e a disposição surpreendente de enfrentar inimigos poderosos, como aconteceu no caso da invasão americana da Coreia em 1952. Para entender o *ethos* chinês devemos recorrer a Kissinger e a Lee Kuan Yew, primeiro-ministro de Cingapura, que bem conhece as lideranças chinesas.

O sonho de Xi combina o desejo firme de potência de Theodore Roosevelt com a construção da prosperidade de Franklin Roosevelt. Essa sensação de destino despertado é uma força avassaladora. Daí a disposição chinesa de refazer a hegemonia regional e a necessidade de bloquear as pretensões americanas na Ásia. O recado a Washington é claro: não se metam!

EUA regula proteção de crianças contra riscos ambientais

Guto Galvão

Resumo. A Ordem Executiva 13045 de 21 de abril de 1997, Proteção de Crianças contra Riscos Ambientais à Saúde ([Executive Order 13045 of April 21, 1997, Protection of Children From Environmental Health Risks and, Safety Risks](#)) Este documento é uma ordem executiva emitida pelo Presidente dos Estados Unidos em 1997 que cria um mecanismo para atuar nesse tema. O [Relatório de Progresso de programas para reduzir as exposições ao chumbo na infância e eliminar os impactos associados à saúde](#) é um documento que atualiza o progresso do Plano de Ação Federal sobre o Chumbo, que visa reduzir as exposições ao chumbo na infância e os impactos associados à saúde.

Palavras-chave: Chumbo, Saúde Ambiental Infantil, relatório de progresso.

Summary. Executive Order 13045 of April 21, 1997, Protection of Children From Environmental Health Risks and, Safety Risks. The Progress Report on Programs to Reduce Childhood Lead Exposures and Eliminate Associated Health Impacts is a document that updates the progress of the Federal Lead Action Plan, which aims to reduce childhood lead exposures and associated health impacts.

Keywords: Lead, Children's Environmental Health, progress report.

Proteção de Crianças contra Riscos à Saúde Ambiental e Riscos de Segurança

A Ordem Executiva 13045, intitulada "Proteção de Crianças contra Riscos à Saúde Ambiental e Riscos de Segurança", foi emitida em 21 de abril de 1997 pelo Presidente dos Estados Unidos. A ordem reconhece que as crianças podem ser mais vulneráveis a riscos ambientais à saúde e à segurança devido ao desenvolvimento de seus sistemas corporais, maior consumo de alimentos e fluidos em relação ao peso corporal, proteção reduzida contra recursos de segurança e capacidade limitada de se proteger. A ordem orienta os órgãos federais a priorizar a identificação e a avaliação de tais riscos e garantir que suas políticas, programas, atividades e normas tratem desses riscos.

A ordem define termos-chave como "agência federal" e "ação regulatória coberta". Uma agência federal refere-se a qualquer autoridade dos Estados Unidos que seja uma agência sob 44 U.S.C. 3502(1), excluindo agências reguladoras independentes. A ação regulamentar abrangida refere-se a qualquer ação substantiva no âmbito de uma regulamentação que seja suscetível de resultar numa regra com impacto económico significativo e diga respeito a um risco ambiental, à saúde ou à segurança que possa afetar desproporcionalmente as crianças.

A portaria cria a Força-Tarefa sobre Riscos à Saúde Ambiental e Riscos à Segurança das Crianças, que se reporta ao presidente e inclui representantes de vários departamentos e agências governamentais. A força-tarefa é responsável por recomendar estratégias federais para a saúde e segurança ambiental das crianças, coordenar esforços de pesquisa, promover parcerias, melhorar o alcance público e a comunicação, identificar iniciativas de alta prioridade e avaliar a necessidade de continuidade da força-tarefa após quatro anos.

A portaria enfatiza a importância da coordenação e integração da pesquisa, orientando a força-tarefa a desenvolver um plano para garantir que pesquisadores e agências federais de pesquisa tenham acesso a informações sobre pesquisas relacionadas a riscos adversos à saúde em crianças resultantes da exposição a riscos à saúde ambiental ou riscos à segurança. O plano deve promover o compartilhamento de informações sobre pesquisas acadêmicas e privadas e disponibilizar os dados ao público e a todos os órgãos federais na medida permitida por lei.

A ordem também exige que as agências forneçam informações sobre os efeitos ambientais, de saúde ou segurança dos regulamentos planejados sobre as crianças e expliquem por que esses regulamentos são preferíveis a outras alternativas potencialmente eficazes. Em situações de emergência ou quando obrigadas por lei a agir rapidamente, as agências devem cumprir essas disposições na medida do possível.

Além disso, a portaria institui o Fórum Interagencial de Estatísticas da Criança e da Família, que produz um compêndio anual de indicadores do bem-estar das crianças do país. O fórum determina os indicadores a serem incluídos em cada relatório, identifica as fontes de dados e revisa os esforços federais de coleta e disseminação de dados para melhorar a cobertura, a coordenação e reduzir a duplicação.

O despacho conclui com disposições gerais, afirmando que se destina à gestão interna do Poder Executivo e não cria quaisquer direitos exigíveis ou responsabilidades fiduciárias. Revoga a Ordem Executiva 12606 emitida em 1987.

Em resumo, a Ordem Executiva 13045 visa proteger as crianças de riscos à saúde ambiental e riscos à segurança, orientando os órgãos federais a priorizar a identificação e avaliação desses riscos, coordenando esforços de pesquisa, promovendo parcerias, aumentando o alcance público e garantindo a consideração da saúde infantil nas ações regulatórias. Cria um grupo de trabalho e um fórum interagências para apoiar estes objetivos.

Redução da exposição ao Chumbo

O Plano de Ação Federal é uma estratégia abrangente desenvolvida pela Força-Tarefa do Presidente sobre Riscos à Saúde Ambiental e Riscos de Segurança para Crianças para reduzir a exposição ao chumbo e seus riscos à saúde associados. O plano se concentra em quatro objetivos principais:

1. Reduzir a exposição das crianças a fontes de chumbo: Este objetivo visa abordar a exposição ao chumbo em vários ambientes e fontes. Os principais domínios de ação no âmbito deste objetivo incluem:

a. Reduzir a exposição das crianças em casas e instalações ocupadas por crianças com riscos de tinta à base de chumbo: Isso envolve a implementação de medidas para identificar e remediar os perigos de tinta à base de chumbo em casas e instalações onde as crianças passam tempo.

b. Reduzir a exposição ao chumbo da água potável: Isso inclui melhorar a infraestrutura hídrica, implementar programas de teste e monitoramento de chumbo e fornecer orientação sobre práticas de água potável segura para chumbo.

c. Reduzir a exposição ao chumbo no solo: São feitos esforços para identificar e remediar o solo contaminado com chumbo, especialmente em áreas onde as crianças brincam ou cultivam jardins.

d. Reduzir a exposição ao chumbo associada às emissões para o ar ambiente: Envolve a implementação de regulamentos e medidas para reduzir as emissões de chumbo de várias fontes, como instalações industriais e transporte.

e. Reduzir a exposição ao chumbo de fontes ocupacionais: São tomadas medidas para proteger os trabalhadores da exposição ao chumbo em várias indústrias, como construção, fabricação e reciclagem de baterias.

f. Reduzir a exposição ao chumbo nos alimentos: São feitos esforços para monitorar e regular os níveis de chumbo nos alimentos, especialmente em produtos consumidos por crianças.

g. Redução da exposição ao chumbo em cosméticos e produtos de higiene pessoal: São tomadas medidas para regular o teor de chumbo em cosméticos e produtos de higiene pessoal, a fim de proteger os consumidores, especialmente as crianças.

h. Reduzir a exposição ao chumbo em produtos de consumo: Isso envolve a implementação de regulamentos e normas para limitar o teor de chumbo em produtos de consumo, especialmente aqueles usados por crianças.

i. Reduzir a exposição ao chumbo por meio da assistência à aplicação e conformidade: Isso inclui fortalecer os esforços de aplicação e fornecer assistência para garantir a conformidade com os regulamentos relacionados ao chumbo.

2. Identificar crianças expostas ao chumbo e melhorar seus resultados de saúde: Este objetivo se concentra em melhorar a vigilância, o teste e o monitoramento de crianças expostas ao chumbo e fornecer serviços e intervenções apropriados. Os principais domínios de acção no âmbito deste objectivo incluem:

a. Melhorar a vigilância dos níveis de chumbo no sangue (LBP) para identificar crianças expostas ao chumbo: Isso envolve o aprimoramento dos sistemas de coleta e notificação de dados para rastrear e identificar crianças com níveis elevados de chumbo no sangue.

b. Facilitar o acompanhamento, o teste de chumbo no sangue e o monitoramento de crianças identificadas como expostas ao chumbo: Esforços são feitos para garantir que as crianças identificadas com níveis elevados de chumbo no sangue recebam testes e monitoramento de acompanhamento adequados.

c. Facilitar a triagem de atrasos no desenvolvimento em crianças identificadas como expostas ao chumbo: Isso inclui promover a triagem e a avaliação de atrasos no desenvolvimento em crianças expostas ao chumbo para garantir a intervenção e o apoio precoces.

d. Facilitar o encaminhamento e o recebimento de serviços apropriados para crianças identificadas como em risco de atrasos no desenvolvimento devido à exposição ao chumbo: São tomadas medidas para garantir que as crianças em risco de atrasos no desenvolvimento devido à exposição ao chumbo recebam os encaminhamentos e serviços necessários para apoiar sua saúde e desenvolvimento.

3. Comunique-se de forma mais eficaz com as partes interessadas: esse objetivo se concentra em melhorar a comunicação e aumentar a conscientização sobre os riscos do chumbo, prevenção e remediação. Os principais domínios de acção no âmbito deste objectivo incluem:

a. Consolidação e simplificação da comunicação e mensagens federais relacionadas a leads: Esforços são feitos para coordenar e agilizar os esforços de comunicação entre as agências federais para fornecer informações consistentes e claras sobre os riscos e a prevenção de chumbo.

b. Melhorar a conscientização sobre os perigos do chumbo, a prevenção e a remediação entre as diversas populações, especialmente as mais em risco: Isso envolve campanhas de sensibilização e educação direcionadas para aumentar a conscientização sobre os perigos do chumbo e medidas de prevenção, particularmente entre as comunidades desproporcionalmente afetadas pela exposição ao chumbo.

4. Apoiar e conduzir pesquisas críticas para informar os esforços para reduzir as exposições ao chumbo e os riscos à saúde relacionados: Este objetivo se concentra no avanço da pesquisa para entender melhor a exposição ao chumbo, seus efeitos na saúde e estratégias de prevenção eficazes. Os principais domínios de ação no âmbito deste objetivo incluem:

a. Conduzir e colaborar em pesquisas para apoiar as metas do Plano de Ação de Liderança Federal: Isso envolve a realização de estudos de pesquisa e a colaboração com instituições de pesquisa para reunir dados e evidências para informar os esforços de redução da exposição ao chumbo.

b. Estabelecimento do Comitê Consultivo de Exposição e Prevenção de Chumbo (LEPAC): O LEPAC serve como uma plataforma para especialistas e partes interessadas fornecerem orientações e recomendações sobre estratégias de prevenção e mitigação da exposição ao chumbo.

O Plano de Ação Federal Lead visa proteger as crianças, especialmente aquelas em comunidades com preocupações de justiça ambiental, da exposição ao chumbo e seus efeitos nocivos. Promove uma visão de um Estados Unidos onde as crianças possam viver, aprender e brincar em ambientes livres de riscos de chumbo. O plano fortalece os esforços federais para promover a justiça ambiental e incorpora medidas para abordar e prevenir impactos ambientais e de saúde desproporcionais e adversos em comunidades sobrecarregadas.

CRÉDITOS DOS AUTORES DESTE FASCÍCULO

Ana Helena Gigliotti de Luna Freire - Mestre em Relações Internacionais, especialista em Divulgação e Popularização da Ciência, Analista de Gestão em Saúde, Cris/Fiocruz

André Lobato - Mestre em mídias globais e comunicações, doutorando, membro das equipes do CRIS e do Centro de Desenvolvimento Tecnológico em Saúde, Fiocruz

Augusto Paulo José da Silva - Biólogo, mestre em biologia, Moldova State University, assessor e pesquisador, Cris/Fiocruz

Armando De Negri Filho - Médico, mestre em epidemiologia, doutor em medicina preventiva, pesquisador visitante sênior do CRIS/Fiocruz

Bernardo Bahia Cesáreo - Pesquisador, Fundação Oswaldo Cruz

Caio Murta - Doutorando, Faculdade de Saúde Pública da USP

Cesário Melantonio – *Diplomata*

Claudia Chamas - Pesquisadora sênior, CDTs Fiocruz e Instituto Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Doenças de Populações Negligenciadas

Danielly P. Magalhães - Pós-doutora em saúde pública, doutora em química ambiental e mestre em saúde pública, pesquisadora associada do CRIS Fiocruz, pesquisadora da Columbia University, EUA

Deisy de Freitas Lima Ventura - Professora Titular e Coordenadora do Doutorado em Saúde Global e Sustentabilidade da Faculdade de Saúde Pública da USP, Vice-Diretora do Instituto de Relações Internacionais da USP

Denise Oliveira e Silva - Doutora em saúde pública, Pós Doutora em Antropologia, Pesquisadora em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Diana Reyna Zeballos Rivas - Médica; Mestre em Medicina e Saúde; Doutoranda, Instituto de Saúde Coletiva, UFBA

Eduardo Nilson - Doutor em Saúde Global e Sustentabilidade; Pesquisador em Saúde Pública, Fiocruz Brasília

Erica Ell - Pesquisadora da Fiocruz Brasília, Mestre em Saúde Pública e Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento

Erica Kastrup - Mestre em Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Doutora em História das Ciências e da Saúde; Analista do Cris/Fiocruz

Fabiane Gaspar - Assessora de Cooperação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em Comércio Exterior e Direito; Especialista em Saúde Pública; Mestranda em Direito Internacional

Felix Júlio Rosenberg - Médico veterinário, mestre em ciências médicas. Diretor do Fórum Itaboraí, Fiocruz. Secretário Executivo da RINSP/CPLP, coordenador da Rede Latino-Americana e do Caribe de Institutos Nacionais de Saúde Pública, IANPHI

Gabriela Di Giulio - Professora doutora do Departamento de Saúde Ambiental da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP)

Gisele Sanglard - Pesquisadora e docente da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz; Graduação em História; Mestrado em História Social da Cultura; Doutorado em História das Ciências da Saúde

Heliton Barros - Pesquisador do Museu da Vida, Casa de Oswaldo Cruz, Fiocruz

Isis Pillar Cazumbá da Cruz - MBA em Gestão de Projetos e Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá. Assistente de pesquisa do CRIS/Fiocruz

Jeffrey D. Sachs - Diretor do Centro para Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Columbia e Presidente da Rede de Soluções de Desenvolvimento Sustentável da ONU

João Miguel Estephanio – Pesquisador do CRIS/Fiocruz

Juan E. Garay - Professor de Ética, Equidade e Métricas da Saúde Global em Cuba, México e Espanha; Pesquisador visitante sênior do CRIS FIOCRUZ

*(Cuba: ELAM, UCLV, UNAH, México: UNACH, Espanha: ENS)

Julia A. M. Abbud Ribeiro - Mestranda em Cooperação Internacional e Conflitos, Especialista em Mediação e Direito Internacional, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Juliana Ubarana - Docente e pesquisadora da Fiocruz Brasília; Graduação em Nutrição; Mestrado em Saúde Pública, ENSP/Fiocruz

Laurenice Pires - Assistente Social, mestre em Serviço Social, doutoranda em Saúde Pública na Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca/Fiocruz

Luana Bermudez - Graduada em Relações Internacionais, Mestre em Saúde Pública, doutoranda em saúde pública, assessora da Presidência da Fiocruz

Lúcia Marques - Jornalista, mestre em Saúde Pública, analista de gestão em saúde pública, assessora Programa Fiocruz na Antártica, CRIS/Fiocruz

Luiz Augusto Galvão - Mestre em saúde pública, doutor em saúde coletiva. Professor adjunto na Universidade Georgetown, EUA, e membro do Cris/Fiocruz

Luís Eugenio Portela Fernandes de Souza - Professor do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, Vice-presidente / Presidente-eleito da Federação Mundial de Associações de Saúde Pública

Manuel Mahoche - Professor da Universidade Lúrio de Moçambique; Doutorando em Epidemiologia, Faculdade de Saúde Pública. USP

Marciglei Brito Moraes - Enfermeira e Historiadora, Mestre em Educação, Doutoranda no Instituto de Saúde Coletiva da UFBA

Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes - Pediatra, Doutora em Ciências, Pesquisadora e Docente da Pós-Graduação em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Ações Nacionais e de Cooperação, IFF/Fiocruz

Maria Teresa Rossetti Massari - Enfermeira, Mestre em Saúde da Mulher e da Criança, Coordenadora de Conteúdo do eixo Mulher e Criança do Portal de Boas Práticas, IFF/Fiocruz

Miryam de Souza Minayo - Analista de relações internacionais, doutora em Direito e Relações Internacionais, assessora e pesquisadora CRIS/Fiocruz

Nina Bouqvar - Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais: Resolução de Conflitos e Cooperação para o Desenvolvimento (MAPI) pela PUC-Rio e bacharela em Ciência Política (UNIRIO)

Patrícia Lewis - Psicóloga, mestre em ciências pela USP, pesquisadora do Observatório Saúde e Migração (OSM)

Paula Reges - Médica infectologista pelo Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI/Fiocruz); coordenadora nacional do WHO Solidarity Trial

Paulo Esteves - Doutor em Ciência Política, Professor Associado do Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio

Paulo Marchiori Buss - Médico, doutor em ciências. Professor emérito da Fiocruz, Coordenador do Cris/Fiocruz, membro titular da Academia Nacional de Medicina, Presidente da Alianza Latino-americana de Salud Global - ALASAG

Pedro Burger - Licenciado em História, Mestre em Economia Política Internacional, Especialista em Saúde Pública, Coordenador adjunto do CRIS/Fiocruz

Rafael Gomes França - Doutorando da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo

Renan Amaral Oliveira - Mestrando em Relações Internacionais, UFBA; Bacharel em Ciências e Humanidades e em Relações Internacionais, UFABC

Regina Ungerer - Médica, Doutora em Ciências, pesquisadora sênior do Cris/Fiocruz

Samia de Brito - Graduação e Mestrado em Relações Internacionais; Analista em cooperação internacional, Instituto René Rachou Fiocruz Minas

Santiago Alcázar – Diplomata; Pesquisador Honorário do CRIS/Fiocruz

Sebastian Tobar - Sociólogo, Doutor em Saúde Pública, assessor de cooperação do CRIS/Fiocruz, assessor da Aliança Latino-Americana de Saúde Global – ALASAG

Thaiany Medeiros Cury - Bacharel em Relações Internacionais, Mestranda em Análise e Gestão de Políticas Internacionais, IRI/PUC-Rio

Tiago Nery - Doutor em ciência política e assessor de cooperação internacional do Instituto Nacional de Infectologia Evandro Chagas (INI) da Fiocruz

Tomé Cá - Estatístico-epidemiologista, mestre em ciências econômicas e em saúde pública, membro da Organização Oeste Africana de Saúde (OOAS/CEDEAO)

Vitor Rodrigues – graduado em relações internacionais, assistente de pesquisa da Casa de Oswaldo Cruz

Vitória Kavanami - Graduada em Relações Internacionais e bolsista da Casa de Oswaldo Cruz / Fundação Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz)

Cadernos CRIS Fiocruz sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde abril de 2020 o CRIS vem produzindo **Cadernos sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde**. Desde então, já foram produzidos mais de **90** Informes quinzenais. Os interessados na coleção podem acessar o conjunto de Informes em:

<https://portal.fiocruz.br/cadernos-cris>

Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Desde setembro de 2020, o CRIS vem realizando os **Seminários Avançados em Saúde Global e Diplomacia da Saúde**, sobre temas de alta relevância para este campo conceitual e de práticas da saúde pública e das relações internacionais. No ciclo de 2021 foram realizados **27** seminários; em 2022 foram realizados **23** seminários avançados, e, em 2023, **22** seminários, acessíveis em:

<https://portal.fiocruz.br/seminarios-avancados-em-saude-global>

ou

<https://www.youtube.com/playlist?list=PLz0vw2G9i8v-mMVaQPrzpQUQhqa-0obSN>

Próximos seminários – Série 2024

15 de maio – Saúde no G20

29 de maio – Migração, refúgio e saúde

Os seminários são transmitidos ao vivo na página da Fiocruz no Youtube:

<https://www.youtube.com/channel/UC5z5hsnZOZJH8vFacP-9poQ>

FICHA CATALOGRÁFICA

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Centro de Relações Internacionais em Saúde

Centro Colaborador OMS/OPAS em Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul

Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde

Número: 07/2024

Período de 25 de abril a 07 de maio de 2024

Organizadores: PAULO MARCHIORI BUSS, ERICA KASTRUP e PEDRO BURGER

Fundação Oswaldo Cruz; Centro de Relações Internacionais em Saúde; Observatório de Saúde Global e Diplomacia da Saúde; Centro Colaborador da OMS/OPAS para a Diplomacia da Saúde Global e Cooperação Sul-Sul. Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024

224 pp; il.

Bibliografia: Inclui Bibliografias.

1. SAUDE GLOBAL. 2. DIPLOMACIA DA SAÚDE. 3. RELAÇÕES INTERNACIONAIS. I. Título.

Nota: Os artigos dos *Cadernos CRIS/FIOCRUZ sobre Saúde Global e Diplomacia da Saúde* são de responsabilidade de seus autores e as opiniões expressas nos mesmos não necessariamente coincidem com as opiniões dos organizadores ou do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz